



COMUNICAÇÃO: visualidades e diversidades na amazônia

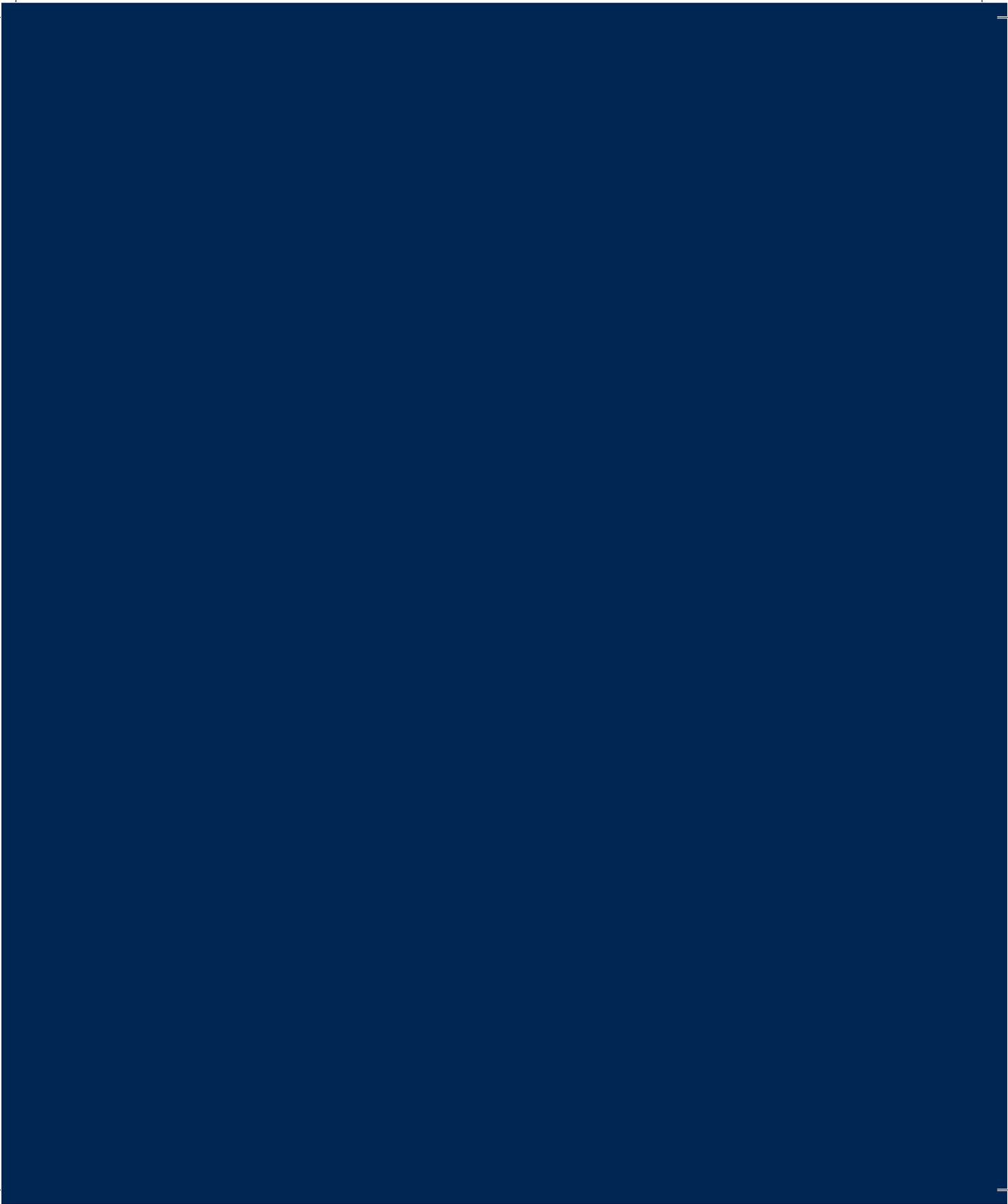
vol.6

Netília Silva dos Anjos Seixas
Alda Cristina Silva da Costa
Luciana Miranda Costa
Orgs.

COMUNICAÇÃO:

visualidades e diversidades na amazônia





COMUNICAÇÃO:

visualidades e diversidades na amazônia



Netília Silva dos Anjos Seixas

Alda Cristina Costa

Luciana Miranda Costa

Organizadoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação : visualidades e diversidades na Amazônia / Organizadores Netília Silva dos Anjos Seixas, Alda Cristina Costa, Luciana Miranda Costa. – Belém : FADESP, 2013.

324 p. : il. – (Comunicação, cultura e Amazônia ; v. 6)

ISBN 978-85-62888-09-0

1. Comunicação – Amazônia. 2. Comunicação e cultura – Amazônia. 3. Comunicação – Pesquisa – Amazônia. I. SEIXAS, Netília Silva dos Anjos, org. II. COSTA, Alda Cristina, org. III. COSTA, Luciana Miranda, org. IV. Série.

CDD 23. ed. 302.23



Sumário

- 7 **Apresentação da série**
- 9 **Apresentação do livro**
- 17 **Comunicação da ecologia ou ecologia da comunicação?**
Adriano Duarte Rodrigues
- 27 **Círio de Nazaré: celebrações, divergências e rupturas**
Antonio Fausto Neto
- 51 **A travessia do Sairé: uma perspectiva ecossistêmica e semiótica**
Nair Santos Lima
Itala Clay de Oliveira Freitas
- 73 **Imagem e sociedade na Amazônia**
Fábio Fonseca de Castro
Marina Ramos Neves de Castro
- 97 **Pelas ruas de Belém: a série fotográfica "Corte Seco", de Alberto Bitar**
Ana Shirley Penaforte Cardoso
Ivânia dos Santos Neves
- 123 **Ciência e mídia na região Norte brasileira: um estudo sobre três jornais paraenses em 130 anos**
Luisa Massarani
Vanessa Brasil de Carvalho
Netília Silva dos Anjos Seixas

- 147 Paradigmas científicos para o estudo dos ecossistemas comunicacionais**
Susy Elaine da Costa Freitas
Mirna Feitoza Pereira
- 175 A comunicação e a diversidade cultural: desafios para uma proposta de ação no Estado do Acre**
José Márcio Barros
Giselle Xavier Lucena
- 199 Entre o ambiental e o político: o discurso jornalístico sobre o novo e polêmico Código Florestal Brasileiro**
Luciana Miranda Costa
- 223 A atualização de uma relação colonial: desconstruindo valores na disputa jornalística pela Amazônia**
Ada Cristina Machado Silveira
Tabita Strassburger
- 247 Um estudo da Amazônia do Globo Repórter**
Juliana Vicentini
Antonio Almeida
- 269 Pesquisa em jornalismo na e sobre a Amazônia: promoção e qualificação do debate acerca da questão ambiental**
Allan S. B. Rodrigues
- 293 Marcas do discurso polêmico no artigo “O rei da quitanda”, de Lúcio Flávio Pinto**
Daniella Rubbo Rondelli
Maria do Socorro Furtado Veloso
- Sobre os autores**

Apresentação

da série

Esta edição, *Comunicação: visualidades e diversidade na Amazônia*, significa a continuidade da série *Comunicação, Cultura e Amazônia*, projeto pensado em 2005 pelos professores da Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e materializado cinco anos depois com a publicação do primeiro volume. No momento inicial, o projeto foi coordenado pela professora Regina Lúcia Alves de Lima e, depois, continuado pela professora Maria Ataíde Malcher. A primeira edição, com o tema *Pesquisa em Comunicação na Amazônia*, reuniu produções de diferentes pesquisadores dedicados a compreender a complexidade que envolve as questões comunicacionais nesta região e teve um caráter endógeno.

Já a segunda edição, em 2011, com o tema *Comunicação midiaticizada na e da Amazônia*, teve chamada aberta para todo o Brasil e a participação de pesquisadores de vários estados do país, sinalizando para o amadurecimento da proposta. Já nessa edição, todos os textos submetidos foram avaliados pelo conselho editorial da coleção, composto por respeitados pesquisadores da área, em sistema duplo cego, de acordo com as diretrizes divulgadas na chamada nacional para composição da publicação.

A partir desse momento, houve parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e as edições passaram a ser feitas conjuntamente, ora organizadas por um programa, ora por outro, nos períodos seguin-

tes, até esta edição. Foram organizados pela UFAM os livros *Estudos e perspectivas dos ecossistemas na Comunicação e Processos comunicacionais: tempo, espaço e tecnologia*, ambos em 2012. Para a publicação de 2013, o conselho editorial foi acrescido e a avaliação dos textos submetidos seguiu o mesmo processo adotado desde o volume dois.

Com este volume, temos elementos que nos permitem afirmar que a série *Comunicação, Cultura e Amazônia* está se estabelecendo como espaço para os estudiosos do campo da comunicação que escolheram centrar seus esforços investigativos na Amazônia, o que esperávamos quando do lançamento do título inicial. O que aqui relatamos é parte dos esforços dos dois programas para a consolidação da pesquisa e o fortalecimento do campo da comunicação em nossa região.

Regina Lúcia Alves de Lima
Maria Ataíde Malcher
Itala Clay de Oliveira Freitas
Maria Emília de Oliveira Pereira Abbud
Editoras

Apresentação

do livro

Comunicação: visualidades e diversidades na Amazônia é o título deste volume, publicado pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. A obra faz parte da série *Comunicação, Cultura e Amazônia*, iniciada em 2010 com a publicação de produções de professores da Faculdade de Comunicação da UFPA. Mas a ideia não era se limitar a uma publicação endógena e, a partir do segundo volume, com chamadas abertas para todo o Brasil, as edições seguintes tiveram capítulos de autoria de pesquisadores de vários estados do país, sempre conectando comunicação e Amazônia na abordagem, a partir de uma temática determinada para o volume. O mesmo se dá nesta edição, que reúne treze trabalhos de autores de oito estados brasileiros – Acre, Amazonas, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo - e de Portugal.

Nesta obra, o leitor encontrará capítulos que buscam seguir uma sequência temática, passando de abordagens mais amplas a abordagens mais específicas de questões pertencentes à realidade da região.

No capítulo um, “Comunicação da ecologia ou ecologia da comunicação?”, Adriano Duarte Rodrigues, da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, buscou contribuir para a delimitação dos contornos dos dois entendimentos nos estudos de comunicação a respeito da problemática ecológica, nos quais vê um “equivoco”. Rodrigues percebe dois entendimentos entre os autores, um envolvendo a definição de estratégias comunicacionais, principalmente midiáticas, que contribuem para a “tomada de decisões e a adoção de comportamentos ambientais

sustentáveis”, e outro voltado para “o estudo da própria natureza ecológica dos processos comunicacionais”. De forma sucinta e clara, o autor aborda, então, os dois entendimentos, sem tomar partido por um ou outro.

No capítulo dois, “Círio de Nazaré: celebrações, divergências e rupturas”, Antonio Fausto Neto discorre sobre um fenômeno caro aos habitantes da capital paraense: o Círio de Nazaré, cuja procissão religiosa católica principal ocorre no segundo domingo de outubro de cada ano, envolvendo uma média de dois milhões de fiéis e turistas. Na elaboração do seu texto, o autor contou com a vivência que teve do Círio, a última vez, em 2013, quando o evento foi realizado pela 221ª vez. Daí, discutiu os processos de midiaticização do Círio e como os “novos” e “velhos” meios atuaram na transformação de uma festa devocional-religiosa em um “macroacontecimento” [aspas do autor], seguindo lógicas midiáticas. Fausto Neto analisou também as estratégias comunicacionais materializadas pela circulação segundo discursividades sociais que fazem do Círio de Nazaré uma fonte de complexas operações de sentidos.

No capítulo três, “A travessia do Sairé: uma perspectiva ecossistêmica e semiótica”, Nair Santos Lima e Ítala Clay de Oliveira Freitas fazem uma apresentação dos resultados de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Universidade Federal do Amazonas a respeito do Festival Sairé, ocorrido em Alter do Chão (Pará), em 2012. O Festival ocorre há aproximadamente 350 anos, como resultado do encontro entre indígenas e europeus no período das missões na Amazônia. Sob uma perspectiva comunicacional, ecossistêmica e semiótica, as autoras classificaram o fenômeno cultural como um

sistema complexo e aberto, no qual os processos comunicacionais constituem-se em práticas de vinculação, em suas ações sociais, construções políticas, arranjos econômicos e propostas de linguagem.

No capítulo quatro, “Imagem e sociedade na Amazônia”, os autores Fábio Fonseca de Castro e Marina Ramos Neves de Castro tratam de um saber visual sobre a Amazônia, constituído historicamente em Belém. Para isso, recorrem à sociologia fenomenológica, a fim de observar como se forma um olhar amazônico nos produtores de objetos informativos, midiáticos e artísticos que se voltam para o espaço regional. A análise é resultado de um estudo de dois anos.

O capítulo cinco, “Pelas ruas de Belém: a série fotográfica ‘Corte seco’, de Alberto Bitar”, de Ana Shirley Penaforte Cardoso e Ivânia dos Santos Neves, transita pela visualidade fotográfica. Com base nos estudos de linha francesa, as autoras lançam-se a dois desafios: analisar imagens e compreender como a fotografia paraense produz diferentes sentidos sobre memórias visuais relacionadas à violência urbana. A série “Corte Seco”, de Alberto Bitar, foi produzida durante a realização de pautas para o caderno de polícia de um jornal local na Região Metropolitana de Belém e é formada por imagens de corpos vitimados nas ruas e calçadas da cidade. As cores fortes e as cenas borradas pelo uso da baixa velocidade do obturador são dispositivos técnicos que produzem novos sentidos e marcam a singularidade do fotógrafo paraense.

O capítulo seis, “Ciência e mídia na região Norte brasileira: um estudo sobre três jornais paraenses durante 130 anos”, de Luisa Massarani, Vanessa Brasil de Carvalho e Netília Silva dos Anjos Seixas, entra no universo da divulgação cien-

tífica na imprensa paraense em uma perspectiva histórica. As autoras apresentam os resultados de um estudo exploratório feito no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará sobre a cobertura de temas científicos relacionados à região Norte, realizada pelos diários paraenses *A Província do Pará* (1876-2002), *Folha do Norte* (1896-1974) e *O Liberal* (1946-atual). Usando como método a análise de conteúdo, o estudo constatou que os temas relacionados à pesquisa em saúde predominaram. Houve também a presença de questões agrárias e ambientais, evidenciando aspectos naturais e exóticos da Amazônia, e o incentivo à pesquisa na região foi ressaltado, assim como as novidades da ciência. Os cientistas foram as principais fontes consultadas, evidenciando a legitimidade dada a esse ator social.

No capítulo sete, “Paradigmas científicos para o estudo da crítica cinematográfica na web em uma visão ecossistêmica da comunicação”, Susy Elaine da Costa Freitas e Mirna Feitoza Pereira abordam os subsídios teóricos da perspectiva ecossistêmica para os estudos da comunicação. Olhando os estudos que têm contribuído para a pesquisa dos ecossistemas comunicacionais na Amazônia, discutem a mudança de paradigma da ciência na contemporaneidade e identificam contextos e fundamentos que apoiam a pesquisa do fenômeno comunicacional como um objeto complexo de relações em rede.

O capítulo oito, “A comunicação e a diversidade cultural: desafios para uma proposta de ação no Estado do Acre”, de José Márcio Barros e Giselle Xavier Lucena, é resultado de pesquisas preliminares para a construção de um programa piloto para o Estado do Acre, o Comunica Diversidade, com base no Plano Nacional

de Cultura, em uma parceria entre os governos federal e estadual. No texto, os autores refletem sobre as políticas públicas para comunicação e cultura adotadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Acre, apresentando propostas práticas de comunicação para a diversidade cultural na região, voltadas para a promoção dos processos de produção, veiculação e distribuição de bens e conteúdos culturais por vias tecnológicas, como os acervos digitais, e pelos meios presenciais e analógicos existentes.

No capítulo nove, “Entre o ambiental e o político: o discurso jornalístico sobre o novo e polêmico Código Florestal Brasileiro”, Luciana Miranda Costa apresenta as principais conclusões de uma pesquisa de pós-doutoramento, na qual observou o papel da mídia na questão ambiental registrada no Brasil. Neste capítulo, a análise ocorreu sobre as edições da revista Carta Capital de 2010 e 2011, referentes ao debate e votação do projeto do Código pelo Congresso Nacional, a partir da semiologia dos discursos sociais e da análise de discurso de vertente francesa. A premissa é que as relações de comunicação, observadas por meio do discurso jornalístico, são relações de poder que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos. A autora fez um levantamento da imagem dos sujeitos enunciadorees presentes nas edições da revista, de forma positiva e negativa.

O capítulo dez, “A atualização de uma relação colonial: desconstruindo a disputa jornalística pela Amazônia”, de Ada Cristina Machado Silveira e Tabita Strassburger, traz uma abordagem da cobertura jornalística sobre a diversidade de interesses conflitivos na Amazônia. Tendo como método a análise de conteúdo, sobre as matérias das revistas Época e IstoÉ no ano de 2008 envolvendo as fronteiras

brasileiras, o estudo fez um levantamento dos argumentos discursivos e das categorias implicadas e constatou como as abordagens jornalísticas são construídas de modo similar.

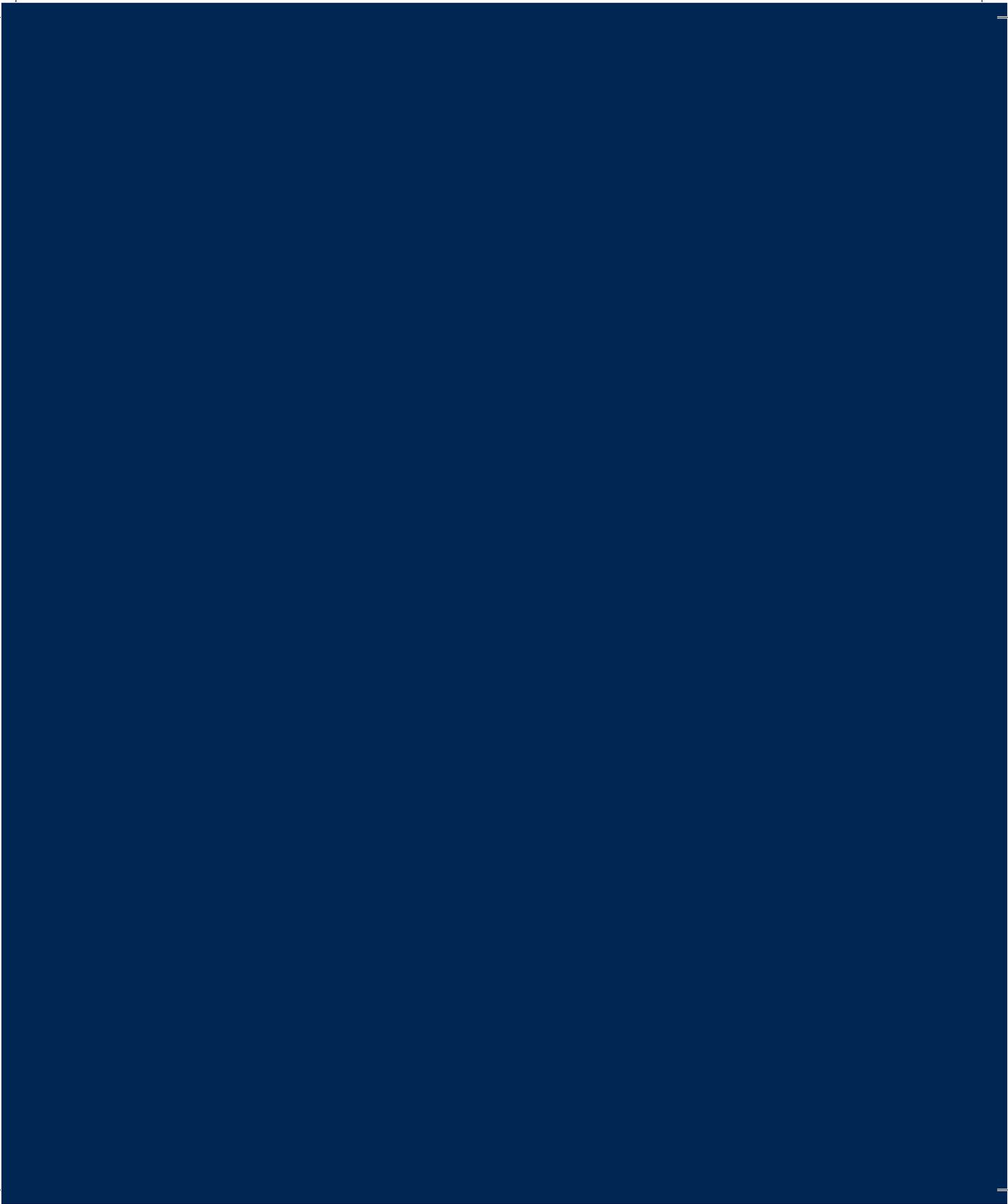
No capítulo onze, “Um estudo da Amazônia do Globo Repórter”, Juliana Vicentini e Antonio Almeida voltam a atenção para a mídia e o ambiente, tomando como centro a televisão e, mais especificamente, o programa Globo Repórter, veiculado semanalmente pela Rede Globo de Televisão. Os autores destacam o papel da televisão como fonte de informações para o cidadão e também que a Amazônia tem ganhado projeção internacional pela sua importância para o futuro ambiental da Terra, o que é explorado pela mídia. No estudo, o programa Globo Repórter é considerado como um dos popularizadores de imagens sobre o ambiente, o que motivou a análise das exposições feitas sobre a Amazônia, em 2010, por meio da análise de conteúdo e da análise crítica do discurso. Os autores perceberam que a Amazônia foi mostrada como um símbolo da natureza, associada a um lugar paradisíaco.

No capítulo doze, “Jornalismo e questão ambiental na Amazônia”, de Allan S. B. Rodrigues, a discussão envolve jornalismo e meio ambiente. Para isso, o autor considera que o meio ambiente entrou na agenda dos governos e da sociedade civil organizada e que há necessidade de posicionar-se de forma esclarecida diante dos desafios impostos à humanidade pelas consequências dos problemas ambientais. Assim, a proposta foi discutir o papel do jornalismo praticado na e sobre a Amazônia brasileira sobre essas questões e a contribuição que a pesquisa científica pode dar para a qualificação da atividade jornalística na região.

No capítulo treze, “Marcas do discurso polêmico no artigo ‘O rei da quitanda’, de Lúcio Flávio Pinto”, Daniella Rubbo Rondelli e Maria do Socorro Furtado Veloso se propõem a explicitar como o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, editor do *Jornal Pessoal*, questiona o papel da maior empresa de comunicação do Norte do Brasil, as Organizações Romulo Maiorana, a partir do artigo citado, publicado em janeiro de 2005. O *Jornal Pessoal* é publicado desde 1987 em Belém, quinzenalmente, em formato A4, sem qualquer tipo de publicidade e com uma tiragem de dois mil exemplares. Segundo as autoras, a publicação do artigo motivou agressão física, processos judiciais e a condenação do jornalista pelo Tribunal de Justiça do Pará. A partir da análise francesa do discurso, o estudo buscou identificar as polêmicas explícitas e também questões implícitas, como a posição do jornalista diante do cenário que descreve em seu veículo, especialmente no que se refere às relações de poder entre as elites locais.

Temos aqui textos com abordagens teóricas e temáticas diversas, que, esperamos, possam interessar ao leitor. Nossa busca caminha no sentido de ter cada vez mais a participação de autores de todo o país na construção deste projeto editorial, pois, só assim, conseguiremos fortalecê-lo, como a Amazônia e a área da Comunicação precisam e merecem.

Netília Silva dos Anjos Seixas
Alda Cristina Costa
Luciana Miranda Costa
Organizadoras



Comunicação da ecologia ou ecologia da comunicação?



Adriano Duarte RODRIGUES

114



Comunicação da ecologia ou ecologia da comunicação?

INTRODUÇÃO

Com este texto pretendo contribuir para o esclarecimento de um dos equívocos frequentes nos trabalhos na área dos estudos da comunicação que têm vindo a ser realizados, sobretudo nos últimos dez anos, em torno da problemática ecológica. O equívoco tem a ver com o entendimento que se tem da relação entre a problemática comunicacional e a problemática ecológica. De fato, enquanto, para alguns autores, o que está em jogo é a definição de estratégias comunicacionais, sobretudo mediáticas, que contribuam para a tomada de decisões e a adoção de comportamentos ambientais sustentáveis, para outros autores o que está em jogo é o estudo da própria natureza ecológica dos processos comunicacionais. Não é minha intenção tomar aqui partido por uma destas perspectivas, mas, mais modestamente, contribuir para a delimitação dos seus contornos.

A COMUNICAÇÃO DA ECOLOGIA

Os autores que propõem a promoção de uma comunicação da ecologia partem de uma leitura pessimista das transformações ocorridas nos últimos cem anos, decorrentes do processo de industrialização, transformações que levaram a profundas alterações que parece porem em risco ou ameaçarem a sobrevivência dos *habitats* de muitas espécies. O que está, por conseguinte, em jogo para estes autores, é a descoberta de estratégias mediáticas promocionais de políticas ambientais sustentáveis que contrariem o suposto processo de degradação destes *habitats* e favoreçam a biodiversidade.

Do ponto de vista das teorias da comunicação, podemos dizer que esta perspectiva se insere na continuidade dos chamados paradigmas dos efeitos que tiveram o seu auge entre

os anos 30 e 50 do século passado. A questão que esta perspectiva procura equacionar e a que pretende responder é a de saber se os dispositivos mediáticos podem contribuir para mudanças das mentalidades e para a aprendizagem de comportamentos individuais e coletivos que contrariem os efeitos negativos induzidos pelas estratégias industriais predatórias dos recursos ambientais disponíveis. O que estes autores por vezes esquecem é que nunca foi possível provar que as mensagens veiculadas pelos dispositivos mediáticos têm efeitos diretos sobre os comportamentos individuais e coletivos e que, para as transformações das atitudes e dos comportamentos dos seres humanos, em virtude de serem dotados de livre arbítrio e de nem sempre adotarem os comportamentos mais favoráveis à sua espécie, contribuem processos particularmente complexos que nunca foi possível definir. Por isso, os autores que continuam a trabalhar a partir da teoria dos efeitos falam hoje de efeitos indiretos e a longo prazo, contando mais com mecanismos de elaboração de condições culturais, mais propícias a mudanças ao nível das visões do mundo do que propriamente à inculcação de normas de comportamento. Como estamos a ver, os autores que seguem esta perspectiva encaram a comunicação sobretudo como estratégia de propaganda, visando o condicionamento dos comportamentos por meio de processos retóricos de injunção de normas e de modelos.

Como estamos vendo, para esta perspectiva, são as noções de política ambiental, de influência, de eficácia e de estratégia mediáticas que são importantes.

A ECOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

Por seu lado, os autores que propõem uma abordagem ecológica da comunicação propõem entender os processos comunicacionais no quadro de uma visão antropológica que privilegia aquilo que designo por lógica interacional. É uma perspectiva que retoma a herança de Charles Darwin, em particular da obra sobre a expressão das emoções (DARWIN, 1872), herança que seria depois aprofundada e ampliada pelos trabalhos realizados por biólogos, etólogos e arqueólogos. Como vemos, há uma relação estreita entre a ecologia e a etologia da comunicação, como se pode observar nas excelentes obras de síntese de TOMASELLO (2003) e de HAUSER (1997). Entre os trabalhos que, na área da comunicação, propuseram esta perspectiva, podemos evidentemente citar os autores da Escola

de Chicago e do chamado Colégio Invisível, também conhecido por Escola de Palo Alto (RODRIGUES, 2011).

Os autores que adotam esta perspectiva não negam, evidentemente, os problemas ambientais do nosso tempo, mas privilegiam o estudo das relações entre os membros de uma mesma espécie e entre as diferentes espécies que partilham o mesmo território. A comunicação é, assim, encarada como processo de trocas que ocorrem entre as espécies vivas e entre os indivíduos de uma mesma espécie, trocas de que depende a sobrevivência dos indivíduos e das espécies que partilham entre si os recursos, sempre relativamente escassos, do território comum.

Nesta perspectiva, os estudos da comunicação procuram entender a especificidade das relações que os indivíduos da nossa espécie estabelecem, com os outros seres vivos e entre si, de modo a procurar entender, não só como as pessoas gerenciam a partilha dos recursos disponíveis, mas também como projetam os seus inventos técnicos, as suas intervenções e as suas atividades.

Como vemos, a preocupação desta perspectiva não é propriamente a avaliação da eficácia dos dispositivos mediáticos para a causa ambiental, mas a compreensão dos mecanismos que constituem a comunidade dos seres vivos e dos processos que são desencadeados por cada uma das espécies, em geral, e dos seres humanos, em particular, para resolver a partilha dos recursos disponíveis no território que partilham. Para esta perspectiva, são as noções de território, de interação, de comunidade, de ritualização que se tornam fundamentais.

Nesta perspectiva, os dispositivos mediáticos são encarados não como instrumentos destinados a veicularem mensagens, mas como objetos técnicos que constituem ambientes ou territórios artificiais. É para a discussão da natureza dos territórios constituídos pelas redes cibernéticas que alguns autores (BRAGA, 2007) retomam hoje as intuições que levaram MC LUHAN a formular o aforismo “o *medium* é a mensagem”.

A este propósito gostaria agora de recordar que os arqueólogos puseram à nossa disposição dados incontrovertidos que nos levam a reequacionar a problemática mediática, pensando-a no quadro da experiência técnica e a ultrapassar as duas atitudes de sinal contrário que

SIMONDON (1989) caracteriza como posições xenófobas acerca da técnica, as posições tecnofóbica e tecnolátrica, que dividem muitas vezes a comunidade dos estudos da comunicação sobre os *media*.

O primeiro fato incontroverso que as pesquisas arqueológicas mostram é o de, por mais que recuemos no tempo, não encontrarmos até agora nenhum vestígio de seres humanos que não dependam da invenção de objetos técnicos (LEROI-GOURHAN, 1964-1965). Os mais antigos vestígios da nossa espécie são, curiosamente, sepulturas onde podemos encontrar objetos técnicos colocados, aparentemente de maneira intencional, junto das ossadas. Este fato sugere que, desde muito cedo, a nossa espécie estabeleceu uma íntima relação com os seus artefatos. Por mais que recuemos no tempo, não encontramos vestígios de seres humanos inseridos apenas num meio ambiente ou dependentes apenas das trocas dos recursos disponíveis no território que partilham entre si e com as outras espécies.

Deste primeiro fato decorre um segundo incontroverso, o da dependência dos seres humanos em relação ao mundo que eles próprios criam, como já sublinhavam Husserl (1989) e Schutz (1967), ao postularem que os seres humanos vivem, não num *Umwelt* (meio ambiente), mas num *Welt* (mundo).

O terceiro fato incontroverso que não podemos ignorar quando pretendemos equacionar a problemática da ecologia da comunicação tem a ver com o fato de o *Welt*, que os seres humanos constituem e em que vivem, não ser o território em que as outras espécies habitam, mas artificial, isto é, depender da invenção e da ativação de dispositivos incorporados na própria experiência subjetiva.

Gostaria ainda de lembrar, por último, um quarto fato incontroverso: o de o mundo que os seres humanos constituem com a invenção de dispositivos técnicos não ser formado pela realidade, mas ser formado por objetos simbólicos que são ativados no quadro das relações intersubjetivas que as pessoas estabelecem umas com as outras e com as outras espécies. Deste fato decorre a inevitável inscrição da experiência humana no *medium* linguagem, da qual decorre para os seres humanos a incontornável natureza discursiva daquilo que é para os seres humanos a realidade, o conjunto das componentes simbólicas do mundo que constituem.

Como não pode ignorar estes fatos incontroversos, a elaboração de uma ecologia da comunicação não pode deixar de procurar compreender a emergência dos seres humanos, enquanto espécie dotada de um mundo constituído pela experiência simbólica que ela própria transpira, no quadro das interações discursivas, para retomar aqui a sugestiva e muito oportuna metáfora da transpiração ou da exsudação. É por que a realidade é inevitavelmente sempre o mundo constituído simbolicamente que a floresta nunca é, para os seres humanos, um objeto do mundo natural, mas um objeto em que as pessoas encarnam uma multiplicidade de perspectivas: é fonte de madeira para o lenhador, de inspiração para o poeta, de refúgio para o criminoso perseguido pela justiça, de pesadelos para o sonhador, de vagabundagem aprazível para o veraneante. A água que, no laboratório, é composto químico, é também para o homem recurso para matar a sede, para se banhar, para cozinhar os alimentos, para iniciação sagrada, elemento poético em que o enamorado mergulha para evocar e expressar as suas emoções.

Os dispositivos mediáticos, a esta luz, passam a ser encarados como os testemunhos do processo histórico coletivo de constituição do mundo que as sucessivas gerações criam, herdamos, transmitimos e habitamos. É evidente que, como histórico, este processo é aleatório e contingente. Não será o melhor dos mundos possíveis; é constituído em cima de sofrimentos, de injustiças, de catástrofes, mas é o único mundo que recebemos, que temos o privilégio, mas também a obrigação de receber, de melhorar e complementar. Por isso, a lógica que preside a este processo não é a lógica binária do mercado, mas a lógica ambivalente da dádiva que regula as interações sociais, a lógica que nos obriga livremente a fazer circular entre nós a nossa herança comum e que, deste modo, nos constitui como parceiros de um mundo simbólico comum ou, como prefiro dizer, de uma comunidade de fala.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Adriana. Comunicação on-line: uma perspectiva ecológica. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 9, n. 3, Sep./Dec. 2007. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20IX,n.3,2007/AdrianaBraga.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2013.

DARWIN, Charles. **The expression of the emotions in man and animals**. London: J. Murray, 1872.

HAUSER, Marc. **The evolution of communication**. Cambridge: Mass; London: The MIT Press, 1997.

HUSSERL, Edmund. **La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale**. Paris: Gallimard, 1989.

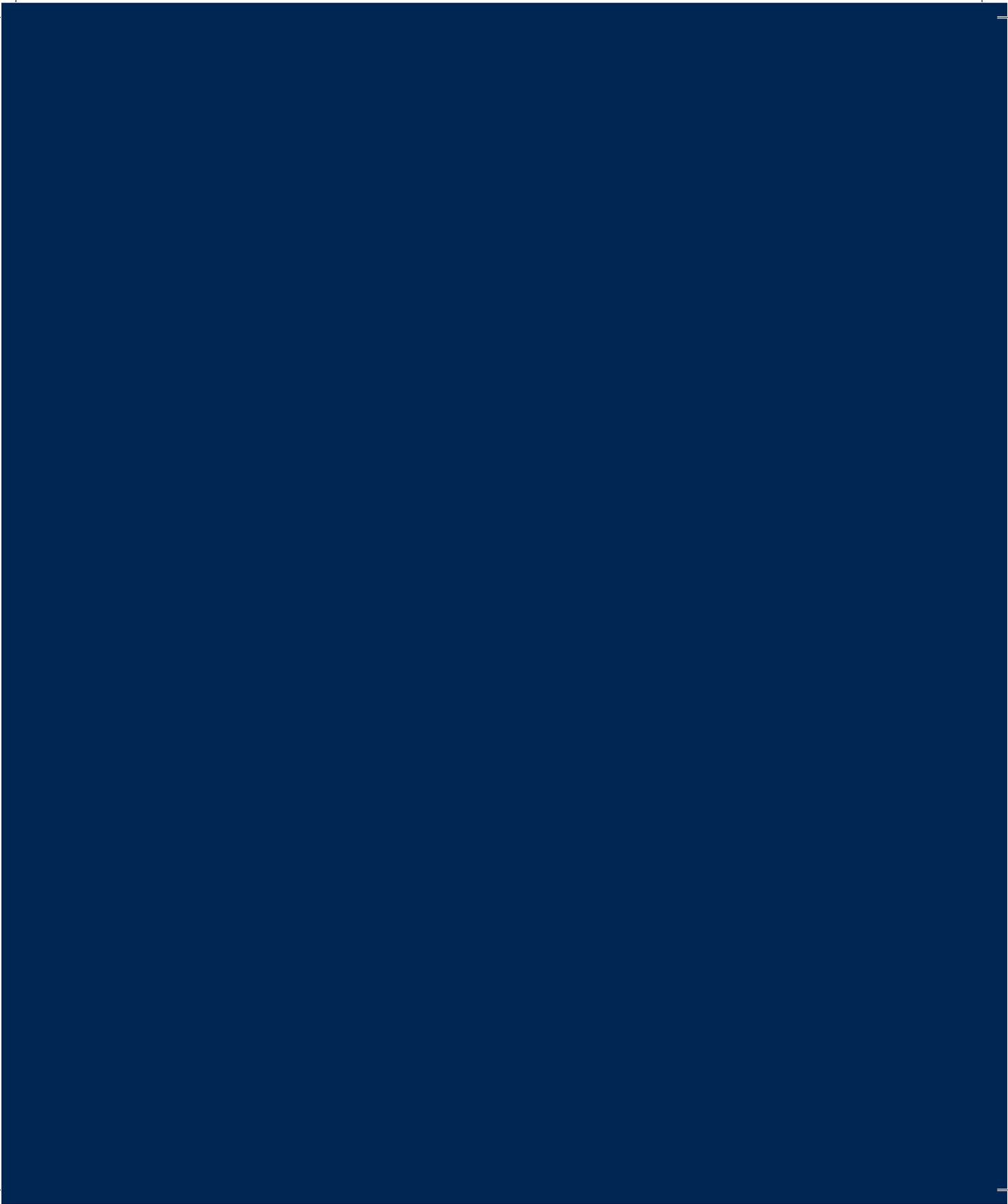
LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. Lisboa: Ed. 70, 1964-1965. 2 v.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O paradigma comunicacional: história e teorias**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2011.

SCHUTZ, Alfred. **The phenomenology of the social world**. [Evanston]: Northwestern University Press, 1967.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1989.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



Círio de Nazaré: celebrações, divergências e rupturas



Antônio FAUSTO NETO

114



Círio de Nazaré:¹

celebrações, divergências e rupturas

INTRODUÇÃO

Este texto nasce de uma demanda, a de escrever um artigo para uma obra que tem como seu ângulo principal “Comunicação: visualidades e diversidades na Amazônia”. Em função da natureza deste recorte, buscamos questões que pudessem convergir com a proposta do livro. Como primeira tentativa, elegemos, como alternativa, desenvolver uma reflexão mais de ordem teórica sobre questões que envolvessem fenômenos da midiaticização, como o da circulação, âmbito no qual se manifestaria a materialização dos sentidos (VERÓN, 2013). Mas, o fato da publicação do livro ocorrer após as celebrações da 261ª edição do Círio de Nazaré reavivou em nós um desejo de retornar a temática sobre a qual havíamos escrito há dez anos e na qual refletíamos sobre a importância dos ângulos comunicacionais sobre os quais esta manifestação se engendraria (FAUSTO NETO, 2001). Naquele momento, situávamos o Círio de Nazaré como manifestação no rol de estudos sobre produção de acontecimentos, enfatizando que sua construção se fazia por injunções céleres procedentes do campo midiático sobre o religioso. Ao lado de outros estudos relevantes sobre o tema (ALVES, 2012; SOUSA, 2013), nossas angulações destacavam o papel das relações entre campos sociais chamando atenção sobre referências de “gramáticas” midiáticas sobre a organização contemporânea desta manifestação devocional que, em 2013, realiza a sua 261ª celebração. A presença de diferentes campos sociais na realização do Círio de Nazaré continua, em 2013, como uma questão relevante, na medida em que esta promoção religiosa-midiática envolve a intensificação de instituições de vários campos sociais, por meio de 12 grandes patrocinadores e 28 apoiadores que aparecem como instituições

1 Diferentes ângulos históricos sobre o Círio de Nazaré estão reunidos em boa documentação apresentada no *site* oficial: www.ciriodenazare.com.br

cogestoras, além de uma estrutura de realização que envolve o trabalho de quase 30 mil pessoas, muitos serviços de comunicação, especialmente, o de uma agência especializada que projeta a existência do Círio de Nazaré para o mundo da comunicação digital.

Nosso retorno ao tema, uma década após aqueles escritos, é fruto de um desencadeamento de uma complexa paisagem que repercute sobre nossa compreensão do Círio, hoje, cujos processos de observação e de interpretação exigem avanços nas formulações de ordem teórica. Sabe-se que, ao longo destes anos, os processos de midiaticização intensificaram suas manifestações sobre diferentes práticas sociais, como as do campo religioso, mas, também, junto aos próprios protocolos de pesquisas. Desta feita, o Círio de Nazaré complexifica-se como objeto de pesquisa na medida em que se torna um “macroacontecimento” que se edifica por meio de lógicas comunicacionais, mas segundo dinâmicas que apontam seu deslocamento das estruturas dos campos sociais para uma outra plataforma de natureza circulatória, em termos técnico-simbólicos. Por meio da materialização de lógicas religiosas-midiáticas gera-se uma nova realidade; se há uma década o Círio era visto por meio da multiplicidade de estratégias e lógicas de determinados campos sociais, hoje muitas outras lógicas ingressam e afetam a sua realização, produzindo aderências e efeitos mais complexos. Sua ida para a “rua digital” amplia o seu modo de existência, ensejando-lhe novas práticas interacionais. Tal deslocamento por rua afora também o converte em uma gigantesca e diversa apropriação do espaço público, arrastando e sendo arrastado por multidões, dando origem a diversidades de práticas simbólicas, em torno de lutas e disputas de sentidos.

Celebra-se o Círio segundo convergência fundada na lógica devocional, de acordo com caráter histórico-religioso. Mas, também, nela se praticam outras operações de sentidos que escapam às lógicas do ritual oficial. Pode-se mesmo dizer que tal “disjunção” é exemplificada pelo “corte da corda” antes do momento programado, fato dentre outros que nos leva a nomear o “Círio de Nazaré” como um “macroacontecimento” e que se edifica a partir da complexificação de suas operações materiais e imateriais, particularmente do que se passa na esfera da circulação, enquanto mobilidade. Esta se amplia em termos de espacialidade, na medida em que as várias “celebrações” penetram no corpo do ciclo de procissões e de romarias como efeito do movimento de multidões. Geram-se vários “microrrituais” que fazem com que o Círio venha a ser permeado pela diversidade de outras elaborações simbólicas. A natureza desta nova mobilidade se enseja por aderências, mas

também por bifurcações, o que implica reconhecer que o seu funcionamento em termos simbólico-comunicacional escapa de uma lógica, enquanto matriz de completudes.

Ressonâncias de acontecimentos outros pertencem – enquanto *semiosis* – ao processo de construção deste texto: em primeiro lugar, o fato do Círio de 2013 se constituir no primeiro “macroevento” de rua após os acontecimentos que brotaram pelo Brasil em junho e julho.² Em segundo lugar, as reflexões e debates que se registraram no contexto do Pentálogo IV CISECO, em Japaratinga (Alagoas), que, “profeticamente”, elegeu como tema do seu encontro anual “A rua no século XXI: materialidade urbana e virtualidade cibernética”.³ Estes registros têm muitas ressonâncias do que aqui se propõe como reflexão. Ao lado destes elementos, o objeto vem também da singularidade de formas comunicacionais, pois nos permite pensar que o Círio de Nazaré, além de um fenômeno situado no âmbito de determinada espacialidade – a da festa e das celebrações “monitoradas” pelo discurso religioso e midiático – avança para ambiências que extrapolam a dimensão estritamente religiosa. A plataforma circulatória na qual a multidão põe o Círio numa dinâmica de ir adiante ganha, a nosso ver, um novo *status*. Aglomerações se deslocam nas ruas – físicas e digitais – levadas pela “imagem-ícone”, mas, também, impondo-lhe o seu ritmo. Fazem emergir, quem sabe, uma nova problemática comunicacional que é sintomatizada pelo ritual posto em ato – o da “multidão em deslocamento”.

A natureza desta intensa mobilidade nos move também, literalmente, para o âmbito deste novo “espaço-temporalidade”, e a construção do presente artigo implicaria a nossa adesão, ainda na condição de observador, ao próprio circuito do acontecimento. Uma permanência em Belém, durante o auge dos festejos, foi fundamental para “refinar” nossas impressões, ao associá-las com momentos anteriores, mas, deixando-nos também invadir por novas impressões que somente a observação presencial seria possível de ensejar. Vem assim, do objeto, indícios que desafiam nossas preocupações no sentido de articular as impressões dali vindas, com possíveis respostas que possam vir também do âmbito teóri-

2 Nos meses de junho e julho de 2013, manifestações de rua foram desencadeadas em várias cidades do país geradas por protestos contra aumento de transportes coletivos aos quais se associaram outras manifestações em torno de questões como habitação, saúde, segurança, Copa das Confederações, etc.

3 No Albacora Praia Hotel, de 23 a 27 de setembro de 2013.

co-metodológico. As reflexões aqui apresentadas procuram, assim, escrever algumas operações discursivas deste novo cenário sobre manifestação tão complexa e, crescentemente, diversa. Se a convergência (devocional) gera adesões e aderências, é também atravessada por registros que apontam a constituição de “focos de divergência”. Estes são geradores de novas manifestações de sentidos que são materializadas no próprio processo da circulação, conforme veremos ao tentar explicar o episódio da “ruptura da corda”. Procuraremos descrever alguns fenômenos que têm a ver com a circulação como um processo de aderência, mas também de rupturas e de desencadeamentos de novos sentidos. O processo comunicacional seria um operador de “religâncias”, enquanto possibilidade de unir os atores em torno de mensagens, mas também de “desligâncias”, enquanto efeito de outras mensagens que seriam geradoras de gramáticas e de outras dinâmicas, como operações de significação (BOLLE DE BALL, 2000).

CIRCULAÇÃO DA MOBILIDADE, CIRCUITO QUE NÃO SE FECHA

Nossa hipótese propõe que é no intenso processo de circulação – física e simbólica –, em que se estrutura a festa do Círio de Nazaré, que se dá a possibilidade de dinamização do objeto imediato em objeto dinâmico (PEIRCE, 1972, 2003). Sentidos sobre o acontecimento se engendrarão na medida em que a imagem de Nossa Senhora de Nazaré – envolta em um complexo cortejo – dá o sentido da partida da celebração, mas vai também sendo deslocada pelas lógicas do processo de circulação. Nessa dinâmica vão se constituindo circuitos que se bifurcam, gerando sentidos que não podem ser conhecidos. O trabalho da circulação tem como primeira referência uma dimensão de “espaço-temporalidade” que organiza as regras de funcionamento da procissão (como, por exemplo, metas de partida e de chegada, bem como o território do seu desenrolar). Mas, não pode prever as estratégias que nela se produzirão para o seu desenrolar. Há uma topografia na qual o acontecimento materializa sua ocorrência. Multidões fazem um périplo em torno da “imagem-ícone”. São agrupamentos mais amplos e outros mais restritos, que se deslocam por terra e por água, se apropriando e rompendo fronteiras de extensões, mudando rotinas de ruas e, mesmo, de cidades, mobilizando, além de suas próprias lógicas (a de fiéis-promesseiros), também outras de vários campos sociais (RODRIGUES, 2000) (segurança, transportes, comunicações, saúde, etc.). Como expressão de tal “espaço-temporalidade”, em 2013, segundo

dados oficiais, foi realizada mais de uma dezena de procissões, tendo sido percorridos mais de 131 quilômetros por terra e água, durante mais de 40 horas. Somente as grandes romarias – a de Belém para Ananindeua/Marituba; a Trasladação de Véspera; e a Procissão do Círio, no dia 13 – reuniram mais de cinco milhões de pessoas. Superaram o número daqueles que foram às ruas do Rio de Janeiro para receber o Papa Francisco, bem como os das várias manifestações de ruas que ocorreram pelo Brasil em junho e julho de 2013. Numa associação de aglomeração e de deslocamentos gigantescos, as atividades envolvendo esses imensos coletivos geraram efeitos no universo de diversas práticas do sistema social local, especialmente as de caráter econômico, com a arrecadação de fundos, geração de empregos, além de outros produtos de natureza cultural.

Além das presenças de grandes coletivos nas ruas, o espaço privado também foi afetado pelo Círio e sua mobilidade: residências se transformaram em pousadas e centros de acolhimento, equipamentos domiciliares e comerciais foram ornamentados para comemorar o ciclo de festas, homenagear os promesseiros e reverenciar a “Imagem Peregrina”. “Microeventos” realizaram-se no corpo das procissões, mas também em outras instâncias do mundo privado, explicitando lógicas outras de comemoração, ao lado do ritual oficial. Muitas instituições – midiáticas, bancárias, comerciais, etc. – prestam homenagens à “imagem-ícone” por meio da queima de fogos ou pela ornamentação das fachadas de suas instalações, com mensagens de saudação e outros enfeites. O deslocamento das multidões materializa as presenças de vários campos sociais, por meio dos serviços prestados, como aqueles relativos às áreas de saúde, segurança, transporte, trânsito e outros, que, a seu turno, vão sendo levados adiante, pelas romarias. O acontecimento já não se mantém nas estruturas (redacionais) dos campos sociais e ganha corpo na circulação, a esta se impondo com as equipes volantes de emissoras de rádio e de televisão que fazem a transmissão do desenrolar das romarias, com operações televisivas, radiofônicas e fotográficas.

Na esfera digital o *twitter* segue as multidões e também é seguido por estas, como efeito de operações enunciativas feitas por um “duplo segue-me”. Ele funciona atualizando a missão de uma espécie de “repórter-volante”, realizando serviço de monitoração do processo de deslocamento, dando ao acontecimento um modo de existência específico. Segue o “passo a passo” dos romeiros e os momentos nos quais a berlinda, conduzindo a pequena imagem, faz paradas em vários lugares para ser homenageada.

Diferentemente das grandes manifestações, como as dos protestos que aconteceram no país em junho e julho passados – sob as expensas de movimentos sociais –, a marcha dos promesseiros depende de uma complexa estrutura que a põe em circulação e que apresenta uma hierarquia concebida pelos organizadores do Círio. A berlinda é a instância central junto a quem as duas pontas da corda são atreladas, criando-se um espaço em cujo interior os promesseiros se distribuem em torno de “estações” para, então, pôr a procissão em movimento. Porém, tal estrutura não estaria subordinada a lugares considerados como “condutores fortes” que funcionariam como mediadores entre os fiéis e a berlinda, dando à procissão uma direção prevista por uma instância de comando. No lugar disso, devemos admitir a existência de uma espécie de um outro tipo de “comando”, que emanaria de um “acordo tácito” – de caráter imaginário-simbólico – que os fiéis fariam com a berlinda, enquanto lugar do sagrado, no qual a imagem de Nossa Senhora, ali instalada, imporá ao deslocamento uma racionalidade central. Talvez, o não reconhecimento de um mediador, como lugar de organizador da procissão, facilite a emergência de “estratégias desviantes”, por parte dos promesseiros, hipótese que poderia ser perseguida por um outro trabalho de pesquisa. Mas, podemos supor que o corte da corda simboliza, em última análise, a partilha de um bem mediante uma ação que não estaria concebida na economia simbólica da manifestação. Ou seja, entre regras e estratégias, um imenso “intervalo” de imprevistos e de surpresas que se fazem pela força de lógicas outras. Esta ação emanaria, assim, de uma outra relação entre os fiéis e o sagrado.

Se o Círio de Nazaré realiza-se ao longo de um calendário sobre cujos preparativos se debruçam muitos atores, a procissão do segundo domingo de outubro materializa, em termos espaciais, energia que foi “armazenada” durante meses. Num ciclo de aproximadamente seis horas, altera-se a dinâmica do fluxo espacial da cidade de Belém para que, ao longo de pouco menos de quatro quilômetros, uma multidão superior a dois milhões de pessoas realize uma das últimas etapas desse ritual que envolve mobilidade, aderências e desdobramentos. Tal celebração implica na sua aderência às estruturas citadinas, pois o evento se instala também em um universo geotopográfico – como praças, igrejas, capelas, instituições, cidades, etc. Mas, também, em circunstâncias de deslocamentos, via fluxos – grandes e pequenos – ao longo de ruas, estradas, rios e avenidas. Há quase meio século, essa imagem do Círio como um “evento-circulação” já era captada por seus estudiosos, quando afirmavam:

O Círio é o clímax de uma migração periódica de fundo religioso, envolvendo uma fase de peregrinação com romeiros interioranos a caminho da cidade, e outras litúrgicas ou procissionais, já no âmbito urbano [...]. Não se trata de um deslocamento em termos de fluência, mas de um rush insólito que culmina no dia da procissão como preamar humana dominando a paisagem com a sua intensa movimentação (MOREIRA, 1971, p. 5-6).

Ao longo do tempo incorpora-se a tal movimentação o trabalho de mediatização do Círio e que se faz técnica-discursivamente pela convergência/diversidade de “velhas” e “novas” tecnologias convertidas em meios, conforme se descreve a seguir.

CÍRIO, OBJETO DA CIRCULAÇÃO MIDIÁTICA

Se a festa do Círio se caracterizava, nas primeiras décadas deste século, pela transação de atividades dos campos sociais acionando cerimoniais e estratégias de natureza midiáticas, conforme descrevíamos, aponta-se sobre a sua versão atual, pelo menos, três mecanismos de natureza comunicacional: a intensificação dos processos de mediatização sobre a organização social, gerando uma nova ambiência interacional de fundo midiático; a afetação de todas as práticas de diferentes campos sociais, por parte de lógicas midiáticas; e articulações de velhos e novos meios em torno das quais os processos de semantização e de produção de sentidos foram sendo construídos. Muitos desses mecanismos se mantiveram restritos ao corpo da atividade midiática convencional, propriamente dita. Mas outros se expandiram pelo corpo das artérias físicas da cidade e de suas ruas, escoando-se para o corpo dos próprios romeiros, e foram tomando forma, enquanto um novo corpo de produção de sentidos, pela rede de dispositivos tecnodigitais, muitos dos quais apropriados e, postos em cena, pelas próprias instituições, como as do campo religioso.

Em termos de “velhas mídias”, observou-se que as agendas midiáticas elegeram o Círio como o núcleo de suas coberturas. Estas geraram matérias jornalísticas e publicitárias – como cadernos especiais – que se espalharam pelo corpo das edições de jornais,⁴ emis-

4 Sobre esse tema, ver FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula. **Em Belém, o vai e vem da fé: jornais, memória e Círio de Nazaré**. 2013. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

sões televisivas e radiofônicas. Ao lado delas, muitas outras de caráter autorreferencial, lembrando a presença de agentes desse campo como cooperador do processo de produção do Círio como um “macroacontecimento”. Para tanto, anúncios sobre as equipes de profissionais que fariam a cobertura da procissão a partir das “varandas”, espaços térreos de edifícios residenciais ou institucionais, localizados na rua por onde ela passaria e seriam transformados em estúdios móveis rádio-tele-jornalísticos, ao lado de outros tantos que foram adaptados para se constituir também nos “camarotes de celebridades”. Muitas personalidades de vários setores do mundo midiático (jornalístico, entretenimento, publicitário, artístico), além dos campos político e religioso, foram convidadas para atuar como comentaristas ou mesmo como observadores da festa, na qualidade de “formadores de opinião”. Jornalistas, radialistas e fotógrafos também se destacaram por suas presenças em um “trabalho de campo” cujos produtos circularam nas emissões radiotelevisivas e edições locais, além de outros circuitos de informação nacional e, mesmo, internacional. A esse nicho comunicacional se agrega a figura do “eu-repórter”, féis-romeiros que empunhando parafernália digital faziam, segundo sua própria testemunhalidade, a produção do acontecimento e sua migração para redes sociais.

A mobilidade da festa transforma também a paisagem da edificação urbana, com a sua privatização pela inserção de mensagens comerciais e outras que, sob pretexto de seus anunciantes explicitarem seus vínculos com a festa, divulgavam os próprios produtos comerciais. Trava-se uma luta renhida pelo espaço público. Além das fachadas de edifícios, postes de iluminação, fachadas de residências, estabelecimento comerciais e a própria via pública são disputados para a circulação de panfletos e outras mídias, de caráter comercial. Esse material se constituiria em um excelente “*corpus*” para um trabalho de análise sobre, por exemplo, as relações das instituições com a festa, especialmente sua dimensão religiosa, e também a festa como um espaço de oferta de serviços. Diga-se de passagem, os mais “heterodoxos” possíveis. Uma observação que vem à tona numa primeira leitura desse *corpus* é o fato de que suas mensagens se apoiam discursivamente no universo de signos de fundo religioso, envolvendo a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Poder-se-ia dizer que esse *corpus* se constituiria num exemplo didático dos processos semióticos operando a transformação da festa, enquanto objeto imediato de caráter religioso, em objeto dinamizado por discursividades de várias naturezas. Sobre tais transformações, reservamos

páginas adiante, para descrever aspectos do processo de midiatização de operações semióticas desenvolvidas por atores das mídias convencionais, outras pelos atores sociais, como é o caso do corte da corda. A seguir, descrevemos alguns aspectos sobre a *performance* do ambiente digital na constituição do que se alcunhou como “Círio Digital”.

O EFEITO DIGITAL, O CÍRIO VIRTUAL

“[...] Compartilhe a fé conosco. Não esqueça de utilizar a hashtag #Círio2013, no Facebook ou Twitter. Tal qual as romarias do círio são marcadas pela presença de milhares de pessoas, a romaria virtual é composta por pessoas. Na romaria virtual é possível encontrar pessoas que estão em diversos lugares do mundo, acompanhando o Círio de Nazaré. Você pode colaborar com a romaria virtual enviando fotos ou informações das procissões para fotosdocírio@gmail.com. E mais suas publicações para @CírioOficial com a hashtag #Círio2013 pra que possamos compartilhar com outros fiéis. Assim poderemos deixar o círio mais próximo das pessoas que estão distantes [...]

“[...] Você pode celebrar com a romaria virtual, enviando fotos ou informações de procissões para fotos do círio @gmail.com.

“[...] Obrigado @CírioOficial por me deixar mais perto de minha mãezinha. Estou aqui na Noruega mas meu coração está em Belém (twitado pelo Círio de Nazaré.)

“[...] Pés e mãos inchadas, hematomas espalhados pelo corpo todo, dor no peito... Tudo isso passa, mas ninguém tira esta sensação do dever cumprido [...] Ir na corda até o final é para poucos. Obrigado por esse momento Nossa Senhora de Nazaré. #Círio. (Depoimento de Romeiro).

“[...] A Imagem Peregrina segue a Romaria pela BR-116. A procissão segue e se aproxima do retorno para seguir na BR. Neste momento a imagem está parada, recebendo homenagens debaixo de chuva [...] o trajeto segue. Já no sentido Marituba-Ananindeua a procissão do traslado segue. A romaria se aproxima da igreja matriz. Em poucos momentos a imagem chegará na Matriz de Ananindeua. Imagem segue na primeira das quatro romarias que acontece no sábado. A romaria tem o segundo maior trajeto das 11 procissões oficiais do Círio. A imagem peregrina recebe homenagens em frente ao estádio Mangueirão onde ocorre queima de fogos.// A imagem peregrina já se encontra no distrito de Icoaraci. A imagem chega ao trapiche.// Neste momento a Imagem está a bordo da embarcação Garnier Sampaio.// Está saindo o Círio fluvial da orla de Icoaraci [...] com velocidade náutica de 10 milhas o que equivale a 18,5 quilôme-

tros. Segue o círio fluvial a caminho das docas.// A Rainha da Amazônia acaba de aportar na escadinha do cais do porto e foi recebida com honras de chefe de Estado. Depois de abençoar nossas águas// começa agora a Moto Romaria.// Cortejo da motoromaria está encerrado com a chegada ao colégio Gentil, de onde a imagem sairá mais tarde no traslado. Nossa senhora está mais perto do povo. Começa a descida da imagem original encontrada pelo caboclo Plácido// A berlinda já aguarda para receber a imagem Peregrina de Nossa Senhora para ser iniciado o traslado. Neste momento a imagem Peregrina já está na berlinda.// A transladação será iniciada neste momento. A Berlinda já se aproxima da Tv Liberal.// Já chegou a 1,3 km percorrendo um pouco mais de 2h30ms. Neste momento a imagem recebe homenagem do hotel Hilton./ Recebe homenagens do BASA./ Passa em frente aos Correios/... recebe homenagens do Banpará./ A cantora Fafá de Belém presta homenagem neste momento, cantando na estação das Docas.../ Neste momento, a cantora está cantando 'Vois sois o Lirio Mimoso'./ Segue a romaria. Já na rua da Igreja da Sé, a procissão segue em ritmo de efervescência. São os últimos momentos dessa romaria.

Imagem 1 – Fiel documenta promesseira.



Círio de Nazaré - Oficial

Muito emocionada com a fé da promesseira que caminha de joelhos, a fiel Walcymara Costa enviou por email esta foto.

Para participar também da romaria virtual, envie um e-mail com foto, para fotosdocirio@gmail.com ou marque suas fotos e publicações com a hashtag #Cirio2013



Gosto · Comentar · Partilhar · 225 5 33 · há 11 minutos ·

Fonte: Retirado do perfil oficial do Círio de Nazaré no Twitter (@CirioOficial)

A Imagem acaba de chegar na Igreja da Sé.// A missa já está no final e em pouco tempo começa a grande procissão do círio. A berlinda já está sendo levada até para frente da catedral onde irá aguardar a imagem peregrina. A saída da imagem já está sendo organizada./ Neste momento a imagem já está na berlinda. Centenas de milhares de pessoas já acompanham o início da procissão./ A berlinda passa pelo Mercado de Ferro. Está se aproximando do local onde a corda será atrelada./ A corda já foi atrelada, se aproxima do galpão das Docas. Neste momento acontece a homenagem patrocinada pelos estivadores, com duas horas de procissão. Grande procissão já se aproxima do ponto crucial, a curva de subida da avenida Presidente Vargas. Para fiéis que vão acompanhar a missa do círio, os portões do santuário já

foram abertos. Muito emocionada com a fé da promessa que caminha de joelhos, a fiel Walcimeira Costa enviou por email esta foto) [...] ⁵

/ Agora com duas estações de corda, a procissão flui rapidamente e a Belinda segue pela av. Nazaré, se aproximando da TV./ A Berlinda segue outro ritmo, está passando pelo Clube do Remo./ A berlinda, conforme a previsão da diretoria da festa, chegou às 12h39 terminado o trajeto total. Foram 6 horas de procissão com mais de 2,1 milhões de pessoas e 3,47 km percorridos. A partir de amanhã começa o terço da Alvorada [...]”⁶

Os fragmentos acima recuperados chamam atenção para o papel de dispositivos digitais na montagem e funcionamento de uma plataforma circulatória na qual se desenvolve uma ação comunicacional, em torno da qual se estruturam novas práticas interacionais envolvendo instituições religiosas e os atores-féis. Enfatizam um modelo de prática devocional que cultiva o círio digital por meio de “circuitos enunciativos restritos”, segundo novas modalidades de estratégias discursivas. Surgem como novos “gestores do acontecimento” mediante dispositivos que ultrapassam as fronteiras de tecnologias e procedimentos de práticas comunicacionais mais antigas. Para tanto, se valem das potencialidades do paradigma digital e a sua “conversão” em práticas de comunicação. Funcionam na “espinha dorsal” do Círio, ao operar o processo de circulação das procissões e de romaria, bem como de outros eventos, priorizando também, além da monitoração do deslocamento e dos seus fluxos, novas discursividades que envolvem a presença do dispositivo em produção (o *site* do círio oficial). Este oferece acesso e regula as possibilidades de manifestação dos fiéis, além de se constituir no ator-enunciativo que transmite em tempo real – pelo *twitter* – procissões e romarias. Também os fiéis se manifestam com o envio de mensagens (via redes sociais e celulares) contendo informações, relatos e testemunhos dos que participam das procissões. Essa nova articulação de dispositivo técnico e de enunciações enseja a convergência de dois acontecimentos: a procissão propriamente dita e o seu desdobrar em um formato virtual, dando ao acontecimento uma nova forma, como ritual.

5 Os textos transcritos acima foram retirados do perfil do Twitter @CirioOficial, veiculado pelo *site* www.ciriodenazare.com.br.

6 Ver *site* do Círio de Nazaré: www.ciriodenazare.com.br

Na medida em que práticas de comunicação são acionadas por atores em produção e em recepção, mediante circuitos digitais, monitora-se o passo a passo das procissões. Um “sistema volante” de informações não só organiza, mas orienta em tempo real a mobilidade do Círio de Nazaré no âmbito das ruas. Tal estratégia se realiza segundo duas operações semioenunciativas: o anúncio do desenrolar dos cortejos e, como efeito, a própria constituição do Círio, como manifestação. É por um trabalho de enunciação que esse dispositivo faz a nomeação de cada ação que estaria se passando no andar das multidões. É preciso captá-las para que elas tenham existência. As ações são anunciadas “aqui e agora”, segundo marcadores verbais e adverbiais formulados no próprio instante em que os fatos se desenrolam. A nosso ver, é nesse instante que linguagem e circulação se articulam, na medida em que os entrelaçamentos de suas operações se tornam vitais para a geração e materialização de sentidos (FAUSTO NETO, 2013). Esse trabalho e as mensagens que dele resultam, além de orientar o passo a passo, servem de *script* para instituir e pôr em ação o ritual. É nessa complexidade, via envios e reenvios de mensagens, que se dá ao Círio de Nazaré uma textura propriamente dita de natureza comunicacional. Quando falamos de textura, chamamos atenção para um conjunto de operações enunciativas que materializam e desencadeiam múltiplos sentidos. Sejam aqueles relacionados com as lógicas dos promotores da celebração, seja também uma imensidade de outros que tenham origem no âmbito de outras operações, à margem daquelas engendradas pelo ritual oficial. Na circulação se edifica a nova fisionomia do Círio, mas esta se torna também um campo de disputas de estratégias de sentidos, algo que teremos ocasião de refletir ao descrever, a seguir, o episódio de midiatização do corte antecipado da corda.

O CORTE ANTECIPADO DA CORDA

- a) *“MESMO COM A CAMPANHA De novo, a corda foi cortada antes [...] Corte antecipado provocou pequeno tumulto entre promesseiros, mas que foi logo contido”* (DE NOVO..., 2013, p. 11).
- b) *“Corda do Círio é cortada antes da hora. Polêmica. Pedido do arcebispo não foi obedecido mais uma vez no círio”* (CORDA..., 2013, não paginado).
- c) *“Primeira estação que puxa a corda do Círio é cortada antes do fim do trajeto”* (PRIMEIRA..., 2013, não paginado).

Os três registros acima são títulos de mídias (locais e nacionais) impressas e digitais anunciando fato não totalmente estranho ao contexto da realização do Círio. Historicamente, a presença da Corda no contexto da procissão remonta a momentos que envolvem lutas e disputas simbólicas entre diferentes campos sociais. Ela foi introduzida em 1855 na procissão como um recurso identificado por fiéis para tirar a berlinda de atoleiros produzidos por chuvas. Posteriormente, ela foi oficializada, mas, anos depois, em 1926, foi suprimida pela autoridade religiosa que alegava ser a corda um instrumento estranho à devoção do ato religioso. Porém, cinco anos após, por determinação de ato do Governador do Estado, a corda foi reintroduzida. O corte, que também não é um fato novo, passa a ser aceito sob certas condições por parte da igreja católica. Ele poderia ocorrer, desde que efetuado no final da procissão para que seus pedaços pudessem receber a benção da autoridade religiosa. Dessa feita, a ruptura da corda durante a procissão do dia 13 de outubro de 2013, por parte dos romeiros e promesseiros, se deu antes do local e momentos previstos pelos organizadores da procissão. As mídias jornalísticas paraenses aludem nos seus títulos e subtítulos à questão de que o corte ocorrera à revelia de uma campanha, desencadeada já em 2011, cujo apelo insistia para que a corda somente viesse a ser cortada conforme a orientação e regras dos organizadores da procissão. Notícias reiteram, explicitamente, que o corte contraria pedido de autoridade religiosa e “que não foi obedecido mais uma vez neste Círio”. O corte da corda se transforma em uma matéria específica, e o próprio enunciado acima funciona como um operador de referenciação para identificar o acontecimento, no contexto local. Diferentemente desta angulação, o registro da mídia nacional chama atenção para uma ruptura que teria havido com uma “primeira estação” (e que é por ela entendida como um dos agrupamentos de pessoas que puxa a corda), como o núcleo do fato. Tal construção somente é esclarecida no âmbito de um dos subtítulos, quando se indica que “fiéis cortaram a corda”. Uma das abordagens enfatiza a ruptura a partir da designação da corda com uma outra nomeação significante: “O cordão-umbilical que liga a Berlinda aos fiéis foi rompido por volta das 11 horas de ontem, faltando ainda cerca de 1,6 quilômetros para o final da procissão” (DE NOVO..., 2013, p. 11). Diferente ângulo destaca outras causas como o descumprimento do ritual:

A corda do Círio 2013 foi cortada pelos fiéis antes do planejado. [...] Mesmo com os apelos do próprio arcebispo [...], com a campanha “Não corte da Corda” todas as cinco estações chegaram isoladas no Colégio Santa Catarina, local onde estava

programado o corte e o desatrelamento das estações. [...] Membros da diretoria do Círio 2013 garantiram [...] que o corte não foi ordenado por ninguém. Por volta das 11 horas, dois pedaços da corda de menos de dez metros foram levados por promesseiros. [...] O desmantelamento do corte causou tristeza em alguns promesseiros. Bem próximos [...] após o término da procissão, outros romeiros disputam pedaços de fio aos puxões e empurrões. [...] Apesar dos infortúnios, milhares de promesseiros fizeram questão de receber a bênção de dom Alberto Taveira [...] para assim encerrar mais um Círio de promessa (CORDA..., 2013, não paginado).

O G1, portal de notícias da Rede Globo, atribui, em matéria de sua edição digital, o corte da corda a uma autoria indefinida: “A Estação do Núcleo da Cabeça da corda do Círio, a primeira puxada por um grupo de promesseiros de Nossa Senhora de Nazaré, foi cortada por um grupo de fiéis” (PRIMEIRA..., 2013, não paginado). Dentre as explicações, um rol de possibilidade: “Não há explicação lógica capaz de justificar o mistério da Corda” (DE NOVO..., 2013, p. 11). Também são destacadas as razões utilitárias: “Pedaços da corda são muito valorizados pelos romeiros de Nazaré, que utilizam o ícone como um talismã” (DEVOTOS..., 2013, não paginado). Fatores de ordem psicológica são também razões: “A ansiedade desnecessária de um grupo de fiéis também nomeado de uma pequena minoria” (DE NOVO..., 2013, p. 11). Mas, o noticiário também encontra maneiras de racionalizar as causas do corte: “Como no Círio e na corda os excessos são perdoados, todo sonho é permitido” (DE NOVO..., 2013, p. 11). Os especialistas televisivos em suas especialidades, nos “gabinetes de transmissão” instalados ao longo da avenida, enfatizaram a quebra da corda como ruptura. Destacaram certa frustração, pois todos esperavam que o corte se daria com a bênção do arcebispo, logo após a chegada do cortejo. Entretanto, os materiais jornalísticos não destacaram uma outra quebra no protocolo: a bênção do arcebispo foi antecedida por uma outra, proferida pelo Padre Fabio de Melo que, instalado em um camarote especial na Avenida Nazaré e tendo à mão um celular, registrava o momento em que ele mesmo proferia uma bênção, mensagem esta que foi, certamente, levada adiante para as redes sociais. A quebra do ritual foi interpretada pelos comentários televisivos como uma desobediência que teve efeitos sobre o seu funcionamento, desacelerando o seu ritmo, seu horário de chegada, além de prejuízos à estética da festa. Se a mídia televisiva deu ênfase ao mal-estar – o fato da corda ser cortada, apesar da campanha –, o *site* oficial do Círio de Nazaré omite o episódio do corte, pelo menos em suas operações de *twittagem*. No lugar

do registro, pede para que fiéis enviem suas mensagens, como os de natureza fotográfica, para que sejam postados de acordo com os enquadramentos do trabalho de midiatização do acontecimento, como é o caso da Imagem 1, exibida em página anterior. Entretanto, não são feitos registros sobre o corte da corda, conforme as imagens 2, 3, 4, 5 e 6, que aparecem a seguir, trazendo diferentes ângulos nos quais apresentam-se os “trabalhos de ruptura”, bem como a “transformação da corda em relíquias” entre os promesseiros. Se o processo de midiatização enuncia o tom celebrativo da procissão, não mostra, contudo, uma espécie de celebração particular, que é a dos promesseiros exibindo, como num gesto de triunfo, os pedaços da corda.⁷

Imagem 2 – Capturas e funcionamento da circulação



Fonte: Manuel Dutra (2013)

Imagem 3 – Desfiando a corda



Fonte: Manuel Dutra (2013)

É verdade também que mensagem emitida pelo *twitter* do *site* oficial do Círio de Nazaré omite o momento em que essa ruptura se produziu, mas deixa entender que alguma coisa ali se passara no percurso da procissão, e que é registrada em uma das mensagens enviadas via *twitter*: “Agora com duas estações da corda, a procissão flui rapidamente e a berlinda segue pela Avenida Nazaré, se aproximando da TV [...]”. Há uma omissão, ainda que involuntária, mas registros radiofônicos, televisivos e digitais – além de imagens capturadas por fiéis que ali se faziam presentes – sustentam a ocorrência de um fato havido que se mani-

7 As imagens em sequência foram gentilmente cedidas pelo professor Manuel Dutra, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

festara fora da *performance* do ritual... Vale destacar que em nenhum momento as diferentes coberturas midiáticas dão voz aos romeiros, promesseiros e às “pequenas minorias”, cujos relatos poderiam apontar as causas explicativas do corte da corda, e que foram apenas inferidas, conforme acima relatado, pelas matérias jornalísticas.

Imagem 4 – Partilhando a corda



Fonte: Manuel Dutra (2013)

Imagem 5 – A corda em novos circuitos



Fonte: Manuel Dutra (2013)

Imagem 6 – Levando a corda adiante



Fonte: Manuel Dutra (2013)

RUPTURAS?

A mobilidade da festa, que se fez no corpo das ruas, mas também nos corpos dos atores sociais, engendra muitas operações de sentidos, e expressiva parte destas resulta de estratégias à margem da “arquitetura” do ritual oficial. Sob inspiração de várias lógicas e discursividades, promesseiros são transformados em atores e coadjuvantes de estratégias discursivas. Em algumas delas, de caráter devocional, os fiéis são incorporados ao “*décor*” das gramáticas midiáticas. Seus relatos, como testemunhas, imagens e outras marcas de sua devocionalidade são incorporados ao relato das mídias. Mas, outras operações discursivas são também semantizadas pelas leituras midiáticas, que as interpretam como “tumultos”, “ações imprevistas” e “mistérios”. Dar-se-ia uma dupla ascensão das “turbas irracionais” ao plano dos discursos sociais que se enunciam no Círio. De um lado, como uma personagem, enquanto fonte preciosa, para irrigar os sentidos do ritual em ato, segundo as gramáticas em produção. Mas, de outro, como uma personagem operadora de complexas estratégias de sentidos que são lidas, apenas, como atos que descumprem as expectativas das lógicas previstas ou incomodam suas *performances*. Tais incompletudes são vistas, portanto, como algo que não estava no *script*, conforme planejado...

Lendo os textos – digitais – jornalísticos, reescutando os de caráter radiofônicos e revendo as imagens, nos veio à mente a hipótese de que o Círio, como toda manifestação coletiva, é uma fonte de tensão simbólico-discursiva. Ainda que “pilotada” pela força de um ritual complexo constituído pela transação de uma multiplicidade de discursos, a lógica celebrativa dominante é permeada também por uma pulsão que transforma o coletivo de fiéis em uma massa – potencial, circunstância na qual o acontecimento transcende, em termos de matéria significante, às próprias fronteiras do território do seu nicho produtivo. Se o signo da pequena Imagem Peregrina se constitui no principal ícone dessa complexa festa, a corda também dinamiza o objeto, colocando o cortejo adiante. Além de abrigar o núcleo significante da festa, a corda ativa fluxos de sua passagem, mas também é fonte e objeto (de produção) de um outro acontecimento. Muito mais do que rupturas, no sentido do não cumprimento do programado, o corte da corda é o momento no qual as “turbas” se apropriam da festa, lançando mão dos seus dividendos e segundo suas lógicas.

O Círio é um ato de muitos momentos e movimentos constituídos pela diversidade de lógicas e de práticas sociais. É tal complexidade que permitiria compreender a ruptura da

corda em estilhaços, mas também como um ato de celebração regido por outros rituais. O discurso da mídiatização expôs, segundo sua racionalidade, razões sobre a ruptura do corte da corda. Mas indica também significantes – ansiedade, mistério, sonho, talismã – pertencentes a outras gramáticas. Quando lidas por outros ofícios interpretativos, poderiam fazer emergir cadeias simbólicas que não estavam catalogadas nos discursos do ritual oficial. O Círio e sua mídiatização – enquanto prática discursiva – oferecem nos seus “microacontecimentos” excelentes pistas para revermos fundamentos de algumas convicções comunicacionais. O Círio não é uma manifestação de convergência, talvez mais de descontinuidades e de bifurcações. Tempos do ritual que impulsionam o andar da corda. Tempos do corte que introduzem rearticulações no ritual, bem como a produção de microrituais (como o da partilha dos pedaços da corda), produzindo religâncias e pondo o cortejo adiante.

NOTAS EM CONCLUSÃO

Dois motivos nos levaram a atualizar uma reflexão sobre o Círio de Nazaré como objeto de leitura. Em primeiro lugar, a sua singularidade como fenômeno comunicacional, no contexto amazônico, para o que contribuem, particularmente, as transformações que têm ocorrido no seu processo de engendramento, pela presença e complexificação de tecnologias de comunicação que, além de serem convertidas em meio, passam a constituir uma nova ambiência, sobre a qual se ampara, em larga escala, um cerimonial, até então, apenas religioso. Em segundo lugar, refletir sobre algumas categorias teóricas – como a da circulação e de seus processos – no sentido de suscitar pistas que possam vir a ser úteis para exercícios interpretativos que buscam compreender a natureza desse acontecimento. Prioriza-se, aqui, proposição segundo a qual acontecimentos como o Círio passam a ser engendrados por meio de complexas transações (políticas, culturais, religiosas, econômicas, discursivas), mas também pelos processos emergentes de circulação e de mobilidade, os quais dependem menos do ritual religioso em si e mais da dinâmica da mídiatização e de operadores tecno-simbólicos por ela dinamizados.

Sabemos ainda que, de modo diverso, todas as práticas dos diferentes campos sociais são hoje afetadas intensamente pelas operações e dinâmicas da mídiatização. São envoltas em dispositivos, lógicas, operações, bem como de processos tecno-simbólicos sobre os quais

se estruturam e se desenvolvem vínculos entre instituições e atores sociais. Destaca-se no presente texto uma preocupação empírico-analítica sobre a complexificação do Círio, de fundo religioso, mas com imensas interfaces com outras interdiscursividades e, pontualmente, as de natureza digital e aquelas que emanam na vida dos atores sociais.

Vocacionada a gerar novas potencialidades de busca – a do outro e a de dados – a internet é apropriada pelas práticas sociais, as quais, a partir de suas diferentes lógicas, a transformam em um múltiplo território, complexo, diverso. Para ela deslocam-se os campos sociais via processos e circuitos, instituindo-a como o território de produção de sentidos. Também para lá afloram as discursividades dos coletivos de atores sociais. Evidentemente, não se trata de uma adequação automática à internet por parte de lógicas de campos, e as dos atores às lógicas digitais. É na busca de articulação entre umas e outras que se constituem os desenhos de práticas de interação, cujas manifestações trazem consigo marcas e traços de suas idealidades, éticas e interesses. A principal mudança provocada nessa paisagem é o fato da atividade comunicacional de fundo institucional religioso deslocar-se para novas paisagens. Mas isso não significa dizer que tal deslocamento faça desaparecer as especificidades de outras lógicas, postulados e práticas de sentidos sobre os quais o fenômeno religioso é tecido. Resulta um acontecimento semantizado por heterogeneidades discursivas e de sentidos. Muitas práticas continuam sendo organizadas segundo posições distintas de sistemas de produção e de recepção, cuja atividade de intercâmbio, além de sofrer as injunções das especificidades de suas lógicas, tem como espectro a circulação, cujo trabalho de materialização de sentidos mostra, mais do que nunca, que a circulação não é uma “zona morta”.

Os processos de mediação de acontecimentos, como o Círio, realizam-se segundo complexos mecanismos de intercâmbios, para além de uma noção do trabalho comunicacional de caráter linear, instituindo processos de assimetria, os quais, diga-se de passagem, já se fazem presentes desde a atividade da comunicação face a face até aquele de natureza institucional. O intercâmbio interacional é suscitado em meio de “processos de desajustes”, pois, como dizem os bons princípios semióticos, da atividade de produção/recepção de discursos gera-se sempre a diferença, em termos de sentidos. A circulação desponta como novo cenário para o estudo dessas problemáticas. “Dissensos” e “mal entendidos” – resultantes de tentativos processos de intercâmbio de mensagens – somente podem ser “captu-

rados” nas marcas de diferenças, sendo que algumas delas deixam-se mostrar no trabalho de empiria – conceitualizante no cenário da circulação. É na circulação que também avança o processo analítico. É para ela que convergem tecnologias, protocolos, estratégias, atores, enunciados, gerando um novo complexo de intercâmbios de discursos. Tal âmbito é aquele que alguns denominam como um novo campo de disputa em termos, dentre outras coisas, de produção de sentido. Os campos sociais são deslocados por forças de processos, circuitos e fluxos para a produção de uma nova tessitura discursiva que se realiza em um novo âmbito de espaço-temporalidade, que é o da circulação.

Se os acontecimentos são, por natureza, engendrados em meio a complexidades, um dos elementos que incide sobre tal processo de produção é a nova plataforma circulatória de produção de sentidos. Ou seja, a circulação, em seu trabalho de articulação e acoplamentos tecno-discursivos, reúne algumas pistas sobre as quais repousam possíveis inteligibilidades sobre fenômenos culturais e religiosos, como o complexo cerimonial religioso, que é o Círio. Ao destacar a força da circulação como um conceito, seria possível dizer que estamos apenas no limiar de uma problemática. Especialmente, se levarmos em conta o desafio que representa estudar a complexidade de acontecimentos que reúnem multiplicidades de lógicas: desde questões que envolvem os mistérios do divino ao esforço tentativo – em curso, há muitas décadas – para dar conta das motivações das multidões.

REFERÊNCIAS

ALVES, Regina. Este (C)rio é minha rua: expansão e sobrevivências numa festa popular no século XXI. In: COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS, 2., 2013, Japaratinga. **Resumo...** Alagoas: CISECO, 2013.

_____. **O manto, a mitra e o microfone**: a midiatisação do Círio de Nazaré em Belém do Pará. 2012. 164 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BOLLE DE BALL, Marcel. **Voyages au coeur des sciences humaines**: de la reliance. Paris: L'Harmattan, 2000.

CORDA do Círio é cortada antes da hora. **O Liberal**, Belém, 14 out. 2013. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/?modulo=247&codigo=678608>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

DE NOVO a corda foi cortada antes. **Diário do Pará**, Belém, p. 11, 14 out. 2013.

DEVOTOS desmaiam e são pisoteados durante tumulto no Círio. **G1**: o portal de notícias da Rede Globo, São Paulo, 13 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2013/noticia/2013/10/devotos-desmaiam-e-sao-pisoteados-durante-tumulto-no-cirio.html>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FAUSTO NETO, Antonio. As bordas da circulação... **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2010.

_____. O Círio em disputa: sentidos da fé e/ou sentidos da mídia. **Movendo Ideias**, Belém, v. 6, n. 10, p. 38-47, 2001.

_____. Como linguagens afetam e são afetadas pela circulação? In: BRAGA, José Luiz *et al.* (Org). **10 perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013. p. 43-64.

MOREIRA, Eidorte. **Visão geo-social do Círio**. Belém: Imprensa Universitária, 1971.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

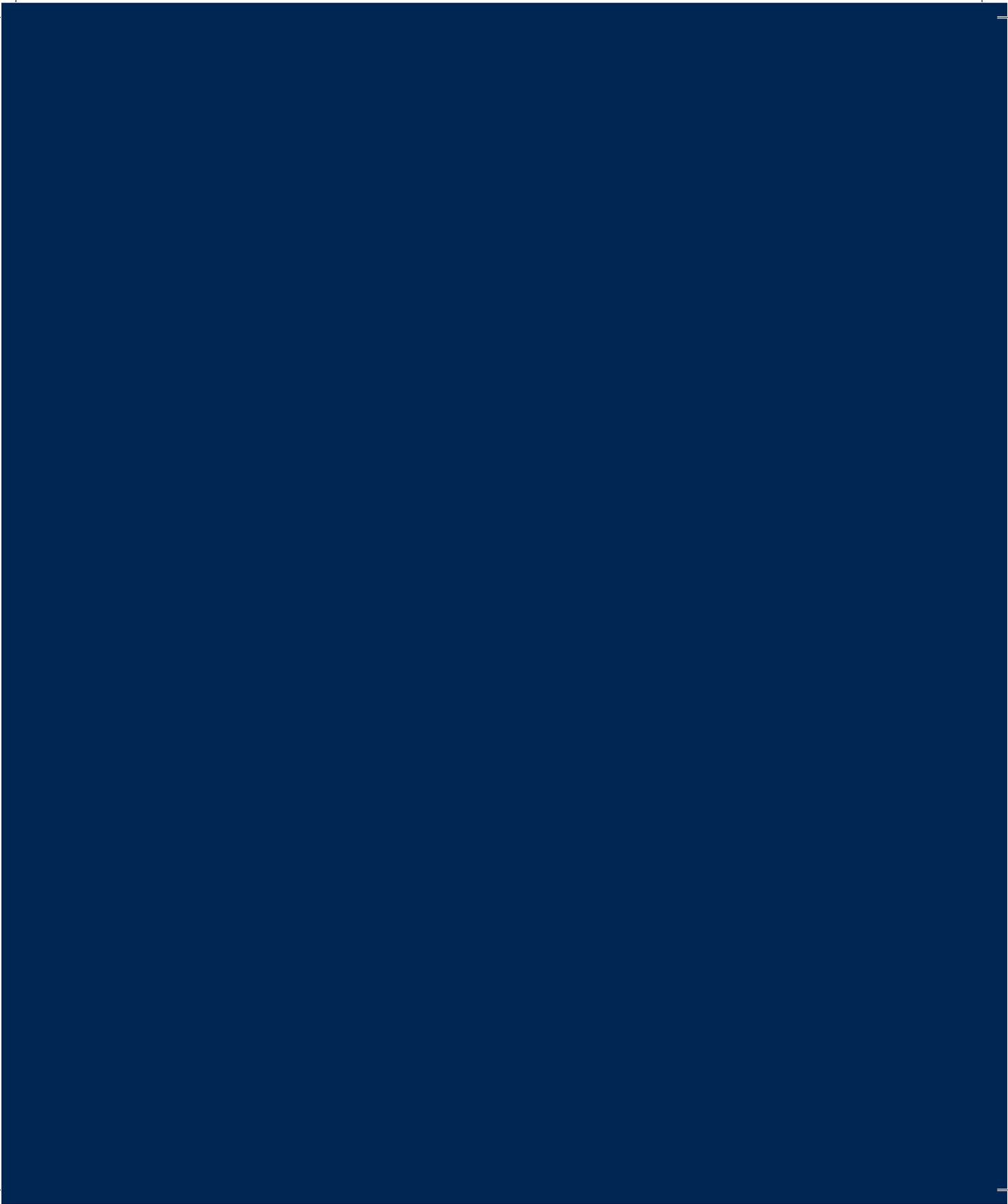
_____. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PRIMEIRA estação que puxa a corda do Círio é cortada antes do fim do trajeto. **G1**: o portal de notícias da Rede Globo, São Paulo, 13 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2013/noticia/2013/10/primeira-estacao-que-puxa-corda-do-cirio-e-cortada-antes-do-fim-do-trajeto.html>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

RODRIGUES, Adriano Duarte. A emergência dos campos sociais In: SANTANA, R.N. Monteiro de (Org). **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Piauí: Revan, 2000. p. 169-215.

SOUSA, Thamis Magalhães de. **Devoção em caracteres**: a Igreja católica no mundo digital: as tensões entre discursos e prática da Igreja na era da internet e as redes de relacionamento do Círio de Nazaré, em Belém do Pará, como fenômeno de mediatização religiosa. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

VERÓN, Eliseo. **Semiose social**: ideias, momentos, interpretantes. Buenos Aires: Paidós, 2013. v. 2.



A travessia do Sairé: uma perspectiva ecossistêmica e semiótica



Nair Santos LIMA
Itala Clay de Oliveira FREITAS

114



A travessia do Sairé: uma perspectiva ecossistêmica e semiótica

O festival Sairé ocorre há cerca de 350 anos na Amazônia e resulta do encontro entre indígenas e europeus no período das missões na região. Diversos estudos sobre essa manifestação já foram produzidos, sobretudo, quanto ao aspecto descritivo da festa, no entanto, a proposta deste capítulo tem por objetivo apresentar o festival sob a perspectiva comunicacional, ecossistêmica e semiótica, considerando sua complexidade como fenômeno cultural. Dois momentos demarcam essa trajetória: o Sairé como ritual e festa em seus primórdios, no século XVII, e o Sairé atual composto da retomada, em 1973, e da inserção da lenda do boto, a partir de 1997, momento em que ressurge como produto midiático, do turismo e do folclore e, com isso, passa a ter data específica no calendário de eventos de Alter do Chão e de Santarém (PA).

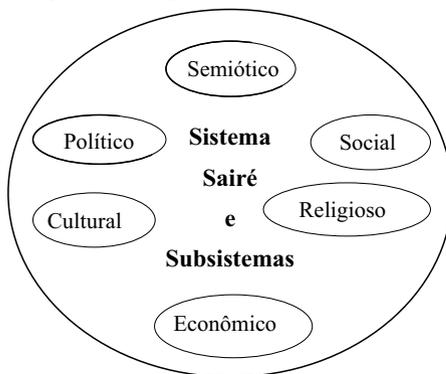
Ao contemplar a diversidade cultural que permeia o evento nos dias atuais, pode-se dizer que o Sairé se compõe não apenas dos resíduos do tempo passado, mas das demandas do tempo presente. Nesses termos, passado e presente são tecidos conjuntamente, em um esforço de ações, hábitos, costumes, festa, alegria, formando um denso tecido cultural. Desse modo, para entender o festival Sairé, considerando sua totalidade e complexidade, recorreu-se à Teoria Geral dos Sistemas, por meio dos parâmetros sistêmicos - ferramenta teórica adequada à análise de fenômenos da natureza do complexo.

O FESTIVAL SAIRÉ SOB UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA

Neste estudo, o festival apresenta-se como um sistema, cuja definição abrange um conjunto de relações¹ entre os elementos² de um agregado de tal forma que venham a partilhar propriedades.³ Essa definição possibilita uma leitura direta sobre a noção de sistema por meio da ideia de composição, visto que implica naquilo (agregado) que formará o sistema e que propõe, portanto, pensar a respeito de sistemas menores ou subsistemas.

Torna-se relevante ainda pensar que sistemas “[...] são sempre abertos em algum nível, o que implica que sejam envolvidos por algum outro sistema, que em teoria de sistemas é o ambiente” (VIEIRA, 2008, p. 31). Desse modo, propõe-se descrever o Sairé considerando seu ambiente, ou seja, os limites que determinam quais (sub)sistemas estão sob o mesmo domínio.

Esquema 1 – Representação do sistema Sairé



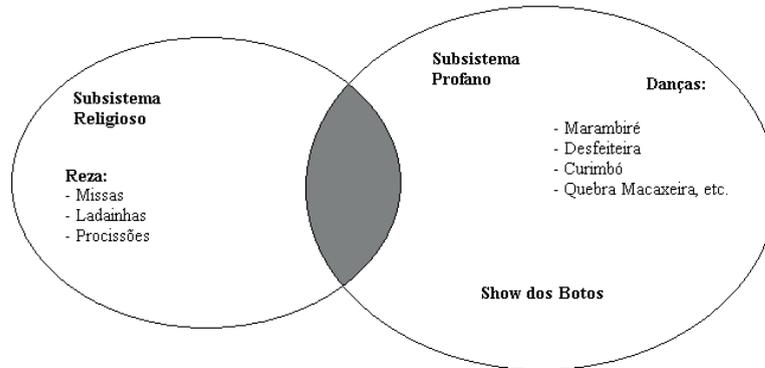
Fonte: Resultado da pesquisa

1 Vínculos que se estabelecem entre os elementos (do sistema) e que permitem que estes se mantenham unidos e formem o sistema. Assim, num sistema dado, não interessam todos os vínculos, mas aqueles que respondam ao objeto de estudo (VARELA, 2007).

2 São as partes que compõem o sistema. São ilimitadas na sua variedade: átomos, peças de viatura ou máquina, pessoas, departamentos, corrente, variáveis matemáticas, etc. Definem-se em função dos objetos de estudo (VARELA, 2007).

3 Diz respeito ao objetivo comum.

Esquema 2 – Representação dos subsistemas do Sairé



Fonte: Resultado da pesquisa

OS PARÂMETROS SISTÊMICOS

Denominam-se parâmetros sistêmicos os traços comuns entre todos os sistemas, “independentemente da natureza particular de cada um, ou seja, traços que encontraríamos tanto em uma galáxia quanto em uma sinfonia, por exemplo,” (VIEIRA, 2008, p. 32). Neste estudo, seguiremos a proposta de Vieira (2008), com base nas duas categorias apresentadas: os básicos ou fundamentais e os evolutivos. Os básicos são aqueles apresentados por todos os sistemas, independentemente de processos evolutivos. Os evolutivos são aqueles que surgem ao longo da evolução. São encontrados, não obrigatoriamente, em todos os sistemas, mas podem estar presentes em um e não em outro, assim como podem emergir em um determinado sistema, futuramente (VIEIRA, 2008).

PARÂMETROS SISTÊMICOS BÁSICOS

De natureza ontológica e cosmológica, a permanência dos sistemas é uma solução encontrada pelo universo para, por sua vez, durar no tempo (VIEIRA, 1998). O cerne da questão é inerente a todos os seres e coisas que, a partir de sua existência, buscam estabelecer-se ou manter-se em um conceito similar ao de sobrevivência, aplicado na biologia. Embora a manifestação Sairé não tenha um registro histórico preciso quanto a sua origem, sabe-se que ela existe e tem resistido ao longo do tempo. Segundo os moradores mais antigos e

pesquisadores, a condição de permanência se deu por conta da oralidade como veículo de informações da festa, da dança e da história.

Todo o processo de permanência conduzido pela oralidade insere-se no ambiente que, por sua vez, envolve o sistema, influenciando-o por meio das *entradas*, as quais fornecem ao sistema o material, a informação e a energia para a operação do processo, e das *saidas*, resultado do processo de transformação do material (entrada). No contexto do festival Sairé, o ambiente seria a profusão de ocorrências internas e externas próprias ou pertinentes à cultura local de Alter do Chão, em toda sua dimensão, em todos os seus aspectos, sejam sociais, políticos, culturais, econômicos, religiosos e semióticos. E isso se observa na pescaria, na fabricação artesanal de produtos, na coleta do que se extrai da roça e da mata, no turismo que avança, no religioso que resiste, no político que administra e organiza, nas representações e em muitas outras atividades.

Essa vinculação do sistema com o ambiente no qual se encontra é chamada de autonomia, que é obtida a partir da memória do “estoque”, do conhecimento que permite a “sobrevivência”. A função memória do Sairé se constitui, sobretudo, do rito e das danças e por meio da oralidade as informações foram sendo repassadas aos mais jovens com base na memória dos mais velhos, tal qual ocorreu quando da reconstrução do evento, em 1973.

PARÂMETROS SISTÊMICOS EVOLUTIVOS

Os parâmetros evolutivos são aqueles necessários à sobrevivência do sistema e exprimem temporalidade. Surgem como consequência evolutiva dos parâmetros básicos e sempre que houver condições favoráveis do ambiente. Os parâmetros evolutivos distribuem-se em: composição; conectividade; estrutura; integralidade; funcionalidade; organização e complexidade, sendo que este último surge desde a permanência e acompanha toda a evolução do sistema (VIEIRA, 2008).

A composição consiste naquilo que forma o sistema, como pessoas e instituições, cuja heterogeneidade gera estratégias mais complexas de permanência. É, em outras palavras, um parâmetro associativo, visto que agrega alguns aspectos, como quantidade, diversidade, informação e entropia. Nesse parâmetro, quanto maior a diversidade de quantidade e

tipos dos agregados do sistema, maior será a complexidade (VIEIRA, 2008). A inserção da lenda do boto na programação da festa trouxe dinamicidade ao evento e projeção de permanência ao Sairé. Essa ideia intencional e estrategicamente planejada, por parte da comissão organizadora, objetivava o lucro.

Outra característica dos parâmetros evolutivos reside na conectividade. Em sistemas psicossociais esse parâmetro equivale ao modo como as pessoas se ligam umas às outras. A força dessa conexão determina a coesão interna de um sistema. Na realidade, o que sustenta o sistema, tal como as tramas de um tecido, e lhe dá estrutura é a capacidade que têm os indivíduos de estabelecer relações, conexões ou laços entre si. É a vinculação que une os “filhos” à terra natal e, quando em atividades externas, muitos retornam no período da festa para o reencontro, para brindar a alegria no Sairé.

Esse movimento implica na evolução do sistema sem prejuízo de sua integralidade e configura-se na capacidade em desenvolver subsistemas.⁴ Consiste ainda na estrutura e coesão, na unidade do grupo em prol da obtenção e consecução dos objetivos. Em 1997, a comissão de coordenação do Sairé elegeu algumas prioridades para o evento visando à qualidade do folclore local, tal como um espaço maior para as danças. O crescimento da festa corresponde às ações internas no âmbito do sistema e, conseqüentemente, ao surgimento de novos subsistemas.

Tais ações remetem à funcionalidade do sistema como um todo, a partir dos subsistemas. No festival dos botos, o enredo determina o desenvolvimento da apresentação, além de conter toda a temática por noite, em estreita relação com as lendas, costumes e crenças dos povos da Amazônia. Tanto no café comunitário quanto na cequiara (almoço de confraternização), percebe-se que as ações desenvolvidas funcionam como elementos e consolidação dos valores da comunidade.

De outro modo, essa evolução da festa decorre da organização, uma vez que envolve todos os parâmetros anteriores e pressupõe um modo hierárquico em crescente complexidade, o que denota que não há como defini-lo de modo preciso. Nesse sentido, considera-se desde a origem do ritual, com as missões religiosas, até os dias atuais, com o festival dos botos.

4 O número de subsistemas é arbitrário e depende do ponto de vista de cada pessoa ou de seu objetivo.

São diversos elementos que se constroem ao longo de várias gerações e confluem para sua organização em dois subsistemas: o religioso e o profano.

Subsistemas também são sistemas, posto que agregam elementos inter-relacionados com um objetivo comum. Esse número de relações estabelecidas compõe a estrutura, que, por sua vez, integra e une as partes e imprime certa união e integridade ao sistema. É o modo específico de interação e interconexão dos componentes. A estrutura faz referência à complexidade física do sistema; é o “esqueleto” e, muitas vezes, confundido com organização. Nesse contexto, inserem-se o *modus vivendi* da população, hábitos e costumes, os ciclos econômicos, enfim, a cultura local. Nesse parâmetro, a comunidade se insere e apreende a importância do evento.

De modo geral, um sistema formado por uma multiplicidade de objetos, pessoas, música, lenda, signos é de natureza complexo. No festival Sairé, a complexidade atua em todos os parâmetros anteriormente vistos, de duas maneiras: a ontológica, que alude à complexidade contida nos subsistemas, e a semiótica, que se refere à complexidade existente nas coisas que são representadas. Os objetos, as cores das vestimentas ou, ainda, as personagens saraipora, juiz, rainha do artesanato e botos inserem-se dentre as possibilidades de percepção das coisas que são inerentes ao sistema semiótico, por exemplo, não sendo possível mensurar ou delimitar o tipo de complexidade existente nesses elementos e/ou agregados, posto que fazem parte do todo complexo.

Um exemplo dessa complexidade pode ser conferido por meio da cultura regional, fonte do imaginário caboclo do lugar.

O resultado da relação entre o homem e a natureza faz brotar a inspiração, a criatividade e expansionismo cultural amazônico. O expressionismo e a universalidade se contextualizaram a ponto de formar novas concepções de cultura, talvez uma cultura regionalizada que vive da ambiguidade entre sonho e realidade, entre místico e sagrado. O imaginário do povo amazônico o faz criar e recriar através de histórias a sua própria história, capaz de alterar continuamente o perfil sociocultural e antropológico do caboclo dessa região (FERREIRA, 2008, p. 164).

Pode-se inferir que esse estado resulta de uma relação dual que o homem amazônico estabelece ante a natureza, característica particular dessa população. Aliás, a ideia de vida

compreende o campo de indagação da semiótica que se estende “[...] desde a descoberta da estrutura química do código genético, nos anos 50” (SANTAELLA, 1983, p. 13). Isso que chamamos de vida, conforme propõe Santaella (1983, p. 13), “não é senão uma espécie de linguagem”, em que “a própria noção de vida depende da existência de informação no sistema biológico”. Ao considerar um sistema vivo, orgânico e alimentado culturalmente pelos diversos subsistemas, pode-se afirmar que o festival Sairé é um ecossistema comunicacional, posto que os processos culturais estabelecidos, nas diversas formas e em toda a totalidade do sistema, são processos de comunicação.

ECOSSISTEMA: COMUNICAÇÃO E COMPLEXIDADE

59

A expressão ecossistema se refere à unidade funcional com base na ecologia, mas que, nas últimas décadas, tem sido amplamente empregada pela ciência. Entre suas características, os ecossistemas são constituídos pela diversidade de espécies e pela interdependência entre seres diferentes e de vários níveis, além da possibilidade de ecossistemas maiores abarcarem ecossistemas menores. Entretanto, para que se possa compreender a origem desse estudo é necessário buscar subsídios teóricos em outros campos do saber, uma vez que pela própria denominação das expressões empregadas (ecossistema e ecologia), já se pressupõe serem inerentes a outros domínios de conhecimento.

Embora em sua plenitude o festival Sairé espelhe a cultura regional e esteja estruturado em um modelo econômico, as características do evento, assim como as ações comunitárias a ele relacionadas em todas as formas de atividades, são organizadas pelos próprios indivíduos da vila, agregados por interesses comuns. Esse modo de agrupar, de elaborar e de desenvolver as práticas, observadas em todo o festival Sairé, pressupõe a ideia de conjunto composto por uma rede de elementos ligados por relação de dependência mútua entre si e com seu meio ambiente.

Além dessas possibilidades de aplicações, o termo ecologia vem sendo utilizado com fins metafóricos – assim se concebe a expressão “ecologia da comunicação”. Essa metáfora já aparecia na obra de Bateson (2000, p. xxiii) concernente à ecologia da mente, segundo o qual “linguagens e comunicação são rebentos da mente”, daí a apropriação da expressão pela linguística e pela comunicação. Nesse sentido, “o comportamento das línguas e de

todos os demais tipos de signo e as dinâmicas comunicacionais que ensejam apresentam fortes similaridades com os organismos vivos” (SANTAELLA, 2010, p. 15).

Morin (2000) relaciona o termo ecossistema a um campo de estudos interdisciplinares, visto que ecossistema diz respeito à vida em toda a sua complexidade, seja real ou virtual. Nesse sentido, a complexidade fundamentada em Morin (2000) assim se define:

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2001, p. 38-39).

Em uma visão ecológica da comunicação, um sistema qualquer em relação, ou em relação a outros ou aos subsistemas, quando em sua totalidade, merece uma abordagem ecossistêmica. Atualmente, o estudo dos ecossistemas comunicacionais implica na compreensão científica que percebe o mundo de forma integrada, em que a diversidade da vida, seja social, cultural, tecnológica e natural, “possa ser investigada a partir das relações de interdependência que regem a vida. Assim, estamos diante, portanto, de uma visão ecossistêmica da comunicação” (PEREIRA, 2011, p. 50).

Essa proposta científica se justifica pelo fato de que “os processos culturais só funcionam culturalmente porque são processos de comunicação. Estes, por sua vez, só funcionam comunicacionalmente porque são processos sógnicos. Em síntese, não há cultura sem comunicação. Não há comunicação sem signos” (ECO, 1976 *apud* SANTAELLA, 2010, p. 12). Em suas aulas publicadas, Luhmann (2011) também aponta para a ideia de que não é possível formar sistemas sociais sem a comunicação, visto que, com a comunicação, a transcendência espaço-temporal dos sujeitos se tornou possível.

Desse modo, as inter-relações dos elementos dos agregados, que também são processos de comunicação, são estudadas a partir de um olhar dos ecossistemas comunicacionais, pois se inserem em um ambiente de cultura vivenciado por todos. Esse ambiente é o *lòcus* onde estão inseridos vários sistemas. Assim, para que se possa analisar o fenômeno proposto é preciso entender, *a priori*, que o festival Sairé, como sistema comunicacional, desenvolve-se

em um ambiente cultural constituído por uma complexa rede de interação entre os diversos subsistemas que, em condição de permanência, possibilita sua funcionalidade. Esse ambiente, por sua vez, interfere e possibilita, simultaneamente, a construção, a circulação e a significação de mensagens.

No âmbito do festival Sairé, consideram-se processos comunicacionais, além da comunicação verbal entre os elementos do grupo, as diversas formas de informação, divulgação e transmissão do evento. As atividades inseridas na elaboração do festival Sairé (preparação, realização e apuração) são também concebidas como processos de comunicação. À medida que o festival Sairé ganha maiores proporções, ao sair da condição de local para global, os processos comunicativos também variam.

Tudo aquilo a que as pessoas possam atribuir significações pode ser e é usado em comunicação. O comportamento comunicativo tem um campo de ação tremendamente amplo. [...] as pessoas podem comunicar-se em muitos níveis, por muitas razões, com muitas pessoas, de muitas formas (BERLO, 1997, p. 13).

Nessa concepção de processos comunicativos, uma nova visão biológica na comunicação aponta para outro aspecto inerente a todos os indivíduos e que constitui os ecossistemas sociais, a *Autopoiese*,⁵ cuja noção já ultrapassou há tempos o domínio da biologia e hoje é utilizada em diversos campos, como na sociologia, na administração, na antropologia, na cultura organizacional, entre outros, transformando-a num importante instrumento de investigação da realidade.

Assim, nesse ambiente de relação, o festival Sairé, como sistema autopoietico, configura-se nos processos que traduzem a cultura do povo da vila, na soma dos esforços de cada um nos rituais que formam as cerimônias festivas e as celebrações. São experiências culturais heterogêneas e únicas que formam um ecossistema comunicativo atuante, sólido e solidário, baseado em um fluxo positivo de confiança, proporcionando um intercâmbio eficiente de informações que aproxima os homens e reafirma laços sociais.

Nele, as raízes, as lembranças e emoções são reavivadas, mesmo com enfoques diferen-

5 *Poiesis* é um termo grego que significa produção. Autopoiese quer dizer autoprodução (MARIOTTI, 1999, p. 1).

ciados; as características presentes nas manifestações da missa, no canto, na dança e na música são marcantes, prevalecendo o espírito de troca e fortificação que se traduz na linguagem do povo. Para os integrantes, Sairé é tempo de observação,

[...] o jeito de ver beleza no simples, nas coisas que o cercam. [...] a delicadeza e singeleza dos gestos, dos risos, da alegria e do sagrado que se manifesta em cada canto, palavras, fitas coloridas, palhas abertas, nos bolos de macaxeira, no vatapá e nas diversas goladas do delicioso tarubá (MATOS, 2012, p. 1).

Retoma-se aqui o sentido de ecossistema, a fim de definir que os processos apresentados identificam como sendo esse ambiente a própria vila, *locus* do festival Sairé, sendo esse evento, produto das relações que se estabelecem pelo fenômeno da comunicação. Nesse sentido, vale considerar as afirmações de Sodré (2012, p. 221) ao pensar a comunicação do ambiente social, qual seja, “a palavra ‘comunicação’ recobre, na prática discursiva corrente, três campos semânticos: veiculação, vinculação e cognição”.

No festival Sairé, a veiculação se relaciona com a prática de natureza empresarial utilizada por meio das tecnologias da informação, dos veículos de comunicação e faz referência a toda estratégia de comunicação do evento, tendo como fonte primordial as relações que se estabelecem no ecossistema como um todo. Diferentemente da pura relação produzida pela mídia, a vinculação pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos, quais sejam, as ações comunitárias ou coletivas ou as atividades sindicais, diálogos, animações culturais etc. Segundo Sodré (2012), não implica que essa vinculação social seja um motivo para um simples compartilhar de objetivos comuns, visto que a comunicação, pela própria raiz etimológica, já denota *reunir* para *dividir* entre os membros do grupo em que se encontram. Para o autor (2012, p. 223- 224), “vinculação, entretanto, é muito mais do que um simples processo interativo, porque pressupõe a inserção social do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a deliberação frente às orientações práticas de conduta, isto é, os valores”.

Em seus estudos, Sodré (2012) sinaliza que o objeto da comunicação é a vinculação social; como se dá o vínculo, a atração social, como as pessoas se mantêm unidas, juntas socialmente. A ênfase recai sobre “a radicalidade da diferenciação e aproximação entre os seres humanos” (SODRÉ, 2012, p. 223).

O FESTIVAL SAIRÉ: UMA ANÁLISE ECOSISTÊMICA E SEMIÓTICA

Analisar o festival Sairé por meio da Semiótica⁶ significa entender os modos de constituição desse fenômeno composto por sistemas sógnicos ou de produção de significado e de sentido. Para esta investigação, consideram-se no sistema Sairé dois subsistemas de representação: o religioso (sagrado) e o profano. Nesse sentido, optou-se pela proposta das três matrizes da linguagem e pensamento, desenvolvida pela semiótica Santaella (2005), com base na teoria semiótica de Peirce (2005). Das categorias universais do signo (primeiridade, secundidade e terceiridade), que têm por objetivo explicar a diversidade dos fenômenos experienciados, Santaella (2005) propôs explicitar a dinâmica das múltiplas linguagens existentes, denominadas *híbridas*.

O SAGRADO

O símbolo do Sairé representado por um artefato de madeira, ornamentado e conduzido na procissão, expressa essa característica das hierofanias,⁷ testemunha as coisas ainda ausentes. Isso porque se limita a uma realidade sensível vivenciada pelo homem religioso por meio do símbolo e, com isso, tanto faz se a hierofania é elemento natural do cosmo ou um objeto profano. Por meio da hierofania instaura-se o sagrado “no mundo”, a partir da valoração atribuída pelo homem a determinados conteúdos de sua vivência em relação ao cosmo (ELIADE, 2010, p.26).

6 A etimologia do termo semiótica remete ao grego *semeíon*, que significa “signo”, e *sêma*, que pode ser traduzido por “sinal” ou também “signo” (NÖTH, 1995, p. 21).

7 “Algo sagrado se nos mostra” [...] O homem toma conhecimento do sagrado porque “este se manifesta, se mostra como qualquer coisa de absolutamente diferente do profano” (ELIADE, 1992, p.13).

Fotografia 1 – O símbolo do Sairé



Fonte: Carlos Bandeira (arquivo pessoal)

No intuito de compreender essa relação com o instrumento, retoma-se o período anterior à reconstrução do Sairé, em 1973, visto que, naquele período, o instrumento (símbolo da festa) se fazia presente na festa, mas não na igreja (porque não era santo), apenas comparecia às festas de santos. Assim, na intenção de preparar um lugar de destaque para o instrumento, os moradores construíram o barracão para que a ladainha pudesse ser realizada fora da igreja. Esse local representa um espaço social, de encontro, onde a comunidade se reúne para, além da missa, partilhar as lembranças.

O ritual religioso do Sairé se compõe de personagens, de objetos, de missa, de cânticos e dos seguintes elementos: coroa, bandeiras, tambores e barracão. Esse ritual tem início com a Busca dos Mestros, os quais são fincados em frente ao barracão, e finaliza quando eles são derrubados.

Fotografia 2 – A Busca dos Mastros, no Sairé 2012



Fonte: Carlos Bandeira (arquivo pessoal)

O PROFANO

Profano nada mais é que “de uso cotidiano”, comum da ordem de todas as coisas, não é exclusivamente divino. Existe um equívoco no que diz respeito ao profano: comumente o entendemos como mundano, sujo, sem dignidade, ilícito. O mundano, sim, é ruim, oposto ao santo (AZEVEDO, 2011, p. 1).

No festival Sairé, o subsistema profano agrega todas as manifestações que não se relacionam com o sagrado. Diz respeito a todas as atividades no âmbito da praça com suas barracas, da praia, da culinária, do artesanato, do comércio, mas também do lúdico, das

danças, do carimbó, do tarubá,⁸ da lenda do boto que se materializa aos olhos de milhares de torcedores. Torcedores de botos. São eles que movimentam, sobretudo, os cinco dias de festa: luz, cor e som.

Essas são linguagens em profusão do Sairé, parte intrínseca do *complexus*, processos comunicativos sem os quais a “travessia” da história, dos descendentes boraris, dos botos, que ainda avança rumo ao futuro, não se teria sustentado.

Fotografia 3 – Torcida do boto Cor de Rosa



Fonte: Carlos Bandeira (arquivo pessoal)

8 “Tarubá ¹ s. m. (Bras. Amazonas) bebida fermentada, feita de beijuaçu dissolvido em água, o mesmo que caxixi ou caxirim” (IDICIONÁRIO..., 2008, não paginado).

LINGUAGENS HÍBRIDAS

Quando se trata de linguagens existentes, manifestas, a constatação imediata é a de que todas as linguagens, uma vez corporificadas, são híbridas (SANTAELLA, 2001, p. 379).

As linguagens de que trata Santaella (2001) compõem as três matrizes⁹ que representam todas as demais existentes. A denominação de “matrizes” proposta por Santaella (2001) relaciona-se à forma indissociável entre a linguagem e o pensamento. Segundo Peirce (2005), não há pensamento sem signos, uma vez que os signos estão intrinsecamente ligados ao pensamento, portanto, imprescindíveis para que este ocorra. “[...] há apenas três matrizes de linguagem e pensamento”: sonora, visual e verbal, “a partir das quais se originam todos os tipos de linguagens e processos sógnicos que os seres humanos, ao longo de toda sua história, foram capazes de produzir” (SANTAELLA, 2001, p. 20).

Cada uma das três linguagens refere-se a uma das categorias fenomenológicas de Peirce (2005). Assim, a sonora, decorrente do sentido da audição, realiza a primeiridade, por ser qualidade pura, fugacidade e corresponde ao acaso, ou ao fenômeno no seu estado puro, que se apresenta à consciência. A visual, do âmbito da visão, corresponde à secundidade, à ação e reação. É o conflito da consciência com o fenômeno na busca por entendê-lo, por haver uma presentificação, uma singularidade existente. A verbal, da faculdade de verbalização própria do homem, refere-se à terceiridade ou ao processo, à mediação (do domínio das abstrações), amparada na convencionalidade. Segundo Santaella (1983, 2001), a verbal é a interpretação e generalização dos fenômenos.

Embora haja a divisão tripartite das linguagens apresentadas, de modo universal, no festival Sairé elas estão misturadas, entretecidas, cujas raízes brotaram da cultura indígena “onde os mistérios da vida se expõem com naturalidade, o numinoso acompanha as experiências do cotidiano [...]” (LOUREIRO, 1995, p. 16).

9 A ideia de matriz, segundo Santaella (2001), faz referência ao lugar onde algo se gera ou se cria.

LINGUAGENS VERBAIS: A DISCURSIVIDADE VERBAL

Segundo Santaella,

[...] o primeiro princípio da discursividade verbal está na inscrição, na intenção de imprimir um traço, até mesmo um rabisco, que nos transporte para outras fronteiras da realidade, do simultâneo, do ontem e do amanhã, marca primordial da fala, o traço, o grama, a letra. Neste subtópico, linguagens verbais escritas referem-se a discurso, em todas as suas modalidades e submodalidades, independente do grau de hibridização de uma em relação às outras (SANTAELLA, 2005, p. 369).

As composições da ladainha, das agremiações dos botos e das danças descrevem elementos da natureza sob o olhar de quem vivencia essa realidade. As canções eivadas de simbolismo excedem uma simples perspectiva histórica ou religiosa; faz alusão a uma região primitiva ou colonial, ao mesmo tempo em que integra toda a comunidade – ao inserir valores sociais comuns ao ribeirão – por meio da utilização do rio, sempre presente nos hábitos desse povo.

LINGUAGENS SONORAS: OS INSTRUMENTOS, OS SINAIS SONOROS, OS RÍTMOS

O primeiro princípio da sonoridade, segundo Santaella (2005, p. 369), está na sua evanescência, uma vez que o som foi feito para passar e aquilo que acontece no tempo é levado junto com o tempo. Assim, a linguagem sonora (som), que “tem um poder referencial fragilíssimo”, não representa algo, apenas ele mesmo, nem substitui qualquer coisa que esteja fora dele (SANTAELLA, 2005, p. 19). Por outro lado, pode, apenas, indicar sua própria proveniência. Entretanto, essa incapacidade referencial se compensa “por seu alto poder de sugestão, o que fundamentalmente o coloca no universo icônico, onde operam as mais puras associações por similaridade” (SANTAELLA, 2005, p. 19). Prova disso é que essa linguagem é intrínseca à dança, pois quando se ouve os primeiros acordes, o efeito contagia, ou seja, o espectador vira dançarino.

LINGUAGENS VISUAIS: A CONSTRUÇÃO CÊNICA, A ENCENAÇÃO POPULAR

O princípio primeiro da visualidade, segundo Santaella (2005), está na forma, mesmo quando informe; forma que se presentifica diante dos nossos olhos; algo que se impregna de matéria, embora sendo onírica. Desse modo, quando imagens visuais fixas são produzidas artesanalmente elas enriquecem a linguagem gestual, visto que ocorrem entre o visual e o gestual, sendo, portanto, linguagens híbridas. Assim, o visual guarda em si a marca do gesto de sua produção.

A dança, linguagem híbrida cuja chave semiótica se dá na intersecção do visual com o sonoro, quando narrativa (geralmente ocorre no balé clássico), agrega o verbal, por conta do aspecto diegético e, nessa mistura, o festival Sairé se configura com estilo próprio, cuja significação torna a cultura rica e valorosa, no âmbito da arte e da história regional. “A dança não poderia ser outra coisa senão a matriz da sonoridade corporificada na plasticidade do corpo. O corpo dando forma plástica à temporalidade evanescente do som, às figurações do som” (SANTAELLA, 2005, p. 384).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos sobre o festival Sairé, ao considerar a metodologia e os procedimentos arrolados, concluiu-se que esse fenômeno cultural se apresenta como um sistema complexo e aberto, posto que realiza trocas, energia, informações e matérias com seu ambiente, no qual os processos comunicacionais constituem-se em práticas de vinculação, em suas ações sociais, construções políticas, arranjos econômicos e propostas de linguagem. As relações estabelecidas lhe conferem a condição de interpenetrabilidade e os aspectos físicos, geográficos e culturais que se inter-relacionam continuamente o remetem à complexidade. Os elementos diversos, tais como música, dança, lenda, missas, *shows*, teatro etc., conferem-lhe o *status* de ecossistema comunicacional.

Observou-se, ainda, que essa festividade se compõe de fragmentos de um passado remoto, de outro momento da história que muito se perdeu e o que restou, por algum tempo, foram lembranças de outrora registradas na memória de um seletto grupo de moradores

da Vila. Para os descendentes (boraris), a festa do Sairé se assemelha ao sentimento dos cristãos à Semana Santa. É um momento especial, que traz à lembrança seus antepassados e a história que lhes fora repassada.

Convém ressaltar que os processos comunicacionais que possibilitaram a transferência desses registros ainda persistem em todos os aspectos das relações humanas, tanto no passado quanto nos dias atuais e, no festival Sairé, se efetivaram porque linguagens, signos, símbolos se tornaram comuns entre os que compartilharam da ideia de reconstrução do evento.

Por fim, o Sairé aponta para uma contínua relação entre passado e futuro. O ir e vir da história por meio da vinculação – a movimentação concreta de toda a comunidade – que permitirá que tais ações vinculantes, cuja natureza se baseia no social, produza mais comunicação. Assim, a partir desse olhar (ecossistêmico e semiótico), muitas e diversas serão as possibilidades de acompanhar esse movimento que terá o tamanho que esse olhar alcançar. Esse movimento é parte viva da história. É a possibilidade. A eterna travessia do Sairé.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Cassiano. O sagrado e o profano. **Blog Comunidade Católica Shalom**, 2011. Disponível em: < <http://sacrificiovivoesanto.wordpress.com/page/147/>>. Acesso em: 6 abr. 2012.
- BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: University of Chicago Press, 2000. (Edição original 1972).
- BERLO, David K. **O processo da Comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- _____. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Biblioteca do pensamento moderno).
- FERREIRA, Edilberto. **O berço do Çairé**. Manaus: Valer, 2008.
- IDICIONÁRIO Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/tarub%C3%A1>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

- LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: CEJUP, 1995.
- LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011 (Coleção Sociologia).
- MARIOTTI, Humberto. Autopoiese, cultura e sociedade. 1999. Disponível em: <<http://www.humbertomariotti.com.br/autopoies.html>>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- MATOS, Jackson Fernando Rêgo. **Tempo do Sairé**. UFOPA, 2012. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/noticias/2012/setembro/tempo-do-saire>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.
- NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.
- PEIRCE, Charles. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PEREIRA, Mirna Feitoza. Ecossistemas comunicacionais: uma proposição conceitual. In: MALCHER, Maria Ataíde *et al.* (Org.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 49-63 (Série Comunicação, Cultura e Amazônia, v.2).
- SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Comunicação).
- _____. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- _____. **Matrizes da linguagem e pensamento**. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.
- _____. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- VARELA, Bartolomeu. **Excelência educativa em Cabo Verde**, 2007. Disponível em: <<http://excelenciaeducativa.blogspot.sapo.cv/6022.html>>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- VIEIRA, Jorge. Uma ontologia sistêmica. In: SANTAELLA, Lúcia; VIEIRA, Jorge (Org.). **Meta-ciência como guia da pesquisa**: uma proposta semiótica e sistêmica. São Paulo: Mérito, 2008. p. 25-45.
- _____. **Organização e sistemas**. São Paulo: PUC, 1998.

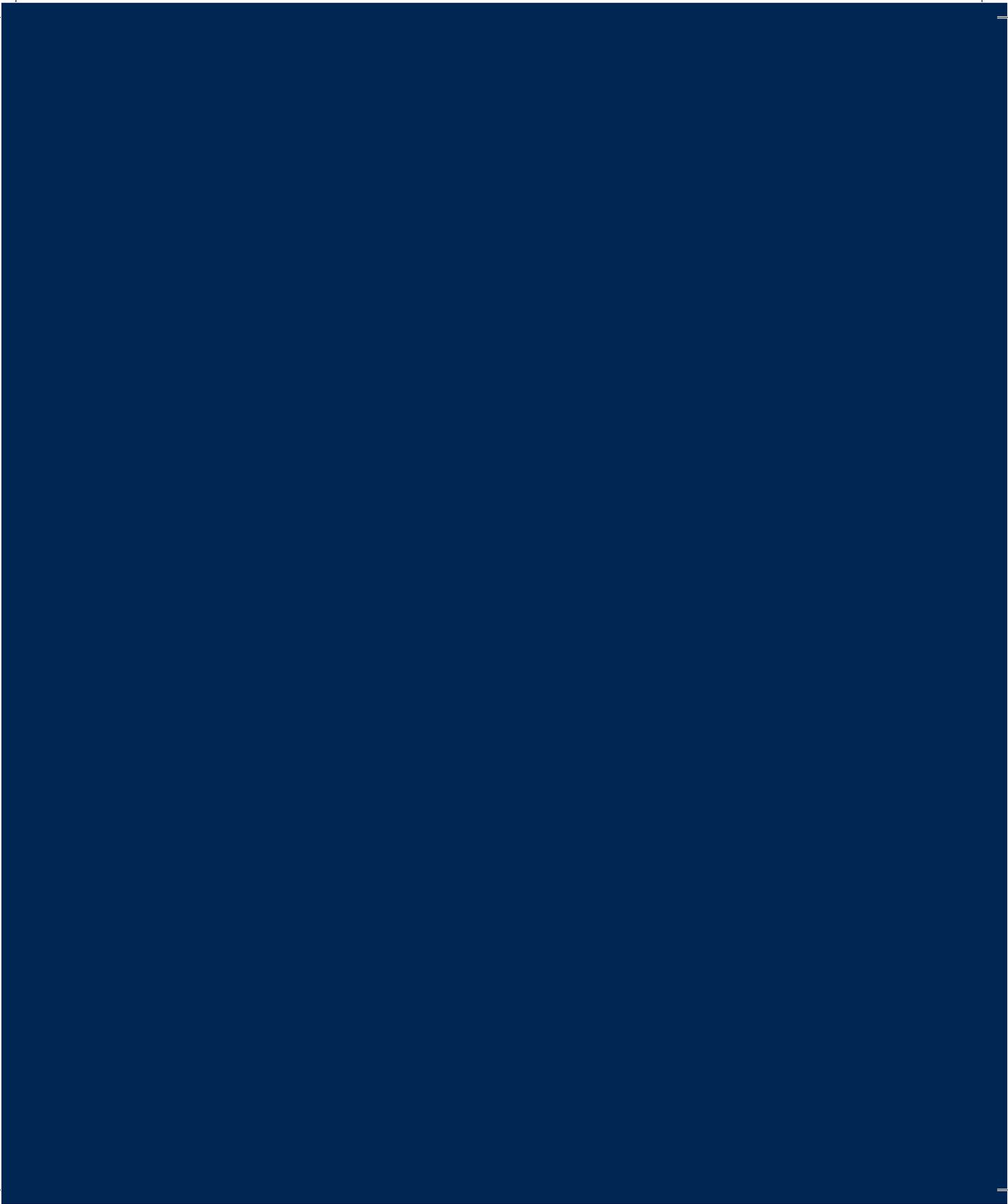


Imagem e sociedade na Amazônia



Fábio Fonseca de CASTRO
Marina Ramos Neves de CASTRO

114



Fábio Fonseca de CASTRO
Marina Ramos Neves de CASTRO

Imagem e sociedade na Amazônia

APROXIMAÇÃO AO OBJETO: A INTERSUBJETIVIDADE DE UMA FORMA DE VER

75

Uma das mais instigantes tradições intelectuais da cidade de Belém é a reflexão sobre a visualidade e sobre o olhar - sensível ou não - do mundo amazônico. Procurando compreender essa tradição, ou, mais especificamente, tentando compreender como a experiência social de um “saber visual” tem constituído uma prática intersubjetiva capaz de subsidiar a formação de socialidades, sociabilidades e práticas sociais, empreendemos uma observação de dois anos de duração que apresentamos, sinteticamente, por meio deste capítulo. O horizonte desta pesquisa foi produzir uma reflexão, com base numa sociologia compreensiva, sobre a experiência de “constituir um olhar amazônico”, historicamente elaborada e repassada – embora não de forma linear, contínua e racional - de geração a geração. Com esta proposta identificamos, no cenário cultural da cidade de Belém, três elementos sociais importantes: a) uma “representação reificada” dessa experiência visual, composta por discursos e práticas sociais específicas; b) uma “intersubjetividade”, compreendida como um espaço de conexões e trocas de perspectivas subjetivas individuais; c) um campo social de experiências, formado pelos mecanismos e instrumentos de articulação dos diversos agentes sociais envolvidos na produção desse “saber visual amazônico”.

O resultado foi uma cartografia imperfeita, porosa e circunstancial.

Imperfeita porque, embora falando em nome de uma pretensa “experiência visual amazônica”, essa “representação reificada” se produz, sistematicamente, a partir da intelectualidade da cidade de Belém, conformando, portanto, uma identidade atribuída e/ou reivindicada e, certamente, uma referência apropriada e, depois de o ser, também dissimulada

– no sentido de que procura fazer com que a apropriação cometida seja legitimada por vias discursivas e por práticas sociais de constituição de lugares e de autorizações de fala.

Porosa porque, naturalmente, tal como todo processo intersubjetivo, essa experiência se revela polifônica e dialógica (BAKHTIN, 2010a, 2010b), cravada por entre-falas e, mais do que uma verdade-em-si, se constitui como um entre-lugar interpretativo, conformado por nossa percepção, autorizada a partir do encontro com outros sujeitos que se pretendem dela participantes, bem como com objetos artísticos, informativos e midiáticos nela produzidos ou incluídos, contextualmente, por esses mesmos sujeitos.

Circunstancial porque, constituindo-se como campo social de experiências, trata-se de uma “tradição” em camadas, um entre-lugar, constituído por meio de articulações sociais que se formam a partir da experiência social desses agentes sociais diversos que, envolvidos na produção do “saber visual amazônico”, reelaboram suas posições conforme cenários e conjunturas variáveis.

Sendo uma cartografia imperfeita, porosa e circunstancial, fica evidente que estamos tratando, aqui, de uma diferença, no sentido que Derrida (1967) confere ao termo, ou seja, como temporalização, como algo que *está se estabelecendo* e não que já *está estabelecido*.¹ Não no sentido de *ser diferente*, de *não identificar*, mas no de remeter a depois, temporalizando a coerência e permitindo que o sentido permaneça ambivalente. A diferença, em Derrida (1967), significa adiar o cumprimento de um desejo ou vontade e reporta os fenômenos de sentido que não se produzem da maneira clara.

Nesse sentido, nosso empenho, nossa preocupação, é com uma interpretação e não com uma sistematização.

Isto considerado, podemos colocar um elemento geral de nossa interpretação, a ideia de que esse “saber visual” sobre a Amazônia constitui uma experiência social coletiva, significativa para a sociedade urbana regional, mas, também, uma experiência em construção,

1 O neologismo francês cunhado por Derrida (1967) também admite, na sua tradução para o português, outras possibilidades, como “diferença”. Nossa opção pelo jogo s/ç se deve ao intuito de preservar a dimensão homofônica presente no original francês, a qual não se faz possível na possibilidade referida.

um processo vivo. Trata-se de uma tradição interpretativa, ou melhor, explorativa, mas, também, de uma dúvida, de um incômodo constante e, em decorrência, de uma tradição descontínua, ainda que sólida enquanto experiência social intersubjetiva.

Mapeando essa experiência social, observando seus *incipits* – ou seja, suas margens de visibilidade – seus lastros, de visibilidade, suas margens de confluência, suas formalizações descritivas, teorizantes e autorreflexivas, podemos refletir sobre a maneira como as práticas de produção de um saber visual local constituem um instrumento privilegiado para a produção de sentidos que a sociedade amazônica faz de si mesma.

Num plano derivado – nessa “tradição” em camadas – procuramos também perceber a forma como tal experiência social intersubjetiva se associa à própria produção visual amazônica, ou seja, influenciando na produção dos conjuntos de enunciados artísticos, informativos e midiáticos, ou seja, na sua manifestação empírica em geral. Trata-se de um processo dialógico e contínuo: alimentada pela produção de sentidos, a reflexão intersubjetiva leva os produtores de sentidos a autorreflexões, que, por sua vez, resultando em novas manifestações, em novos fenômenos, renovam esse ciclo.

PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

A questão de partida na pesquisa era compreender como se efetivam as variáveis dessa reflexão/produção: como os *fazedores* de imagens de Belém – dentre fotojornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, ilustradores, artistas visuais, narravam, por meio de suas imagens, a Amazônia? Quais as características comuns a essa produção? Quais os seus processos e suas estratégias de atuação? Como se desenvolve e institucionaliza seu campo de experiência? Quais os desenvolvimentos teóricos e técnicos gerados? Quais as suas dinâmicas intersubjetivas?

Munindo-nos de um referencial da sociologia compreensiva – a reflexão de Schutz (1987) sobre a produção de sentidos pré-ontológicos –, procuramos desenhar um mapa dessa narrativa múltipla, ou melhor, de seu caráter intersubjetivo. Nesse processo, aquelas questões caminharam em direção a uma outra: como, intersubjetivamente, os indivíduos que produzem um olhar reificado (especializado, profissional em suas competências jornalís-

ticas, midiáticas, artísticas, críticas) sobre esse *lugar* que identificam como Amazônia, dão a ver um mundo, idealizam um mundo, que se conforma como uma tradição narrativa comum?

Pressupomos que essas idealizações constituem um tecido de conceitos, noções, dispositivos de leitura, paradigmas e discursos presentes na cidade de Belém, centro intelectual da Amazônia e espaço central de elaboração intersubjetiva dessa “tradição”. Ao indagarmos sobre as dinâmicas intersubjetivas dos atores sociais envolvidos na produção de uma “visualidade amazônica” procuramos compreender como o saber visual referido constitui uma reserva de experiência social e, em simultâneo, tipicalidades e estruturas de pertinência codificadas e vigentes no espaço social observado.

Nossa observação utilizou três referenciais teóricos: as noções de representação reificada, de intersubjetividade e de campo de experiência. Por representação reificada compreendemos as “idealizações coletivas” elaboradas por “especialistas” – os artistas, críticos e intelectuais da cena cultural estudada. O marco teórico referencial para os estudos do fenômeno foi a obra de Moscovici (1976) que, apesar de referir uma derivação do fenômeno, no caso das representações sociais, estabelece os mecanismos necessários para identificá-lo. Sinteticamente, pode-se dizer que o estudo das representações sociais, a partir desse marco, se interessa pelas regras que regem os pensamentos coletivos e, portanto, a subjetividade manifesta. O campo aberto por esse interesse volta-se para as visões de mundo, para os espíritos do tempo, para o senso comum, para os consensos e estereótipos, crenças e preconceitos, para o pensamento banal, para o pensamento *naïf*, para o cotidiano, em síntese. Por sua vez, a dimensão das representações reificadas refere o olhar especializado, técnico, culto, reflexivo, capaz de conformar esquemas elaborados de pensamento. Essas idealizações conformam um tecido de conceitos, noções, dispositivos de leitura, paradigmas e discursos presentes no saber visual dos agentes sociais estudados.

A noção de intersubjetividade incidiu no trabalho como a estrutura de conexão dos saberes reificados da experiência visual amazônica. Entendemos por intersubjetividade o espaço de conexões e dinâmicas múltiplas daqueles agentes sociais em torno de questões pertinentes aos temas e práticas do “ver” e do “fazer” imagens. Nesse sentido, acrescentam-se às dinâmicas específicas do ver e fazer locais, as práticas, técnicas e discursos uni-

versais, estruturas culturais – artísticas, informativas e midiáticas – presentes na sociedade contemporânea de maneira ampla e, no saber especializado, de maneira específica. Nossa perspectiva parte da reflexão de Schutz (1987) a respeito da constituição da experiência social.

Schutz (1987) elabora uma *análise constitutiva da experiência*, objeto central de sua obra, procurando estabelecer um diálogo entre a fenomenologia de Husserl e a sociologia compreensiva de Weber. Schutz (1987) propõe uma tipologia das relações sociais e, ao mesmo tempo, uma teoria fenomenológica da cultura, baseada no conceito weberiano de tipos ideais e na reflexão husserliana de que a tipificação é o processo fundamental pelo qual o homem conhece o mundo, bem como a ideia complementar de que essas tipificações, ou senso-comum, estão em contínua transformação.

Schutz (1987) articula essa teoria fenomenológica da cultura por meio de três noções - reserva de experiência, tipicidade da vida cotidiana e estruturas de pertinência. A primeira delas se refere à “sedimentação” dos saberes herdados pelo indivíduo. A segunda noção, a de tipicidade da vida cotidiana, se refere ao modo pelo qual as diversas experiências sociais se conformam, sempre baseadas num modelo anteriormente estabelecido. A terceira noção, a de estruturas de pertinência, refere-se às formas de controle das diversas situações sociais pelos indivíduos.

Ao indagarmos sobre as dinâmicas intersubjetivas dos atores sociais envolvidos na produção de uma “visualidade amazônica”, procuramos compreender como o saber visual referido constitui uma reserva de experiência social e, em simultâneo, tipicalidades e estruturas de pertinência codificadas e vigentes no espaço social observado. Por meio da noção de campo de experiência, desejamos evocar as estruturas sociais conjuntivas que solidificam e reforçam o saber visual observado, ou seja, o conjunto estruturante de espaços, instituições, práticas e discursos reificados que, em sinergia, competitivamente ou cooperativamente, conformam o espaço de produção de uma “visualidade amazônica”.

A noção de campo – ou, especificamente, de campo de experiência – está presente em Bourdieu (1989), que a define como o conjunto institucionalizado de discursos, práticas e instituições, reconhecido e respeitado pelo conjunto da sociedade. Segundo Rodrigues (1985), um campo social desempenha dois tipos de funções dentro de seu domínio espe-

cífico de competência: *discursivas*, por meio das quais os campos enunciam seus valores, princípios e regras, e *pragmáticas*, por meio das quais estabelecem, na sociedade, sua ordem de valores.

Um campo social, assim, é o resultado de um processo de autonomização de um tecido intersubjetivo. Nossa pesquisa objetivou a interpretação e descrição das visualidades amazônicas em sua interação com os processos sociais que as envolvem. Isso conforma um campo, evidentemente, com seus variados sujeitos, práticas e relações, mas é preciso ir um pouco além nessa ideia para compreender, efetivamente, a questão colocada sobre as dinâmicas intersubjetivas, pois intersubjetividade pressupõe bem mais que aquilo que está reunido na noção de campo, notadamente a possibilidade dos *traços* (LÉVINAS, 1967), das camadas de sentido (GADAMER, 1999) e das aporias (DERRIDA, 1967) – ou seja, de tudo aquilo que foge ao paradigma da presença, tão caro ao pensamento de Bourdieu (1989).²

A primeira etapa do projeto consistiu na identificação e coleta de material referencial da experiência social de constituição de um “saber visual” amazônico. Reunimos, em primeiro lugar, o material bibliográfico produzido por artistas, pesquisadores, críticos e especialistas desse “saber visual”. Esse material, composto por catálogos de exposições, livros, artigos em revistas e em jornais é de fácil localização, posto que há coleções constituídas, em Belém, em bibliotecas e acervos particulares. A partir desse material, realizamos um conjunto de entrevistas semi-diretivas com agentes sociais produtores do “saber visual” investigado. Nosso objetivo foi retirar, dessas entrevistas, em conjunto com o material bibliográfico selecionado, informações sobre a estruturação do campo analisado e sobre os elementos discursivos constituidores da “representação reificada” sobre a visualidade amazônica.

Nesse momento, iniciamos a segunda etapa da pesquisa, cujo objetivo foi decodificar e compreender essa “representação reificada”. Para fazê-lo, adotamos o procedimento analítico estabelecido em Moscovici (1976) e Jodelet (1984), baseado numa perspectiva fun-

2 Os três termos referidos constituem formas diferentes de compreender os elementos e processos da intersubjetividade. Não havendo espaço para discuti-los, apenas assinalamos o seu caráter fenomenológico e hermenêutico, com a ressalva para o fato de que a noção de aporia, de Derrida (1967), embora obedecendo a uma predisposição fenomenológica, não se pretende, a rigor, hermenêutico.

damentalmente fenomenológica, mas procurando fazer incidir, sobre esse referencial, uma dinâmica advinda da sociologia compreensiva.

Esse procedimento previu a realização de uma seleção dos significados possíveis e sua ordenação com fins práticos, visando a formação de esquemas figurativos e uma consequente naturalização do objeto analisado. Essa ação será seguida pela ancoragem do material (JODELET, 1984), por meio da qual se pretende um enraizamento da objetivação no espaço social.

A seguir, empreendemos uma avaliação das condições de produção do objeto investigado e sobre suas condições de circulação no campo social que o cerca. Essas duas ações pressupuseram que uma representação reificada compõe um sistema complexo de inter-relações entre elementos culturais (valores, modelos consagrados, anátemas, elementos invariantes), elementos de linguagem (interindividual, institucional, mediática) e elementos sociais (contexto histórico, contexto ideológico, elementos da organização social).

Nesse momento, partimos para uma compreensão dos elementos anteriormente recolhidos e sistematizados. Ou seja, à própria análise constitutiva *da experiência* proposta por Schutz (1987), e que, como já dissemos, comporta um procedimento interpretativo baseado na percepção do entrelaçamento de três elementos - reserva de experiência, tipicidade da vida cotidiana e estruturas de pertinência – no objeto estudado. Por meio desse processo, empreendemos uma leitura dos processos intersubjetivos que envolvem a experiência belemense de constituição de um “saber visual” amazônico, assim tangenciando a idealidade do campo de experiência.

Por fim, estabelecemos espaços temporais sobre os quais limitamos nossa interpretação. Embora procuremos, na pesquisa, uma percepção sobre um processo social de longa duração, que se estende por uma experiência social que se inicia ainda no momento colonial e que se estende a nossos dias, neste capítulo nos concentramos nos efeitos dessa experiência social, dessa herança de sentidos, sobre uma temporalidade presente, procurando observar o fenômeno sugerido enquanto efeito de sentidos presentes na contemporaneidade da produção visual de Belém.

DESCRIÇÃO DA OBSERVAÇÃO

Como dissemos, a reflexão sobre a visualidade e sobre o olhar do mundo amazônico constitui uma das mais instigantes tradições intelectuais da cidade de Belém. Essa tradição parece ter partido do encontro do colonizador com o patrimônio etnográfico local – uma semântica complexa que reúne formas antropomorfas e zoomorfas a grafismos geometrizantes e a motivos policrômicos. O estarrecimento diante das culturas marajoaras e tapajônicas – o olhar colonizador subvertido pela diversidade insólita daquelas representações – ensejou, talvez, a compreensão de que a linguagem visual constituiria um instrumental importante para a compreensão do mundo encontrado.

Mais tarde, essa compreensão do espaço amazônico pela via da linguagem visual se desenvolveria por meio das representações do meio físico e natural local elaboradas por viajantes, militares, naturalistas, desenhistas comissionados, engenheiros e geógrafos, desde o século XVII e se consolida com a pesquisa acurada de artistas plásticos e arquitetos de Belém ao longo do século XX. Dentre os primeiros, pode-se citar um exemplo marcante dentre muitos: a imensa “Viagem Filosófica” de Domingos Soares Ferreira, ilustrada com mais de quinhentas gravuras do mundo natural amazônico. Essa expedição, iniciada em 1783, duraria cinco anos e seria seguida por novas jornadas. Em todas elas, o naturalista foi acompanhado por uma equipe técnica formada por um jardineiro botânico e por dois artistas riscadores. As representações visuais no mundo amazônico por eles produzidas contribuíram para um desvelamento de certa maneira místico do *hinterland*, conformando uma obra diretamente responsável pela visão que hoje se tem de nossa região.

Dentre as representações visuais produzidas em Belém, ao longo do século XIX, pode-se observar um diálogo instigante com essas heranças visuais. Da decoração de interiores ao retrato convencional da figura humana encontram-se abundantes referências a um mundo amazônico repleto de enigmas e dominado por signos de distância, isolamento e solidão. Nessas representações abundam, também, alegorias de crenças indígenas e caboclas e referências ao geometrismo ancestral dessas populações.

A modernidade urbana e europeia evocada pelo ciclo do látex (1880-1912) e imposta a Belém com requintes de uma *belle époque* tropical ensejou um amazonismo perquiridor, incisivo, marcado por uma evidenciação das formas gráficas marajoaras e por uma pesquisa

de cores importantes. Essa tendência evidenciou-se na primeira década do século XX. Os primeiros modernistas - Theodoro Braga, Manoel Pastana, Angelus Nascimento, dentre outros – deixaram-se mover pela elaboração política de um “desejo de resgate” e interessaram-se, assim, pela representação pictográfica de um universo de lendas e de ícones visuais produzidos na cerâmica e no vestuário de populações indígenas extintas, inspirados por um desejo de “resgatar” informações visuais.

Essa preocupação cederia lugar, mais tarde, às investigações grandemente teóricas do chamado “Grupo do Utinga” – um conjunto de intelectuais, a maioria dos quais pintores, escultores e arquitetos, que se reunia nas florestas do lago Utinga, nos arredores de Belém, para estudar a luz amazônica e seus efeitos sobre a paisagem. As pesquisas desses intelectuais geraram considerações importantes sobre uma “linguagem visual” amazônica, envolvendo reflexões sobre o suporte, os materiais e os pigmentos oriundos da região, as quais fundamentaram o trabalho da geração à qual pertenceram Milton Monte, Ruy Meira, Roberto de La Rocque Soares, Benedito Mello e José de Moraes Rêgo na pintura popular de Belém.

As reflexões do “Grupo do Utinga” seriam responsáveis pela constituição da Faculdade de Arquitetura, no final dos anos 1950, na qual se formaria uma geração de artistas plásticos que prosseguiriam a pesquisa de seus mestres sobre a “linguagem visual” amazônica. Os “Novos” – como foram, a princípio, conhecidos - Emmanuel Nassar, Dina Oliveira, Osmar Pinheiro de Souza e vários outros são autores importantes na cena cultural bele-mense. Sua contribuição para uma “reflexão sobre as formas de ver” da Amazônia foram muito além de seu trabalho artístico, adquirindo contornos grandemente reflexivos na medida em que estabeleceram conceitos e problemáticas que acabaram por nortear os debates mais importantes das belas artes amazônicas atuais: os temas do paralelismo como paradigma do olhar popular amazônico, da umidade como substância inerente à pintura, da apropriação como rebeldia à colonização do olhar, da presença da água como elemento esquemático do cenário, dentre outros.

Essa reflexão, porém, vai além das artes plásticas. Ela envolve igualmente a fotografia. Na segunda metade do século XIX estabeleceram-se em Belém estúdios fotográficos que, não obstante destinarem-se à produção do “retrato” de elite, compuseram importante acervo

imagético sobre a paisagem social e natural local. Dentre esses estúdios pode-se citar o *Photo Fidanza*, que atuou em Belém por mais de um século e, também, outros profissionais igualmente importantes, como os estúdios Siza e Oliveira, este último fundado em 1884 e ainda em funcionamento. Já no século XX verificou-se, na cidade, um curioso movimento de “foto-clubes”, reunindo amadores da fotografia que, por várias vezes, transpuseram para essa forma de expressão os debates teóricos havidos no campo das artes plásticas.

A partir do final dos anos 1970 a fotografia ganhava um novo impulso no Pará, vivenciando uma efervescência crescente, e ainda em curso, que produziria “frentes” e movimentos como o Fotoclube Pará, a Fotoficina, o Fotopará, a Associação de Repórteres Fotográficos e a FotoAtiva, num pioneirismo que culminou na realização, em 1985, da IV Semana Nacional da Fotografia, em Belém. Os nomes de Luiz Braga e Miguel Chikaoka, hoje nacionalmente reconhecidos, lideraram, por vias diferentes, mas sempre coincidentes, esse processo, solidificando um movimento que envolve, atualmente, dezenas de fotógrafos e que foi denominado por Pardini (2002) como “escola de Belém”.

Com efeito, a fotografia de Belém obteve uma projeção nacional nas últimas décadas, convertendo-se numa fonte vital para a reflexão sobre a visualidade na Amazônia, sobretudo a partir de sua proposição de identificar, de forma antropológica, sujeitos e elementos sociais importantes nesse espaço.

Em paralelo a essa efervescência assinala-se o desenvolvimento de uma atividade cinematográfica, lenta em virtude dos custos elevados dessa linguagem, mas importante por sua persistência e coragem.

Essa produção foi inaugurada, por assim dizer, com o trabalho do espanhol Ramon de Baños, trazido à Amazônia pela sociedade seringueira – esse *boom* econômico que tanto marcou a região – em fins do século XIX. O silêncio engendrado pela falência do modelo produtor seringueiro fez Belém aguardar o surgimento de um “cineasta da Amazônia”, como foi chamado o paulista Líbero Luxardo, chegado à cidade em 1939. Sua produção ficcional, de grande repercussão no tecido artístico da cidade, foi contrabalanceada pelo trabalho documental do cineasta Milton Mendonça, produtor de milhares de metros de película sobre a vida política e social da Amazônia, destinados a animar os cine-jornais belemenses.

No campo do audiovisual também se deve referir a produção televisiva, que, por meio de telejornais, telenovelas e programas de auditório, igualmente contribuiu para a conformação dessa tradição. A primeira emissora televisiva da cidade – e da Amazônia –, a Marajóara, canal 2, foi inaugurada em 1961. Vinculada ao Grupo Tupi, de Assis Chateaubriand, só teve concorrente em 1967, com a inauguração da tv Guajará, canal 4. Um terceiro canal, a tv Liberal, seria inaugurada em 1977. A produção dessas três emissoras, em seus primórdios – num momento em que ainda não ganhara espaço o fenômeno das cadeias nacionais de televisão –, foi intensa e contribuiu grandemente para a construção da experiência visual que nomeia, ou indaga, a Amazônia, como *lugar*.

Nos anos 1970, por sinal, observou-se uma efervescência na produção de filmes na bitola Super 8, com destaque para o trabalho “Vila da Barca”, de Renato Tapajós, premiado internacionalmente, e também para o ciclo de produções ficcionais em curta metragem.

Os anos 1980, por sua vez, viram uma crescente especialização da produção, tornando-se emblemáticas, nesse período, obras como “Ver-o-Peso”, dirigido por Januário Guedes e que foi o resultado de um curso técnico de formação de produtores em cinema produzido pela Universidade Federal do Pará em parceria com o Instituto Goethe e com a Prefeitura de Belém; “Marias das Castanhas” e “Fronteira Carajás”, documentários em média metragem da socióloga Edna Castro; e “Carro dos Milagres”, de Moysés Magalhães, transposição para o cinema da obra literária de Benedito Monteiro.

No final da década de 1990 se observou um ciclo importante de produções em curta metragem, no formato película e/ou digital, algumas das quais premiadas em festivais brasileiros e estrangeiros. Esse ciclo movimentou grandemente a cidade, gerando um desejo por reflexão e por profissionalização que pode ser representado nos diversos cursos havidos, retomada do movimento de cineclubes e formação de associações culturais e profissionais. Essa nova geração reivindica a experiência anteriormente constituída de maneira descontínua, mas pode-se perceber um esforço pela elaboração de ícones (por exemplo, a “sacralização” de personagens, como o cineasta Líbero Luxardo) e de debate, discussão e interação.

Mais recentemente, a facilidade e a interatividade próprias da cultura digital têm permitido uma multiplicação de produções audiovisuais que, ainda por analisar, contribuem grandemente para a reelaboração do tecido reflexivo referido.

SÍNTESE DA INTERPRETAÇÃO REALIZADA

Há muitos “temas” na produção visual que, em suas múltiplas formas, tem sido produzida, em Belém, com a disposição de representar, de falar sobre, de falar com a Amazônia. Porém, percorrendo esse tecido de narrativas visuais, podemos chegar a uma questão sempre tangente, a um nó enigmático, que se mostra recorrente, embora por motivações que variam conforme a epocalidade vivenciada: a identidade. Identidade, se bem podemos dizer dessa maneira, porque não estamos nos referindo a uma identidade cultural, social ou mesmo étnica, mas a um aspecto da questão sobre a identidade que antecede à sua colocação, à sua narração e que corresponde mais às motivações da questão sobre a identidade do que à identidade, propriamente. Uma identidade como preocupação de representação, mas não necessariamente como tema. Explicando: embora muitas vezes seja tematizada objetivamente pela tradição visual de Belém, a identidade à qual nos referimos é aquela que obedece a um estatuto pré-ontológico. Ela não se manifesta enquanto conteúdo, necessariamente, mas, sim, enquanto motivação, dúvida, angústia, questão, ambiguidade.

Referimo-nos aqui àquele corpo de fenômenos que Lévinas (1967) e Derrida (1967) descrevem como *traço* e que corresponde a uma spectralidade, presente no fundo da narrativa. Segundo Lévinas (1967), o traço é aquilo que ainda está constituindo as suas condições de fenômeno, as causalidades que ainda se pactuam, como sentido, para se constituírem como nome, saber e ideia sobre um dado fenômeno. Diz Lévinas (1967, p. 201) que “la trace est la présence de ce qui, à proprement parler, n’a jamais été là, de ce qui est toujours passé”³ – em outros termos, o traço é aquilo que deve ser pensado antes do ser. Em Derrida (1967), a noção de traço designa a ausência de uma origem absoluta, uma impossibilidade de presente e um fracasso da presença. Por presença se deve entender o postulado central da metafísica ocidental, que não consegue pensar o ser e nem conceber a verdade senão como presença do objeto no espírito. O traço é aquilo que não consegue se fazer presente, que não consegue se conceber como sentido – e que, nessa condição, decorrentemente, é pré-ontológico. Nessas condições, Derrida (1967) distingue o traço daquilo que já possui sentido - o signo: “La trace, par rapport aux autres signes, a encore d’exception-

3 “O traço é a presença daquilo que, a bem dizer, jamais esteve lá, daquilo que é sempre passado” (tradução nossa).

nel ceci: ele signifie en dehors de toute intention de faire signe et en dehors de tout projet dont ele serait de visée”⁴ (DERRIDA, 1967, p. 199). Em resumo, Derrida (1967) observa que, possuindo uma condição pré-ontológica, o traço escapa à modulação entre ser e ente (1967), excede a simples diferença ontológica. E, nesse sentido, não significa, não refere, uma *différence* (diferença), mas sim uma *différance* (diferença).

Retornando ao nosso tema, propomos, em primeiro lugar, que a marca, a característica, a condição de sentido que nos parece mais apropriada para caracterizar a produção visual sobre a Amazônia, havida e refletida na cidade de Belém, na sua dimensão de experiência social histórica, é esse temário que aqui poderíamos chamar de identidade – e que preferimos chamar de *identificação*, porque não o vemos como um conjunto acabado e definido de questões sobre a identidade, mas sim como um estado pré-ontológico de questões sobre a identidade, de questões que tangenciam a identidade e que se manifestam por meio de motivações, dúvidas, angústias, questões, ambiguidades. A ideia de identificação nos parece mais apropriada para tratar desses temas, em função do fato de que o foco de nossa observação privilegia os processos cognitivos formativos, e não as perspectivas categorizantes já estabelecidas, talvez necessária para falar sobre identidades sociais, culturais e étnicas.

Em segundo lugar, desejamos observar que as condições de possibilidade desse temário narrativo que, assim, chamamos de identificação, devem ser percebidas em suas condições narrativas pré-ontológicas e, portanto, como traços constitutivos de uma diferença, tal como colocado por Derrida (1967). De outra forma, o resultado de nossa interpretação não seria uma cartografia imperfeita, porosa e circunstancial, como acima sugerimos, mas sim uma cartografia resiliente, marcada por presenças ontológicas.

Percorrendo esse tecido de narrativas visuais que conformam nossa cartografia, vamos encontrar esse temário da identificação, assim, na sua diferença.

Os sujeitos sociais investigados, misturadas as epocalidades e as espacialidades de sua situação no corpo social, bem como misturadas as linguagens e as percepções, se caracte-

4 “O traço, em relação aos outros signos, tem ainda outra coisa de excepcional: ele significa fora de toda intensão de significar e fora de todo projeto no qual ele seja visado” (tradução nossa).

terizam pelo processo de, em comum, ainda que descontinuamente, conformarem um tecido social intersubjetivo cujo ponto vetorial central de articulação parece ser o esforço pela conformação de uma tipicidade para essa sua diferença, para a sua identificação. Essa tipicidade parece ser conformada por meio de um saber visual socialmente constituído e instituído, o qual produz campos de ação e de articulação.

Sua experiência social é vivenciada, numa dada dimensão, individualmente – o que não quer dizer que não seja, assim também, uma experiência intersubjetiva. Os sujeitos sociais que, em outra dimensão, se articularam, intersubjetivamente, para a confecção de uma ideia comum, ainda que repleta de interstícios e conflitos, sobre a identificação amazônica, também vivenciaram algum tipo de experiência individual que, de alguma forma, os habilitou a incluírem-se na intersubjetividade referida. Essa experiência vivencial aparenta decorrer, ser motivada, alternativamente ou inclusivamente, por formas sociais de vivência: de uma vivência cultural específica, que habilita o sujeito a *ter* conhecimento de um grande número de códigos da *duração* amazônica, ou de uma vivência intensa de um determinado presente, temporalmente caracterizado por dada experiência geracional – dentre as diversas possíveis, quando determinadas gerações amazônicas se confrontaram com fatos sociais traumáticos ou significativos.

Intersubjetiva, a experiência social dos indivíduos que conformam nossa cartografia se apresenta como um sentimento de evidência, uma *sensação de realidade* que se manifesta por meio dessa operação simples do dar-a-ver, do mostrar, do desvelar, que está presente em todo ato de produção daquilo que é visual. Quem narra a Amazônia – uma certa ideia de Amazônia – por meio de conteúdos visuais, seja a partir de uma motivação artística, por meio de uma motivação informativa ou de um evento de midiatização, está dando-a-ver um mundo que, para si, intersubjetivamente, consiste numa sensação de realidade e se inscreve como uma vivência significante.

A dimensão intersubjetiva desse evento, considerando suas condições pré-ontológicas, pode ser descrita como uma narração em constante processo de sedimentação. Schutz (1987) explica esse processo de sedimentação recorrendo à distinção, feita por Husserl (1964), entre a *ação em andamento* (*Handeln*) e a *ação já realizada* (*Handlung*). O processo de conformação de uma vivência significante corresponde a uma *ação em andamento*. Nela, o sentido é plurívoco

e Schutz (1987) refere-se a esse tipo de ação como sendo o que chama de *síntese politética*. Trata-se de um primeiro estágio no processo de sedimentação da significação.

Porém, quando a vivência já se conforma de maneira mais clara e recorrente e se assemelha a uma *ação já realizada*, ela se apresenta à consciência de uma maneira sintética, gerando também uma síntese, mas que, desta vez, em função de seu caráter mais estruturado, será denominada síntese monotética.

Uma síntese monotética é uma vivência em estado fenomênico e transcendental. Ou seja, comporta uma projeção configurada, partilhável socialmente pelo fato de se encadear a outras redes já firmes, já consolidadas, de significação. Uma síntese monotética conforma-se pela via de uma “configuração de significações” (*Sinnzusammenhang*) (SCHUTZ, 1987, p. 42) que partilha sentidos já ontologizados.

A identificação, ou o tema aberto, pleno de dúvidas, da identidade, consiste, nesse sentido, em uma síntese politética da Amazônia. É por meio dela, de seus *traços*, que a Amazônia se torna, idealmente, um *lugar* – ou, na seqüência de nosso raciocínio, um desejo de lugar, um desejo de identidade, uma identificação, uma aproximação. Desejo de lugar cultural, histórico e social – lugar da experiência coletiva. O que a narração visual desvela? Um lugar de sentidos, um nó de sentidos. Aquilo a que Bergson (1964) denomina *atenção à vida* e que Schutz (1987), chama de *tensão da consciência*.

Uma *atenção à vida* é, necessariamente, uma tensão da consciência. Ao dar-a-ver essa Amazônia, o narrador desse lugar, pensado na sua individualidade, como pessoa, ou na sua intersubjetividade, como grupo social de experiência, intui as coisas do mundo e doa, a si próprio, a realidade das coisas do mundo. Husserl (1964) chama a isso de intuição. Para ele, a intuição seria um “ato de preenchimento” (*Einfühlung*) que levaria, por sua vez, à evidência. Normalmente, *Einfühlung* é traduzido por empatia. E equivale, justamente, à experiência do sentir-com, do sentir a partir de uma dimensão intersubjetiva. O termo indica a enigmática possibilidade de estar dentro, estar presente, viver com e como o outro o seu *pathos*, paixão, sofrimento e doença. Indicando ora a possibilidade de projetar de modo imaginativo sua consciência e, assim, apreender o objeto contemplado, ora a capacidade de compreender os sentimentos e os pensamentos de um outro, colocando-se em seu lugar.

De acordo com Husserl (1964), a empatia se dá por meio de uma operação com dois fatores: intuição e evidência. Haveria três tipos de intuição e outros três de evidência. As três intuições seriam: a intuição categorial, puramente formal, caracterizada por partir da materialidade dos fatos – de seu “real ôntico”; a intuição eidética, que, por sua vez, parte da essência dos fatos, imaginando-a para, em seguida, transpô-la para a sua própria verdade e, o terceiro caso, a intuição sensível, relativa à contingência ôntica do objeto e que, em função da dificuldade de se observá-la e mesmo comprová-la, acaba por fragilizar o sujeito observador. Por sua vez, os três tipos de evidência seriam a apodídica, a qual se apresenta como uma certeza absoluta; a adequada, que deve ser compreendida como uma espécie de laboratório, com o qual o sujeito experimenta o que aparenta ser a verdade do mundo e, enfim, a evidência do-que-vai-de-si (*Selbstverständlichkeit*), que é hipotética, presuntiva.

A figuração visual da Amazônia por meio da questão identitária que a descreve como *lugar*, que dá a ver a Amazônia, idealmente, como *lugar*, se reproduz empaticamente porque é conformada enquanto desejo de identidade: desejo de lugar, identificação, aproximação. Desejo de lugar cultural, histórico e social – lugar da experiência coletiva.

A identificação visual da Amazônia por meio de uma intuição categorial, aquela que é puramente formal e centrada na materialidade dos fatos, se apresenta, sobretudo, na produção de conteúdos informativos sobre a região: por meio do fotojornalismo e do telejornalismo, por exemplo; por meio das narrativas publicitárias e dos audiovisuais de caráter documental; por meio de tudo o que é registro visual. Essa intuição, bem como as demais, conforme o caso, pode estar baseada em evidências apodídicas, adequadas ou presuntivas. Um exemplo de intuição categorial com evidência apodídica seria o fotojornalismo mais tradicional, norteado pela crença na objetividade jornalística e que reproduz o caráter apodídico que podemos dizer presente idealmente na midiatização jornalística. Uma intuição categorial com evidência adequada estaria presente, por exemplo, num fotojornalismo mais documental – e aqui pensamos na obra da fotógrafa Paula Sampaio (2005) sobre a Transamazônica, que relata o cotidiano desse espaço. Já uma intuição categorial com evidência presuntiva seria, por exemplo, a produção cartográfica sobre a região, notadamente a Nova Cartografia Social da Amazônia, projeto cooperativo de investigação que possibilita, a comunidades e povo tradicionais do espaço amazônico, a construção de

autocartografias representativas do seu espaço, com recurso à construção de autorrepresentações imagéticas da sua identidade (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2013).

Já a identificação visual da Amazônia por meio de uma intuição eidética – por meio da qual se parte de uma pressuposição a respeito da essência dos fatos em direção a uma transposição, dessa suposta essência, para uma verdade própria – está presente, sobretudo, na produção visual de natureza artística.

Um exemplo de intuição eidética com evidência apodídica seria a produção visual não-profissional, ou convencionalmente assim considerada pela mentalidade *savante* – aquela que produz as normas e os códigos que determinam os padrões aceitos como “profissionais” e que, portadora de um olhar *naïf*, correspondem às pinturas e ilustrações expostas à venda em lojas turísticas e nas feiras de artesanato.

Um exemplo de intuição eidética com evidência adequada seria a série de imagens “Identidades calcinadas”, de Alexandre Sequeira, uma coleção que resultou do projeto “Impressões de um lugar”, financiado pelo Instituto de Artes do Pará (SEQUEIRA, 2010). O projeto se constituiu como experiência artística-etnográfica: o artista vivenciou uma comunidade cabocla amazônica, no lugarejo de Nazaré de Mocajuba, fotografando a comunidade e recriando sua vivência no lugar por meio de uma obra visual que fundiu técnicas e processos diversos. Fica clara sua intenção de recriação, bem como seu poder de transcendência. Sua intuição é eidética porque possui a intencionalidade de fazer convergir a experiência social na própria experiência criadora do artista. Sua evidenciação é *adequada* porque se justifica plenamente nesse projeto, sem pretensão a qualquer forma de objetividade que não na coerência interna que decorre de sua intencionalidade.

Um exemplo de intuição sensível com evidência presuntiva seria a publicidade e o jornalismo referentes ao Círio de Nazaré, uma produção visual que, quando dirigida aos paraenses, reproduz a ideia de um pacto de identidade centrado na figura, intuída, de uma experiência comum, subjetivamente partilhada.

Por fim, a identificação visual da Amazônia por meio de uma intuição sensível, aquela relativa à contingência ôptica do objeto e que, em função da dificuldade de se observá-la e mesmo comprová-la, acaba por fragilizar sua apresentação como *algo mostrado*, ou como

conteúdo visual, reúne toda sorte de eventos narrativos que, apesar de intuírem a questão pré-ontológica intersubjetivamente construída, não se pretendem, necessariamente, como *comunicadores de sentido*. Essa terceira forma de identificação está presente, pensamos, num bloco de visualidades que não se pretendem artísticas – que não pretendem possuir um saber-fazer artístico nem, tampouco, um saber-fazer informativo-midiático e que, assim, não conformam representações reificadas, mas que são passíveis de serem lidas como objetos artísticos e/ou objetos informativos. Nesse conjunto cabem matérias menos “classificáveis”, em função de sua narrativa híbrida, como cartões postais, calendários, certa dimensão da narrativa publicitária, embalagens, pintura de casas e toda forma de visualidade utilitária, objetos decorativos banais e todo o imenso conjunto de fazeres visuais quotidianos, presentes na vida cotidiana de produtores de sentido que não se pretendem especializados.

Em todas as formas de intuição e de evidenciação há um ponto vetorial que acaba constituindo a própria motivação de todo o processo: uma dinâmica de intencionalidade. Ou seja, há sempre um empenho em narrar e uma motivação para fazê-lo. O mundo, por si, não se faz como ver, como olhar; é o narrador que dá a ver o mundo, a partir de um evento empático – a *atenção à vida* (BERGSON, 1964); a *tensão da consciência* (SCHUTZ, 1987).

Quando observamos nossa cartografia imperfeita, porosa e circunstancial da tradição de ver a Amazônia, percebemos que os indivíduos que se propõem a narrar esse *lugar* estão empaticamente atentos à essa vida, a esse *lugar* que, antes de que se faça ver, é dado, por eles mesmos, intencionalmente, a ver. As narrações que fazem desse lugar parecem estar tensionadas por um dever de narração – ou pela crença, algo mística, num dever de “representação”, certamente impossível de viabilizar – e, a fundo, por essa ambiguidade pré-ontológica que consiste na própria construção da questão sobre o *lugar*.

Porém, há aí uma metafísica tangente: se é perguntando pela identidade, intuindo, inventando, identificando a identidade que chegam à ideia de lugar, esse lugar não comunica a identidade como resposta, mas, sim, unicamente, enquanto questão – e, portanto, enquanto dúvida, suspeita, hipótese. Afinal, identidade e lugar não são, não conformam, senão metafisicamente, categorias ontológicas semelhantes.

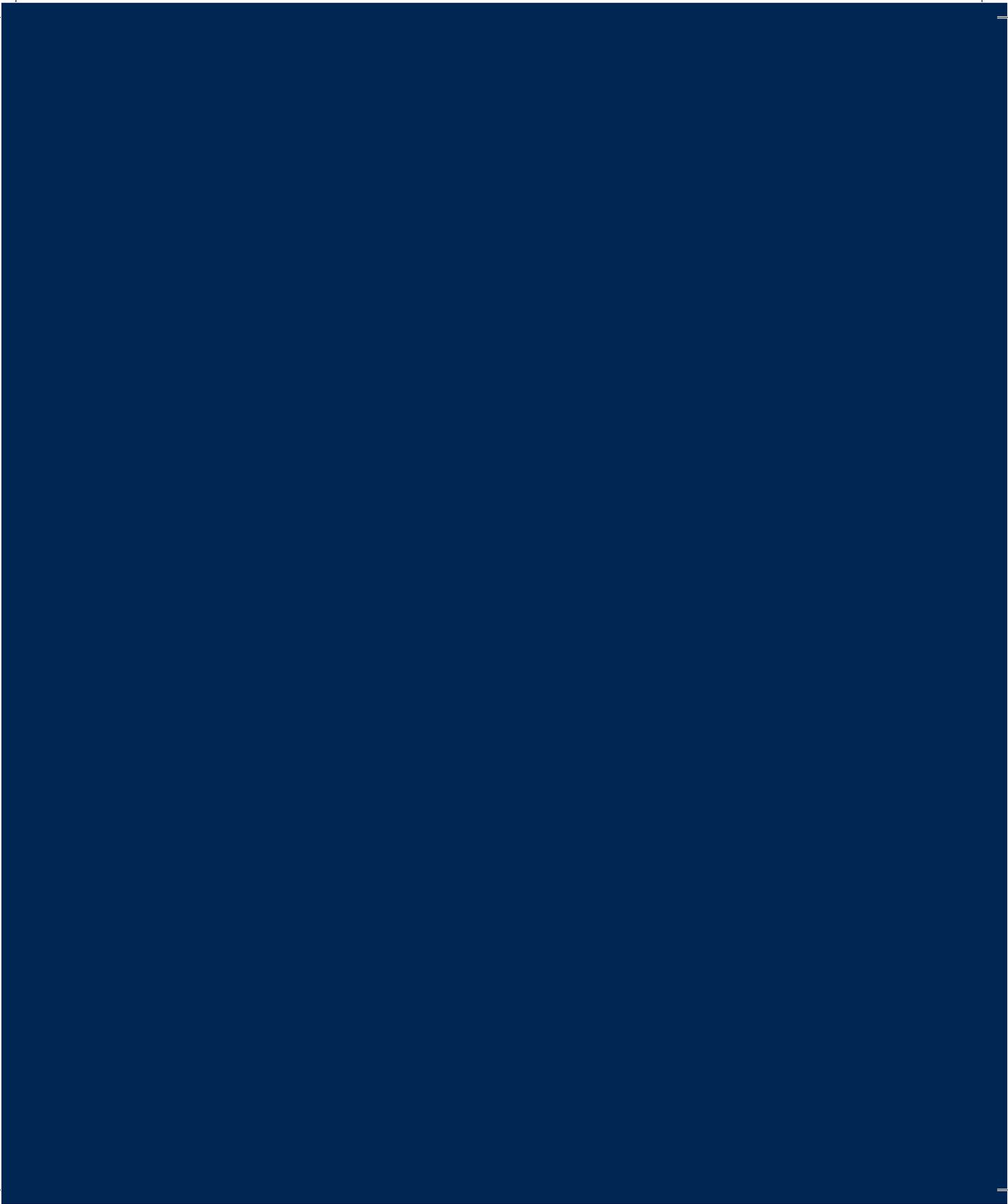
Não é a “Amazônia” – ideia incompleta, *lugar* excessivo e indefinido – que está lá figurada,

mas, sim, um desejo de ver alguma Amazônia: uma suspeita, um espectro. Há uma questão obstruída pelo dar a ver a Amazônia pretendido pelos seus narradores belemenses: a vacuidade própria de seu ato narrativo enquanto representação. No fundo, a questão da visualidade amazônica é, simplesmente, uma questão de visibilidade *da* Amazônia.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- _____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 2010b.
- BERGSON, Henri. **Essai sur les données immédiates de la conscience**. 80. ed. Paris: PUF, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- DERRIDA, Jacques. **L'écriture et la différence**. Paris: Seuil, 1967.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HUSSERL, Edmund. **Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps**. Paris: PUF, 1964.
- JODELET, Denise. Les représentations sociales. In: MOSCOVICI, Serge (Dir.). **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984. p. 357-389.
- LÉVINAS, Emmanuel. **En découvrant l'existence avec Husserl et Heidegger**. Paris: Vrin, 1967.
- MOSCOVICI, Sergio. **La psychanalyse, son image, son public**. Paris: PUF, 1976 (1961).
- PARDINI, Patrick. Escola de Belém: o artesanato da iniciação. In: PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. **Fotografia contemporânea paraense: panorama 80/90**. Belém: SECULT, 2002.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia** (website). Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **O campo dos media**. Lisboa: Vega, 1985.
- SAMPAIO, Paula. **Paula Sampaio**. Coleção Senac de Fotografia, volume 7. São Paulo: Senac, 2005.
- SCHUTZ, Alfred. Sens commun et interprétation scientifique de l'action humaine. In: Alfred SCHUTZ. **Le chercheur et le quotidien**. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1987, p. 7-63.

SEQUEIRA, Alexandre. Nazaré do Mocajuba, 2010. Disponível em: <<http://alexandresequeira.blogspot.ca/2010/07/nazare-do-mocajuba.html>>. Acesso em: 10 ago. 2013.



Pelas ruas de Belém:

a série fotográfica "Corte Seco", de Alberto Bitar



Ana Shirley Penaforte CARDOSO
Ivânia dos Santos NEVES

114



Ana Shirley Penaforte CARDOSO
Ivânia dos Santos NEVES

Pelas ruas de Belém: a série fotográfica “Corte Seco”, de Alberto Bitar

IMAGENS E (IN)SUBMISSÕES

99

Como reencontrar essa extravagância, essa insolente liberdade que foram contemporâneas do nascimento da fotografia?
As imagens, então, corriam o mundo sob identidades falaciosas. Nada as repugnava mais do que permanecer cativas, idênticas a si, em um quadro, uma fotografia, uma gravura, sob o signo de um autor. Nenhum suporte, nenhuma linguagem, nenhuma sintaxe estável podiam retê-las; do seu nascimento ou de sua última paragem, elas sempre podiam se evadir através de novas técnicas de transposição. Dessas migrações e desses retornos ninguém desconfiava.
Michel Foucault

As fotografias, assim como textos literários, esculturas ou pinturas, são construções históricas. São enunciados visuais atravessados e constituídos por outros enunciados, que se singularizam, a partir do lugar de quem enuncia e de suas condições de possibilidades históricas. Por que algumas imagens estão intensamente presentes em nossas memórias e outras ficam apagadas, desconhecidas? O que movimenta a história e reforça ou refuta os discursos colocados em circulação por algumas fotografias? Como materialidades discursivas, as fotografias também se movimentam com os ventos da história.

Esta forma de conceber as fotografias nos levou à investigação, cuja abordagem toma como foco vários aspectos da imagem e procura estudá-la de diferentes ângulos: no âmbito da circulação, da estética, do ato fotográfico e também em algumas questões técnicas,

porque são elementos significativos para o entendimento da fotografia como produtora de sentido. Aqui, compreendemos a fotografia como construções históricas, como materialidades discursivas que atualizam memórias, a partir da perspectiva da análise do discurso de linha francesa, sob a esteira dos estudos desenvolvidos pelo filósofo Foucault (2012) e pelas pesquisas desenvolvidas pela professora Gregolin (2011).

A imagem é um operador de memória social, comportando no seu interior um programa de leitura, um percurso inscrito discursivamente em outro lugar. Esse programa de leitura está inscrito na própria materialidade da imagem, mas é um percurso que, lógico, não nasce na imagem, há todo um processo de intertextualidade, de interdiscursividade, da memória das imagens que vão produzir isso que é um acontecimento, mas que não prescinde, de maneira nenhuma, da história (GREGOLIN, 2011, p. 93).

Nesta perspectiva, o tempo não representa apenas o instante necessário para captação da imagem, mas como movências históricas que atravessam as entrelinhas de uma fotografia e produzem memória. As fotografias são constituídas por atravessamentos políticos e culturais que foram motivadores para destacar, atualizar ou apagar uma imagem.

Optamos por analisar narrativas visuais de uma perspectiva de quem vive a/na Amazônia, a partir da observação das paisagens humanas traduzidas pela fotografia de Alberto Bitar. Olhamos para sua produção como construções históricas, que colocam em circulação diferentes discursos sobre uma realidade (re)criada da região amazônica. Tomamos Alberto Bitar, na condição de fotógrafo, como um sujeito histórico, na concepção de Foucault (2010a, 2010b, 2012), pois sua obra é constituída por muitas vozes e se constrói nas relações sociais marcadas por um momento histórico, traduzido por seu olhar estético e crítico sobre o mundo. Para Fernandes (2008, p. 21), o “sujeito discursivo é constituído na inter-relação social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, uns conjuntos de outras vozes heterogêneas se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos”.

A multiplicidade de discurso que forma a voz e o olhar do sujeito é responsável pela pluralidade de possibilidades na produção dos enunciados. Alberto Bitar produz seus enunciados fotográficos a partir de memórias da infância e de tantos outros discursos que o constituem

como sujeito. Seus enunciados fotográficos são formados pelo conjunto de suas experiências de vida, que são reatualizadas ou silenciadas a cada trabalho produzido por ele.

Alberto Bitar é fotógrafo profissional, atua na área da comunicação como fotojornalista e desenvolve, paralelamente às atividades jornalísticas, projetos pessoais, em geral, livres de vínculos institucionais. São fotografias construídas para um acervo particular, no entanto, são obras que mantêm, em certa medida, diálogos convergentes e também divergentes com os enfrentamentos diários do jornalismo, ainda que de forma transversal.

Para analisar as imagens produzidas por Alberto Bitar, tomamos as considerações de Dubois (2010), para quem a fotografia é um enunciado complexo e não se limita a ser um “espelho” do real, nem uma transformação do real, mas, sim, um traço do real.

Finalmente, a terceira maneira de abordar a questão do realismo em foto marca um certo retorno ao referente, mas livre da obsessão do ilusionismo mimético. Essa referencialização da fotografia inscreve o meio no campo de uma pragmática irreduzível: a imagem foto torna-se inseparável de sua experiência referencial, do ato que a funda. Sua realidade primordial nada diz além de uma afirmação de existência. A foto é em primeiro lugar índice. Só depois ela pode tornar-se parecida (ícone) e adquirir sentido (símbolo) (DUBOIS, 2010, p. 53).

Dubois (2010) refere-se ao momento da captação da imagem fotográfica e ainda que essa fotografia seja modificada, alterada, ela terá relação com seu referente. A noção de realidade da qual fala Dubois (2010) está relacionada a uma afirmação de existência, como, por exemplo, uma sombra que não descola de seu referencial. Este aspecto da fotografia estimula reflexões acerca da fotografia de imprensa e da fotografia de arte e a pensar numa “fronteira” entre essas duas formas de fazer.

Aqui, vamos analisar especificamente a série “Corte Seco”, de Alberto Bitar, composta por fotografias que possuem uma narrativa central: corpos humanos, vítimas da violência. São imagens coloridas, feitas com câmeras de tecnologia digital, em baixa velocidade, registradas durante a produção das pautas. As cores e a baixa velocidade usadas nessas fotografias são dois importantes dispositivos técnicos que marcam a singularidade do olhar de Alberto Bitar.

O conceito de dispositivo técnico é bastante abrangente e envolve várias instâncias, como as questões culturais, afetivas e crenças que podem dar ou mudar o sentido de enunciados postos em circulação. O dispositivo pode estar inserido na ordem mais abrangente das relações interpessoais, ou nas microrrelações, pode também apresentar-se de uma forma mais visível, como em objetos, textos, cores, música, fotografia.

Entendemos dispositivo técnico, a partir das ideias de Aumont (2010), como um meio que pode (re)inventar os sentidos e, no caso de uma produção fotográfica, é possível dizer que ele abrange o enquadramento, a câmera fotográfica, a perspectiva, a profundidade de campo, assim como o tamanho da imagem, o formato em que será exposta, a moldura, o suporte em que será exibida. Dispositivos são elementos técnicos que podem alterar o sentido do enunciado de acordo com o seu uso. A seleção desses materiais, assim como a forma de utilizá-los, seja na elaboração ou na circulação da imagem, não acontece de maneira aleatória. Essas escolhas estão atravessadas pelas vontades de verdade e pelas relações de poder, disponibilizadas numa ordem discursiva de determinado momento histórico. Uma trama que envolve tanto quem produz a imagem, quanto quem a observa. Aumont (2010) refere-se a dispositivo como

um conjunto de determinações que englobam e influenciam qualquer relação individual com as imagens. Entre essas determinações sociais figuram em especial os meios e técnicas de produção de imagens, seu modo de circulação e eventualmente de reprodução, os lugares onde elas estão acessíveis e os suportes que servem para difundi-las (AUMONT, 2010, p. 139).

Aumont (2010) refere-se aos variados tipos de dispositivos que podem influenciar ou modificar a relação do espectador com a imagem. Dispositivos que variam dos meios técnicos de produção aos de circulação e de reprodução de fotografias, como em livros, internet ou *folders*. Nesse caso é possível considerar não apenas os sentidos estimulados pelo uso do equipamento e de técnicas para a produção dessas imagens fotográficas, mas ampliar a reflexão sobre os múltiplos sentidos que as fotografias do projeto “Corte Seco” podem sugerir, ao pensá-las publicadas em catálogos, expostas em salões de arte, em ruas, praças e também aqui neste capítulo.

Todo o pensamento sobre dispositivo, acima referido, está vinculado às ideias de Foucault (2010b), que define dispositivo como estratégias de manipulação:

O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. O dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2010b, p. 245-246).

Para Foucault (2010b), o dispositivo é utilizado como estratégia de controle, de saber e de poder. O filósofo não se referiu especificamente à questão fotográfica como um dispositivo de controle, porém, o conceito de dispositivo desenvolvido por ele ajuda a pensar no modo como se manipula um equipamento fotográfico e os destinos que essas imagens tomarão. Assim, é possível dizer que a produção e a circulação das imagens estão presas a esse jogo de saber e de poder e são, em certa medida, usadas para direcionar o olhar. As imagens fotográficas não estão à parte das discussões, nem dos regimes de verdade do momento histórico.

Nas condições de possibilidades históricas contemporâneas, a fotografia recebeu novas interferências técnicas e a imagem digital permite a construção de novas materialidades que se inscrevem em um espaço híbrido, como a obra de Alberto Bitar. Os enunciados produzidos pelo ensaio “Corte Seco” sobre as imagens dos corpos vitimados nas ruas e calçadas de Belém dedicam um olhar sensível e poético a esses acontecimentos e que se contrapõem à brutalidade dos cenários de violência revelados nas páginas dos cadernos de polícia disponibilizados pela imprensa escrita. Referimo-nos aos jornais impressos por serem, aqui, um de nossos pontos de observação.

TRANSITORIEDADES EM ALBERTO BITAR: OS CAMINHOS DA LUZ

O fluxo do tempo, da vida, da memória é o que une o meu trabalho. O que permeia todo ele é uma questão existencial: a impermanência.

Alberto Bitar

Alberto Carneiro Bitar nasceu em Belém, no Estado do Pará, em 1970, é formado em Administração pela Universidade da Amazônia (UNAMA), porém, desde os anos 1990 atua como fotógrafo e desenvolve projetos pessoais. As fotografias produzidas por Alberto Bitar estão ligadas a uma memória afetiva, como as lembranças de sua mãe já falecida; estão relacionadas também às imagens da rua realizadas de sua própria janela, ou mesmo as produzidas entre uma pauta e outra durante sua atuação como fotógrafo. A transitoriedade da vida é o tema principal de seus projetos.

Alberto Bitar investiga a estrutura imagética da fotografia ao expor o obturador da câmera por longos períodos de tempo e ao explorar as possibilidades das aberturas do diafragma das objetivas, lentes. Essa experimentação gera fotografias sem foco, tremidas e borradas, resultantes da maneira como ele se apropria do obturador e do diafragma, principais dispositivos responsáveis pelo controle da frequência de luz no espaço escuro no interior da câmera fotográfica. Entendemos que suas imagens possibilitam (re)significações acerca dos limites entre o estático e o movimento em uma imagem fixa. Entendemos ainda que essas materialidades são disponibilizadas a partir das condições de produção de uma história do presente.

Alberto Bitar conquistou destaque e reconhecimento nacional e internacional. Sua produção fotográfica tem início no período em que uma jovem geração de artistas paraenses passa a discutir a imagem fotográfica como uma construção processual, que pode ser inserida em outros formatos, como a linguagem do vídeo, por exemplo. Imagens que se apresentam de formas híbridas.¹ O grupo *Caixa de Pandora*, composto por Cláudia Leão, Flavya Mutran, Mariano Klautau Filho e Orlando Maneschy, foi um dos primeiros, em Belém, a desenvolver projetos nesse campo e propõe, com seus trabalhos, a reflexão sobre esse “novo” processo, cujo eixo das ideias está entre o real, o invisível, o transitório, o esquecimento, a memória e o tempo.

Esse “novo” processo de confecção de imagens fotográficas, que mantém diálogo com os parâmetros das artes visuais, passa então a ser discutido em outras vertentes, a fotografia

1 Expressão que tomamos emprestada das pesquisadoras Nadja Peregrino e Ângela Magalhães (MAGALHÃES; PEREGRINO, 1997, p. 3).

expandida, conceito defendido pelo professor Fernandes Junior (2006). Pode-se dizer que é um momento de deslocamento da linguagem fotográfica documental para uma forma mais conceitual e subjetiva, embora esse tipo de abordagem visual tivesse sido um assunto proposto já na metade do século XX pelos fotógrafos Man Ray e Moholy-Nagy.

O Caixa de Pandora não apenas promove o deslocamento, mas também desestabiliza o campo fechado, e muito demarcado entre arte e fotografia. Na última década do século XX, em Belém, como em outras cidades brasileiras, ainda havia uma divisão e uma disputa territorial entre a arte e fotografia. Mesmo que Man Ray e Moholy-Nagy, na primeira metade do século XX já tivessem realizado suas experiências inter-relacionando arte e fotografia (MOKARZEL, 2009, p. 6).

Em um clima de buscas por novos processos para elaboração fotográfica, Alberto Bitar inicia seu percurso na fotografia, que se tornou significativa para o cenário fotográfico local porque marca o início de uma geração de artistas da imagem, cuja produção volta-se para processos mais “livres” dos conceitos técnicos tradicionais da linguagem fotográfica, até então bastante difundidos na região. Desde o primeiro projeto fotográfico, “Efêmera Película” (1992), até seu último trabalho, “Corte Seco” (2012), ele busca respostas às questões subjetivas, tentando encontrar um espaço intermediário entre tempo e memória, mediado pela fotografia.

Alberto Bitar também trabalha com produção de vídeos a partir de fotografias, justapostas de forma sequencial, quadro a quadro. Conhece as técnicas de vídeo e aplica esse conhecimento técnico e estético para sua produção de imagens fixas, efeitos de movimento. Pode-se dizer, assim, que ele utiliza uma linguagem híbrida, entre vídeo e fotografia, para construir suas imagens. Os efeitos resultantes desses experimentos criam e recriam memórias e marcam seu lugar de fala.

Explorando os limites do tempo, a partir da manipulação da luz o fotógrafo subverte a ordem estabelecida sobre o que se entende por fotografia, ao produzir imagens oníricas, realiza modificações luminosas. Trabalha quase sempre sob a luz tênue da noite à procura de uma contradição, a impermanência. Outras vezes, no entanto, parte de imagens vistas de janelas. As imagens da janela, que traz em suas lembranças de menino, quando viajava com a família no banco de trás do carro. Suas aventuras fantasiosas de criança se materia-

lizam nas fotografias do projeto “Efêmera Paisagem”, como, por exemplo, a Fotografia 1. São imagens fundidas (re)significadas ao longo de sua trajetória. “Efêmera Paisagem” desvela uma paisagem interior do fotógrafo, que dialoga com a memória de quem a observa.

Fotografia 1 – Efêmera paisagem



Fonte: Alberto Bitar (acervo do artista)

Essas lembranças de sua infância estão entrelaçadas com as imagens insólitas que mudavam de acordo com a velocidade do carro e que se impunham sobre seus olhos de criança. Hoje essas lembranças diluíram-se e se refazem misturadas aos afetos dos pais que já não estão mais no carro em movimento, elas estão associadas a uma “rede de sentidos” (HALBWACHS, 2006, p. 55) baseada nas lembranças do passado.

Como fotojornalista, Alberto Bitar (re)atualiza os discursos do factual, do imediato. Em seus projetos pessoais, (re)cria personagens, cidades, paisagens, narrativas ligadas ao efêmero e ao fugaz. Pessoas e paisagens se fundem. Ao se posicionar entre o discurso jorna-

lístico e o artístico, Alberto Bitar questiona e enfatiza, em especial, a questão da interferência do olhar de quem produz a fotografia, um sujeito histórico constituído de memórias, atravessado por ordens discursivas do momento histórico.

Ao longo de sua trajetória como fotógrafo, Alberto Bitar dedicou-se a vários trabalhos relacionados à memória, ao esquecimento, que se constituem com os discursos de fugacidade, de impermanência, nas mais diferentes possibilidades. O tema é retomado, praticamente, em todos os seus projetos, nos quais é possível perceber “o movimento”, como se quisesse adentrar nos espaços invisíveis da imagem, lugares de memória do fotógrafo e/ou de quem a observa. Esse aspecto “movente”, que aparece em quase todas as fotografias produzidas por Alberto Bitar, cria um elo, uma conexão, uma ligação entre si, além de marcarem o seu lugar de fala. Suas imagens expandem a poética da fugacidade da vida, da efemeridade/afetividade dos registros fotográficos.

Seus projetos, em geral, são pensados e construídos a partir dos locais onde trabalha, onde mora, onde transita no seu dia a dia como se ele buscasse, no seu próprio cotidiano, rastros de um lugar esquecido, de um tempo que passou. Alberto Bitar realiza uma espécie de escavação de suas vivências diárias. Em “Corte Seco”, retoma discussões propostas em “Hecate”, trabalho executado em 1997, cuja maioria das imagens observadas, nessa série, está desfocada e tremida, características que nos fazem perceber a ideia do efêmero. Os objetos principais em “Hecate” são o corpo humano e a paisagem urbana. São fotografias realizadas durante o tempo livre entre uma pauta e outra, em sua atividade como fotojornalista. Alberto Bitar, em entrevista² (2012), relata que começou o projeto “Hecate” após ter sido contratado pelo jornal O Liberal. O ritmo acelerado de uma redação não deixava mais tempo livre para suas pesquisas, então, como tentativa de reencontrar um espaço para suas buscas pessoais, resolveu produzir um projeto que o ajudasse nessa procura.

As representações humanas vistas nas imagens produzidas por Alberto Bitar parecem caminhar sobre a superfície da fotografia. De um modo geral, são imagens construídas, a partir de cenas escuras e indefinidas, que deixam ver uma quase fusão da figura humana

2 Fotógrafo Alberto Bitar, em entrevista concedida à autora Ana Shirley Penaforte Cardoso no dia 22 de outubro de 2012.

com a paisagem urbana. Essas formas de representação desfiguram a identidade do sujeito e também do lugar. Dessa maneira, é possível dizer que as fotografias podem ter sido tiradas em qualquer cidade ou de qualquer pessoa. Os corpos humanos estão diluídos, são espectros e a cidade é mostrada de forma segmentada, aparece apenas em pequenos pontos de luz e sombras. Diante disso, é possível dizer que Alberto Bitar propõe novas possibilidades de leitura para uma imagem fotográfica.

Outro projeto que retoma a memória de suas vivências em redações é “Passageiro” (Fotografia 2), de 2005. As fotografias foram produzidas de dentro do carro de reportagens, durante o percurso, até chegar ao local da realização da matéria. “Passageiro” retoma memórias de imagens advindas de projetos anteriores e que também perpassam pela ideia da impermanência. As fotografias de “Hecate” e “Passageiro” foram realizadas em película P&B 35 mm, recurso técnico que abstrai as cores e proporciona às cenas ainda mais subjetividade.

As imagens das séries “Hecate” (1997), “Passageiro” (2005) e “Efêmera Paisagem” (2009) foram concebidas em momentos diferentes da vida do fotógrafo, mas estão encadeadas numa rede, entrelaçadas em um nó, pela ideia da impermanência, da vida e da morte, que atravessa a obra do artista. Uma impermanência proveniente de suas inquietações, relacionadas às suas perdas, buscas e às saudades. Alberto Bitar usa as ferramentas fotográficas para traduzir, numa linguagem poética, seus sentimentos, sua timidez.

Há uma regularidade no uso da velocidade baixa do obturador como uma das estratégias fotográficas de Alberto Bitar para a produção da maioria de suas obras. Essas apropriações técnicas sugerem a predominância das abstrações sobre a solidez de prédios, de paisagens e de corpos. A liquidez nas imagens de Alberto Bitar são seus sentimentos materializados em imagens borradas, em riscos de luz, fragmentos de cenas do seu cotidiano e do cotidiano da cidade, captadas pelas janelas de carro, por caminhadas à noite, pelas ruas. Cenas de delírio, que vão além do real, universos ficcionais da existência humana, como as cidades criadas por Calvino (1990, p. 12): “As cidades são como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas regras sejam enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”.

Fotografia 2 - O Passageiro



Fonte: Alberto Bitar (acervo do artista)

As imagens urbanas do cotidiano de Alberto Bitar configuram-se numa cidade imaginada, que podem ser comparadas também às concepções de cidade em Certeau (1994), pois seriam imagens que propiciariam a produção de um espaço próprio, construídas em um não-tempo, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições.

Personagens embaçados, desfocados, criados pelo artista, são fotografias que apagam e deixam ver identidades tanto de lugar como de sujeitos, faíscas de luz, traços que configuram a ideia de impermanência. Imagens contemporâneas, que estimulam a pensar na ideia de “modalidades de enunciação” (GREGOLIN, 2007, p. 8), apontam as singularidades do artista e evidenciam que nem tudo pode ser mostrado em qualquer tempo ou por qualquer um. Imagens com essas características, como a fotografia digital, não seriam possíveis há 30 anos, por exemplo.

Segundo a professora Gregolin (2007, p. 8), “as modalidades de enunciação mostram a dispersão do sujeito, isto é, os diversos estatutos, lugares, posições que ele pode ocupar. Se alguém enunciou algo, só pode fazê-lo mediante condições estritas que aparecem no regime regulador de uma época”. Entendemos, assim, que as “modalidades de enunciação” estão associadas diretamente à história e ao sujeito que enuncia. O enunciado pode variar de acordo com a posição que esse sujeito ocupa na sociedade em que vive em determinado momento histórico. No campo fotográfico, por exemplo, só foi possível falar sobre fotografia digital no final do século XX.

Nesse encadeamento discursivo de construção e reconstrução de espaços identitários é que surgem as imagens produzidas por Alberto Bitar, “Corte Seco”, fotografias digitais, que registram cenas noturnas de violência urbana, que proporcionam reflexões sobre a recorrência de atitudes violentas, que resultam em mortes nos grandes centros do país e do mundo. A tessitura das imagens, coloridas, produzidas por Alberto Bitar consegue empregar um olhar poético sobre a dor do outro.

Os borrões de luz e cor recriam uma estética em torno da morte, sem explorar ou revitimizarem os corpos dilacerados das vítimas. Imagens que retomam o tema da impermanência, por meio das múltiplas possibilidades de cores que a luz noturna propicia, sem perder de vista que o tempo de exposição para a obtenção de uma fotografia dependerá, principalmente, da quantidade de luz disponível no ambiente. O fotógrafo, ao selecionar cenas noturnas, possui poucas fontes luminosas para geração de suas imagens, então, encontra estratégias técnicas de manipulação da luz e de seu equipamento. Alberto Bitar, a partir do seu lugar, manipula a luz e o tempo como dispositivos e como uma forma simbólica para representação da morte.

PÁGINA DE JORNAL

A série “Corte Seco” surgiu a partir das experiências de Alberto Bitar com o fotojornalismo. Projeto iniciado em 2012, ainda está em processo de construção. “Corte Seco” tem como tema central a violência urbana e retrata cenas em que cadáveres humanos estão expostos nas ruas e calçadas da cidade à espera da remoção. A série pode ser vista como uma crítica à exposição de corpos dilacerados, tanto nas páginas dos jornais que circulam

no Estado, como em programas de televisão, cujo teor é calcado na espetacularização, reforçada pelos apresentadores. Atualmente, trabalha como editor de fotografia do jornal impresso *Diário do Pará*, o que já o aproxima diariamente da produção de notícia, e essa condição também lhe possibilita acompanhar a cobertura da equipe de repórteres setorizados no caderno, cuja violência é o principal assunto abordado.

O ensaio fotográfico “Corte Seco” já participou de vários eventos que envolvem a linguagem artística. Conquistou uma das mais respeitadas premiações do país, o prêmio oferecido pela Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), o Marc Ferrez de Fotografia em 2012, e participou da 30ª Bienal de São Paulo, que aconteceu no Parque Ibirapuera, no período de 7 de setembro a 9 de dezembro de 2012.

As fotografias de Alberto Bitar, aqui apresentadas, revelam em seus detalhes os indícios e as pistas em que as redes de memórias sobre violência urbana em Belém podem estar interligadas. Estimulam questionamentos acerca de uma memória visual que se constrói historicamente, especialmente, pelos principais jornais da região Norte do país. “Corte Seco” propõe outros sentidos e também outros debates às imagens de violência, ao expor essas fotografias em espaços da arte. A série nos convida a pensar a fotografia de jornal como um “traço de realidade” e não como a “realidade”.

Para entender melhor o funcionamento das fotografias de Alberto Bitar, faremos a seguir uma aproximação entre a cobertura que aparece no jornal diante da cena de um crime e o tratamento que ele dá para o mesmo acontecimento. A página do caderno de notícias policiais é reservada para matérias que relatam dois crimes ocorridos em diferentes bairros periféricos na região metropolitana de Belém (RMB). Esses locais também foram fotografados por Alberto Bitar na noite dos crimes, ação que compõe, conforme já sinalizamos anteriormente, o processo de construção do arquivo de imagens para o projeto “Corte Seco”. As imagens compõem duas matérias sobre crimes e foram veiculadas no jornal paraense *O Liberal*, um dos principais veículos impressos em funcionamento na região Norte. As matérias foram publicadas em 24 de fevereiro de 2012. Não nos deteremos em analisar a matéria completa. Faremos algumas reflexões, teóricas, referentes às fotografias, à manchete “Dois morrem com disparos na cabeça e assassinos não deixam pistas” e ao subtítulo destacado por uma tarja vermelha “Noite cruel: corpo de mulher é abandonado no carro e outro tomba no Coqueiro”.

As fotografias ganham diferentes sentidos ao serem dispostas na página do jornal, de acordo com o tamanho, o corte da imagem, a manchete da matéria ou da página e a legenda, para citar apenas algumas possibilidades. Observemos a página do jornal (Imagem 1):

Imagem 1 - Página de jornal

Dois morrem com disparos na cabeça e assassinos não deixam pistas

NOITE CRUEL
Corpo de mulher é abandonado no carro e outro tomba no Coqueiro

Uma mulher foi encontrada morta dentro de um veículo, ontem à noite, no bairro do Icuí-Guajará, município de Ananindeua. Ela foi atingida por quatro tiros na cabeça. O corpo foi encontrado por volta das 18 horas, mas até as 21 horas a polícia ainda não tinha maiores informações sobre o crime ou a identificação da vítima. Uma das suspeitas é que ela tenha sido assassinada em outro local, mas a polícia não divulgou qual a linha principal de investigação.

A vítima, que aparentava ter entre 25 e 30 anos, estava no banco de trás de um Peugeot preto, placas IUU-7008. Testemunhas disseram que dois homens saíram do veículo e entraram em um outro carro, que estaria dando apoio. Em seguida, fugiram. Entretanto, ninguém disse ter ouvido disparos.

O carro com a mulher foi encontrado na rua Amélia Tavares, nas imediações do conjunto Priscila Garden, no Icuí-Guajará. A rua é estreita, com iluminação precária e com bastante lama e mato. É possível que ela não tenha sido morta aqui. Mas ainda não temos informações concretas que possam ser divulgadas,



Mistério ronda morte no Icuí-Guajará; vítima foi encontrada a bordo de um Peugeot



Ivo Soares morreu longe de casa e não há suspeitos

detalhes, e as pessoas afirmam que não ouviram disparos”, disse.

Foi encontrado um documento do veículo, no nome de uma mulher que não terá seu nome divulgado. A polícia conseguiu entrar em contato com a mulher, que estaria em outro estado, e ela afirmou que vendeu o carro. Entretanto, os documentos ainda continuavam em seu nome. Também dentro do carro, estavam algumas contas de água e energia, no nome de outra mulher, de prenome Maria. O nome completo não foi informado pela polícia, já que ainda não existe a certeza se a mulher baleada é a dona dos documentos. Durante o tempo em que os policiais e peritos estiveram no local, ninguém da família da vítima foi localizado.

A mulher usava uma aliança na mão esquerda, levando a polícia a suspeitar que ela fosse casada. Ela também tinha um relógio e estava com outros objetos pessoais, ou seja, provavelmente não foi vítima de latrocínio (roubo seguido de morte). No portamalas do veículo, foi encontrada uma camisa tipo abadá, e algumas latinhas de cerveja. Segundo o perito criminal Gilberto Almeida, do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPRC), foram encontradas cinco lesões na cabeça da vítima. “Das cinco, quatro são de entrada e uma é de saída. Pelas características das lesões, os tiros partiram de

uma pistola 380”, explicou o perito. Após perícias de local de crime, o corpo foi removido para necropsia.

SILÊNCIO

Ivo Soares Gonçalves, de 31 anos, foi assassinado ontem à noite no bairro do Coqueiro, em Ananindeua, município da Grande Belém. O homem, conhecido pelo apelido de “Lapaia”, foi atingido por dois disparos na cabeça. Os assassinos ainda são desconhecidos da polícia.

O crime ocorreu por volta das 21 horas, na rua do Rio, próximo à rua Lader Dias, na ocupação Nova Esperança. No local, as pessoas se negaram a dar esclarecimentos. Ninguém soube ou quis informar quantos acusados participaram do crime, se estavam de moto ou bicicleta. “Aqui é complicado conseguir alguma informação, as pessoas não falam nada”, disse o cabo Frank.

O cabo fazia motopatrolhamento quando foi acionado pelo Centro Integrado de Operações (CIO) e se deslocou para o local do crime. “Familiares afirmaram que ele passou o dia na casa dele, no Icuí-Guajará, e saiu agora à noite. Ninguém soube informar o que ele veio fazer aqui na Nova Esperança”, disse o policial.

A polícia, pessoas da família também afirmaram que Ivo não tinha passagens pela polícia, e também não estava sendo ameaçado de morte.

Fonte: Dois... (2012, p. 6)

A luz “dura” emitida por um *flash* direto e os estilhaços de vidro na frente do carro são evidências de que há no enunciado ênfase a um discurso que reforça o horror do cenário mostrado. Esses dispositivos, por meio da fotografia, destacada pelo jornal, tornam a cena apelativa, dramática e que, imediatamente, nos remete a uma memória visual estabilizada sobre cenas de violência. Pelo para-brisa quebrado do automóvel avista-se, no banco de trás, vestindo azul e branco, o corpo de uma mulher, que, pela descrição do fragmento retirado do subtítulo da matéria, “[...] corpo de mulher é abandonado no carro [...]”, também sofrera de violência. Pessoas ao fundo e um policial compõem a cena do espetáculo sobre a vida, ou a falta dela, e são testemunhas do acontecimento e da imagem.

A presença de policiais com armas acrescenta, à cena, a sensação de guerra e reafirma a memória do perigo, (re)atualizada por enunciados sobre a violência urbana. A luz do *flash* empregada nas imagens altera e interfere nos sentidos, por meio da iluminação. O início do subtítulo disponibilizado na página do jornal analisado, “Noite cruel [...]”, recebe ainda mais destaque pela aplicação de uma tarja de cor vermelha, que aciona uma memória de fogo, de sangue, do horror e do mal, efeitos relacionadas ao vermelho. Pode-se observar que há toda uma construção visual para que se reafirme a sensação de medo e de pânico.

Ao observar o restante da página, visualizamos mais uma fotografia que compõe outra matéria, cujo conteúdo ainda é a violência. A cena mostrada destaca-se por enunciados verbais e não verbais, que tomam a tragédia como foco principal. Embora nos deparemos com outra situação, os discursos e as estratégias, do veículo impresso, são recorrentes. A luz direta do *flash* ilumina quase uniformemente todo o quadro, tornando a cena direta e seca. Em primeiro plano, sobre um chão de barro, coberto por folhas de um jornal usado, outro cadáver, figura que poderia ser comparada a um objeto, um elemento constitutivo da cidade e que na imagem ganhou um lugar para se tornar visível e “atrair” leitores.

O trecho do enunciado explicitado na manchete “[...] e outro tomba no Coqueiro” não impõe qualquer importância ao fato do sujeito ter sido assassinado. A expressão “outro” não o define exatamente como uma pessoa. Não aparece seu nome na matéria, não interessa quem seja. O verbo “tombar” retoma a memória de que algo forte, pesado, quase indestrutível, ruína, fora destruído. O advérbio de lugar, “[...] no Coqueiro”, refere-se ao nome do bairro periférico da cidade. A identidade da vítima foi omitida, mas o nome do bairro aparece já na manchete da matéria, em letras grandes, reafirmando o discurso de que nesses locais há crueldade e morte.

Texto e fotografia apresentam particularidades em suas formas de representação, mas possuem uma matriz na memória, que pode ser acionada pelo visível e também pela escrita. A matéria jornalística é usada como dispositivo de controle, para direcionar o olhar do leitor e enfatizar a ideia de perigo, que não se deve transitar em lugares como esse, em especial à noite, produzindo e reforçando um discurso recorrente em folhas de jornal sobre a presença do perigo em bairros periféricos. Discursos que constroem sentidos sobre o medo, além de identidades estereotipadas, lugares onde transitam pessoas sem nome, que são abandonadas.

É bastante recorrente a exibição de corpos mortos nesse espaço do jornal, mas existem algumas interdições que regulam essa exposição, pois corpos de vítimas com algum *status* de poder na sociedade, como um juiz, por exemplo, não aparecem dessa forma em páginas policiais. As imagens dos corpos expostos nas ruas, na maioria, de jovens entre 15 a 25 anos, vão preencher os espaços em branco das páginas policiais e as estatísticas de órgãos de controle do Estado. Corpos que escrevem uma verdade sobre a barbárie da violência urbana. Imagem, palavras, cores, diagramação e o próprio jornal que publica esse tipo de notícia formam o dispositivo discursivo que reforça a dor em espetáculo, produtos de imposição do poder, de escritas de verdades, na contemporaneidade.

Em suas formulações sobre os atravessamentos de sentido do corpo, afirma Courtine (2008, p. 10): “O corpo foi submetido a uma excessiva exposição, a partir de imagens no mundo contemporâneo”. Ele se refere às várias formas de manipulação, tanto médica como estética, a que o corpo humano foi submetido, além das cenas que retratam a violência de guerra. As cenas de violência urbana tornaram-se “comuns” nas páginas policiais de jornais impressos no país e, acompanhando os dados estatísticos sobre o número de pessoas mortas, desenham um cenário de guerra nas grandes cidades brasileiras.

Há, entre a imprensa e os consumidores, um processo de comunicação, em que as duas partes dividem uma memória comum. De certa forma, o jornalismo desempenha um papel fundamental, impõe filtros de mediação junto à sociedade, apresenta-se como formador de opinião. Interfere na construção de memória de seus leitores.

A comunicação se tornou para nós questão de mediações mais do que meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. Porém num segundo momento, tal reconhecimento está se transformando, justamente para que aquele deslocamento não fique em mera reação ou passageira mudança teórica, em reconhecimento da história: reapropriação histórica do tempo da modernidade latino-americana e seu descompasso encontrando uma brecha no embuste lógico com que a homogeneização capitalista parece esgotar a realidade do atual (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 28).

Imagens sensacionalistas, uma linguagem coloquial em páginas coloridas são algumas das estratégias de jornais para pôr em circulação os discursos e direcionamentos de sua editoria, deixando ver uma violência de certa forma, recriada em imagens e palavras, possibilitando observar que a violência pode ser aumentada, gerada ou produzida. A partir desse argumento, é possível perceber que a violência trabalhada na mídia impressa paraense, neste momento da história, se constitui como uma das principais estratégias para se manter à frente na competição mercadológica.

As matérias veiculadas no jornal evidenciam uma atualidade, um hoje, marcado pela data, 24 de fevereiro de 2012, mas que busca referências no passado e também em um futuro que ainda está por vir, porque as imagens são discursos, fazem parte de uma rede de memória, podem ser reatualizadas ou, ainda, silenciadas. A forma como essas vítimas de violência são mostradas confirma a presença do corpo como acontecimento, evidencia a presença de um saber e de um poder inscritos em nossa memória social e revelados pela editoria do jornal.

A SÉRIE “CORTE SECO”: IDENTIDADE, MEMÓRIA E CORPO

Fotografia 3 - “Corte Seco”



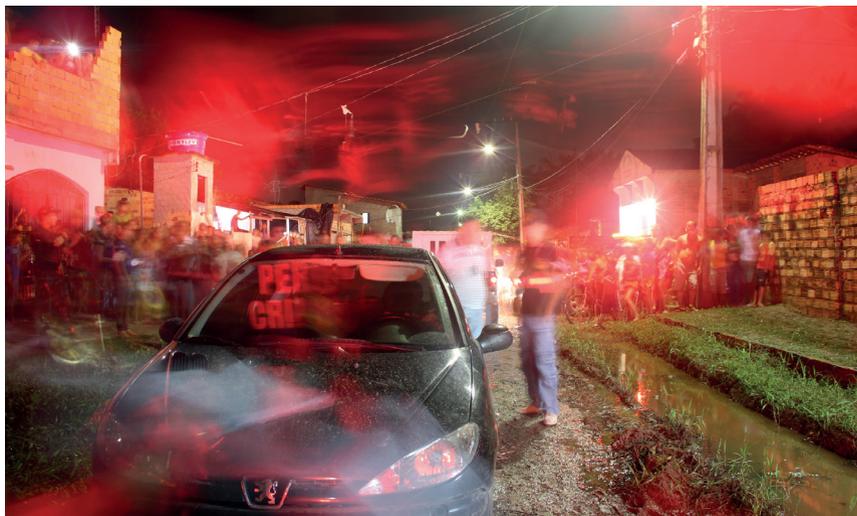
Fonte: Alberto Bitar (acervo do artista)

Fotografia 4 - Detalhe 1



Fonte: Dois... (2012, p. 6)

Fotografia 5 - “Corte Seco”



Fonte: Alberto Bitar (acervo do artista)

A abordagem imagética adotada pelo fotógrafo Alberto Bitar sobre os acontecimentos do dia 24 de fevereiro de 2012 se contrapõe às publicações, acima analisadas, disponibilizadas pelo jornal impresso O Liberal. Alberto Bitar (re)configura discursos sobre a violência ao introduzir diferentes formas de representação sobre essa temática. Os dispositivos, por ele manuseados, imprimem poesia e sensibilidade aos enunciados visuais sobre o corpo morto e também sugerem outras possibilidades de representação fotográfica sobre um fato “real”.

A forma de ver a morte, associada à efemeridade da vida, como em “Corte Seco” cria novos espaços/tempos na imagem e lhes atribui reflexões sobre a impermanência, traços comuns às fotografias da obra de Alberto Bitar. A partir dos dispositivos técnicos de que se vale, trapaceia, encontra uma brecha no discurso, age como um sujeito tático (CERTEAU, 1994) e produz novos sentidos diante do mesmo acontecimento. Sua poética visual cria também um tipo de espetáculo, atualiza uma memória sobre a morte, a partir de uma tragédia na vida cotidiana, sem, no entanto, enfatizar discursos sobre o medo. Suas fotografias oferecem resistências aos discursos de poder representados pelos interesses políticos e mercadológicos de algumas empresas de comunicação.

A Fotografia 5 também foi produzida em 24 de fevereiro de 2012 por Alberto Bitar e deixa ver novos aspectos e possibilidades visuais do mesmo acontecimento. Em vez de visibilizar o corpo, enfatiza o espaço, as cores, a luz, diferente do modo como o jornal expõe o fato.

O céu preto realça a névoa vermelha que envolve a cena da fotografia, componente da série “Corte Seco” e que retrata o mesmo crime abordado na matéria do jornal. Ao centro, um carro estacionado e, no seu interior, uma bandeira ou um cartaz com as letras amarelas PER e CRI. Ao fundo da fotografia, casas, muros. Borrões de luz dão forma a um grupo de pessoas que, em semicírculo, observa a cena. No chão, um pouco de grama e um pequeno canal. Na imagem da Fotografia 3, folhas de um jornal envolvem um corpo caído sob um céu escuro, um rastro de sangue rascunha uma figura e molha o chão de barro do terreno; em contraluz, veem-se algumas pessoas ao redor da cena.

Com esse trabalho, o fotógrafo sugere outras possibilidades de ver, de apreender a ideia de morte pelo olhar, diferente das imagens expostas em folhas de jornal, mas não deixa de evidenciar a violência, ainda que seja uma violência vista a partir de uma memória poética. O corpo mostrado por suas lentes inscreve outros sentidos sobre a vida e sobre a morte, porque ele desvia a evidência sobre o sangue e o horror das cenas. Esse corpo recebe outros espaços de visibilidade e não recai sobre ele a dureza do *flash* e de outros dispositivos demandados pelo caderno de polícia.

Essas imagens ajudam a pensar a questão do ato fotográfico, discutido por Dubois (2010), como o “traço de realidade” cuja ideia central é definida pelo instante mínimo do apertar o botão da câmera, mas que prescinde necessariamente de escolhas, de recortes. Para a análise do discurso, a escolha para construção de uma fotografia está associada ao lugar social do sujeito, às questões de produção num dado momento histórico.

As fotografias do jornal, a partir de seus

Fotografia 6 - Detalhe 2



Fonte: Dois... (2012, p. 6)

dispositivos, tentam driblar a realidade, pois pretendem fixá-la a partir de um único suposto possível olhar. Alberto Bitar, por outro lado, as revela como apenas mais uma verdade possível, pois, em suas fotografias na série “Corte Seco”, mostra uma maneira diferente para olhar os mesmos acontecimentos. E a fotografia passeia por diferentes lugares de produção de sentido sobre a vida e morte daquelas pessoas. Também são diferentes os olhos que procuram os cadernos de polícia, daqueles que percorrem as paredes das galerias e dos salões de arte.

TRAJETOS DE SENTIDO DA FOTOGRAFIA DE ALBERTO BITAR

Para finalizar este capítulo, vamos fazer duas considerações. A primeira é de ordem técnica, em relação às possibilidades da fotografia na contemporaneidade, e a segunda é sobre os processos de circulação das fotografias, de como eles podem interferir na produção de novos sentidos.

Os primeiros registros a partir de uma fotografia eram tecnicamente limitados, aspectos como os grandes formatos dos equipamentos reduziam as condições de mobilidade. A baixa definição de imagem era uma forte característica dessa primeira geração de fotografias, no entanto, seu aparecimento propiciou aumento na propagação da imagem, especialmente, em meio à burguesia. Não se buscava, porém, pluralizar a verdade, ao contrário, servia-se dela para afirmá-la, assim como sacralizá-la.

Hoje, a revolução provocada pela fotografia digital traz efeitos visuais extraordinários para formação de imagem, permite que trabalhos como os de Alberto Bitar alcancem melhores resultados de manipulação do tempo em relação à captação da imagem, além da velocidade de sua produção e circulação. Fatores que propiciam múltiplos enunciados por meio da imagem fotográfica. Esta é uma das mais significativas possibilidades da história em que vive o fotógrafo.

Há poucas décadas, muitos resultados percebidos nas imagens produzidas por Alberto Bitar seriam impossíveis, não apenas por limitações técnicas, mas porque as condições históricas não possibilitavam que fossem produzidas ou que pudessem circular. Fotografias que continham cenas de violência circulavam em publicações jornalísticas, mas não eram comuns em exposições ou galerias arte.

As imagens aqui analisadas possibilitam, mais uma vez, afirmar que os discursos são construídos de diferentes formas, a partir do lugar social dos sujeitos e que a mesma pessoa pode ocupar diferentes posições de sujeito. Como fotojornalista, Alberto Bitar retrata a realidade a partir de uma estética estabelecida pelo jornal, mas, em seus projetos pessoais, ele segue outros direcionamentos.

Alberto Bitar desloca a ideia da violência como espetáculo sangrento, construído pela matéria jornalística. Os corpos representados em “Corte Seco” são os fios que ligam o espaço urbano às galerias e aos salões de arte. Cenas muitas vezes vulgarizadas pela imprensa recebem aqui sentidos outros e novos espaços de diálogo e de discussão. Quando se muda a estratégia de circulação da fotografia e o seu suporte (página de jornal, paredes de galeria) mudam as condições de recepção, alteram-se as perspectivas de olhar e modificam-se os sentidos. O receptor da imagem na galeria pode ser o mesmo leitor do jornal, mas essa imagem pode reativar outras memórias e alterar sua maneira de interpretar a “mesma” fotografia.

Ao mudar a foto do jornal, da galeria para o texto deste capítulo, também alteramos seus sentidos. Por se tratar de um trabalho acadêmico, esta imagem estará associada a teorias, a um tipo de discurso científico, além de estar disponível à interpretação de quem escreve, bem como do seu leitor.

Entendemos que uma das principais provocações estimuladas pela série “Corte Seco” é fazer pensar as múltiplas possibilidades de manipulação e de criação de sentidos a partir de uma imagem. As análises das fotografias de “Corte Seco” propiciaram-nos a percepção de que imagens do cotidiano como cenas de violência podem transitar em diferentes lugares. Nesse sentido, Alberto Bitar propõe novas identidades para sujeitos e os coloca em um novo espaço de sentidos, nas galerias e salões de arte.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A imagem**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2010.

BITAR, Alberto. Entrevista concedida a Ana Shirley Penaforte Cardoso em Belém do Pará, no dia 22 out. 2012.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 11-19.

DOIS morrem com disparos na cabeça e assassinos não deixam pistas. **O Liberal**, Belém, 24 fev. 2012. Caderno Polícia, p. 6.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERNANDES JUNIOR, Rubens. Processos de criação na fotografia: apontamentos para o entendimento dos vetores e das variáveis da produção fotográfica. **FACOM**, São Paulo, n. 16, p. 10-19, 2006. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_16/rubens.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 346 a 355. (Coleção Ditos e Escritos, v. 3).

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010a.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010b.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista da ESPM**, São Paulo, v. 4, p. 11-25, nov. 2007.

_____. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 83-105.

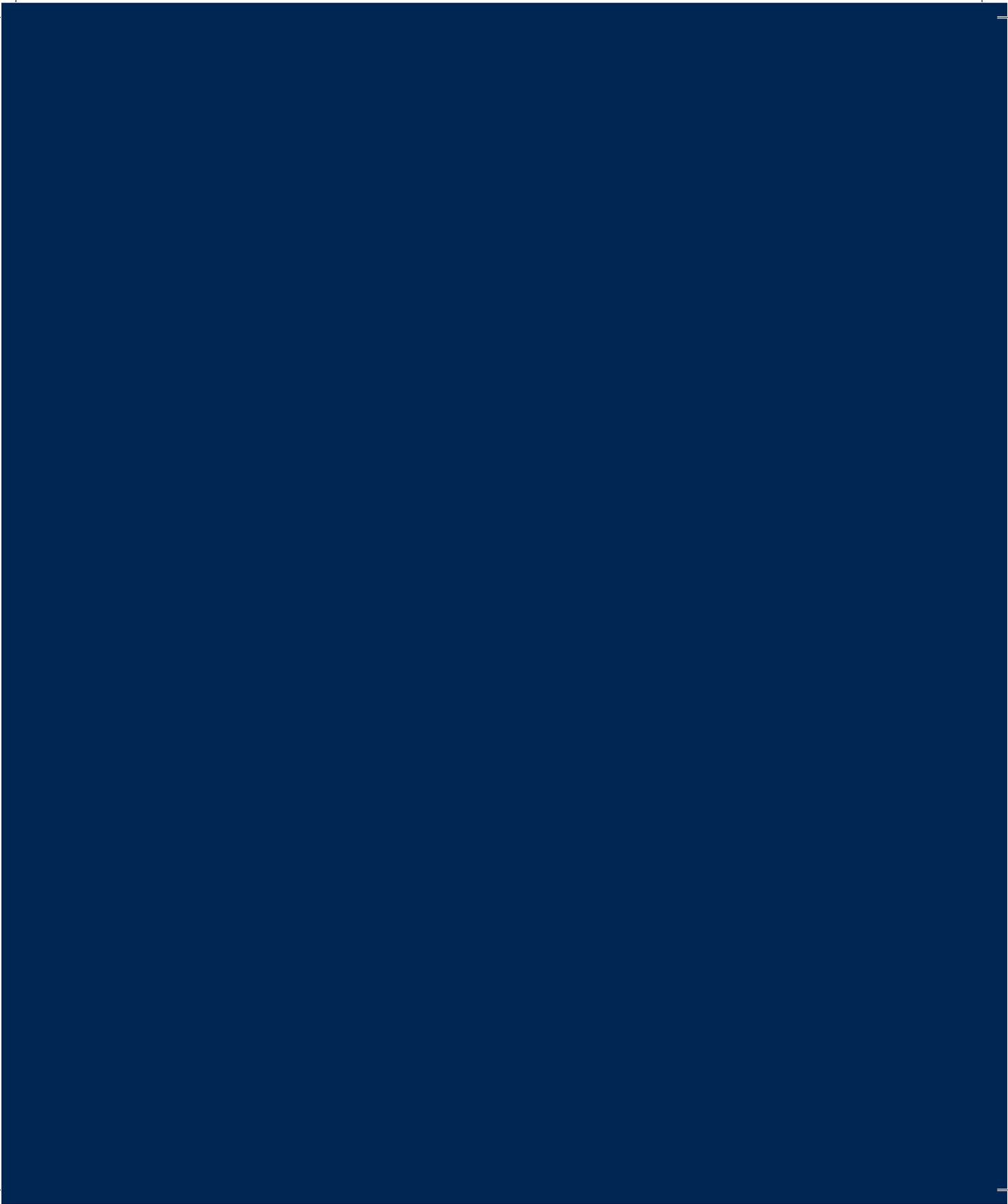
HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MAGALHÃES, Ângela; PEREGRINO, Nadja. **Catálogo de imagens**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.

Ana Shirley Penaforte CARDOSO
Ivânia dos Santos NEVES

MOKARZEL, Marisa. Caixa de Pandora: deslocamentos, novas linguagens e práticas na fotografia paraense dos anos 1990. In: SEMINÁRIO ARTE, CULTURA E FOTOGRAFIA: metodologia de investigação, 3., 2009, São Paulo. [Anais...]. São Paulo: ECA/USP, 2009. p. 5-15.



Ciência e mídia na região
Norte brasileira:
um estudo sobre três jornais
paraenses em 130 anos



Luisa MASSARANI
Vanessa Brasil de CARVALHO
Netília Silva dos Anjos SEIXAS

114



Luisa MASSARANI
Vanessa Brasil de CARVALHO
Netília Silva dos Anjos SEIXAS

Ciência e mídia na região Norte brasileira: um estudo sobre três jornais paraenses em 130 anos

INTRODUÇÃO

A Amazônia é um dos três grandes “eldorados” da atualidade, juntamente com a Antártida e os fundos marinhos (BECKER, 2005, p. 77). Becker (2005, p. 74) afirma que, até pouco tempo atrás, havia a percepção da região “como uma imensa unidade de conservação a ser preservada” para a sobrevivência do planeta, portanto, com uma forte valorização da natureza amazônica. Tal valorização se mantém atualmente, tendo em vista que a Amazônia é bastante conhecida por sua biosociodiversidade (SIMONIAN, 2005).

A importância política e econômica da região, contudo, é inquestionável, principalmente se levarmos em consideração a demanda do mercado global por água, energia, biocombustíveis e remédios. Além disso, é também “um importante polo de atração política, de oportunidades econômicas e de integração com seus [países] vizinhos” (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2008, p. 11). Entretanto, a abordagem das questões amazônicas na mídia é marcada por uma visão que destaca o caráter exótico da região, enfatizando as riquezas naturais e mantendo a ideia de um espaço intacto que precisa ser desbravado (BUENO, 2002; DUTRA, 2009; GONDIM, 1994; SEIXAS, 2010b; STEINBRENNER, 2007).

É fato que a região Sudeste concentra cerca de metade das instituições de pesquisa e dos pesquisadores do país, enquanto que a região Norte¹ possui apenas 9% das instituições de

1 A Amazônia se estende por vários estados brasileiros, mas é na região Norte que a maior parte da Amazônia Legal brasileira se localiza, mais especificamente nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá e Tocantins. As fronteiras da região amazônica, porém, chegam aos estados do Maranhão, no Nordeste, e Mato Grosso e Goiás, no Centro-Oeste (IBGE, 2003).

pesquisa e 5% dos pesquisadores brasileiros (CNPq, 2006). Por outro lado, há um interesse por parte dos brasileiros em relação à Amazônia: entre os 65% dos entrevistados em uma enquete nacional, realizada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Museu da Vida (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2010), que declararam ter interesse por temas de ciência e tecnologia, 85% afirmaram se preocupar com a Amazônia. Além disso, os principais jornais da região têm apresentado uma cobertura sistemática de temas de ciência e tecnologia, conforme as autoras têm observado (CARVALHO; MASSARANI; SEIXAS, 2013).

Neste contexto, apresentamos uma análise da cobertura de temas científicos em três jornais diários do Pará voltada para questões da própria região Norte, buscando evidenciar como a ciência foi divulgada pela mídia impressa. Os periódicos escolhidos foram *A Província do Pará* (1876-2002), *Folha do Norte* (1896-1974) e *O Liberal* (1946-atual).²

Caracterizado como exploratório, o estudo visa começar a montar um quebra-cabeça da história, pouco conhecida, sobre a cobertura jornalística de temas de ciência na Amazônia, trazendo um olhar que atravessa, com recortes, 130 anos.

OS JORNAIS ANALISADOS: ALGUNS DESTAQUES

Os três jornais incluídos em nosso estudo, a saber, *A Província do Pará* (1876-2002), *Folha do Norte* (1896-1974) e *O Liberal* (1946-atual), foram selecionados por conta de sua relevância histórica e político-social para a sociedade paraense, além da sua regularidade e duração. *A Província do Pará*, *Folha do Norte* e *O Liberal* são os três jornais de maior tempo de circulação no Pará, sendo os dois primeiros considerados raros pela Biblioteca Nacional³ (BIBLIOTECA NACIONAL, [2012]). Nesta seção, apresentaremos algumas características gerais desses jornais, que representam uma parcela importante da história da imprensa da região.

2 O estudo desses e de outros jornais faz parte do projeto de pesquisa “A trajetória da imprensa no Pará”, aprovado no Edital Universal MCTI/CNPq nº 14/2012 e desenvolvido na Faculdade de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), ao qual este artigo está ligado (SEIXAS, 2012).

3 Para a Biblioteca Nacional, ser “raro” não é apenas ser antigo. É “preciso ser único, inédito, fazer parte de alguma edição especial” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, [2013], não paginado).

A Província do Pará foi fundada em 1876 por Joaquim José de Assis, Francisco de Souza Cerqueira e Antônio José de Lemos (ROCQUE, 1976) e, com a proposta de um jornal moderno para o seu tempo, na região, consolidou-se junto com a carreira política de Lemos. Intendente municipal de Belém pela primeira vez em 1897 e permanecendo em cargos de liderança por 14 anos, Lemos esteve ligado a ações que possibilitaram a chamada *Belle Époque*⁴ na capital paraense (SARGES, 2002).

Em 1896, surgiu em Belém outro grande jornal: a *Folha do Norte*, fundada por Enéas Martins e Cypriano Santos e ostentando eficiente serviço telegráfico. O periódico apoiava Lauro Sodré, que participou da criação do Partido Republicano Federal no Pará (BORGES, 1986), foi senador e governador do estado e tornou-se importante adversário de Lemos (ROCQUE, 1976; SARGES, 2002).

A Província teve três grandes paralisações ao longo de sua história. A primeira foi em 1900, por causa de desentendimentos entre os seus diretores, mas voltou a circular após seis meses, já em 1901. No seu retorno, abriu espaço para colaboradores ligados à vida acadêmica e científica, como poetas, naturalistas e fundadores da Academia Paraense de Letras (SARGES, 2002). Ao lado da *Folha*, foi um dos principais periódicos do estado, apesar de suas posturas políticas divergentes devido à rivalidade entre Lemos e Sodré.

Em 1912, *A Província* teve a sua segunda paralisação quando partidários de Sodré depre-daram e incendiaram as dependências do jornal. A revolta foi estimulada por acusações de que Lemos estava planejando um atentado a Sodré (ROCQUE, 1976; SARGES, 2002), acusações sobre as quais existem várias questões sobre sua veracidade (ROCQUE, 1976; SEIXAS, 2011). O resultado desse (suposto) atentado foi a expulsão do ex-intendente da cidade e a paralisação de *A Província*.

Com a saída de Lemos da cidade, Sodré se consolidou na vida política e a *Folha* passou a

4 Dou (2004) compreende o período conhecido como *belle époque* aquele entre 1880 e 1910, marcado pelas conquistas materiais e tecnológicas implantadas na região Norte do país e a modernização das cidades, como Belém e Manaus. Nesse período, a extração da borracha para exportação alavancou o desenvolvimento, mas a autora identifica os primeiros passos dessa época ainda antes da intensificação da atividade gomífera. Sarges (2000, p. 19), por sua vez, situa o “maior surto econômico já verificado na região” entre 1870 e 1910.

ser o jornal da situação. Em 1917, Sodré retornou ao governo do Pará, trabalhando com o apoio da *Folha* (ROCQUE, 1976).

A Província voltou a circular em 1920, mas interrompeu suas publicações novamente em 1926, por problemas financeiros. Já a *Folha* teve uma paralisação de dois dias devido à oposição que fez frente ao interventor do Pará, Joaquim Cardoso Magalhães Barata, na década de 1930 (ROCQUE, 1976).

Magalhães Barata foi outro grande nome da política paraense, ligado ao Partido Social Democrático (PSD). Após a interventoria no governo do Pará, eleger-se senador, mantendo planos de eleger também seu candidato ao governo do estado, mas a oposição se mantinha forte. Então, foi criado *O Liberal*, em 1946, para defender os integrantes do partido dos constantes ataques da imprensa adversária. Entre os seus fundadores, estiveram Luís Geolás de Moura Carvalho, Magalhães Barata, Lameira Bittencourt, João Camargo e Dionísio Bentes de Carvalho (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985), nomes ligados à política do estado na época.

Logo em seguida, em 1947, *A Província* voltou a circular sob a direção dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Os três jornais tornaram-se importantes atores na sociedade paraense, apesar da *Folha* ter começado a perder força a partir de 1960.

Em 1965, *O Liberal* foi comprado por Ocyr Proença, que passou a apoiar outra facção política (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985). Em 1966, o empresário Romulo Maiorana comprou o jornal e implementou várias alterações, sucessivamente, como a inclusão do slogan “Jornal da Amazônia” e a impressão em *offset*,⁵ ainda em 1972 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985), inaugurando essa tecnologia no Pará (PINTO, 2006).

Em 1973, a *Folha* foi também adquirida por Romulo Maiorana, mas teve suas atividades encerradas em 1974, totalizando 78 anos de publicações (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985). *A Província*, por sua vez, começou a ser veiculada semanalmente em 2001, até que, em março de 2002, fechou suas portas, após 126 anos de publicações.

5 Tipo de impressão que permite a reprodução em grandes quantidades de exemplares iguais (LAMENZA, 2005), que facilitou a consolidação da imprensa e permitiu a redução de custos (KUCINSKI, 2001).

O Liberal, apesar de ser um periódico mais recente, é o terceiro mais longo em publicação no Pará, estando ainda em circulação. Após o falecimento de Romulo Maiorana em 1986, a família do empresário passou a administrar *O Liberal* e hoje dirige as Organizações Romulo Maiorana, um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, com 15 veículos de comunicação (DONOS DA MÍDIA, [2013]; PORTAL ORM, 2013). Atualmente, os principais jornais de Belém são *O Liberal* e o *Diário do Pará* (1982-atual).

METODOLOGIA

Optamos por um recorte de dois meses a cada dez anos desde a criação do primeiro jornal – *A Província do Pará*, em 1876 – até o ano mais recente – 2006, quando somente *O Liberal* estava em circulação - abrangendo 130 anos em nossa análise. Os meses escolhidos foram janeiro e julho, com o objetivo de se ter mais de uma amostra contínua em um ano, para verificar variações de temáticas durante o ano. Nossa amostra, portanto, foi constituída das edições desses jornais, de janeiro e julho, de 1876, 1886, 1896, 1906, 1916, 1926, 1936, 1946, 1956, 1966, 1976, 1986, 1996 e 2006.⁶ Apresentamos, no Quadro 1, os períodos analisados de cada jornal, marcados em azul claro.

6 Tivemos apenas duas exceções nesse recorte: *A Província do Pará* começou a ser publicada em março de 1876, portanto, o mês de março substituiu o mês de janeiro no nosso padrão de análise; *O Liberal* teve sua primeira edição veiculada em novembro de 1946, de forma que os meses analisados nesse ano e nesse jornal foram novembro e dezembro.

Quadro 1 - Período de circulação dos jornais analisados na pesquisa em escala de dez anos

ANO	A Província do Pará	Folha do Norte	O Liberal
1876			
1886			
1896 ⁷			
1906			
1916			
1926 ⁸			
1936			
1946			
1956 ⁹			
1966			
1976 ¹⁰			
1986			
1996			
2006			

Fonte: Dados da pesquisa

Essa escala temporal mais ampla se deu em razão da possibilidade de se abranger uma coleta de material de maneira longitudinal, que perpassasse pela história do periódico – e boa parte da história da imprensa do Pará, por conseguinte –, evidenciando os principais aspectos relacionados à ciência ao longo dos anos e em cada jornal.

Todas as páginas dos diários foram observadas, em busca de textos que faziam referência direta à *ciência*, *científico(a)*, *pesquisa* e *pesquisadores(as)*. Não foram incluídos textos que tivessem foco em pesquisas de opinião sem base científica; pesquisas eleitorais; pesquisas de preços e qualidade de vida.

7 Em 1896, o mês de julho de *A Província* não consta no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

8 Em 1926, *A Província* circulou até 27 de julho, porém, as edições do último mês não constam no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

9 O material referente a *O Liberal* no ano de 1956 não consta no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

10 O mês de janeiro de 1976 de *O Liberal* não está completo no acervo da Biblioteca Arthur Vianna, tendo apenas a primeira quinzena do mês. Portanto, só foi possível verificar a primeira quinzena de janeiro desse ano.

Para sistematização do material identificado, utilizamos análise de conteúdo, que Bardin (2002) apresenta como um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados aos mais diversos discursos, cujo denominador comum está na codificação dos dados e no desenvolvimento de modelos que tornam esses dados passíveis de pesquisa. Em particular, utilizamos um protocolo desenvolvido pela Rede Ibero-Americana de Monitoramento e Capacitação em Jornalismo Científico, adaptado para o objeto e os interesses do estudo, que originou este capítulo (para mais informações sobre a Rede e o protocolo de análise, ver Massarani e Ramalho, 2012).

O protocolo inclui oito eixos de análise, a saber: características gerais, para a identificação dos itens que compõem o *corpus*, como a data de publicação; relevância, que registra a presença de chamadas em primeira página e manchetes; tema, com a indicação das áreas de conhecimento; *frames*,¹¹ que identificam a narrativa nos textos por meio do enfoque dado às mensagens apresentadas pela mídia (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), sendo que cada texto poderia ser categorizado em até três *frames*, no máximo (ver ANEXO A); recursos visuais para identificação dos tipos desses recursos utilizados em textos sobre ciência; tratamento, que visa o registro de algumas características, como contextualização, esclarecimento dos termos científicos, benefícios e malefícios da ciência; os atores sociais, identificados como fontes¹² ou vozes;¹³ a localização da pesquisa e a origem do cientista, o que será melhor detalhado na apresentação dos resultados.

Os resultados apresentados neste capítulo se voltam, especificamente, para os textos que trataram de pesquisas ou pesquisadores da região Norte do Brasil, identificados no eixo das localizações. Destacamos as principais áreas do conhecimento abordadas, os *frames* identificados, as fontes consultadas e as características do eixo tratamento: contextualização, esclarecimento de termos científicos, benefícios e malefícios da ciência e controvérsias científicas.

11 Os *frames* também estão relacionados às abordagens utilizadas pelos jornalistas para apresentar os mais variados assuntos para o seu público de maneira a torná-los acessíveis (GANS, 1979). Portanto, o *frame* seria a ideia central organizadora da mensagem que dá ao público uma orientação em termos de relevância, importância, valores da notícia e contexto. Mais informações sobre os *frames* em Ramalho et al. (2012).

12 Pessoas e/ou instituições que puderam ser identificadas como origem de alguma informação que constituía o texto analisado.

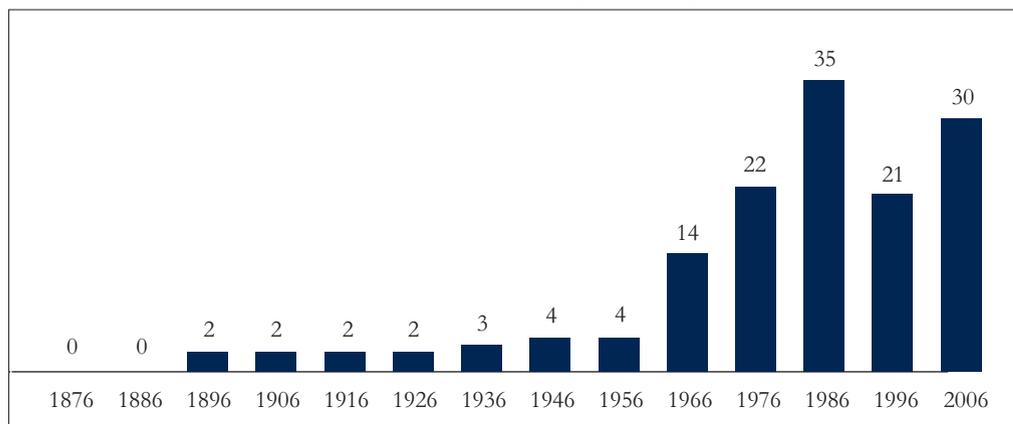
13 Pessoas e/ou instituições que tiveram falas explicitadas nos textos analisados.

CIÊNCIA EM JORNAIS IMPRESSOS PARAENSES

Utilizando nossa metodologia, obtivemos um total de 496 textos relacionados a temas científicos, dos quais 141 estavam voltados para questões e/ou atores da região Norte (28,4% do total encontrado). Esses textos são o *corpus* de análise deste capítulo e sua presença representativa sugere um destaque importante dado à ciência amazônica nos jornais paraenses analisados.

Observamos, porém, que as pesquisas sobre a região Norte só começaram a surgir no nosso *corpus* em 1896, quando a *Folha do Norte* foi criada. Com o passar dos anos, a ciência foi se consolidando como temática dos jornais, principalmente a partir de 1956. Veja no Gráfico 1 a quantidade de textos relacionados ao Norte do Brasil ao longo das décadas.

Gráfico 1 - Número de textos sobre ciência relacionados à região Norte, por décadas

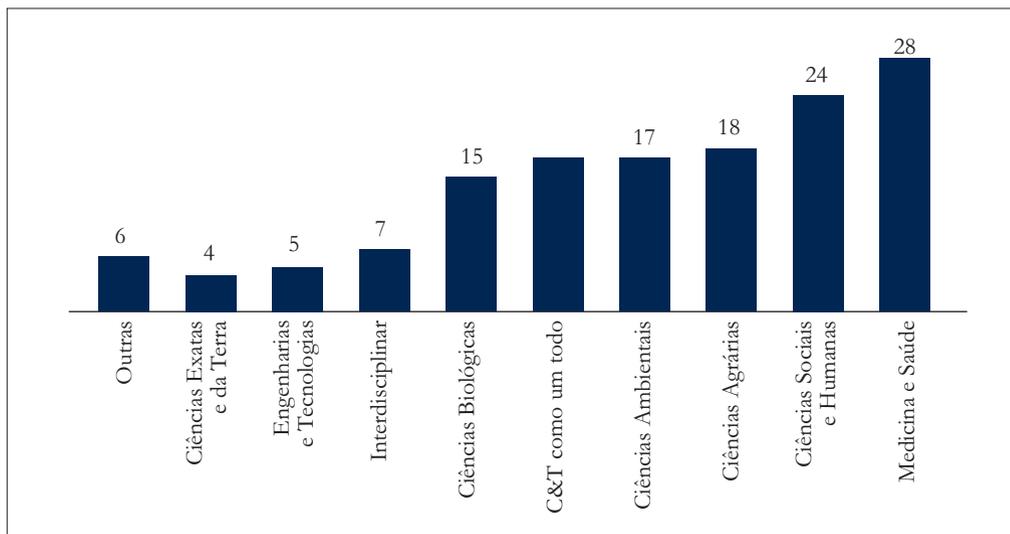


Fonte: Dados da pesquisa

Nos primeiros anos, podemos destacar a presença de questões como a energia elétrica, na época em que estava sendo implantada na cidade de Belém, e os primeiros levantamentos biológicos na Amazônia. Assuntos relacionados à saúde também foram pautas importantes nesse primeiro período de análise, com destaque a tratamentos e formas de prevenção de doenças, entre elas a hanseníase e a peste negra. Questões como agricultura e pecuária também se destacam dentre as temáticas mais presentes nas primeiras décadas de nossa amostra.

Já na metade do século XX, surgem com maior regularidade textos sobre ciências humanas, tratando, por exemplo, de populações indígenas e de incentivos à pesquisa na Amazônia. A partir daí, a ciência da região Norte torna-se cada vez mais presente na imprensa paraense. Os quatro últimos anos analisados são os de maior quantidade de textos sobre ciência relacionados à região (ver Gráfico 1), abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Número de textos sobre ciência relacionados à região Norte, distribuídos pelas principais áreas do conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa

A predominância de questões de saúde na cobertura de ciência já foi observada em outros estudos (AMORIM; MASSARANI, 2008; ESTEVES, 2005; RAMALHO; POLINO; MASSARANI, 2012) e nossa pesquisa seguiu esse padrão. Muitos desses textos estavam relacionados a doenças da região, como a cólera e a leishmaniose.

Sobre a cobertura de ciência relacionada à saúde nos jornais paraenses ainda no século XIX, podemos destacar estudo de Beltrão (2002) nos periódicos *Treze de Maio* (1840-1862) e *Diário do Gram-Pará* (1853-1892). Em um período de grande alastramento da cólera na Província do Pará na segunda metade do século XIX, a autora analisou a ênfase desses

jornais sobre saúde e como concediam voz aos médicos, observando que tais jornais se tornaram quase que manuais de procedimentos de saúde (BELTRÃO, 2002).

Em contrapartida, no nosso estudo, as demais áreas do conhecimento não estiveram distantes quantitativamente dos assuntos de saúde. As “Ciências Sociais e Humanidades” estiveram logo em seguida, abordando temáticas sobre as populações indígenas e pesquisas sobre cultura do estado. As “Ciências Agrárias” também foram bastante trabalhadas, em textos sobre manejo florestal, agricultura e pecuária.

Já os textos das “Ciências Ambientais” estavam mais voltados para o clima na região amazônica como um todo, enquanto que os das “Ciências Biológicas” tratavam muito de levantamentos biológicos e questões mais amplas sobre ciência, como a importância da universidade para as pesquisas na área.

Dessa forma, podemos observar que enquanto as “Ciências Agrárias” se voltaram para assuntos de produção agropecuária e desenvolvimento econômico da região, as “Ciências Ambientais” enfatizaram os problemas ambientais e possibilidades de preservação na natureza local. Essas duas áreas do conhecimento reforçam a ideia da Amazônia como um local exótico e natural, como Dutra (2009), Bueno (2002), Steinbrenner (2007) e Seixas (2010b) já haviam observado em seus estudos.

Esse tipo de tratamento conferido à região foi observado em textos como “A eterna atração da Amazônia” (grafia da época) (A ETERNA..., 1956) ou “Geógrafos de fama mundial excursionarão pela Amazônia” (GEÓGRAFOS..., 1956), que trabalharam a Amazônia como um local a ser desbravado, mesmo tendo sido publicados por volta da metade do século XX.

Textos envolvendo a biodiversidade e o manejo sustentável também produzem esse sentido, como em “Biodiversidade deve garantir o futuro das comunidades amazônicas” (BIODIVERSIDADE..., 2006), publicado mais recentemente. Nessa linha, a presença de assuntos das “Ciências Sociais e Humanidades” também reforça esse tipo de compreensão sobre a região, já que questões sobre populações indígenas e tradicionais também estavam voltadas para a abordagem do “exótico” amazônico e foram bastante presentes.

Em contrapartida, os textos de “Ciência & Tecnologia como um todo” trataram bastan-

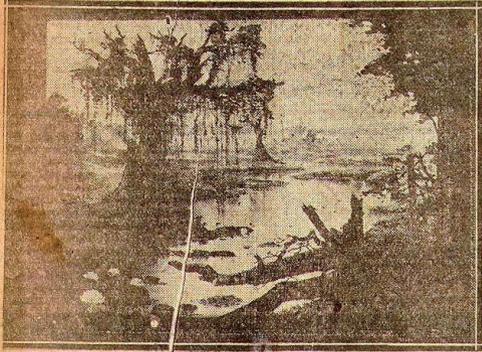
Figura 1 - Texto “A eterna atração da Amazônia”, publicado em 19 de janeiro de 1936 pela *Folha do Norte*, p. 3

Domingo, 19 de janeiro de 1936

A eterna atração da Amazonia

Desejosa de desvendar certos segredos da natureza americana, vem ao nosso Estado uma corajosa expedicionaria yankee

Para subir os altos rios, dispõe ella de uma lancha com motor de pôpa e provida de todo equipamento, inclusive radiov



PAYSAGEM AMAZONICA
(Quadro de Reynoso)

A Amazonia immensa e mysteriosa continua a ser a permanente atracção dos sabios, dos cientistas, dos aventureiros e dos curiosos penetrados da ansia eterna do ignoto.

Desde a era do seu effectivo descobrimento, e desejado pelas pegadas genicas de Humboldt, até aos dias que correm, longa já é a litoria de grandes homens que a têm, palmo a palmo, em diadema anelido inassizível de a decifrar a nos seus multiplos e insondaveis mysterios, a razão, talvez, de ser do seu prestigio no mundo, deante de cujos olhos a região misteriosa surge como um colossal laboratorio de phenomenos.

E quando a expectativa universal está voltada para a Expedição Iglesias, que em breve vai a bordo do “Arcebro”, formigan de etnographos, de hydrographos, de naturahistas, de biologists, de antropologos e de toda a classe de scientistas e de technicos (em assumptos da nossa “naturalia”), — eis que nos chega da America do Norte a noticia de que em dias de março proximo aportará a Belém a estranha e curiosa figura de Estadora de deserto — a senhorinha Elizabeth Steen, do urai de Los Angeles, na Califórnia.

Segundo uma carta dirigida por ella a mesma ao seu compatriota Jack E. Hollmell, residente neste Estado, pretende a intrépida exploradora subir o rio Araguaya até ás suas fontes, entrando em contacto com os selvicos para estudar-lhes os costumes, os usos, as tendencias, as predilecções e os typos ethnicos, photographando-os no seu proprio “habitat”.

Tambem conta estudar a vida dos animaes na seiva, pegando-os vivos, para o que trará cães de caça amestrados e aptos a esse delicado e perigoso servico.

Para a subida do Araguaya e seus affluentes a excentrica senhorinha Elizabeth Steen trará uma confortavel lancha, com motor de pôpa e que navegará em qualquer profundidade, em consulta ao regimen de aguas da região. Esta embarcação estará provida de uma apparellagem completa, desde os instrumentos para o estudo da topographia das zonas inexploradas, até á estação de radio para o estabelecimento das communicações com o mundo civilizado.

Um grande equipamento de medicamentos e de provisões de bocca, constantes, em sua maior parte, de legumes e verduras em conserva, completará o abastecimento da lancha, em que viajará a destemida exploradora e que fará dessa embarcação a sua morada permanente.

Logo que a senhorinha Steen aportar a Belém, arrastará para o seu servico uma moçoila e dois ou três moços que a deverão acompanhar em sua “entrada”.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna

te da necessidade de se fazer ciência na região Norte, contrastando com a ideia mais exótica da Amazônia, apesar de vários desses textos serem de pesquisas nas áreas ambientais, zoológicas e botânicas.

As “Ciências Exatas e da Terra” e as “Engenharias e Tecnologias”, por sua vez, tiveram uma participação reduzida em nosso material, abordando questões sobre os minérios da região e segurança na Amazônia, por exemplo.

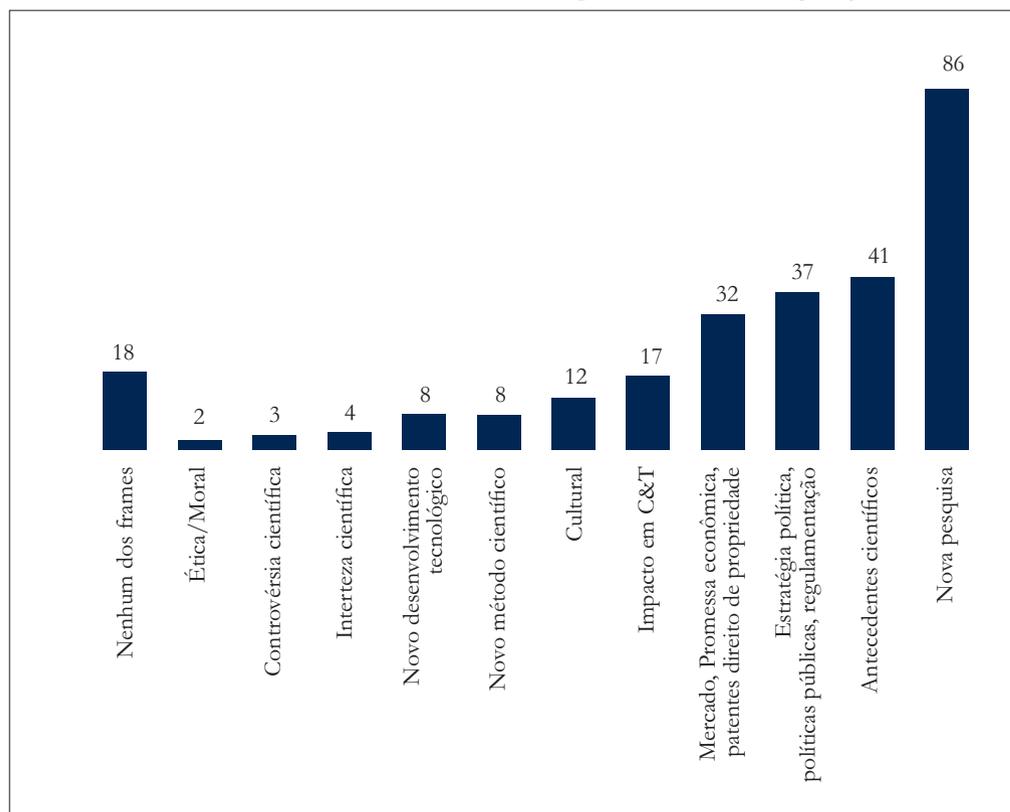
AS NARRATIVAS DA COBERTURA DE CIÊNCIA NA REGIÃO NORTE

Observamos predominância das novidades da ciência na narrativa da cobertura de ciência dos jornais analisados, conforme sugere a presença alta do *frame* “Nova pesquisa” (ver Gráfico 3). Além desse, também verificamos a presença representativa dos “Antecedentes científicos”, “Mercado, promessa econômica, patentes, direitos de propriedade” e “Estratégia política, políticas públicas, regulamentação”.

A ênfase nas novidades científicas já era esperada, em razão de nossa análise se debruçar sobre jornais diários, fato também observado por outros estudos (RAMALHO; POLINO; MASSARANI, 2012).

Os “Antecedentes científicos” também estiveram presentes em nosso material. Em sintonia com esses dados, observamos que 29,0% do *corpus* (41 textos) apresentaram algum tipo de contextualização, enfatizando a característica da imprensa paraense em trabalhar a ciência de uma forma mais ampla. Na mesma linha, Beltrão (2002), ao analisar a cobertura sobre as questões científicas da cólera ainda no século XIX, observou a tendência dos jornais paraenses em trabalhar o panorama histórico dos assuntos abordados em suas páginas. Por outro lado, foram poucos os textos que tiveram “Esclarecimentos de termos científicos”, apenas 21,9% do *corpus* (31 textos). De certa forma, isso mostra pouca preocupação com o entendimento do leitor sobre os assuntos tratados, apesar da contextualização mais detalhada.

Gráfico 3 - Número de textos sobre ciência relacionados à região Norte distribuídos pelos *frames*



Fonte: Dados da pesquisa

Já as controvérsias (científicas e não científicas) ganharam pouca atenção, tendo sido encontradas em apenas cinco textos (3,5% do *corpus*), entre eles, a contestação de um tratamento sobre hanseníase. Amorim e Massarani (2008) verificaram essa carência e questionaram a atitude pouco crítica dos jornalistas e dos jornais diante dos temas científicos.

O *frame* “Impacto de C&T”, apesar de ter sido comum na análise de Ramalho, Polino e Massarani (2012), também teve uma participação reduzida em nosso *corpus*. Os textos com esse tipo de *frame* enfocavam a relação estreita entre ciência e sociedade e pode ser exemplificada pelos textos que trataram de vacinas. Essa relação foi muito mais positiva do que negativa, já que 60,9% do material (86 textos) apresentou os benefícios da ciência, enquanto que apenas 12,7% abordou os danos da pesquisa científica (18 textos). Essa tendência de abordagem positiva da ciência também foi observada por Massarani *et al.* (2005) em jornais latinos importantes.

As questões científicas relacionadas aos *frames* “Mercado, promessa econômica, patentes direitos de propriedade” e “Estratégia política, políticas públicas, regulamentação” tiveram uma participação importante e também evidenciam a forma como a ciência está ligada ao cotidiano. Os textos das “Ciências Agrárias”, em especial, trataram de questões econômicas, trabalhando a potencialidade da região amazônica no que diz respeito à pecuária, por exemplo. Já os assuntos mais políticos da ciência estavam mais presentes nos textos de “C&T como um todo”, trabalhando principalmente os incentivos à pesquisa na região Norte e na Amazônia de maneira global.

Esses dados sugerem uma abordagem da ciência a partir dos seus “encantos”, ou seja, das novas pesquisas e dos benefícios que elas podem trazer à sociedade. Reis (2002, p. 76) já havia tratado sobre o assunto, observando que estamos em um momento propício para tratarmos as pesquisas científicas de uma forma mais ampla, evidenciando os problemas sociais implícitos na atividade e não mais nos atendo aos seus “encantos”.

AS FONTES DA CIÊNCIA

Em relação às fontes consultadas pelos jornais, verificamos que o grupo mais presente foi o dos cientistas e de suas instituições de pesquisas, que estavam em 87,9% do *corpus* (124 textos). Resultados similares foram encontrados por Almeida *et al.* (2011) em jornais da

América Latina e por Ramalho, Polino e Massarani (2012) em uma pesquisa sobre o *Jornal Nacional*.

Mais regionalmente, Morais (2010a, 2010b) analisou a cobertura sobre arqueologia e sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi em jornais locais, nacionais, revistas voltadas para a divulgação científica e publicações de instituições de pesquisa¹⁴ entre 2000 e 2004. Nesse estudo, os cientistas também foram as principais fontes de informação presentes no material.

Esses dados não chegam a ser surpresa, uma vez que, ao falar de ciência, os cientistas são as primeiras fontes a serem ouvidas pelos jornais e seus jornalistas. Por outro lado, é importante ressaltar que embora a pesquisa em “Medicina e Saúde” tenha sido a mais comum em nosso *corpus*, os “Médicos” só foram fontes em 9,9% do *corpus* (14 textos). Uma justificativa para esse dado é que em vários textos os estudiosos foram identificados unicamente como “cientistas”, e não especificamente como médicos, mesmo nas pesquisas na área de saúde.

Um grupo que teve uma participação importante como fonte foi “Membros do governo”, que estava em 27,6% do material (39 textos). Essa presença está diretamente relacionada aos textos sobre os incentivos governamentais à pesquisa na Amazônia, assunto muito presente no *corpus*.

Dentre as instituições identificadas nas matérias, podemos citar a UFPA (16 textos, 11,3% do *corpus*), o Museu Paraense Emílio Goeldi (14 textos, 9,9% do *corpus*) e a Embrapa Amazônia Oriental (13 textos, 9,2% do *corpus*), todas localizadas no Pará.

O Museu Goeldi, criado em 1866, é a instituição de pesquisa mais antiga da Amazônia. Em sua trajetória, a instituição passou por um período de dificuldades logo no início do século XX, com a saída da diretora Emília Snethlage,¹⁵ em 1921. Somente na década de

14 Material arquivado na Base de Dados de Informações Jornalísticas da Amazônia (Bdijam).

15 Zoóloga alemã, chegou a Belém em 1905, sendo uma das poucas mulheres reconhecidas por seu trabalho no início do século XX no Brasil. Em 1914, a pesquisadora foi nomeada diretora interina do Museu Paraense Emílio Goeldi e, a partir de 1922, passou a trabalhar no Museu Nacional do Rio de Janeiro (JUNGHANS, 2008).

1930, sob a direção de Carlos Estevão de Oliveira, a instituição retomou sua força nas pesquisas (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, [2013]). Talvez esse momento de crise tenha influenciado no surgimento do Museu em nosso material somente em 1966, no texto “Professores universitários de S. Paulo realizam pesquisas nos portos do Pará e do Amazonas”, publicado em 12 de janeiro de 1966 pela *Folha do Norte* (PROFESSORES..., 1966). A partir daí, porém, a instituição aumentou significativamente a sua participação em nosso *corpus*.

A UFPA, por sua vez, foi criada em 1957, mas teve uma participação mais forte que o Goeldi em nosso material, em várias áreas do conhecimento. Já a Embrapa Amazônia Oriental abordou temas ligados diretamente à agropecuária da região e tem uma origem mais antiga, estando relacionado ao Instituto Agrônomo do Norte, criado em 1939.

Além dessas instituições, destacamos a Universidade Federal Rural da Amazônia (quatro textos, 2,8% do *corpus*), o Instituto Evandro Chagas (quatro textos, 2,8% do *corpus*), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) (quatro textos, 2,8% do *corpus*), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (dois textos, 1,4% do *corpus*) e a Universidade Federal de Rondônia (um texto, 0,7% do *corpus*). A Universidade Federal do Maranhão (dois textos, 1,4% do *corpus*) e a Universidade Federal de Goiás (um texto, 0,7% do *corpus*) fazem parte do grupo de instituições da Amazônia Legal, fora da região Norte, mas que também foram citadas pelos periódicos.

Registramos ainda órgãos de fomento do desenvolvimento da região amazônica, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (dois textos, 1,4% do *corpus*) e a sua predecessora, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (dois textos, 1,4% do *corpus*), além do Banco da Amazônia, em cinco textos (3,5% do *corpus*).

Das instituições nacionais, identificamos o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (sete textos, 4,9% do *corpus*), a Universidade de São Paulo (três textos, 2,1% do *corpus*), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (um texto, 0,7% do *corpus*) e a Fundação Oswaldo Cruz (um texto, 0,7% do *corpus*), entre outras.

Já sobre a participação de fontes internacionais, identificamos, principalmente, a organização não governamental *World Wide Fund for Nature* (dois textos, 1,4% do *corpus*) e a agência espacial estadunidense *National Aeronautics and Space Administration* (dois textos, 1,4% do

corpus). Essas fontes trabalharam assuntos mais voltados ao clima e ao desmatamento da região. Observamos que as organizações não governamentais só foram registradas nos dois últimos anos analisados, mostrando uma participação bastante recente nas questões científicas da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa apresentou um panorama sobre a cobertura da ciência realizada nos jornais paraenses ao longo de 130 anos, voltada para a região Norte, na qual se localiza a maior parte da Amazônia brasileira. Observamos que a ciência da e na região recebeu atenção nos três dos principais periódicos locais desde o final do século XIX.

A cobertura sobre a ciência da região Norte, porém, ganhou força a partir da metade do século XX, período em que várias instituições brasileiras voltadas para a pesquisa científica na Amazônia estavam sendo criadas. Podemos citar como exemplo o INPA (1952), a UFPA (1957), a UFAM (1962), além da Embrapa Amazônia Oriental (1939) e do Instituto Evandro Chagas (1940), consultadas como fontes no material analisado. Cientistas ganharam um espaço proeminente nas matérias, sugerindo a valorização dada a esse ator social. Outro destaque do material analisado foi a presença de textos sobre incentivos à pesquisa, correlacionada a uma política para o fortalecimento da economia na região.

Seguindo a tendência de outros estudos, a pesquisa em saúde destacou-se entre as áreas do conhecimento, seguida por ciências agrárias e ambientais, que enfatizaram os aspectos naturais da Amazônia a partir de um discurso “desbravador”. O monitoramento do desmatamento da floresta é um exemplo dos assuntos que enfocavam as questões naturais amazônicas, tendo a participação de instituições nacionais e internacionais na defesa da preservação dos recursos naturais locais. De maneira similar, as matérias relacionadas às ciências sociais também destacaram o aspecto mais natural e exótico da região, exemplificado nas temáticas sobre “povos da floresta”.

As pesquisas divulgadas pelos jornais de nosso estudo trataram sistematicamente de novidades científicas, embora poucos textos evidenciem controvérsias da ciência. Isso pode ser um reflexo de uma postura pouco crítica dos jornais e jornalistas que, ao ouvirem os cientistas que desenvolveram a pesquisa, acabam reproduzindo o seu discurso, não buscando outras fontes de informação.

Com esses dados, podemos começar a montar o quebra-cabeça sobre como tem se dado a cobertura da imprensa da ciência na região Norte e na Amazônia. Queremos contribuir para o entendimento da história da divulgação científica no Brasil, ainda pouco conhecida, apesar de já ter mais de dois séculos. Essa lacuna é particularmente exacerbada na região Norte e, por isso, esperamos que nosso estudo estimule outros pesquisadores nesse caminho.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Amazônia**: desafio brasileiro do século XXI. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.
- ALMEIDA, Carla *et al.* La cobertura de ciencia en América Latina: estudio de periódicos de elite en nueve países de la región. In: MORENO, Carolina (Org.). **Periodismo y divulgación científica**: tendencias en el ámbito iberoamericano. Madrid: OEI: Biblioteca Nueva, 2011. p. 75-97.
- AMORIM, Luís Henrique; MASSARANI, Luisa. Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 73-84, jan./abr. 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análisis de contenido**. 3. ed. Madri: Akal, 2002.
- BECKER, Bertha. Geopolítica na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BELTRÃO, Jane Felipe. Autoridade médica e divulgação científica no Grão-Pará flagelado pelo cólera: século XIX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 239-252, jun. 2002.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Obras raras**. Rio de Janeiro, [2013]. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=19>. Acesso em: 8 jun. 2013.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BIODIVERSIDADE deve garantir o futuro das comunidades amazônicas. **O Liberal**, Belém, 2 jul. 2006. Caderno Atualidades, p. 10.
- BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1986.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Museu da Vida. **Percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil**: resultados da enquete de 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/media/enquete2010.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2012.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARVALHO, Vanessa Brasil de; MASSARANI, Luisa; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Divulgação científica em três jornais paraenses do século XIX ao século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 1-14.

CNPq. **Estatísticas e indicadores da pesquisa no Brasil**. Brasília, DF, 2006.

DONOS DA MÍDIA. Os grupos regionais. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/grupos/regionais#>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

ESTEVES, Bernardo. **Ciência na imprensa brasileira no pós guerra**: o caso do suplemento “Ciência para Todos” (1948-1953). 2005. 203 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Cartas de serviços da FBN ao cidadão**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/cartadeservicosFBN.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2013.

A ETERNA atração da Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, p. 7, 15 jul. 1956.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-7, 1989.

GANS, H. **Deciding what's news**. New York: Pantheon, 1979.

GEÓGRAFOS de fama mundial excursionarão pela Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, p. 7, 15 jul. 1956.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

IBGE. **Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal**. Brasília, DF: Diretoria de Geociência. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/diagnosticos_levantamentos/amazonia_legal/amazonia_legal.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 243-255, jun. 2008. Suplemento.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

LAMENZA, Ademir. **As mudanças na organização da produção na indústria gráfica do Grande ABC**: um estudo sobre o segmento “off set”. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2005.

MASSARANI, Luisa *et al.* Jornalismo científico na América Latina: um estudo de caso de sete jornais da região. **Journal of Science Communication**, set. 2005.

MASSARANI, Luisa; RAMALHO, Marina. **Monitoramento e capacitação em jornalismo científico**: a experiência de uma rede ibero-americana. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL), 2012.

MORAIS, Maria Lúcia Sabaa Srur. A cobertura jornalística sobre a arqueologia da Amazônia. In: BELTRÃO, Jimena Felipe. **Pesquisa em comunicação de ciência na Amazônia Oriental Brasileira**: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010a. p. 93-122.

_____. A cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: BELTRÃO, Jimena Felipe. **Pesquisa em comunicação de ciência na Amazônia Oriental Brasileira**: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010b. p. 125-164.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **1921**: a estagnação amazônica. Belém, [2013]. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/portal/sites/default/files/linhatempo/lt_fs.htm>. Acesso em: 26 mar. 2013.

PINTO, Lúcio Flávio. **O poder de O Liberal**, 2006. Disponível em: <http://www.observatorio-daimprensa.com.br/news/view/o_poder_de_o_liberal>. Acesso em: 30 jul. 2013.

PORTAL ORM. Disponível em: <www.ormnews.com.br>. Acesso em: 31 dez. 2013.

PROFESSORES universitários de S. Paulo realizam pesquisas nos portos do Pará e do Amazonas. **Folha do Norte**, Belém, p. 30, 12 jan. 1966.

RAMALHO, Marina *et al.* Ciência em telejornais: uma proposta de ferramenta para análise de conteúdo de notícias científicas. In: MASSARANI, Luisa; RAMALHO, Marina. **Monitoramento e capacitação em jornalismo científico**: a experiência de uma rede ibero-americana. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL), 2012, p. 11-24.

RAMALHO, Marina; POLINO, Carmelo; MASSARANI, Luisa. Do laboratório para o horário nobre: a cobertura de ciência no principal telejornal brasileiro. **Journal of Science Communication**, v. 11, p. 1-10, 2012.

REIS, José. Ponto de vista: José Reis. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu; BRITO, Fátima (Org.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 73-78. Disponível em: <http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/livro_completo.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2012.

ROCQUE, Carlos. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1976.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a *Belle-Époque* (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. **Memórias do “velho intendente” Antonio Lemos (1969-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **Jornais Paraoaras**: percurso da mídia impressa em Belém no século XIX. Projeto de pesquisa concluído. Edital MCT/CNPq/ MEC/CAPES N.º 02/2010. Belém: UFPA, 2010a.

_____. Política, justiça e mídia impressa no Pará: tecendo sentidos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE ESTUDOS DO DISCURSO, 9., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2011.

_____. Produção de sentidos sobre a Amazônia: dos colonizadores aos tempos atuais. In: AMARAL FILHO, Otacílio; CASTRO, Fábio Fonseca de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos (Org.). **Pesquisa em comunicação na Amazônia**. Belém: FADESP, 2010b. p. 61-71.

_____. **A trajetória da imprensa no Pará**. Projeto de pesquisa em andamento. Edital Universal MCTI/CNPq no. 14/2012, Faixa A. Belém: UFPA, 2012.

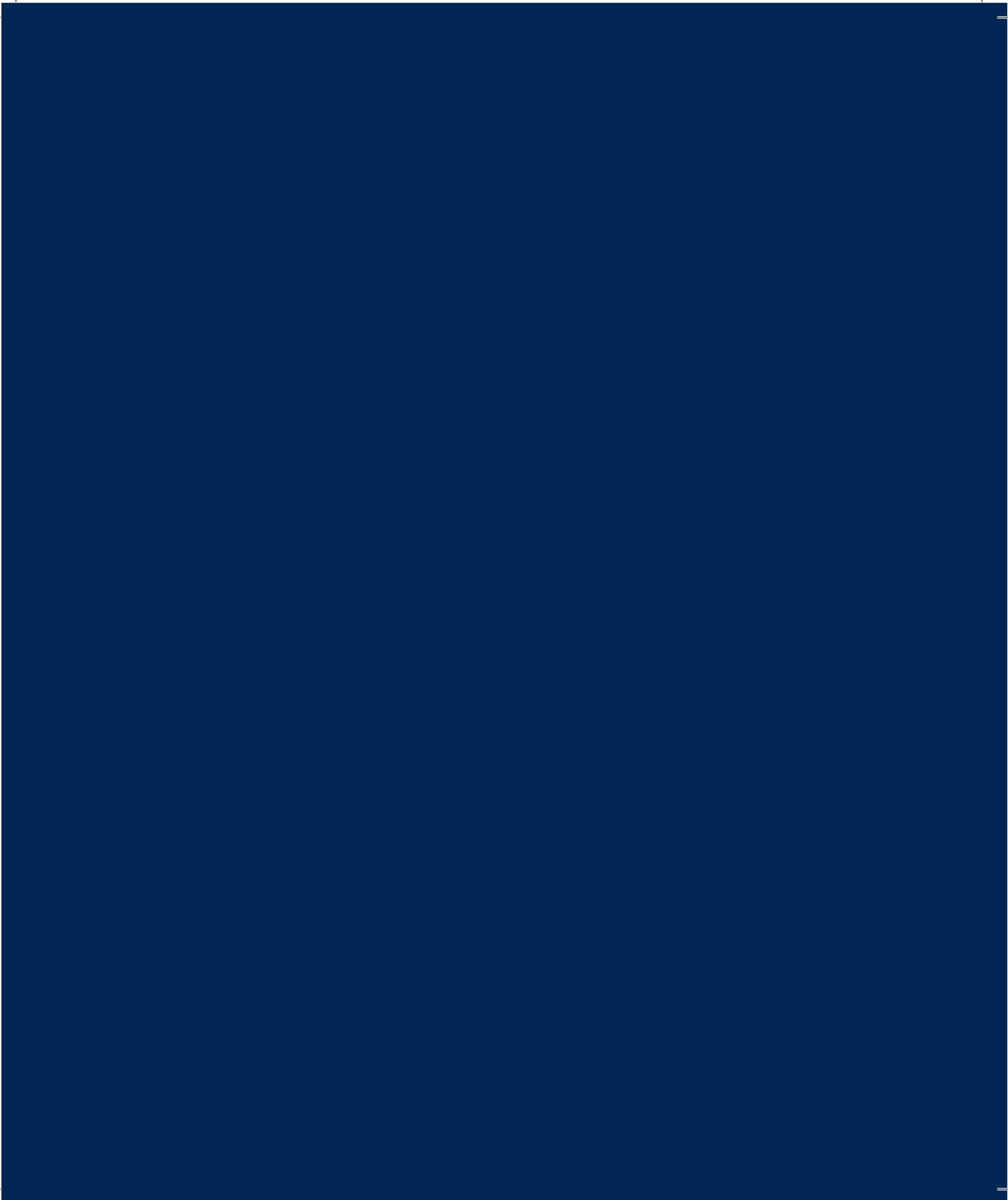
SIMONIAN, Lígia. Saberes locais e biodiversidade. In: SEMINÁRIO SABER LOCAL/INTERESSE GLOBAL: PROPRIEDADE INTELECTUAL, BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTO TRADICIONAL NA AMAZÔNIA, 2003, Belém. **Anais...** Belém: Centro de Estudos do Estado do Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

STEINBRENNER, Rosane Albino. Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos “fantasmas” da Amazônia). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 11., 2007, Belém. **Anais...** Belém, 2007.

ANEXO A - ENQUADRAMENTOS TRABALHADOS NESTE CAPÍTULO

Enquadramentos	
Nova pesquisa	Foco em novas pesquisas, anúncio de novas descobertas ou aplicação de novos conhecimentos científicos, novos remédios. Ex.: o anúncio de um novo estudo, um artigo inédito em uma revista científica, questões de ciência divulgadas em conferências ou eventos científicos.
Novo método científico	Foco em novos métodos científicos, apresentação de pormenores dos procedimentos inovadores, nova utilização de remédios ou tratamentos. Ex.: novo método para tratamento de doenças.
Novo desenvolvimento tecnológico	O foco é sobre os novos desenvolvimentos experimentais, procedimentos técnicos ou novas tecnologias. Ex: novos dispositivos para celulares, novo aparelho para análises de DNA ou novo equipamento para ser utilizado em pesquisas espaciais.
Antecedentes científicos	Antecedentes científicos gerais da questão. Ex.: descrição de pesquisa anterior ou recapitulação dos resultados.
Impacto de C&T	Apresenta situações em que os resultados da ciência ou de pesquisas têm impacto direto sobre a sociedade (positivo ou negativo). Ex.: acidentes em usinas nucleares, falta de energia, biossegurança, melhorias nas condições de vida e de recuperação ambiental, questões controversas e riscos nas aplicações de C&T.
Ética / Moral	Foco na ética ou moralidade da pesquisa. Ex.: relatório especial sobre a ética, destaque para perspectivas religiosas, com ênfase em bioética.
Estratégia política, políticas públicas, regulamentação	Foco nas estratégias ou deliberações políticas relacionadas a questões científicas. Ex.: incentivos governamentais a pesquisas científicas ou contribuição da ciência em leis.
Mercado, promessa econômica, patentes, direitos de propriedade	Foco em assuntos econômicos ou relacionados ao mercado. Ex.: o crescimento em uma determinada indústria ou empresa que tem a ver com a investigação científica ou o desenvolvimento de produtos para o mercado. Também inclui textos com ênfase na apropriação de novas técnicas de pesquisa e patentes.
Controvérsia científica	Foco nas controvérsias científicas relacionadas à ciência e tecnologia. Dão destaque a divergências entre cientistas, que podem ser indicadas por fontes que se opõem, ou por menção a posturas diferenciadas. Ex.: textos que confrontam ideias sobre a origem da vida ou sobre vida extraterrestre.
Incertezas científicas	Foco nas incertezas científicas sobre questões de ciência e tecnologia. Destaca uma situação que ainda não é consenso entre os cientistas como um todo, ou de uma determinada área, devendo ser citada ou mencionada no texto. Ex.: melhor tratamento da Aids.
Personalização	Foco em um personagem que faça parte da questão abordada pelo texto. O enquadramento aqui é a narrativa pessoal ou testemunhal.
Cultural	Textos voltados para a dimensão cultural da ciência: estética, linguística, plástica, artística ou histórica. Também inclui aqueles que destacam a diversidade cultural, tradições, costumes entre etnias, países ou povos. Ex.: pesquisas etnográficas ou antropológicas.

Fonte: Adaptado do quadro apresentado por Ramalho *et al.* (2012)



Paradigmas científicos para o estudo dos ecossistemas comunicacionais



Susy Elaine da Costa FREITAS
Mirna Feitoza PEREIRA

114



Paradigmas científicos para o estudo dos ecossistemas comunicacionais

O presente capítulo tem como objetivo delinear e discutir contextos e fundamentos teóricos capazes de dar suporte ao estudo dos ecossistemas comunicacionais, campo emergente de estudos que vem se desenvolvendo na Amazônia por meio das pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGCCOM/UFAM), cuja área de concentração, única entre os programas de pós-graduação em comunicação brasileiros, denomina-se “ecossistemas comunicacionais”. Trata-se de um campo de estudos que focaliza a diversidade e ao mesmo tempo a unidade de fenômenos interconectados e interdependentes que envolvem as práticas comunicativas, instituindo processos em rede que tensionam as fronteiras disciplinares da investigação científica frente à complexidade do objeto, exigindo pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares.

Pelo seu caráter inovador, a construção da perspectiva ecossistêmica para os estudos da comunicação tem representado um enorme desafio epistemológico e metodológico, uma vez que requer uma compreensão científica que considere o mundo não a partir do isolamento e da fragmentação de suas partes, mas como uma unidade integrada na qual a diversidade, seja ela natural, social, cultural ou tecnológica, seja percebida e investigada a partir das relações de interdependência (PEREIRA, 2011). Isso implica uma mudança na percepção e na investigação do fenômeno comunicativo em consonância com os novos paradigmas da ciência e, por essa razão, demanda uma discussão crucial em torno dos contextos e fundamentos que fornecem subsídios teóricos para a construção do campo conceitual dos estudos dos ecossistemas comunicacionais.

Os resultados ora apresentados surgiram do enfrentamento desse desafio. Assim, neste capítulo, busca-se compor um quadro teórico de referência que auxilie na percepção e na

investigação do fenômeno comunicacional como um complexo integrado de relações em rede. A partir dos estudos que têm dado significativa contribuição à pesquisa do fenômeno comunicacional na perspectiva ecossistêmica, tanto pela relevância de aceitar empreender o caminho da pesquisa tendo como ponto de partida um campo conceitual em construção, quanto pela qualidade dos resultados já alcançados, discute-se a mudança de paradigma da ciência na contemporaneidade, identificando-se, na tradição dos estudos da comunicação, antecedentes teóricos que dão suporte à compreensão científica integrada necessária à consolidação do campo conceitual dos estudos dos ecossistemas comunicacionais.

A PERSPECTIVA ECOSISTÊMICA NAS PESQUISAS REALIZADAS NA AMAZÔNIA

Em capítulo do livro “Comunicação midiaticizada na e da Amazônia”, Monteiro e Colferai (2011) abordam o pensamento ecossistêmico como alternativa para estudar os fenômenos que se dão na região. Porém, é importante frisar que há, na visão dos autores, contribuições de cunho epistemológico que vão além das barreiras geográficas. Ao terem como ponto de referência os estudos de Maturana e Varela, Morin e Capra, os pesquisadores explicam que o ponto de vista ecossistêmico, longe de trazer mais confusão com uma aparente recusa de teorias anteriores, expressa, na verdade, uma maior riqueza à pesquisa:

A pretensão de ser criativo não implica renegar os caminhos já abertos, mas, antes, compreender o campo que é ponto de partida. É, antes, ir além de seus limites conceituais e lançar mão das contribuições de outros campos e pensadores que podem ser elencados entre aqueles que extrapolam classificações por áreas de conhecimento. Partir desse pressuposto nos parece fundamental para alcançar o universal impresso no particular (MONTEIRO; COLFERAI, 2011, p. 33-34).

É dessa maneira que se justifica a utilização de autores de diversos campos do conhecimento para ajudar a compor o ponto de vista ecossistêmico para o estudo dos fenômenos comunicacionais. Como bem sumarizam Monteiro e Colferai (2011, p. 34), pensar a comunicação de maneira ecossistêmica é empreender uma “busca por uma pesquisa em comunicação – e assim demarcada dentro de um campo – que extrapole os seus limites a partir de um objeto particular para se tornar universal”. Dizem os autores:

A busca de novos caminhos não se apresenta como uma tarefa simples, pois requer, antes, abandonar a segurança dos caminhos já conhecidos e percorridos. Da maneira como Morin (2007) propõe um pensamento complexo, é possível se lançar a pesquisa para além dos paradigmas tradicionais, colocando não como parâmetros, mas como elementos a serem associados, a natureza, o homem e as relações que entre e a partir daí se constroem (MONTEIRO; COLFERAI, 2011, p. 40).

As pesquisas de Pereira (2005, 2012) em torno dos ecossistemas comunicacionais têm como base uma visão ecológica da comunicação desenvolvida de 2001 a 2005, que propõe uma ecologia da comunicação mediada por processos sógnicos. Em 2009, essa proposta teórica encontrou abrigo na área de concentração do PPGCCOM/UFAM e desde então estão sendo realizados esforços para erguer uma epistemologia para o estudo dos ecossistemas comunicacionais, buscando-se fundamentos nos diversos campos científicos para investigar a complexidade envolvida no fenômeno comunicacional quando olhado sob essa perspectiva, tendo como base a transdisciplinaridade. Os primeiros resultados divulgados (PEREIRA, 2011) mostram o deslocamento de conceitos do campo da ecologia para o campo da comunicação, movimentando-se dos estudos da natureza para os estudos da cultura. Isso porque os vários conceitos de ecossistema utilizados por Pereira (2011), tais como os apresentados por Tansley, Ab'Saber e Capra, somados ao conceito de semiosfera, de Lotman, encaminham para a compreensão da cultura como uma esfera complexa de relações igualmente integrada à biosfera, o “conjunto da matéria viva do planeta” (PEREIRA, 2011, p. 54). Partindo da visão integrada entre cultura e natureza, o desafio da pesquisa em torno dos ecossistemas comunicacionais é definido do seguinte modo:

Investigar os processos comunicativos na perspectiva dos ecossistemas comunicacionais compreende, antes de tudo, entender que a comunicação não é um fenômeno isolado; ela envolve um ambiente cultural que ao mesmo tempo interfere e possibilita a construção, a circulação e a significação das mensagens. Significa que o ambiente que a envolve é constituído por uma rede de interação entre sistemas diferentes e que estes, embora diversos, dependem um do outro para coexistir. Significa ainda que modificações nos sistemas implicam transformações no próprio ecossistema comunicativo, uma vez que este tende a se adaptar às condições do ambiente, e, no limite, na própria cultura (PEREIRA, 2011, p. 51).

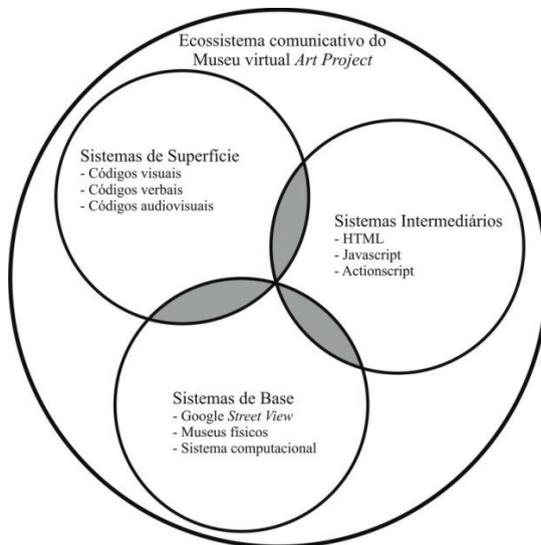
A partir daí, percebe-se que a conexão entre diferentes elementos é a chave para compreender os ecossistemas comunicacionais. O modo como essas conexões surgem mostra que comunicar é mais do que transmitir uma mensagem de um emissor a um receptor; é, antes de tudo, um processo que envolve um ambiente integrado de relações.

É interessante pontuar que diferentes pesquisas desenvolvidas no Amazonas a partir do PPGCCOM/UFAM apresentam os ecossistemas comunicacionais como norte epistemológico, apesar de seus diferentes recortes empíricos. No caso da pesquisa de Lopes (2011), a base semiótica para pensar o conceito de ecossistema gera uma visão de comunicação na qual esta “[...] não significa uma mera transmissão de mensagens de um emissor que a codifica para um receptor que a decodifica. Comunicação será entendida aqui como um processo dialógico que envolve sistemas de signos em interação semiótica” (LOPES, 2011, p. 151).

Ao estudar o museu virtual *Google Art Project*, Lopes (2011) toma como base o ponto de vista ecossistêmico de base semiótica proposto por Pereira (2005, 2011, 2012). Dessa maneira, a pesquisa encara a atuação desse tipo específico de museu na *web* como “um sistema semiótico imerso em um espaço que

propicia a produção da linguagem e a comunicação” (LOPES; PEREIRA, 2011, p. 151). Os autores explicam que alcançar esse resultado foi possível somente a partir da compreensão ecossistêmica do museu virtual, por meio da qual se encarou o espaço da *web* como pura informação e a comunicação como um processo mais complexo que envolve a relação emissor-receptor. Alguns resultados mais expressivos da pesquisa puderam ser sumarizados no seguinte diagrama (Diagrama 1):

Diagrama 1 - Ecossistema comunicativo semiótico do museu virtual *Art Project*



Fonte: Lopes (2011)

O diagrama mostra o ecossistema comunicativo semiótico do museu virtual *Google Art Project* formado por outros três sistemas de signos: os sistemas de superfície, os sistemas intermediários e os sistemas de base. O primeiro é composto por códigos visuais, verbais e audiovisuais; o segundo é formado pelas linguagens computacionais *Hyper Text Markup Language* (HTML), *JavaScript* e *ActionScript*; por fim, o sistema de base é composto pelo *Google Street View*, os museus físicos e o sistema computacional. A noção de ecossistema condensa, então, as relações e o contexto em que se dá o processo comunicativo estudado.

A pesquisa de Dias (2012) também parte da perspectiva ecossistêmica de base semiótica (PEREIRA, 2005, 2011, 2012) para pensar as histórias em quadrinhos no ambiente da *web*. Nela, a autora aponta o ecossistema comunicativo semiótico como sendo formado pelos sistemas do entretenimento (as histórias em quadrinhos) e o sistema tecnológico (a *web*), sendo que esses conservam, até certo ponto, características inalteradas no processo comunicacional por meio do qual se relacionam. A partir do ponto de vista ecossistêmico, afirma Dias (2012):

[...] através dos conceitos ecológicos é possível identificar a internet como sendo o espaço (ambiente) de interação entre produtores e consumidores (organismos) e semelhante ao conceito proposto por Tansley (1936) a relação entre esse sistema é o que caracteriza a internet como um “ecossistema comunicacional”, pois nesse espaço, há uma variedade de sistemas (midiáticos) onde gera e produz informação de formas distintas (DIAS, 2012, p. 32).

Com a pesquisa de Dias (2012), observa-se que o ecossistema por ela identificado apresenta uma ordenação diferente do estudado por Lopes (2011). Isso porque o estudo dos ecossistemas não envolve uma metodologia única e *a priori* que explique os fenômenos estudados; propõe, antes, observá-los, e, a partir de suas qualidades, desenvolver uma metodologia que colabore para a sua investigação. Assim, embora os fenômenos estudados por Lopes (2011) e Dias (2012) se manifestem no espaço virtual e se voltem para o estudo dos signos nesse ambiente, ambos chegam a uma organização semiótica diferente, demonstrando, assim, a profusão de possibilidades do uso de tal ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas no campo da comunicação. Além disso, a perspectiva ecossistêmica enriquece ainda mais os estudos dos fenômenos comunicacionais, conforme pode ser observado nas considerações de Dias (2012):

A principal contribuição desta pesquisa é poder compreender as histórias em quadrinhos como um sistema complexo. Embora alguns autores já tenham apontado os princípios dessa complexidade, a literatura sobre o tema revela que na visão desses autores, as HQs tornam-se complexas apenas quando migram para o suporte digital. Esse processo identificado por eles como “hibridização”, neste caso, do meio impresso para o digital. Essa interpretação é encarada por nós como grande equívoco, isto é, a partir da visão sistêmica, comprovamos que a linguagem das histórias em quadrinhos tem por principal característica a relação de vários sistemas (princípio básico do hibridismo). Essa linguagem foi desenvolvida a partir das linguagens: fotográficas, cinematográficas, da pintura, da literatura; em outros momentos a linguagem das HQs se relacionou com a linguagem dos desenhos animados, dos games, da televisão e atualmente tem se adaptado às características da linguagem da web. Dessa forma é possível observar que a dinâmica dos signos que compõem a linguagem das histórias em quadrinhos vive se relacionando (DIAS, 2012, p. 159).

O ecossistema estudado por Freitas (2013) também se manifesta a partir da *web*. Sua pesquisa buscou compreender de que maneira a crítica cinematográfica se configura a partir da utilização de redes hipertextuais em sua produção, partindo então do ponto de vista dos ecossistemas comunicacionais para compreender um fenômeno que se apresenta em um ambiente comunicacional midiático. Para tal, utilizou o conceito de cinema expandido, cunhado por Youngblood (1970), como base para estudar a crítica criada a partir dessas redes em sua complexidade. O conceito de espaço acústico, criado por McLuhan (1964) e melhor abordado pelo autor em parcerias (CARPENTER; McLUHAN, 1980; McLUHAN; FIORE; AGEL, 1971) também serve de base para pensar o fenômeno comunicacional em toda a sua complexidade e de maneira sistêmica. Foi elaborado um roteiro de observação do *site* escolhido para o recorte empírico, o *Metacritic* (<http://www.metacritic.com>), para a realização da coleta de dados, com o intuito de acompanhar a formação da rede hipertextual da crítica veiculada no *site*. A pesquisa concluiu que a crítica cinematográfica na *web* pode ser pensada como uma “crítica expandida” (FREITAS; PEREIRA, 2013, p. 13) que se dá em um espaço acústico, uma vez que está para além de uma espacialidade bidimensional. A *performance* da leitura feita pelo internauta cria essa crítica expandida por meio de uma visualidade tátil que permite navegar pelo conteúdo. A fruição da crítica expandida vai além do hipertextual, sendo também sensorial, cognitiva e multimídia, implicando em uma experiência, do ponto de vista ecossistêmico, focada em relações.

Vale ressaltar que não apenas objetos que residam na Rede Mundial de Computadores podem ser abarcados do ponto de vista dos ecossistemas comunicacionais. Um exemplo é a pesquisa desenvolvida por Dantas e Monteiro (2011), que dá conta de observar a complexidade das relações das quais faziam parte o objeto de sua pesquisa, que abordou os processos comunicacionais na Colônia de Pescadores Z-4, em Tefé (AM):

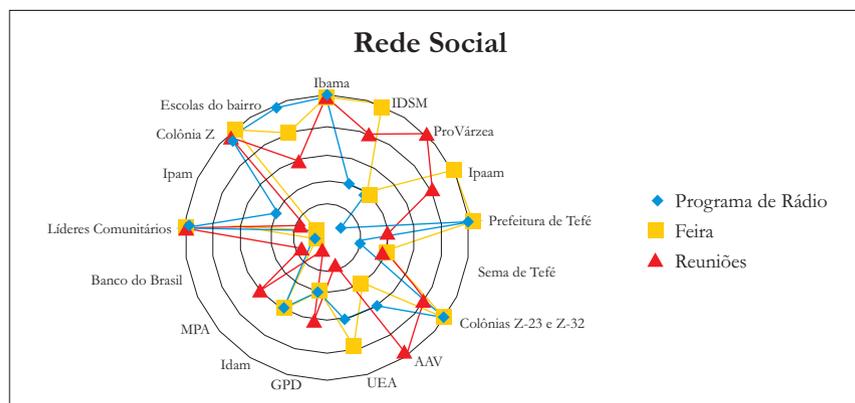
A pesquisa demonstrou que cada um dos atores envolvidos formam seus próprios sistemas que em um dado momento se acoplam, a partir da linguagem, gerando um contínuo de conhecimento (em reformulação permanente), que envolve todos os atores (em intensidades diferentes), mas que interfere na subjetividade de cada ator social e também na coletividade (DANTAS; MONTEIRO, 2011, p. 217).

Destaca-se que pesquisas como a de Dantas e Monteiro (2011) ganham toda uma nova perspectiva quando realizadas a partir de um ponto de vista ecossistêmico para a comunicação. Em vez de analisar apenas uma mídia ou um fato específico, foca-se em um fenômeno em curso, levando em consideração o contexto e as relações que se dão dentro dele. Dessa forma, o “contínuo conhecimento” a que os autores se referem gera, igualmente, contínuas transformações, o que é “viabilizado pela comunicação que, segundo Capra (2006), novamente recorrendo a Maturana, é uma comunicação que ultrapassa a simples transmissão de informação” (DANTAS; MONTEIRO, 2011, p. 218-219).

Também na pesquisa de Dantas e Monteiro (2011) foi possível desenvolver uma representação gráfica que explicitasse e resumisse as relações envolvidas no processo comunicativo. Essa construção (Diagrama 2) foi justificada tendo como base o trabalho do teórico Niklas Luhmann. Explicam Dantas e Monteiro (2011, p. 220): “Levando em consideração que o social pode ser explicado sob a forma de uma rede de operações que gera uma fenomenologia de autopoiesis (LUHMANN, 2009, p. 91), procuramos representar em uma estrutura de redes (teia) os sistemas envolvidos nesse processo”.

No Diagrama 2, Dantas e Monteiro (2011) destacam as reuniões, as atividades na feira e um programa de rádio como elementos significativos do fenômeno comunicacional que analisam. Dessa maneira, expõe-se tanto o caráter de rede utilizado para a análise como o fato de que não seria apenas a atuação de um dispositivo (no caso, o rádio) o único elemento digno de atenção dentro da pesquisa em comunicação.

Diagrama 2 - Diagrama de rede social



Fonte: Dantas e Monteiro (2011)

UMA MUDANÇA DE PARADIGMA PARA AS CIÊNCIAS

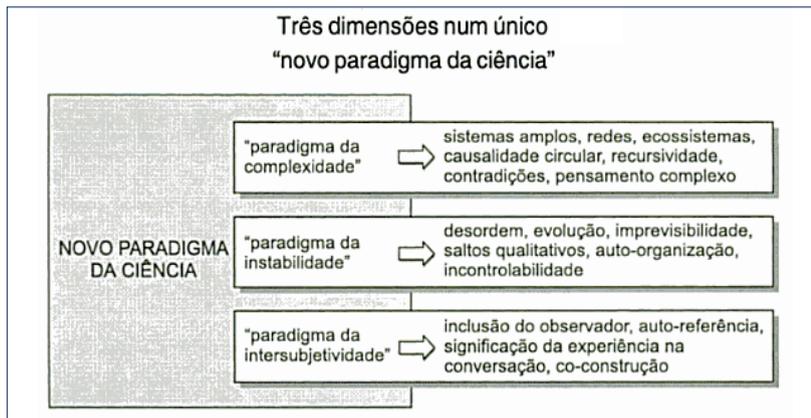
A complexidade que se busca abarcar com o ponto de vista dos ecossistemas comunicacionais tem a sua origem em estudos de variados teóricos. A postura de aceitar o quão complexo são os fenômenos estudados pela ciência não se originou a partir do campo específico da comunicação; ela tem suas raízes na comunidade científica como um todo. Em linhas gerais, essa tomada de consciência para a questão da complexidade dentro da prática científica denota uma mudança de paradigma, ou seja, uma modificação na “[...] forma como percebemos e atuamos no mundo, ou seja, às nossas regras de ver o mundo” (VASCONCELLOS, 2002, p. 29).

A mudança de paradigma na ciência não é um processo que se dá rapidamente e por conta de apenas um ponto de vista divergente. Vasconcellos (2002, p. 46) afirma que muito da maneira como se conduz a ciência em pleno século XXI remete à “[...] uma visão de mundo que tomou forma há uns 400 anos e que, apesar de ter passado por modificações durante esses anos, ainda retém muito do paradigma newtoniano do mundo como máquina, do século XVII”. No entanto, os próprios conhecimentos adquiridos com o paradigma newtoniano levaram o homem a perceber que os saberes que produziu se encontram, em muitos aspectos, expressos de maneira incompleta ou desprovidos de uma relação uns

com os outros. Essa observação deu início, nas mais diferentes ciências, à mudança de paradigma a que fazemos referência.

Percebe-se, então, como a mudança de paradigma é um processo gradual. Ele é fruto do trabalho de diversos pensadores que conseguem imprimir, em suas pesquisas, o espírito de uma época tanto quando conseguem utilizar os conhecimentos armazenados ao longo da história humana. É dessa maneira que a mudança de paradigma se torna possível, mesmo quando nem todos esses pensadores têm como influência o trabalho uns dos outros ou um mesmo trabalho como guia. Vasconcellos (2002) sumariza bem a questão quando expõe o quadro (Quadro 1) que explica sua visão:

Quadro 1 - Três dimensões do novo paradigma da ciência, de acordo com Vasconcellos



Fonte: Vasconcellos (2002)

O quadro representa três diferentes dimensões num único paradigma da ciência, proposto por Vasconcellos (2002). Para a autora, há não apenas a questão da complexidade, com a aceitação de uma visão ecossistêmica para explicar os fenômenos, mas também a noção de que os fenômenos estão em constante mudança, evoluindo e se auto-organizando. Além disso, a intersubjetividade entra como dimensão paradigmática, uma vez que o discurso científico não deixa de ser a construção de um "eu". Dessa maneira,

[...] quando falo de um novo paradigma da ciência, estou implicitamente falando desses vários "paradigmas pós-modernos" ou dessas várias "epistemologias pós-

-modernas” e propondo pensarmos sempre em sua articulação. Afinal, distinguir as conexões e articulações também é uma característica da forma sistêmica de pensar (VASCONCELLOS, 2002, p.154).

Assim como nas outras ciências, o ponto de vista dos ecossistemas comunicacionais está em construção. Isso significa que não existe uma bibliografia definitiva para os estudos que partem dessa perspectiva, sendo então um desafio adicional para os pesquisadores construir o próprio caminho, o que pode trazer dificuldades nos momentos iniciais de realização do trabalho. Nesse sentido, é necessário estar consciente dos desafios que se interpõem quando se adota uma perspectiva paradigmática em construção.

Consientizarmo-nos de nosso paradigma - e questioná-lo - requer esforço e não é um processo fácil. Ao contrário, é quase sempre um processo doloroso. Diante dos questionamentos, as pessoas costumam sentir-se confusas, como se tivessem levado uma martelada na cabeça ou como se estivessem de cabeça para baixo. Como enfatiza Morin (1990; 1991), a mudança de paradigma é difícil e lenta, pois a mudança de premissas implica o colapso de toda uma estrutura de ideias (VASCONCELLOS, 2002, p. 35).

ANTECEDENTES DA PERSPECTIVA ECOSISTÊMICA DA COMUNICAÇÃO

Apesar de a mudança de paradigma se dar de forma gradual, algumas constantes já se fazem visíveis para os pesquisadores que usam a perspectiva ecossistêmica. Uma delas é a questão do contexto e das relações como elementos chave. Considerar o contexto como parte componente da comunicação traz à tona não apenas a sua complexidade, mas aproxima os estudos da realidade na qual transita o objeto. Ao contrário dos modelos teóricos mais fechados, no qual elementos como emissor, receptor, mensagem e canal eram atomizados, os ecossistemas comunicacionais permitem uma análise da atuação em conjunto das diferentes variáveis que fazem parte da comunicação.

No campo das teorias da comunicação, percebem-se várias tentativas de compreender a complexidade a partir do contexto. Com uma proposta dessa natureza, surge nos anos 1940 a Cibernética, cujo representante mais significativo foi o matemático norte-americano

no Norbert Wiener. Este é também considerado o seu criador, pois seu artigo intitulado “*Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*” foi o marco inicial dessa corrente teórica, tendo sido publicado, pela primeira vez, em 1948.

A Cibernética surgiu “como uma proposta de construção de sistemas que produzissem os mecanismos de funcionamento dos sistemas vivos, ou seja, com a proposta de construção dos chamados autômatos simuladores de vida ou máquinas cibernéticas” (VASCONCELLOS, 2008, p. 186). A justificativa para tal proposta é explicada por Breton e Proulx (2006), que afirmam que os pesquisadores da área da Cibernética perceberam uma

[...] analogia que parecia existir entre certos dispositivos automáticos que matemáticos e engenheiros acabavam de aprimorar para aplicações militares e os modelos explicativos de certos comportamentos humanos que neurofisiologistas e médicos começavam a extrair de suas observações (BRETON; PROULX, 2006, p. 81).

Conforme explica Vasconcellos (2008), a Cibernética faz parte de um quadro de mudanças paradigmáticas na ciência ao traçar a analogia descrita acima, por manter seu foco nas relações e pela ênfase nos estudos interdisciplinares. A questão do ordenamento perante o grande fluxo de informação também ganha destaque nos estudos da Cibernética, uma vez que é com a organização que se pode ir contra a entropia dos sistemas que se relacionam e garantem o processo comunicacional. Sobre isso, Wiener (1965, p. 11) explica que “[...] *the amount of information in a system is a measure of its degree of organization, so the entropy of a system is a measure of its degree of disorganization; and the one is simply the negative of the other*”.¹

Na mesma época em que despontava a Cibernética, outros teóricos tentavam explicar os fenômenos comunicacionais a partir das relações. Dentre eles, destacam-se Claude Elwood Shannon e Warren Weaver, que publicaram o artigo “*A Mathematical Theory of Communication*”, em 1948, e deram início à Teoria Matemática da Comunicação. Essa é comumente aceita como atomizada e “dura” dentro das teorias da comunicação; porém, dado o contexto em que o trabalho desses teóricos se desenvolveu, pode-se pensar a Teo-

1 “A totalidade de informação em um sistema é a medida de seu grau de organização, de forma que a entropia de um sistema é a medida de seu grau de desorganização; um é simplesmente o oposto do outro” (tradução nossa).

ria Matemática da Comunicação como um ponto inicial para a busca posterior pela complexidade. Serra (2007) explica como a comunicação era vista antes de Shannon e Weaver:

Até esse trabalho, a informação era geralmente entendida – numa linha que, remontando ao Peri Hermeneias aristotélico e à sua teorização da linguagem apofântica ou declarativa, atinge o seu apogeu com o Wittgenstein do *Tractatus* e o positivismo lógico – em termos do “conteúdo” ou do “sentido” de uma proposição ou de um discurso, individualmente considerados, sendo esse “conteúdo” ou “sentido” identificado com o “facto” ou “estado de coisas” que denota; assim, à proposição x corresponde o sentido x' que corresponde ao facto x ”, à proposição y corresponde o sentido y' que corresponde ao facto y ”, e assim sucessivamente. Este postulado da objectividade e da universalidade de um “sentido” e de uma informação a que, pelo menos idealmente, todos os sujeitos e grupos poderiam aceder, coloca pelo menos dois problemas: i) A impossibilidade de explicar a real variação do “sentido” da informação de sujeito para sujeito e de grupo para grupo; ii) A redução tendencial da informação à informação verbal, levando a fazer esquecer todos os outros tipos de informação (SERRA, 2007, p. 94).

Para poder contornar esses problemas, Shannon e Weaver buscaram dissociar informação de sentido. A razão disso é o fato de que os teóricos perceberam que “a informação nunca é um ‘em si’, mas sempre um ‘para mim’” (SERRA, 2007, p. 95). Isso significa que a informação não traz um sentido intrínseco; ela é codificada e deve ser decodificada com mais ou menos exatidão, dependendo de uma série de fatores envolvendo aqueles que recebem essa informação.

O trabalho de Shannon e Weaver era voltado para a eficácia dos canais de comunicação, especialmente o telefone e o rádio. Essa característica, aliada a formação dos teóricos (Shannon era engenheiro de comunicações e Weaver, matemático), leva a Teoria Matemática da Comunicação a ser vista como “engessada” e muito rigorosa para perceber os fenômenos comunicacionais. Não raro, esquece-se que o objetivo das pesquisas desses teóricos não era compreender a dimensão social dos fenômenos comunicacionais, e, sim, como enviar o máximo de informações por meio de um canal e como medir tal capacidade. Apesar disso, Serra (2007) explica que a Teoria Matemática da Comunicação trouxe uma importante contribuição por reconhecer a complexidade desses fenômenos:

Com efeito, para Shannon, quanto maior é a incerteza, a desordem, a entropia, maior

é a informação trazida pela mensagem; se a mensagem é previsível, a informação é reduzida ou mesmo nula. Como resume Jeremy Campbell de forma clara, “uma mensagem não transmite informação a não ser que exista alguma incerteza prévia na mente do receptor acerca do que a mensagem conterà. E quanto maior é a incerteza, maior a quantidade de informação transmitida quando aquela incerteza é resolvida. Aqui reside a profunda relação entre informação e probabilidade” (SERRA, 2007, p. 98).

A série de contribuições para complexificar as pesquisas em comunicação não findou depois da Cibernética e da Teoria Matemática da Comunicação. Teóricos como Abraham Moles continuaram auxiliando no sentido de pensar a relação entre diferentes elementos como um item essencial para compreender a comunicação. Armand e Michèle Mattelart (2008) explicam a visão de comunicação para Moles:

A comunicação é definida como “a ação de fazer participar um organismo ou um sistema situado num dado ponto R das experiências (Erfahrungen) e estímulos do meio de um outro indivíduo ou sistema situado em outro local e outro tempo, utilizando os elementos de conhecimento que possuem em comum”. A ecologia da comunicação é a ciência da interação entre espécies diferentes no interior de um dado campo (MATTELART; MATTELART, 2008, p. 65).

É interessante observar que, apesar de enfatizar a interação, a ecologia da comunicação tal como definida por Moles possui suas bases firmadas no paradigma de Shannon e Weaver, expressos na Teoria Matemática da Comunicação. Rüdiger (2011, p. 21) contextualiza esse fato quando explica que “Moles, um engenheiro francês de vasta ambição intelectual, explorou o modelo da teoria matemática da comunicação em perspectiva, propondo-se a fundamentar com ele o que chamou de ecologia das comunicações”. Com isso, percebe-se como o pensamento ecossistêmico apresenta uma evolução gradual.

Armand e Michèle Mattelart (1998) explicam como se caracteriza a ecologia da comunicação a partir do pensamento de Moles. Os autores introduzem então o conceito de variedades de comunicação proposto por ele para classificar os fenômenos comunicativos e as relações que se traçam a partir desses fenômenos quando se dão num mesmo contexto:

The 'varieties of communication, whether close or remote, fleeting or recorded, tactile or aural, personal or anonymous, are varieties that actually react towards each other within the closed space of

twenty-four-hour daily life or the social space of the planet' (Moles, 1975). *Such an ecology should have two different branches. The first would take as unit the individual being and be concerned with the interaction of its modes of communication in the temporal sphere, or sphere of time assessment, and its spatial sphere, referring to movements in a given territory. The second branch would refer to the organization of systems of transaction between beings, the formation of connections with the logosphere, the conditioning of the planet by the many channels that put messages into circulation and the sedimentation of those messages in places of recorded memory such as archives and libraries*² (MATTELART; MATTELART, 1998, p. 49).

Além da ecologia das comunicações de Moles, outros estudos tiveram forte influência da Teoria Matemática da Comunicação e da Cibernética. A Cibernética de Segunda Ordem sucedeu cronologicamente tais teorias e atuou como um desdobramento dos estudos que surgiram a partir do trabalho de Wiener e outros teóricos tidos como fundamentais para a cibernética. Em linhas gerais,

[...] os cibernéticos da segunda ordem radicalizaram a ruptura com o behaviorismo, desenvolvendo, nos anos 60 e 70 do século 20, uma corrente que deu ênfase à auto-organização dos sistemas, expressa notadamente pelas teorias da auto-organização biológica de Humberto Maturana e de Francisco Varela (DUPUY, 1996, p. 47-48).

Essa ruptura não se deu por acaso. Contextualizando historicamente esse segundo momento da Cibernética, observa-se que a Segunda Guerra Mundial trouxe grandes avanços no desenvolvimento de tecnologias da informação. O êxito para a autorregulação da comunicação por meio dessas tecnologias, elaboradas a partir da compreensão de sistemas fechados e exatos, deu espaço, no pós-guerra, para uma compreensão mais ampla. Como explicam Heylighen e Joslyn (2001, p. 3), *“the remaining cyberneticists felt the need to clearly dis-*

2 “As ‘variedades de comunicação, seja ela próxima ou remota, fugaz ou registrada, tátil ou auditiva, pessoal ou anônima, são variedades que realmente reagem umas às outras dentro do espaço fechado de 24 horas de vida diária ou o espaço social do planeta’ (MOLES, 1975). Tal ecologia deve ter dois ramos diferentes. O primeiro toma como unidade o ser individual e se preocupa com a interação de seus modos de comunicação na esfera temporal, ou esfera de avaliação do tempo, e na sua esfera espacial, que se refere a movimentos em um determinado território. O segundo ramo remete à organização dos sistemas de transação entre os seres, a formação de conexões com o logosfera, o condicionamento do planeta pelos muitos canais que colocam mensagens em circulação e a sedimentação dessas mensagens em lugares de memória registrada, como arquivos e bibliotecas” (tradução nossa).

*tinguish themselves from these more mechanistic approaches, by emphasizing autonomy, self-organization, cognition, and the role of the observer in modeling a system”.*³

Essas e outras características da Cibernética influenciaram o trabalho de vários pesquisadores no campo da comunicação no decorrer do tempo. As ideias que surgiram a partir de Wiener foram de grande impacto, principalmente para os teóricos que procuraram ir além da atomização dos objetos adotados como foco de pesquisa e que buscavam formar um quadro mais completo para analisar esses objetos em sua totalidade. Dentre esses teóricos, destacaram-se Humberto Maturana e Francisco Varela, apesar de seus trabalhos não estarem ligados diretamente ao campo da comunicação social.

Ainda seguindo a esteira das pesquisas desenvolvidas a partir das mudanças propostas por Wiener, Shannon, Weaver e outros, há o Colégio Invisível ou Escola de Palo Alto. Conforme explicam Armand e Michèle Mattelart (2008), o Colégio Invisível era formado por um grupo de pesquisadores de áreas diversas, como Antropologia, Linguística e Psiquiatria que também buscavam se afastar dos modelos lineares para estudar os processos da comunicação de maneira mais abrangente.

Para os pesquisadores envolvidos com a Escola de Palo Alto, “a essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais [os elementos contam menos que as relações que se instauram entre eles]” (MATTELART; MATTELART, 2008, p. 69). A aproximação da Escola de Palo Alto com a Cibernética reside justamente no fato de que eles “recusam claramente a concepção da comunicação como ‘telégrafo’, que associam ao modelo de Shannon, para lhe contraporem uma concepção da comunicação como ‘orquestra’, decorrente do modelo de Wiener” (SERRA, 2007, p. 127).

Dentre os membros de maior destaque no Colégio Invisível figuram Gregory Bateson, Erving Goffman, Edward T. Hall, Ray Birdwhistell e Paul Watzlawick. Na visão desses teóricos, a comunicação é vista como um conjunto de *inputs* e *outputs* que garantem uma troca de informação entre o meio e diferentes sistemas denominados “caixas negras”. Serra (2007) explica o conceito de caixa negra ao afirmar que

3 “Os ciberneticistas que sobraram sentiram a necessidade de se distinguirem claramente daqueles com abordagens mais mecanicistas, e com isso enfatizaram a autonomia, a auto-organização, a cognição e o papel do observador no modelar um sistema” (tradução nossa).

[...] o que caracteriza uma “caixa negra”, seja ela uma máquina, um ser vivo ou uma organização social, é que nela “podemos limitar-nos a observar as relações entre o input (as entradas) e o output (as saídas) de informação, quer dizer, à comunicação” – e podemos, por consequência, ignorar o seu “interior”, isto é, os seus componentes, regras e mecanismos de funcionamento específicos (SERRA, 2007, p. 128).

A contribuição de Gregory Bateson junto a Escola de Palo Alto é interessante porque o teórico deu ênfase ao contexto das relações para o campo da comunicação, apesar de seu foco principal ser os aspectos psicológicos do processo. Grosso modo, na pesquisa de Bateson, abordada aqui a partir de Centeno, “a organização dos diferentes componentes de um sistema social foi entendida como regulada por leis que resultam das nossas premissas baseadas em experiências anteriores e da influência que o ambiente exerce sobre o sistema” (CENTENO, 2009, p. 49). Vale explicar aqui o conceito do teórico para “sistema”, termo que ele usa para designar “qualquer unidade que inclui uma estrutura de retroacção (*feedback*) e, portanto, capaz de processar informação” (BATESON, 1991, p. 331 *apud* CENTENO, 2009, p. 50). Moroni (2008) sumariza o contexto e o foco da obra de Bateson:

A epistemologia ecológica proposta por Gregory Bateson foi influenciada por concepções oriundas da cibernética de 2ª geração, antropologia, ecologia e da teoria dos sistemas, segundo as quais o estudo do conhecimento enfatiza o processo co-evolutivo entre organismos e meio ambiente. Isso se evidencia na sua obra “Steps to an ecology of mind” em que Bateson (2000) propõe uma maneira ecológica de refletir e tentar entender questões como: os mistérios da evolução biológica e as crises na relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Essa maneira ecológica de pensar sobre a relação organismo/ambiente foi denominada “ecologia da mente”, que fundamenta a sua epistemologia ecológica (MORONI, 2008, p. 259-260).

Observa-se aí que pensar ecologicamente, para Bateson, significa mais que apenas observar os fenômenos à luz de campos diversos da ciência. O teórico se preocupa com as relações entre organismo e ambiente e, nesse sentido, o contexto apresenta um papel fundamental. Em estudo sobre a visão de Bateson acerca da comunicação, Centeno (2009) destaca a importância do contexto para o teórico:

Observar o mundo atendendo às coisas é uma deformação sustentada pela linguagem. A visão correcta é aquela que atende às relações dinâmicas que determinam o crescimento. Vivemos num mundo feito unicamente de relações. Estas são “o pa-

drão que liga” todas as coisas vivas, “the pattern which connects”. O indivíduo não pode ser considerado como uma entidade separada do ambiente. Ele é o resultado da relação com o ambiente, e é precisamente o estudo das relações que nos permite compreender a acção do indivíduo, já que a sua acção se desenrola sempre num contexto. Colocar a questão sobre “o padrão que liga” é afirmar que toda a comunicação necessita de um contexto, que sem este não há sentido e que os contextos só têm sentido porque se inserem numa classificação de contextos, formando outros (CENTENO, 2009, p. 98).

Como se vem frisando até aqui, a abordagem de um objeto pelo ponto de vista dos ecossistemas comunicacionais significa que esse objeto não mais será analisado de acordo com um recorte, no qual determinadas funções são estudadas independentes do seu ambiente, entorno ou contexto. Tal foco permaneceu no decorrer do desenvolvimento de pesquisas mais recentes.

Altheide (1994, p. 666) propõe o termo “ecologia da comunicação” na tentativa de ajudar a compreender como atividades sociais se unem às tecnologias da informação e de oferecer uma perspectiva para reconceituar como as estruturas comunicacionais podem informar a participação social.⁴ Para Altheide (1994), a vida em sociedade é basicamente uma experiência comunicativa, e esta vem sendo constantemente transformada, na medida em que a tecnologia ganha papel de destaque no cotidiano das pessoas. Com uma visão similar, Romano (2001, p. 2) sumariza o conceito de ecologia da comunicação, ao afirmar que ela “*se ocupa, por un lado, de los efectos de la técnica en la comunicación humana y, por otro, de la repercusión de la comunicación tecnificada en la naturaleza humana, en la sociedad y en el entorno físico*”.⁵

A proposta de ecologia da comunicação apresentada por Altheide (1994, p. 666) busca entender “*how information technology contributes to the nature, organization and consequences of*

4 “*We propose a sensitizing concept (BLUMER, 1969), ‘ecology of communication’ to help grasp how social activities are joined with information technology and to offer a perspective for reconceptualizing how communication frameworks can inform social participation*” (ALTHEIDE, 1994, p. 666).

5 “*Se ocupa, por um lado, dos efeitos da técnica na comunicação humana e, por outro, da repercussão da comunicação tecnificada na natureza humana, na sociedade e no entorno físico*” (tradução nossa).

these activities?”⁶ Em um trabalho posterior, o próprio Altheide (1995) desenvolve melhor a proposta e afirma que “*in its broadest terms, the ecology of communication refers to the structure, organization, and accessibility of information technology, various forums, media, and channels of information*”⁷ (ALTHEIDE, 1995, p. 2). Ampliando ainda mais esse conceito, Hearn e Foth (2007) apresentam uma visão que encara a ecologia da comunicação como algo além do uso e influência das tecnologias da informação:

*We define a communicative ecology as a milieu of agents who are connected in various ways by various exchanges of mediated and unmediated forms of communication (Tacchi et al., 2003). From a communicative ecology perspective each instance of media use is considered at both individual and community level as part of a complex media environment that is socially and culturally framed (HEARN; FOTH, 2007, não paginado).*⁸

Ao explicar a razão de utilizar o termo ecologia em vez de organização, Altheide (1995)⁹ afirma que o primeiro remete a uma rede de relações e interações, sendo essa rede essencial para compreender como se dá a comunicação. Mais que isso, a forma como se organiza essa rede (e, por conseguinte, os meios utilizados para comunicar e como eles se põem aos seres envolvidos no processo de comunicação) também lhe dá um caráter único. Ela

6 “Como a tecnologia da informação contribui com a natureza, a organização e as consequências dessas atividades” (tradução nossa).

7 “De maneira mais ampla, a ecologia da comunicação se refere à estrutura, organização e acessibilidade das tecnologias da informação, de vários fóruns, mídias e canais de informação” (tradução nossa).

8 “Referimos-nos à ecologia da comunicação como diversos agentes conectados de diversas maneiras por vários processos de troca de formas mediadas e não mediadas de comunicação (TACCHI *et al.*, 2003). Na perspectiva da ecologia da comunicação, cada instância do uso do meio é considerada tanto em um nível individual como comunitário, fazendo parte de um meio ambiente comunicacional complexo que é moldado social e culturalmente” (tradução nossa).

9 “*We prefer the term ecology of communication rather than the organization of communication for several reasons. First, ecology implies relationships related through process and interaction. Second, ecology implies a spatial and relational basis for a subject matter. This means that the characteristics of a medium depend on a certain arrangement of elements. [...] Third, the relations are not haphazard or wholly arbitrary; connections have emerged that are fundamental for the medium (technology) to exist and operate as it does. Forth, there are developmental, contingent, and emergent features of ecology. The interdependence suggests that a change in any portion of the process is likely to influence another portion. In a sense, then, ecology does not exist as a thing, but is a fluid structure involving meaning [...]*” (ALTHEIDE, 1995, p. 10-11).

não emerge de maneira arbitrária e nunca se encontra em estado definitivo, mas, sim, em constante mutação dentro de um contexto.

Ainda sobre tal noção de contexto, Altheide (1994) afirma que este apresenta três dimensões: a tecnologia da informação, o formato da comunicação e a atividade social. Hearn e Foth (2007) também apontam uma divisão semelhante ao delimitar três camadas para a ecologia da comunicação no contexto da cultura humana: a tecnológica, que apresenta os dispositivos e mídias; a social, na qual estão as pessoas e suas formas de organização (comunidades, formas de criar amizade etc.); e a discursiva, na qual se encontra o conteúdo da comunicação em si. É importante frisar que essas dimensões e camadas devem ser pensadas em uma ação conjunta.

Com todo o destaque que se dá aos aparatos tecnológicos nas pesquisas de Altheide (1994), uma característica importante na construção do contexto é apontada pelo autor (1994) ao pensar o papel das tecnologias da informação:

*More than functional equivalents, the elements of the ecology of communication often do more than offer an alternative or 'faster' way of doing the same thing; they contribute to different situational exigencies that must be taken into account when carrying out certain 'old' courses of action, on the one hand, while adding new dimensions, on the other hand*¹⁰ (ALTHEIDE, 1994, p. 667).

Percebe-se que, novamente a exemplo do que Hearn e Foth (2007) afirmam, a comunicação vai além da manipulação de tecnologia, apesar dessa estar cada vez mais proeminente na comunicação humana, principalmente por meio de dispositivos computacionais. Porém, o que se destaca mesmo nessa citação de Altheide (1994) é o fato de que os processos comunicacionais pressupõem uma cognição, no qual os envolvidos atravessam diferentes estágios de adaptação para ajustar os usos de acordo com o contexto.

Quando se foca na cultura humana e no contexto da contemporaneidade, é possível perceber porque Altheide (1994) dá tanta ênfase às tecnologias da informação. O autor explica

10 “Mais que um equivalente funcional, os elementos da ecologia da comunicação comumente fazem mais que oferecer um modo alternativo ou ‘mais rápido’ de fazer a mesma coisa; eles contribuem para exigências de diferentes situações que devem ser levadas em conta quando se carregam certos cursos antigos de ação, por um lado, enquanto se adicionam novas dimensões, por outro lado” (tradução nossa).

que tal ênfase não se trata de uma supervalorização da tecnologia, e, sim, do entendimento de que a tecnologia, em interação com a vida social, tornou-se essencial para compreender a chamada cultura da informação:

[...] the concept of ecology of communication is grounded in the search for meaning, rather than causation or technological determinism. The combination of the key elements of communication provides a structure, log, and competence for social action. We treat the interaction of information technology with social activities as part of the culture of information. The problematic is the way in which information technology has been integrated into some activities, while providing opportunities for the development of entirely different activities and perspectives¹¹ (ALTHEIDE, 1995, p. 14).

Com tal contextualização da perspectiva ecossistêmica dentro do campo da comunicação, percebe-se que essa mudança paradigmática vem se dando gradualmente. Independente da corrente teórica, observa-se que o movimento de aceitação da complexidade do processo comunicacional é uma constante, assim como a percepção de que os fenômenos não se dão de maneira isolada, mas, sim, que seus elementos apresentam conexões sem as quais ele não existiria como comunicação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente capítulo discutiu os contextos e fundamentos teóricos que dão suporte ao estudo dos ecossistemas comunicacionais, campo de estudos que tem ganhado força na Amazônia a partir dos estudos desenvolvidos no PPGCCOM/UFAM. Procurou-se mostrar que a visão ecossistêmica exige uma mudança paradigmática na percepção e na investigação do fenômeno comunicacional que está em consonância com os novos paradigmas da ciência contemporânea. Ao promover um olhar fincado no contexto e nos nós que compõem a rede de relações a partir da qual o fenômeno comunicacional se manifesta, os

11 “O conceito de ecologia da comunicação é embasado pela busca por significado, mais que por causas ou determinismo tecnológico. A combinação de elementos chave da comunicação prevê uma estrutura, um registro e as competências de ações sociais. Tratamos a interação entre as tecnologias da informação e as atividades sociais como parte da cultura da informação. A problemática é a maneira como as tecnologias da informação vêm sendo integradas a certas atividades, ao mesmo tempo em que apresentam oportunidades para o desenvolvimento de atividades e perspectivas completamente diferentes” (tradução nossa).

ecossistemas transformam o ponto de vista que rege a pesquisa ao observar não apenas o objeto, mas o processo comunicacional como um todo integrado à diversidade que mantém a vida no planeta, seja qual for a sua natureza.

Sendo um campo de estudos ainda em construção, os ecossistemas comunicacionais demandam uma melhor contextualização para serem compreendidos. Assim, este capítulo buscou ressaltar a mudança de paradigma científico como pano de fundo para o surgimento da perspectiva ecossistêmica, identificando também os antecedentes teóricos dessa discussão dentro da tradição de estudos das ciências da comunicação, além de apresentar alguns dos resultados já alcançados no âmbito das pesquisas desenvolvidas no Amazonas.

A partir desse contexto, pode-se dizer que o estudo dos ecossistemas comunicacionais surge dentro de um movimento natural de complexificação das ciências como um todo, com pesquisadores dos mais variados *backgrounds* dando-se conta de tal necessidade para a compreensão dos fenômenos comunicacionais no decorrer da história.

Avaliando essas características como contexto para os estudos desenvolvidos no Amazonas, é emblemático que as pesquisas produzidas neste Estado sejam conduzidas a partir do ponto de vista ecossistêmico. Seja pelas particularidades do processo comunicativo na região, no caso das pesquisas voltadas para os fenômenos relacionados a esse lugar específico, seja pelas perspectivas que surgem como possibilidade para pensar objetos variados como aqueles manifestos a partir do ambiente midiático da *web*, a perspectiva ecossistêmica abre a possibilidade de trazer um novo olhar para observar os processos comunicacionais, contribuindo tanto para o frescor quanto para a relevância desses trabalhos.

Com tal possibilidade, a região Norte mostra-se como uma protagonista relevante dentro do campo da pesquisa em comunicação. Nesse processo, abre-se também a oportunidade de apresentar uma produção que vai além do exotismo comumente associado à diversidade cultural e natural da Amazônia, com contribuições científicas significativas para o estudo do fenômeno comunicacional independentemente do lugar que ocupa no planeta.

REFERÊNCIAS

ALTHEIDE, David L. **An ecology of communication**: cultural formats of control. New York: Walter de Gruyter, 1995.

_____. An ecology of communication: toward a mapping of effective environment. **The Social Quarterly**, v. 35, n. 4, p. 665-683, nov. 1994. Disponível em: <<http://emmti.wikispaces.asu.edu/file/view/4121524.pdf/252485964/4121524.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

CARPENTER, Edmund; McLUHAN, Marshall. Espaço acústico. In: CARPENTER, Edmund; McLUHAN, Marshall (Org.). **Revolução na comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 87-93.

CENTENO, Maria João. **O conceito de comunicação na obra de Bateson**: interação e regulação. Covilhã: Labcom, 2009. (Estudos em Comunicação). Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110819-centeno_maria_joao_conceito_de_comunicacao.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

DANTAS, Jane Santos; MONTEIRO, Gilson Vieira. Ecossistemas comunicacionais: uma visão prática. In: MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira; PEREIRA, Mirna Feitoza (Org.). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: EDUA, 2012. p. 213-225. Disponível em: <http://www.ppgccom.ufam.edu.br/attachments/article/438/livro%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o_completo_capa.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

DIAS, Anielly Laena de Azevedo. **O ecossistema comunicativo das histórias em quadrinhos na web**: semioses nas relações entre o sistema do entretenimento e o sistema tecnológico. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: UNESP, 1996.

FREITAS, Susy. **Crítica expandida**: um estudo do espaço acústico da crítica cinematográfica na web. 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

FREITAS, Susy; PEREIRA, Mirna Feitoza. Cinema expandido e espaço acústico: fundamentos teóricos da construção do conceito de crítica expandida na web. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1731-1.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.

HEARN, Greg; FOTH, Marcus. Communicative ecologies: editorial preface. **Electronic Journal of Communication**, v. 17, n. 1-2, 2007. Disponível em: <<http://www.cios.org/www/ejc/v17n12.htm#introduction>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

HEYLIGHEN, Francis; JOSLYN, Cliff. Cybernetics and second-order cybernetics. In: MEYERS, Robert A. (Org.). **Encyclopedia of physical science and technology**. New York: Academic Press, 2001. p. 155-169.

LOPES, Valter Frank de Mesquita. **O museu virtual como ecossistema comunicativo semiótico**: um estudo dos processos comunicativos do espaço semiótico do Google art project. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: <[http://www.ppgcom.ufam.edu.br/attachments/article/214/VALTER%20-%20O%20MUSEU%20VIRTU-AL%20COMO%20ECOSSISTEMA%20COMUNICATIVO%20\(1\).pdf](http://www.ppgcom.ufam.edu.br/attachments/article/214/VALTER%20-%20O%20MUSEU%20VIRTU-AL%20COMO%20ECOSSISTEMA%20COMUNICATIVO%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 maio 2014.

LOPES, Valter Frank de Mesquita; PEREIRA, Mirna Feitoza. Em busca do ecossistema comunicativo do museu virtual Google Art Project. In: MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira; PEREIRA, Mirna Feitoza (Org.). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: EDUA, 2012. p. 149-167. Disponível em: <http://www.ppgcom.ufam.edu.br/attachments/article/438/livro%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o_completo_capa.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Theories of communication**: a short introduction. London: Sage, 1998.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

McLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin; AGEL, Jerome. **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

MONTEIRO, Gilson Vieira; COLFERAI, Sandro Adalberto. Por uma pesquisa amazônica em comunicação. In: MALCHER, Maria Ataíde *et al.* (Org.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 33-47. (Série Comunicação, Cultura e Amazônia, v. 2).

MORONI, Juliana. Epistemologia ecológica: a concepção de uma nova teoria do conhecimento proposta por Gregory Bateson. In: ENCONTRO DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA NA UNESP, 3., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNESP, 2008. p. 259-267. Disponível em: <http://www.marília.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/Juliana%20Moroni%20-%2030%20_259-267_.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Ecossistemas comunicacionais: uma proposição conceitual. In: MALCHER, Maria Ataíde *et al.* (Org.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011a. p. 49-63. (Série Comunicação, Cultura e Amazônia, v. 2).

_____. Fundamentos de uma visão ecossistêmica da comunicação: uma compreensão semiótica. In: MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira; PEREIRA, Mirna Feitosa (Org). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: EDUA, 2012. p. 13-35. Disponível em: <http://www.ppgccom.ufam.edu.br/attachments/article/438/livro%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o_completo_capa.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. **“Porcarias”, inteligência, cultura**: semioses da ecologia da comunicação da criança com as linguagens do entretenimento, com ênfase nos games e nos desenhos animados. 2005. 154 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROMANO, Vicente. Ecología de la comunicación. **Laberinto**, n. 5, p. 1-8, fev. 2001. Disponível em: <http://laberinto.uma.es/index.php?option=com_content&view=article&id=97:ecologia-de-la-comunicacion&catid=39:lab5&Itemid=54>. Acesso em: 19 maio 2014.

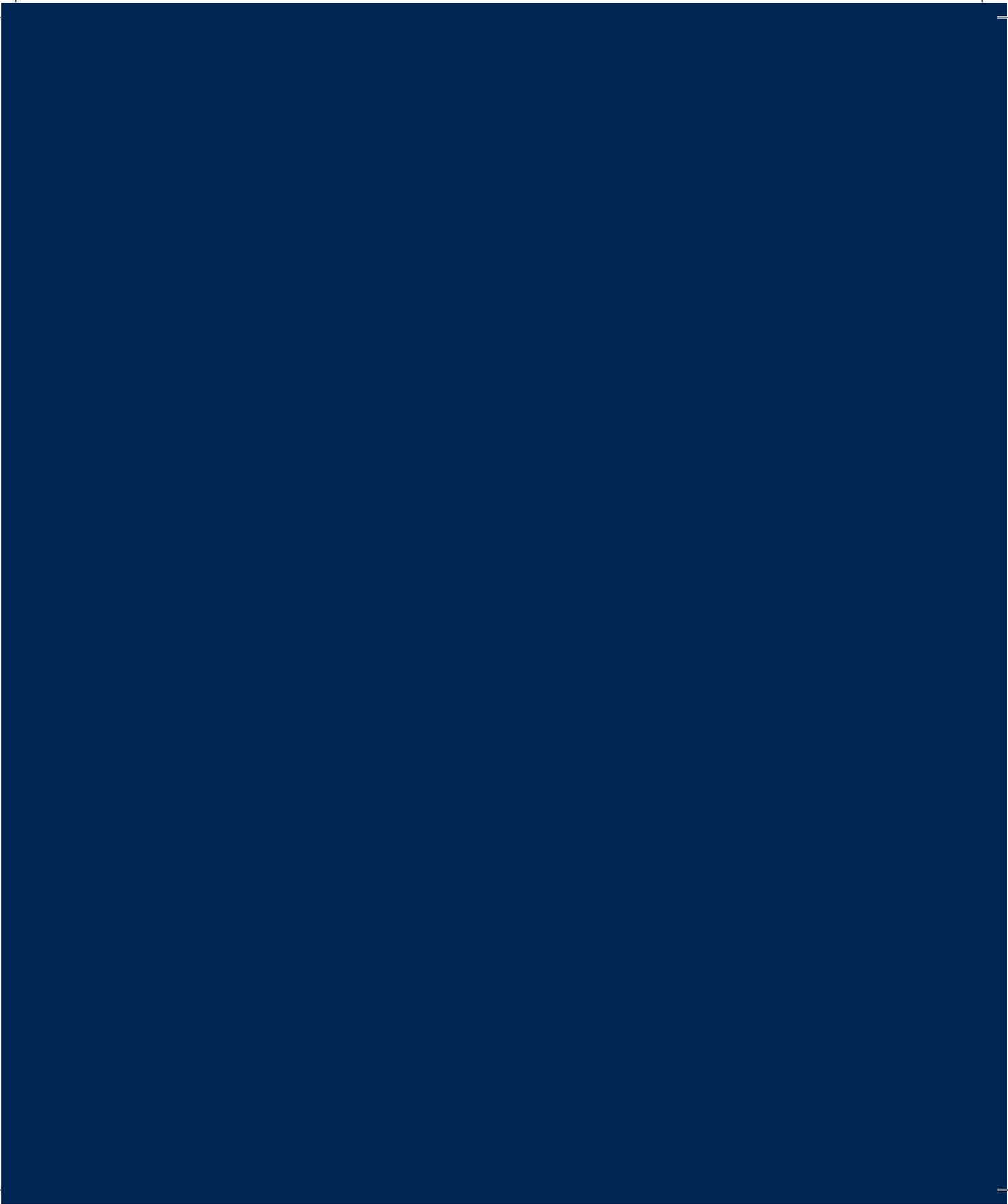
RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SERRA, J. Paulo. **Manual de teoria da comunicação**. Covilhã: LABCOM, 2007. (Estudos em Comunicação). Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-serra_paulo_manual_teor%C3%ADa_comunicacao.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

WIENER, Norbert. **Cybernetics**: or control and communication in the animal and the machine. Massachusetts: MIT Press, 1965.

YOUNGBLOOD, Gene. **Expanded cinema**. New York: Dutton, 1970.



A comunicação e a diversidade cultural: desafios para uma proposta de ação no Estado do Acre



José Márcio BARROS
Giselle Xavier LUCENA

114



A comunicação e a diversidade cultural: desafios para uma proposta de ação no Estado do Acre¹

INTRODUÇÃO

Os desafios da construção de políticas públicas para a cultura e para a comunicação são muitos e constantemente atualizados pelas mais diversas instituições públicas e organizações civis que atuam em tais setores. A crescente importância dada aos mecanismos de gestão, de instâncias de participação civil nas decisões públicas e de marcos regulatórios se soma ao reconhecimento de que a articulação entre a cultura e a comunicação é importante pauta para a promoção do desenvolvimento humano. Afinal, os meios de comunicação e seus usos e reinvenções por meio da cultura configuram instrumentos para as mais diversas práticas sociais, políticas e econômicas do nosso tempo.

Este texto apresenta breves reflexões conceituais e contextuais seguidas de um conjunto de propostas para uma política pública que articule comunicação e diversidade cultural no contexto do Estado do Acre, na região sudoeste da Amazônia brasileira. Para tanto, duas referências são balizadoras: a primeira é a Meta 45 do Plano Nacional de Cultura (PNC) do Brasil, que define, como uma das missões das políticas públicas de cultura para o decênio 2010–2020, o atendimento a 450 grupos, comunidades ou coletivos com ações de comunicação. Segundo o PNC, essas ações visam à ampliação do exercício do direito à liberdade de expressão cultural, promovendo redes e consórcios para sua implementação. Objetiva incentivar e fomentar a presença da cultura e sua diversidade em várias mídias e ampliar a

1 Texto resultante de pesquisa desenvolvida para o Programa Comunica Diversidade do Ministério da Cultura do Brasil. Versão parcial foi apresentada no III Congresso Internacional IBERCOM 2013 – Comunicación, cultura e esferas de poder, realizado na Faculdade de CC da Comunicación de Santiago de Compostela, em 2013.

recepção pública e o reconhecimento das produções comunicacionais, artísticas e culturais alternativas não inseridas na indústria cultural. Também almeja fortalecer as redes, os coletivos e os produtores de comunicação alternativa já existentes (BRASIL, 2013a).

A segunda referência são documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): a Convenção Para a Proteção e Promoção das Expressões da Diversidade Cultural, de 2005; e o Relatório Investir na Diversidade Cultural, de 2009. Em ambos, a relação entre a comunicação e a diversidade cultural é tomada como central e estratégica para a construção de uma sociedade plural.

CULTURA E COMUNICAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO

A cultura pode ser definida como uma teia de significados e sentidos sempre em movimento, composta por fluxos em intensas transformações que atravessam tempos e espaços. Pensar a cultura significa considerar como, por meio dos diferentes hábitos, práticas e saberes protagonizados pelos sujeitos sociais, valores, imaginários e aparatos simbólicos são instituídos e colocados em circulação de forma a consolidar sistemas de representação, classificação e comunicação.

Como um sistema entrelaçado de signos e símbolos, a cultura expressa racionalidades próprias e campos semânticos que são singulares, instituídos e instituintes de diferenças que resultam das diversas mediações sócio-comunicativas. Como sistema de representação, a cultura institui cortes e contrastes responsáveis pela constituição das diferenças, condição essencial para a produção de sentidos e identidades. Aqui, as diferenças são tomadas de forma positiva, como constitutivas das relações entre os sujeitos e das relações entre as culturas. As diferenças deixam de expressar apenas os limites de uma determinada cultura quando defrontada a outra e passam a indicar, por um lado, a multiplicidade de contextos e, por outro, a diversidade de percepções e concepções no interior e na relação entre esses diferentes contextos. Descortinam-se, assim, os processos de construção de identidades e tradições, mas também o problema dos enfrentamentos e das tensões entre os diferentes. Ao ser tomada como um sistema de classificação, a cultura revela sua dimensão normativa na medida em que, ao produzir e fazer circular sentidos, institui ordens, define valores, estabelece lugares, a partir de contrastes e semelhanças (BARROS, 1993).

Estes códigos que vão constituir a cultura consistem essencialmente em aparelhos simbólicos. [...] A cultura pode ser concebida como um sistema de símbolos, organizados em diversos subsistemas. Neste sentido, o comportamento humano é percebido como apresentando, para além dos aspectos puramente técnicos ou pragmáticos, um componente simbólico, i.e, expressivo (VELHO; CASTRO, 1977, p. 4).

Resulta daí a possibilidade de se definir a cultura como um sistema de comunicação, um sistema de trocas de sentidos, constituídos por universos informacionais singulares.

Os homens trocam signos ou valores – sejam eles instrumentos de trabalho, produtos econômicos, mulheres ou palavras – cumprindo um programa de intercâmbio, vivido e implementado, mas não necessariamente conhecido, cujos sentidos e função resumem-se no equilíbrio tenso, correspondente à afirmação de determinados padrões de sociabilidade (SOARES, 1984, p. 31).

Para a vida coletiva, tais sistemas são imprescindíveis quando compartilhados e um grande desafio quando não compartilhados. Nesse sentido, cultura e comunicação encontram-se juntas e se fundam independentemente do uso dos meios de comunicação pela cultura e da cultura pelos meios de comunicação. Comunicar, afinal, significa produzir, circular e recriar significados, dinamizando uma cadeia de sentidos.

Na perspectiva interacionista, a comunicação é uma modalidade do interagir humano: “Além de veicular informações de quaisquer espécies, a linguagem, em ação, faz” (RODRIGUES, 1989, p. 30), por meio de símbolos socialmente programados e apreendidos pelos indivíduos a partir de convenções estabelecidas por seu grupo e plasmadas na estrutura social envolvente. As convenções e os símbolos, eminentemente transformáveis, se interpõem como uma lente entre os elos do processo comunicacional, figurando tanto no coletivo quanto no indivíduo, por meio de diversas estratégias de interação, sociabilidade e socialização (BARROS, 1993). Nas palavras de Sodré (2010, p. 11), “diz-se comunicação quando se quer fazer referência à ação de pôr em comum tudo aquilo que, social, política ou existencialmente, não deve permanecer isolado”. Segundo o autor (2010), o laço comunicativo é o responsável, em todas as formas de organização social, pela aliança simbólica entre os indivíduos, não como uma espécie de transposição ou transferência de vivências, opiniões e desejos do interior de um sujeito para o interior de outro, mas como partilha de compreensão que constitui a abertura do ser no mundo.

Na contemporaneidade, o complexo cenário de polissemias produz uma comunicação sempre marcada pelo conflito e por casualidades de todas as ordens (BRAGA, 2010). Por isso, a comunicação implica em tentativas e ajustes de sintonias que marcam nossa vida social pelos processos de sinalização e de informação, por meio da constante produção e circulação de narrativas e discursos difusos e descontextualizados. A análise da cultura e, por consequência, da comunicação nas sociedades contemporâneas sugere a atenção para:

- a) o reconhecimento da coexistência e da imbricação de diferentes sistemas simbólicos, de forma a se buscar compreender suas fronteiras, continuidades e ambiguidades;
- b) o desafio de se compreender as relações entre os componentes sócio-interativos e os sistemas de representação, desvelando as formas como a cultura se mantém e se transforma pela força das instituições, pelo compartilhamento cotidiano do arraigado pela tradição, mas também pelos processos dinâmicos de troca e consumo midiaticizado.

Nesse processo, uma das características centrais é a convergência midiática, que fez com que a televisão, a internet e os serviços de telefonia passassem a ser oferecidos por grandes oligopólios, o que, por um lado, significou a popularização e a rápida transmissão de conteúdos no mundo inteiro, mas, por outro, influenciou decisivamente na padronização de formatos de emissão globalizada (DUARTE, 2008).

Segundo García Canclini (2008), a convergência midiática possibilitou a reorganização dos modos de acesso aos bens culturais e às formas de comunicação, o que significou uma mudança nas relações entre emissão e recepção. O que antes existia em separado, agora possui uma circularidade dinâmica. Os meios digitais e os sistemas abertos de comunicação, especialmente as redes sociais na internet, produziram uma radical transformação nas formas de interação entre as pessoas. Não nos é mais permitido conceber cada tipo de mensagem ou as diversas narrativas midiáticas de forma isolada e linear.

Mattelart (2005) afirma que esse processo, iniciado com as transformações econômicas e tecnológicas na sociedade industrial, a partir do século XIX, inaugura uma rede global na forma de fluxos transnacionais. “As mediações, os cruzamentos e as mestiçagens, as formas de resistência e os novos mecanismos de hegemonia cultural e ideológica entram em debate e questionam a idéia de uma modernidade única” (MATTELART, 2005, p. 89).

Também é importante lembrar que, nas sociedades democráticas, o direito à comunicação e à informação constitui-se como elemento central para o exercício da cidadania. À imprensa e aos meios de comunicação é reservada função de assegurar ao cidadão a representatividade de sua palavra e de seus pensamentos (SODRÉ, 2010). Ao mesmo tempo, internautas conectados às grandes redes midiáticas não garantem um encontro entre as sociedades e suas diferentes culturas. Afinal,

o canal não basta para criar a relação. É preciso compreender as razões da defasagem entre a eficiência da condição técnica e a dificuldade da comunicação humana e social. [...] O mais fácil, na comunicação, ainda são as ferramentas; o mais complicado, os homens e a sociedade (WOLTON, 2004, p. 15).

Assim, vemo-nos diante de um processo de duplo e paradoxal sentido. Se, por um lado, a revolução tecnológica das comunicações agravou a desigualdade entre setores sociais e entre culturas e países, por outro lado também mobilizou a “imaginação social das coletividades, potencializando suas capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 154).

A domesticação da diferença e o estreitamento do mundo, que caracterizam as radicais mudanças a partir do século XIX, segundo Mattellart (2005), transformam-se em um complexo e dinâmico processo que exige, cada vez mais, a acuidade na compreensão das mediações e traduções que as culturas e as identidades realizam em suas operações de ressemantização simbólica. Assim, a compreensão da cultura na atualidade requer a análise dos polos de irradiação midiática, as relações de qualificação e desqualificação dos espaços locais e globais, a emergência da noção e das práticas de exceção cultural e o reconhecimento dos interesses divergentes e muitas vezes conflitantes que evocam a importância da diversidade (UNESCO, 2009).

Mas, se os meios de comunicação se configuram como instrumentos para diversas práticas sociais, políticas e econômicas da atualidade, alguns fatores, dessa mesma natureza, inauguram outros tipos de desigualdades e formas de exclusões a serem identificadas, por exemplo, na falta de qualificação para produção de conteúdos, bem como para o usufruto consciente das ferramentas disponíveis, o que impede a garantia do desenvolvimento

irrestrito da diversidade cultural nos espaços públicos de comunicação, seja no conteúdo veiculado ou nas possibilidades de acesso e participação. Daí a importância da adoção de políticas públicas que favoreçam a emergência da cultura da diversidade nos veículos de comunicação, por meio de atividades que oportunizem por um lado a produção e a veiculação de uma pluralidade de conteúdos e formatos e, por outro, a reflexão sobre a polissemia que deve caracterizar o campo comunicacional.

Nesse sentido, organizações internacionais, governos estaduais e municipais têm buscado saídas na construção de políticas públicas que integrem comunicação e cultura. A seguir, vamos nos dedicar ao que a UNESCO e as Conferências brasileiras de Comunicação e Cultura têm deliberado a esse respeito e, na sequência, propor ações que podem articular tais reivindicações (BARROS; KAUARK, 2011).

A RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL NO CAMPO POLÍTICO E INSTITUCIONAL

A afirmação da importância da comunicação para a proteção e promoção da diversidade cultural, e a importância da diversidade para a garantia de uma comunicação efetivamente democrática encontram sustentação em vários documentos e proposições atuais, tanto no plano nacional quanto internacional.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, votada na 33ª reunião da Conferência Geral da UNESCO, celebrada em Paris, em 2005, e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006, afirma em seu Artigo 2:

Princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais: A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais. Ninguém poderá invocar as disposições da presente Convenção para atentar contra os direitos do homem e as liberdades fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantidos pelo direito internacional, ou para limitar o âmbito de sua aplicação (UNESCO, 2005, não paginado).

Já a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), documento que antecede e prepara o processo de elaboração da Convenção, igualmente apresenta, em linhas gerais, questões estratégicas para essa articulação entre diversidade cultural e comunicação:

- fomentar a “alfabetização digital” e aumentar o domínio das tecnologias da informação e da comunicação, que devem ser consideradas, ao mesmo tempo, disciplinas de ensino e instrumentos pedagógicos capazes de fortalecer a eficácia dos serviços educativos;
- estimular a produção, a salvaguarda e a difusão de conteúdos diversificados nos meios de comunicação e nas redes mundiais de informação e, para tanto, promover o papel dos serviços públicos de radiodifusão e de televisão na elaboração de produções audiovisuais de qualidade, favorecendo, particularmente, o estabelecimento de mecanismos de cooperação que facilitem a difusão das mesmas (UNESCO, 2002, não paginado).

Também nas Conferências Nacionais e Estaduais de Comunicação e Cultura realizadas no Brasil a partir de 2005 encontra-se o reconhecimento de que esses setores são inseparáveis, a articulação entre ambos é condição para uma sociedade democrática e plural, e que as políticas para ambos precisam estabelecer diálogos sólidos entre si.

Na I Conferência Estadual de Comunicação do Acre, realizada em 2009, foi recorrente a crítica ao conteúdo veiculado nas emissoras de TV no que diz respeito à criação e reprodução de preconceitos e estereótipos dos grupos minoritários, constatando-se a necessidade de formação em diversidade cultural para comunicólogos e a criação de mecanismos de fiscalização e controle social. Uma consulta à memória da Conferência revela outras propostas e reivindicações: a) o estímulo à produção independente e a abertura de espaço para veiculação de conteúdo produzido localmente; b) a organização de banco de conteúdos que disponibilize programas para emissoras públicas; c) a oferta de capacitação para utilização de mídias livres, de forma articulada com as políticas públicas da área e de cursos e oficinas específicos nas áreas de audiovisual; e d) o lançamento de um programa de editais que contemple a aquisição de equipamentos para a realização de produtos culturais a serem veiculados nas TVs privadas, públicas e estatais (NUNES, 2012).

A garantia do amplo acesso aos meios de comunicação, em todos os municípios do Acre, como condição para o exercício da cidadania cultural se constituiu como uma das proposições centrais da II Conferência de Cultura do Estado, realizada também em 2009. Também se demandou a garantia de políticas públicas de combate à discriminação e ao preconceito aos grupos minoritários por meio de campanhas educativas. Há o registro da demanda por diversificação e facilitação do acesso à informação no que se refere à programação cultural local e à agenda da política pública de cultura (BATISTA, 2012).

Demandas por campanhas, pesquisas e divulgação das manifestações culturais; intercâmbio e estabelecimento de canais de diálogos interculturais; bem como a ampliação de ações intersetoriais e transversais foram apresentadas na II Conferência Nacional de Cultura, em 2010. Nessa conferência, a sociedade civil defendeu a ampliação do acesso à internet pelo serviço público, a promoção de programas de inclusão digital, o fortalecimento de emissoras de rádio e TV públicas, além da promoção da diversidade cultural nos sistemas de comunicação (CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 2010).

A I Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, aprovou a reivindicação de veiculação de conteúdos culturais e regionais, bem como o reconhecimento dos direitos humanos, universalidade e acessibilidade ao direito à comunicação, entre outros. É grande a demanda pela produção de conteúdos diversificados para TVs, rádios e internet. Nessa conferência, também houve a demanda por acesso à internet, por meio da criação e da ampliação de telecentros e acesso qualificado à rede em todas as escolas da rede pública de ensino, em bibliotecas e em espaços públicos comunitários.

Se analisarmos o Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), instrumento de pactuação de princípios e ações que devem guiar as políticas públicas de cultura em um período de 10 anos, o direito à informação, à comunicação e à crítica cultural constitui-se como um de seus princípios norteadores. Além disso, o PNC também reconhece a importância da comunicação no cenário de fluxos culturais contemporâneos e apresenta estratégias como:

- ampliar as linhas de financiamento e fomento à produção independente de conteúdos para rádio, televisão, internet e outras mídias [...];

- fomentar o emprego das tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais, para a expansão dos espaços de discussão na área de crítica e reflexão cultural;
- estimular a criação de programas nacionais, estaduais e municipais de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação e circuitos culturais, bibliotecas públicas e museus [...];
- incentivar projetos de pesquisa sobre o impacto sociocultural da programação dos meios de comunicação concedidos publicamente;
- ampliar o acesso dos agentes de cultura aos meios de comunicação, diversificando a programação dos veículos, potencializando o uso dos canais alternativos e estimulando as redes públicas;
- desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação [...] estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura;
- promover a apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição (BRASIL, 2010, não paginado).

Outra evidência da importância dada à relação entre cultura e comunicação na atualidade no Brasil é a criação, no âmbito do Ministério da Cultura (MinC), da Diretoria de Educação e Comunicação – com suas respectivas coordenações gerais – integrada à Secretaria de Políticas Culturais (SPC) do MinC. Seu objetivo é fomentar iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação, na medida em que há o reconhecimento de que a forma para o exercício desses atributos não está dada em iguais condições.

Um dos programas estruturantes é o Comunica Diversidade, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações de formação para a produção crítica de comunicação, fomentando a criação de uma rede de comunicadores populares que valorize a diversidade cultural, além da oferta de infraestrutura e meios adequados para abrigar, trafegar e disponibilizar a produção cultural produzida em ciclos de formação. De acordo com o PNC, embora seja

pelo rádio, TV e internet, pelas revistas e jornais que a sociedade constrói e circula alguns dos valores que simbolizam a cultura de um povo, nem sempre as expressões da diversidade cultural são veiculadas nesses meios de comunicação. Por isso, a importância dada a iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação.

O CONTEXTO AMAZÔNICO E O ACREANO

Falar da Amazônia requer, antes de mais nada, um cuidado com as representações que ora a reduzem a um espaço homogêneo e contínuo, ora tratam a cultura como resíduo de sua natureza pujante. “Quando se fala ou se ouve falar em Amazônia, a imagem recorrente é a de uma imensa área verde com os seus mais de 7 milhões de km² com os gigantescos rios, com as riquezas naturais e com as populações tradicionais formadas, principalmente, por indígenas e caboclos” (RODRIGUES; DUTRA, 2012, p. 228).

Para os objetivos deste texto, duas operações, uma de natureza conceitual e outra factual, se apresentam centrais e estratégicas. A primeira refere-se às possibilidades que uma perspectiva ecossistêmica da comunicação e da cultura abre para a análise e proposição de políticas públicas de intervenção no contexto amazônico. Tal perspectiva, segundo Pereira (2012, p. 13), propõe que a comunicação seja “[...] entendida não a partir do isolamento e da atomização de seus elementos, mas das relações que interferem e possibilitam a construção, a circulação e a significação das mensagens na vida social”. Assim, ecossistemas comunicacionais se estruturam e se operacionalizam no interior de espaços e dinâmicas socioculturais marcados, como vimos anteriormente, por suas características simultaneamente diferentes e interdependentes.

A segunda operação, de ordem mais factual, refere-se ao reconhecimento da Amazônia como espaço sociocultural plural, marcado pela descontinuidade, pelas diferenças e pelas desigualdades. Se a visão estrangeira insiste em afirmar a existência de uma Amazônia, para os habitantes da região, a expressão se configura como um termo vago, impreciso e mais ideológico que analítico e/ou descritivo.

Há várias “amazônias” com realidades diversas que não cabem em uma visão única do que seja a região, como o que se convencionou a partir dos discursos históricos.

Há a Amazônia dos rios, a Amazônia das estradas, a Amazônia das pequenas cidades e a Amazônia dos centros urbanos. E assim como há diversas “amazônias” no âmbito geográfico, também existem grandes diversidades em suas populações. São os povos indígenas, os quilombolas, os caboclos, assim como os imigrantes de outras regiões do país e seus descendentes. Então, da mesma forma como variadas são essas populações, também variadas são as formas culturais que as envolvem em movimentos de identificação que se põem num contraponto ao movimento de identidade voltado, principalmente, ao que Castro (2010, p. 3) indica como “a mística de uma coerência regional” (RODRIGUES; DUTRA, 2012, p. 228).

Feita essa observação inicial sobre os cuidados com o enquadramento proposto, é possível adentrar as especificidades do Estado do Acre e seu pertencimento ao aqui intitulado espaço amazônico.

A partir das últimas décadas do século XIX, o capital internacional expandiu-se e alcançou essa região do continente latino-americano. Os primeiros exploradores levavam o propósito de explorar a produção de borracha – matéria-prima demandada por países como a Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos. Localizado no Norte do Brasil, na fronteira com a Bolívia e o Peru, o Acre tem suas referências históricas e culturais plantadas na fusão de diferentes atores sociais que engendraram um longo processo de definição geográfica e ocupação territorial.

O Sistema Público de Comunicação do Acre é formado pela Rádio e TV Aldeia, que alcançam os 22 municípios acreanos, além de um sítio de internet. Alinhado ao Plano de Governo da Frente Popular no período de 1999 a 2013, o Sistema, ao longo dos últimos anos, produziu e veiculou programas de rádio e de televisão com proposta de se apresentar como uma alternativa à tradicional programação das emissoras comerciais. Dentre eles, o DOC Aldeia – programa de documentário com foco na produção independente local e regional; Almanaque Aquiry – revista eletrônica que aborda comportamentos, costumes e cultura urbana e rural da sociedade acreana em toda a sua diversidade; Rede Mulher – programa direcionado às questões de gênero; Ao Vivo n’Aldeia – programa que recebe nos estúdios musicos acreanos para falar de sua produção artística; Gente em Debate – programa jornalístico em que o telespectador é o grande protagonista da informação, por meio

da sua participação por telefone, cartas e Serviço de Mensagens Curtas (SMS); Mensagens Difusora – programa de rádio similar a um correio eletrônico, no qual o telespectador envia e recebe mensagens de familiares, amigos, etc., além da transmissão dos jogos de futebol das séries C e D, em que os times locais atuam, e também dos jogos escolares estaduais.

Além da produção e veiculação de programas no Sistema Público de Comunicação, o Governo do Estado do Acre atua como articulador, junto à sociedade civil, de projetos como o Festival Asacine – mostra de filmes produzidos pela Associação de Cineastas do Estado do Acre; o Laboratório de Comunicação – projeto pioneiro de convocação dos alunos universitários com o objetivo de incentivar a produção independente utilizando o aparelho público de comunicação; além de apoio cultural por meio da veiculação gratuita de *spots* e VTs e/ou cobertura e transmissão de festivais, eventos culturais e esportivos.

Até 2011, a política de comunicação era estabelecida em âmbito cultural, por meio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM) e seus aparelhos culturais: as Casas de Cultura, Telecentros, Escola de Música e Usina de Arte. Em 2012, um novo órgão foi criado, assumindo o papel fundamental de promover a comunicação como um aspecto da cultura e se constituir como um meio de acesso, circulação e produção de informação: é a Fundação Aldeia de Comunicação (FUNDAC), por onde será articulado e gerenciado um conjunto de ações para a promoção da comunicação cultural (BAÍIA, 2012).

DESAFIOS PARA A ATUALIDADE E PARA O FUTURO: PROPOSTAS DE AÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO E A DIVERSIDADE CULTURAL NO ACRE

O que se apresenta aqui como um conjunto de propostas vincula-se à ideia de que somente com a ampliação e o fortalecimento da participação da sociedade e de seus atores será possível consolidar uma programação que se constitua, simultaneamente, como um espaço de reforço identitário, guardadas as questões já levantadas pelo texto, e de diálogo intercultural, igualmente problematizados. Para tanto, o desafio parece ser o de aliar a formação de competências para a análise crítica da mídia com o reconhecimento e a apropriação dos

canais públicos de comunicação por parte de diversos setores e segmentos socioculturais do Estado. Assim, espera-se que as produções se diversifiquem e que os polos emissores e receptores se ampliem, incluindo mulheres, negros e negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, entre outros, de forma a possibilitar maior diversidade nas produções, ampliando, difundindo e pluralizando as formas de ver, entender, construir e reproduzir a realidade local.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que desenvolver ações de comunicação que protejam e promovam a diversidade cultural no contexto amazônico e acreano significa realizar um esforço de compreensão para:

- fortalecimento do Sistema Público de Comunicação, entendido como um instrumento de valorização e promoção da diversidade cultural local, distanciando-se da prática da propaganda governamental;
- identificação e difusão da diversidade cultural local, bem como das formas de se comunicar nos diferentes ambientes e contextos socioambientais;
- promoção de atividades de formação crítica aos processos de midiaticização e de apropriação do uso das tecnologias para produção de informação e conteúdos;
- formação de gestores, jornalistas e profissionais da comunicação para a promoção e proteção da diversidade cultural;
- fomento ao autorregistro cultural e produção de comunicação alternativa, mediante o uso das mídias digitais e tradicionais;
- fortalecimento de grupos e atores culturais locais que atuem na produção de conteúdos para/sobre a diversidade cultural local e na cogestão do programa;
- promoção de uma política de financiamento para a produção em comunicação e cultura;
- geração de plataforma *online* para disponibilização, acesso e compartilhamento de conteúdos;
- promoção de intercâmbio e parcerias entre instituições de outros Estados e de países vizinhos no que diz respeito à produção e veiculação de conteúdos.

A produção de conhecimento crítico sobre os impactos dos meios de comunicação na promoção da diversidade cultural do Acre é outro aspecto importante. Para tanto, propõe-se um encadeamento de ações que devem ser acionadas a partir da realização de um Mapeamento e Diagnóstico da Diversidade da Cultura e da Comunicação do Acre, construído de forma participativa e conceitualmente sintonizado à perspectiva ecossistêmica aqui trabalhada, com o objetivo de produzir levantamento, organização e cruzamento de informações, dados e pesquisas sobre a diversidade cultural do Estado, bem como dos modos e meios de comunicar, utilizados de forma mais recorrente naquele lugar. Poderão também ser identificadas necessidades, interesses e expectativas de desenvolvimento no que diz respeito à área, o que poderá qualificar as etapas de autorregistro da diversidade cultural e a produção de conteúdos.

Outra ação importante é a formação de cidadãos e gestores culturais e de comunicação, no que diz respeito às problemáticas referentes à comunicação e à cultura no atual cenário da globalização. Isso se dará por meio de minicursos, seminários, fóruns e oficinas com gestores públicos e sociedade civil trabalhando conteúdos relacionados à reflexão sobre processos de mediação e construção de sentidos nos conteúdos comunicacionais, tendo em vista a dimensão da diversidade cultural; da capacitação e qualificação da sociedade civil para atuar em núcleos de comunicação do sistema público, para apropriação e uso criativo das ferramentas midiáticas disponíveis; de uma análise crítica e conjuntural do atual estágio da comunicação e da diversidade, seus limites, desafios e potencialidades no contexto da globalização e das políticas públicas.

A formação para o uso de tecnologias de comunicação deve ser realizada por meio de atividades práticas e experimentais de forma a conferir autonomia no uso de ferramentas e *softwares* para captação de imagem, edição e sonoplastia. Da mesma maneira, essa formação deve impulsionar a pesquisa e a experimentação, criando estéticas e formatos inovadores para produtos audiovisuais, fotográficos e textuais.

Vale considerar, ainda, a formação em autogestão e gerenciamento de projetos em comunicação, promovendo a autonomia para que participantes desenvolvam uma maior capacidade de avaliar a comunicação, os conteúdos culturais e executar ações de forma

independente. As temáticas aqui devem abordar economia criativa,² gerenciamento de projetos e captação de recursos, entre outros, tendo como eixo norteador as problemáticas comunicacionais e suas interfaces com a cultura. Assim, seria possível a abertura de novas oportunidades, ampliação e sustentabilidade do projeto, bem como a consolidação de produções colaborativas e em rede. Por meio de um laboratório de projetos, poderia ser exercitada a elaboração de propostas a serem apresentadas em editais e outras possíveis fontes de recursos. Tal ação pode contribuir para a continuidade e desdobramentos do programa.

Outro componente fundamental é a criação de mecanismo de fomento a projetos propostos pela sociedade civil, além de canais de difusão e compartilhamento de conteúdos na rede pública de comunicação e a criação de uma estante de produtos audiovisuais nos espaços públicos de todo o Estado. Juntos, esses itens compõem a estratégia para aplicação e captação de recursos para produção e difusão de conteúdo, de forma a possibilitar o investimento direto em projetos comunicacionais, bem como a articulação com outros órgãos para alimentação de um fundo com o objetivo de possibilitar a sustentabilidade das ações.

O investimento em infraestrutura de produção e retransmissão de conteúdos constitui outro ponto central, de forma a ampliar a qualidade da divulgação e do acesso aos bens culturais. Reformas e reaparelhamento das unidades do Sistema Público de Comunicação, criação de Núcleos de Produção e Difusão podem garantir a oferta de ambientes com infraestrutura tecnológica de ponta e modernizada, constituindo-se como espaços multiusos de produção em comunicação e cultura.

2 O aspecto da cultura como vetor econômico: “A economia criativa é composta das atividades econômicas ligadas aos segmentos definidos pela UNESCO: patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, audiovisual e mídias interativas e design e serviços criativos. Cada segmento cultural tem uma ou mais cadeias produtivas, isto é, sequências de etapas de produção até que o produto esteja pronto e colocado à venda. As etapas podem ser realizadas por diferentes agentes econômicos, sempre relacionados uns com os outros como elos de uma corrente. Quando se observam a economia e as cadeias produtivas, podem-se destacar as potencialidades dos segmentos culturais para ganhos econômicos e sociais” (BRASIL, 2013b, p. 38).

A articulação de parceiras e o intercâmbio de conteúdos e experiências com outros projetos no Brasil e países da América Latina são importantes estratégias para a constituição de redes de trabalho cooperativo, ambientes adequados para os processos de mediação entre comunicação e cultura.

Por fim, torna-se necessário garantir a realização de procedimentos de avaliação de impactos da apropriação e uso de conceitos, ferramentas e espaços públicos de comunicação na proteção e promoção da diversidade cultural do Acre de forma a permitir uma visão crítica dos limites e possibilidades de tais propostas. Os procedimentos avaliativos podem se dar, conforme aponta a UNESCO (2010), por meio de análise dos conteúdos produzidos e veiculados; quantidade e perfis dos atendidos; memórias e relatórios de conferências e fóruns; relatórios sobre a grade de programação; evidência da continuidade ou não dos programas produzidos; fiscalização de conteúdo; pesquisa de opinião em relação à percepções da mídia, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as tecnologias de comunicação se desenvolvem e avançam os estudos sobre seus impactos, surgem novas possibilidades de se pensar e atuar sobre as realidades culturais concretas vividas pelos brasileiros. É cada vez mais obsoleto tecer críticas isoladas às mídias tradicionais como a televisão, o rádio, o cinema, que constituem sistemas de comunicação vinculados às indústrias culturais e que integram interesses de mercado, demandas de consumo e práticas de entretenimento. Na mesma intensidade, emergem outras práticas e modelos de comunicação que configuram redes sociais, nos quais novos atores e novas narrativas são produzidos e colocados em circulação. Esse é o contexto da comunicação e da cultura na sociedade globalizada e midiaticizada, onde se intensifica e acelera a aproximação e diluição das fronteiras, potencializam-se as trocas e fluxos comerciais, culturais e econômicos, promovendo, sobretudo, o encontro com o Outro, em contextos que podem ser ora democráticos, ora contraditórios. Dessa maneira, vários modos de ver e entender o mundo se atravessam e se recriam continuamente, apresentando um cenário sócio-político-econômico de desafios e controvérsias.

Assim, pensar políticas públicas para a comunicação e para a cultura apresenta aspecto paradoxal. Por um lado, a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias e se nutre das trocas e da interação entre culturas; por outro, o processo de transformação das tecnologias de comunicação e informação no contexto da globalização intensifica os riscos de desequilíbrios e padronização das relações entre os diferentes e os desiguais. De um lado, a convergência midiática reinventa processos culturais e inaugura novos padrões de sociabilidade. De outro, proliferam possibilidades de empoderamento e singularização identitárias.

Na atualidade, há um intenso debate envolvendo setores da sociedade civil e do Estado onde se propõe a formulação de políticas que contemplem as dimensões da produção, da geração de conteúdos e da distribuição de bens e conhecimentos culturais, seja por vias tecnológicas como a banda larga, os *softwares* livres, os acervos digitais e outros; seja pelos meios analógicos de comunicação, que também devem comparecer como objeto de políticas culturais, na perspectiva de democratização dos meios e do acesso à comunicação.

Mesmo em regiões aparentemente marcadas pela permanência e pela tradição, cultura, diversidade e comunicação assumem enlances singulares. Essa nos parece ser a realidade cultural e comunicacional do Estado do Acre, na Amazônia brasileira, que, na atualidade, compõe o cenário de multiplicidade de vozes, escutas, apropriações e reapropriações de sentidos com a presença das tecnologias de comunicação e seus processos paradoxais.

Entretanto, se os meios de comunicação configuram instrumentos para diversas práticas sociais, políticas e econômicas do nosso tempo, é necessário superar algumas barreiras que impedem o desenvolvimento da diversidade cultural nos espaços públicos de comunicação, seja no conteúdo veiculado ou nas possibilidades de acesso e participação. Daí a importância de ações que favoreçam e tornem possível uma efetiva cultura da diversidade em tais processos e meios.

Neste texto, fruto de pesquisas preliminares realizadas para o estabelecimento de uma parceria entre o Governo do Acre e o MinC no âmbito do programa Comunica Diversidade, que objetiva implementar a Meta 45 do PNC, procuramos problematizar possibilidades, limites e desafios da comunicação para a diversidade cultural em uma região da Amazônia de características históricas, políticas, econômicas e culturais marcadas pela tensão entre o

tradicional e o contemporâneo. Considerando que a diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, informação e comunicação, propomos formas de se promover os processos de produção, veiculação e distribuição de bens e conteúdos culturais, seja por vias tecnológicas, como acervos digitais, seja por meios presenciais e analógicos já existentes. Proteger e promover as práticas culturais tradicionais, fomentar a “alfabetização digital” e o aumento do domínio das tecnologias da informação e da comunicação podem ser estratégias que possibilitam a comunicação para a diversidade.

Nesse sentido, o que aqui se propõe é um duplo enquadramento: a diversidade como pauta e conteúdo, mas também a diversificação de meios e de estratégias narrativas e discursivas, de forma a conferir *a liberdade de expressão, informação e comunicação de seus cidadãos*.

Com uma política que integre ações públicas para comunicação e para cultura, espera-se que, além da ocupação e apropriação dos núcleos e canais públicos disponíveis por parte da sociedade civil, sejam oferecidas e possibilitadas novas formas de se realizar a cobertura jornalística das diversidades culturais locais. Outra expectativa é a de fomentar o surgimento de práticas inovadoras de proteção e promoção da diversidade cultural, por meio de ações que tratem da diversidade linguística, jornais comunitários, produtos para mídia impressa, entre outros.

Por fim, a aproximação e cooperação entre centros acadêmicos que se dedicam à formação de profissionais e produção de conhecimento sobre as realidades culturais e comunicacionais da Amazônia, como a Universidade Federal do Acre (UFAC) e os Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), podem representar possibilidades concretas de formação técnica e crítica, capazes de assegurar competência no enfrentamento da complexidade dos desafios.

REFERÊNCIAS

BAÍA, Dayane Corrêa Pantoja. **Políticas públicas para a comunicação na Amazônia**: o caso do Programa NavegaPará. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade

Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://www.ppgcom-ufpa.com.br/biblioteca/dissertacao_DAYANE.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (Org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas**. São Paulo: Observatório da Diversidade Cultural: Instituto Itaú Cultural: Ed. PUCMinas, 2011.

BARROS, José Márcio. O rodar do moinho: notas sobre a antropologia e o conceito de cultura. **Cadernos de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 5-13, abr. 1993.

BATISTA, Aretuza. Material das conferências [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisellelucena@gmail.com>, em 27 jul. 2012.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente tentativa. **Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 65-81, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/179/300>>. Acesso em: 2 set. 2013.

BRASIL. **Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 4 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Apresentação das ações da Coordenação Geral de Cultura e Comunicação para 2013**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <<http://prezi.com/cmfaa9lpdz-so/apresentacao-das-acoes-da-coordenacao-geral-de-cultura-e-comunicacao-para-2013/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3. ed. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura_3%C2%AA-ed_espelhado_3.pdf>. Acesso em: 9 set. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO, 1., 2009, Brasília, DF. **Caderno...** Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/secom/caderno-1a-cofecom-conferencia-nacional-de-comunicacao/view>>. Acesso em: 8 set. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 2., 2010, Brasília, DF. Resultado da II Conferência Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/09/1-Resultados-II-Confer%C3%AAncia-Nacional-de-Cultura.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2013.

DUARTE, Rodrigo. **A indústria cultural hoje**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras: Observatório Itaú Cultural, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios políticos da diversidade. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 8, p. 153-159, abr./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2013.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

NUNES, ALEXANDRE. CONFECOM-ACRE [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisellelucena@gmail.com>, em 27 jul. 2012.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Fundamentos de uma visão ecossistêmica da comunicação: uma compreensão semiótica. In: MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira; PEREIRA, Mirna Feitoza (Org.). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: EDUA, 2012. p. 13-45.

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e comunicação: princípios radicais**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

RODRIGUES, Rosa Luciana Pereira; DUTRA, Manuel José Sena. A comunicação radiofônica e a educação popular em um ambiente amazônico. In: MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira; PEREIRA, Mirna Feitoza (Org.). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: EDUA, 2012. p. 227-245.

SOARES, Luiz Eduardo. **Os impasses da teoria da cultura e a precariedade da ordem social**. Campinas: UNICAMP, 1984. (Cadernos IFCH, v. 13).

SODRÉ, Muniz. **Reinventado a cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**: Conferência geral. Paris, 2005.

_____. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

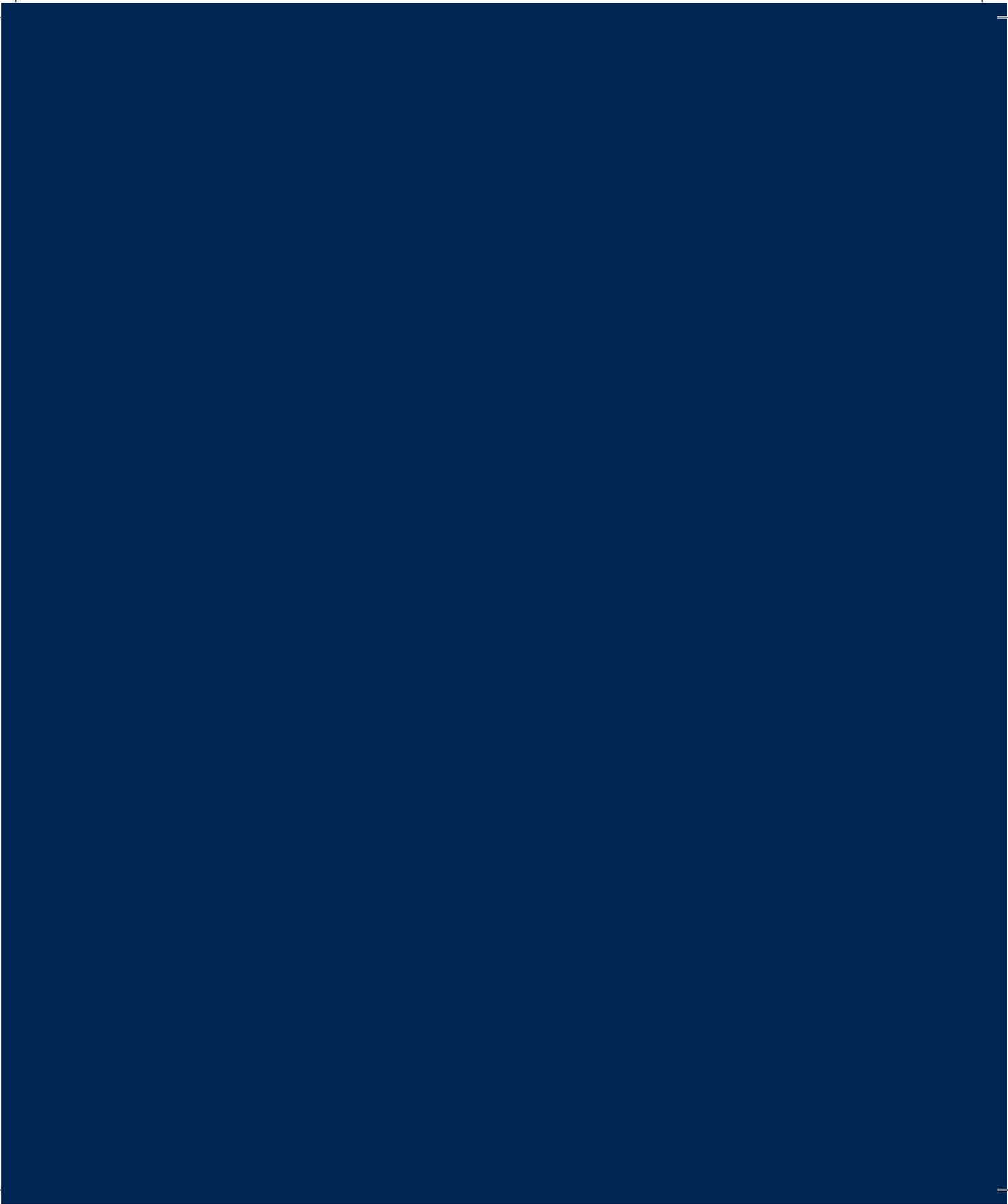
_____. **Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. **Relatório mundial da Unesco: investir no diálogo cultural e no diálogo intercultural**. Paris, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2013.

José Márcio BARROS
Giselle Xavier LUCENA

VELHO, Gilberto; CASTRO, Eduardo Viveiros de. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 04-11, 1977.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.



Entre o ambiental e o político: o discurso jornalístico sobre o novo e polêmico Código Florestal Brasileiro



Luciana Miranda COSTA

114



Entre o ambiental e o político:

o discurso jornalístico sobre o novo e polêmico Código Florestal Brasileiro

INTRODUÇÃO

Este capítulo, assim como a pesquisa de pós-doutoramento que lhe dá base,¹ teve como objetivo principal dar prosseguimento e consolidar o suporte analítico e metodológico referente ao estudo sobre o significativo papel da mídia no *boom* ambiental que vem se registrando nos últimos anos, com um recorte temático específico: o novo Código Florestal Brasileiro. O *corpus* escolhido foram as matérias jornalísticas (reportagens² e entrevistas³) publicadas por uma das principais revistas de circulação nacional do país, Carta Capital, referente ao debate e votação do novo Código Florestal Brasileiro no Congresso Nacional (correspondendo ao período 2010-2011). A revista Carta Capital, de circulação semanal,

201

1 O curso de pós-doutoramento realizado junto à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), sob a supervisão do professor catedrático Adriano Duarte Rodrigues, contou com o imprescindível apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de uma bolsa de estudos. As informações iniciais deste texto também serviram de base para um artigo que trouxe resultados ainda preliminares da pesquisa de pós-doutoramento, apresentado durante o Congresso LUSOCOM 2012 (Comunicação, Cultura e Desenvolvimento), ocorrido em setembro, na cidade de Lisboa, Portugal. Posteriormente, alguns resultados também foram apresentados no VIII Congresso Internacional ULEPICC, realizado em Buenos Aires, Argentina, de 10 a 12 de julho de 2013; e no INTERCOM 2013 (COSTA, 2013), em setembro, na cidade de Manaus, Amazonas.

2 Atividade jornalística que abrange todas as medidas necessárias à cobertura de um acontecimento. Compreende o planejamento, a pesquisa, a apuração, a observação e a coleta de dados, até o texto final entregue à redação (ERBOLATO, 1985).

3 Informação prestada ao jornal, por meio de respostas ao repórter (ERBOLATO, 1985). A maioria das revistas semanais brasileiras possui páginas especiais de entrevistas tipo “*ping-pong*” com personalidades de diferentes áreas.

foi lançada em 1994 pelo jornalista Mino Carta.⁴ Desde 2008, a publicação tem uma parceria com a revista inglesa *The Economist*, da qual reproduz, semanalmente, artigos e, mensalmente, cadernos especiais. A linha editorial de Carta Capital é favorável ao governo petista da presidente Dilma Rousseff.

A temática ambiental conjugada com o papel da mídia como produtora de sentidos e principal responsável pela publicização das questões sociais na contemporaneidade é de relevante importância para as políticas públicas⁵ implementadas no Brasil, especialmente na Amazônia, e foi tratada inicialmente na pesquisa de doutorado intitulada “Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia”⁶ (COSTA, 2006) e em duas pesquisas posteriores.⁷

O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notoriedade, verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autónomo das restantes dimensões de experiência humana (RODRIGUES, 1997, p. 101).

4 A revista, de circulação semanal, tem tiragem mensal aproximada de 80 mil exemplares, sendo 40% deles destinados para vendas e 60% aos assinantes. Sua principal concorrente é *Veja*, também revista semanal. Mais informações: <<http://www.cartacapital.com.br>>.

5 Trata-se da totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (CALDAS, 2008, p.5). As políticas variam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade e com o nível de atuação dos diferentes grupos sociais, como partidos, sindicatos, associações de classe e outras formas de organização social (BOBBIO; MATTEUCCIO; PASQUINO, 1983; SANDRONI, 1994 *apud* HAMMERSCHMIDT, 2007, p. 17).

6 A pesquisa, que teve como objeto de estudos as campanhas de comunicação voltadas à prevenção de incêndios florestais, recebeu o prêmio (nacional) José Gomes da Silva, Melhor Tese de Doutorado em Sociologia 2005, concedido pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural; foi finalista, na área da comunicação social, do Prêmio INTERCOM 2005 Tese de Doutorado, em nível nacional, e foi uma das ganhadoras do prêmio regional NAEA 2004 - Tese de Doutorado, concedido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), no início de abril de 2005.

7 “Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (2002-2006)”, Edital MCT/CNPq 61/2005 (COSTA, 2008) e “As Mudanças Climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia”, Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES 02/2010 (COSTA, 2012).

O novo Código Florestal, já aprovado pela Câmara dos Deputados, tem sido tratado pela mídia brasileira nos últimos anos como um assunto polêmico. Ao defender uma maior flexibilização para as infrações dos agricultores, o Código é criticado por ambientalistas e setores do governo federal, por supostamente incentivar o desmatamento e favorecer os grandes proprietários e produtores rurais.

O relator do polêmico projeto que altera o Código Florestal, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) tem frequentado o noticiário de maneira incomum, ao menos para um parlamentar, com o seu currículo (CINTRA, 2010, p. 52, grifo nosso).

Considerando esse contexto, o que se pretendeu foi analisar o tipo de tratamento dado pela mídia ao debate e aos desdobramentos da aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, cujas consequências de ordem política, social, econômica e ambiental, como se verá resumidamente a seguir, são muito significativas.

O instrumental teórico de análise, baseado, principalmente, na Semiologia dos Discursos Sociais (SDS) e no método da Análise de Discurso (AD) de vertente francesa (PÊCHEUX, 1988), está relacionado à premissa de que as relações de comunicação, analisadas no discurso jornalístico, são relações de poder que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. O discurso é a principal arena na qual os diferentes capitais⁸ dos agentes lutam

8 “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural)” (BOURDIEU, 1998, p. 134).

pelo poder simbólico⁹ e pela hegemonia de modos de perceber, definir e representar o mundo. O discurso possibilita apreender o consenso e o conflito existentes nas relações sociais por meio das “marcas” que ele carrega. Os sistemas simbólicos irão cumprir sua função política e ideológica¹⁰ de instrumentos de imposição ou de legitimação da visão de mundo dominante, na medida em que são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento.

As matérias jornalísticas referentes à temática ambiental, com enfoque para as relações envolvendo a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, podem ser analisadas por meio do discurso que lhes correspondem. A teoria dos discursos sociais trabalha com os processos de constituição do *discurso*, que pode ser definido como o lugar do trabalho social de produção do sentido, ou seja, é uma prática discursiva¹¹ (ARAÚJO, 2000).

9 O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu (1998) que tem suas raízes na teoria durkheimiana, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja, do sentido imediato do mundo social. Os símbolos tornam possível o consenso acerca do mundo social e contribuem, dessa forma, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1998, p. 9). Trata-se da forma transformada de outras formas de poder (como o econômico, por exemplo), portanto, irreconhecível, ignorada como arbitrária. O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (COSTA, 2005, p.169).

10 Chauí (1984, p. 113) observa que a ideologia organiza-se como um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta). Bourdieu (1998, p. 14) assinala que “o efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxionomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao fato de as relações de força que nelas se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação)”.

11 “O contexto da ação discursiva vai buscar em Austin e na teoria dos ‘atos de fala’ a sua justificativa: discursos não expressam ações – são ações; o ato de discursar é constitutivo dos efeitos de sentido. Por isto, a prática discursiva pode ser entendida como contexto dos discursos” (ARAÚJO, 2000, p. 141). Barros Filho e Martino (2003, p. 161) observam que “a elevação da comunicação ao *status* privilegiado de objeto-meio para a compreensão de um objeto de maior porte, angariou a simpatia de autores tão díspares quanto Merton e Foucault, passando por diversas correntes teóricas. Há, todavia, uma perspectiva comum, a utilização da comunicação como meio de delineamento das tramas sociais. Enquanto canal de circulação do poder, as formas de comunicação — do discurso *vis a vis* às comunicações de massa — tornaram-se cruciais para a análise de uma sociedade progressivamente estruturada por ela”.

Utilizando-se do conceito de *formações discursivas* elaborado por Foucault, Orlandi (1978) observa que as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual são produzidas.¹² A autora assinala que “o fato de um texto estar associado a um sentido é uma ilusão do sujeito” (ORLANDI, 1978, p. 35), pois este recusa a inclusão necessária de toda sequência em uma formação discursiva (e não outra), para que essa sequência tenha sentido e, nessa recusa, tem a impressão de que é ele próprio a fonte desse sentido.¹³ Pêcheux (1988) chama a essa “ilusão do indivíduo”, que se acredita senhor absoluto de seus atos e de seus pensamentos, de *Efeito Munchausen*. Nas palavras do autor: “o efeito fantástico pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito [...], em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1988, p. 157).

12 O conceito de formação discursiva elaborado por Foucault (entendido como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) é assimilado pela aprendizagem linguística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir linguisticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 1995). O conceito de *práticas discursivas* do mesmo autor é complementar ao de formação discursiva: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1995, p. 136).

13 Atenta às interpretações que viam nas formações discursivas “regiões fechadas e estabilizadas”, Orlandi (1994) explicita que as formações discursivas, ao mesmo tempo que determinam a posição do sujeito, não a preenchem totalmente de sentido, pois elas são constituídas pelas diferenças, contradições e movimento, ou seja, um contínuo processo de reconfiguração. “Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. E é isto que dá identidade ao sujeito e ao sentido” (ORLANDI, 1994, p. 10-11).

Sob um enfoque semiológico,¹⁴ Araújo (2000) coloca o sujeito como aquele que trabalha sobre a matéria significativa para produzir enunciados, enfatizando, no entanto, que esse trabalho sofre coerções de duas ordens: uma, a de suas singularidades, e outra, a do campo histórico (ARAÚJO, 2000).

As relações de comunicação são, desse modo, relações de poder que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. A legitimidade discursiva baseada no reconhecimento que os receptores lhe atribuem instaura as relações de poder que lhe são inerentes, sendo determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos agentes. “Passa por interesses individuais, grupais e de classe, pela história das relações institucionais anteriores, pela forma de mediação discursiva e pela concorrência de outras falas” (ARAÚJO, 2000, p. 145). A linguagem apresenta-se, portanto, como uma arena de confrontos sociais, na qual as relações de sentido são parte essencial na constituição das relações de poder.¹⁵

14 Convém ressaltar a diferença de enfoque sobre o conceito de formação discursiva sob o prisma da Escola Francesa de Análise do Discurso e da Semiologia dos Discursos Sociais. “Do ponto de vista da SDS, o problema com o conceito de formação discursiva, tal como trabalhado pela escola francesa de análise de discurso, é que as condições de produção se referem exclusivamente à instância da produção. Para a SDS, seguindo a trilha aberta por Bakhtin, não existem posições discursivas isoladas de uma proposta de interação, o que equivale dizer que o lugar atribuído ao destinatário é também determinante do aspecto lógico de um texto” (PINTO, 1999 *apud* CARDOSO, 2001, p. 15).

15 Bourdieu observa que o discurso é marcado por um saber prático propriamente linguístico, pois se trata do produto do encontro entre um *habitus* linguístico, isto é, uma competência inseparavelmente técnica e social (ao mesmo tempo capacidade de falar e capacidade de falar de uma certa maneira, socialmente marcada) e um mercado, isto é, um sistema de formação de preços que vão contribuir para orientar antecipadamente a produção linguística (BARROS FILHO; MARTINO, 2003).

Tomando-se a noção de *sentido*¹⁶ como produto do “trabalho social”, as relações sociais são o *locus* da produção desse sentido e irão ocorrer em determinadas condições históricas, culturais e políticas, mediadas por instituições. Nessa prática discursiva, o sujeito da enunciação¹⁷ está impregnado do “outro” que, dessa forma, o constitui. Nas marcas deixadas pelo sujeito no discurso estão representadas as imagens que o emissor tem de si mesmo (ou quer fazer crer), do destinatário de seu discurso, dos demais agentes sociais e das relações construídas e vividas por eles. No mesmo movimento que se constrói a imagem do receptor, ganha forma também a imagem que o locutor pretende projetar de si, assim como está se delineando a relação que se quer estabelecer (CARDOSO, 2001).

Das condições de produção de um discurso, como demonstrado por Araújo (2000), fazem parte o lugar social do emissor, as estruturas e rituais institucionais (por exemplo: hierarquia interna, instâncias de decisão e poder e a organização de trabalho), a natureza e as características tecnológicas dos meios que veiculam os discursos, os recursos disponíveis (assim como a dependência maior ou menor das fontes geradoras desses recursos), a qualificação profissional dos produtores, as relações políticas e sociais com instituições concorrentes, o momento histórico e a imagem do receptor idealizado pelo emissor.

A partir das marcas deixadas pelos dispositivos de enunciação, o receptor, usando de seus próprios dispositivos, pode refazer as operações do emissor e participar da negociação de sentido em que consiste a prática discursiva. No entanto, esses dificilmente coincidem com o do emissor, uma vez que os dispositivos são condicionados, entre outros fatores, pela cultura, posição social e interesses institucionais e de classe dos sujeitos enunciadores.

16 A Semiologia trabalha com a noção de *sentido* ao invés de *significado*, pois busca superar o método estruturalista de análise, no qual a noção de *significado* encontra-se localizada nas estruturas. Como explicita Araújo (2000, p. 120), “‘significado’ carrega a ideia de algo pronto, cristalizado e imanente, isto é, de que cada objeto possui um significado estável, próprio, que independe das circunstâncias. Essa ideia, como já se viu, é herança da linguística saussuriana, estando intimamente associada ao conceito de *signo*. A Semiologia propõe o termo *sentido* e pretende semantizá-lo com os atributos que percebe nos fenômenos sociais: a pluralidade, o dinamismo e a propriedade de se constituir a cada situação de comunicação. Na perspectiva do *sentido*, o que realmente importa é o processo, não a estrutura. Decorrentes dessa natureza dinâmica do conceito são os termos *produção de sentido* e *efeitos de sentido*”.

17 Segundo Benveniste (1989), o sujeito da enunciação é o lugar idealizado do “eu”, a imagem do “eu” e não o sujeito real. É a maneira pela qual o “eu” se define no próprio discurso.

Portanto, a partir do exposto acima, baseado principalmente no instrumental teórico fornecido por autores como Pechêux (1988) e Foucault (1995), buscar-se-á compreender e analisar o discurso da revista Carta Capital em 2010 e 2011, com ênfase para a cobertura feita sobre o novo Código Florestal Brasileiro e sua repercussão.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA¹⁸

Desde 1934, quando surgiu, o Código Florestal se tornou a única lei nacional que veta a ocupação urbana ou agrícola de áreas de risco sujeitas, por exemplo, a inundações e deslizamentos de terra. Ele foi criado no governo Getúlio Vargas juntamente com os códigos de Água, Minas, Caça e Pesca e com a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. É o Código Florestal que determina a obrigação de se preservar áreas sensíveis e de se manter uma parcela da vegetação nativa no interior das propriedades rurais, as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs)¹⁹ e Reserva Legal (RL)²⁰ (COSTA, 2013).

Já em 1965 o então presidente Humberto de Alencar Castello Branco sancionou a Lei Federal 4.771. O “novo” Código Florestal determinou que 50% da vegetação de cada propriedade na Amazônia deveriam ser preservadas. Nas demais regiões do país, o exigido

18 As informações constantes neste artigo referentes à contextualização da polêmica sobre a proposta do novo Código Florestal Brasileiro foram baseadas principalmente na publicação do SOS Florestas (2011).

19 “As APPs, ou Áreas de preservação permanente, são margens de rios, cursos d’água, lagos, lagoas e reservatórios, topos de morros e encostas com declividade elevada, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, e de proteger o solo e assegurar o bem estar da população humana. São consideradas áreas mais sensíveis e sofrem *riscos de erosão do solo, enchentes e deslizamentos*. A retirada da vegetação nativa nessas áreas só pode ser autorizada em casos de obras de utilidade pública, de interesse social ou para atividades eventuais de baixo impacto ambiental” (SOS FLORESTAS, 2011, p. 3).

20 “A reserva legal é uma área localizada no interior da propriedade ou posse rural que deve ser mantida com a sua cobertura vegetal original. Esta área tem a função de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais, proporcionar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, promover a conservação da biodiversidade, abrigar e proteger a fauna silvestre e a flora nativa. O tamanho da área varia de acordo com a região onde a propriedade está localizada. Na Amazônia, é de 80% e, no Cerrado localizado dentro da Amazônia Legal é de 35%. Nas demais regiões do país, a reserva legal é de 20%” (SOS FLORESTAS, 2011, p. 3).

era 20%. Os proprietários que eventualmente já tivessem derrubado além dessa porcentagem teriam de se responsabilizar pela recomposição da área. A nova lei também definiu as APPs que deveriam ser obrigatoriamente mantidas, no campo ou nas cidades²¹ (COSTA, 2013).

Entre 1994 e 1995 o desmatamento na Amazônia atingiu o maior índice da história, com mais de 29 mil quilômetros quadrados devastados no período. Como resposta política à

21 Uma breve cronologia sobre o trâmite envolvendo as mudanças sobre o Código Florestal Brasileiro pode ser útil ao leitor interessado: • Década de 1990: Começam a tramitar os primeiros dos 36 projetos que, até hoje, tentaram flexibilizar o atual Código Florestal, promulgado em 1965. • 1986: Lei 7.511 amplia limites das APPs e passa a proibir a recuperação de áreas desmatadas de florestas com o uso de espécies exóticas. • 1989: Lei 7.803 altera tamanho das APPs, cria reserva legal no Cerrado (20%) e obriga averbação em cartório de reservas legais. • 1998: Promulgada Lei de Crimes Ambientais. • 2001: MP 2166 amplia a reserva legal de 50% para 80% em áreas de floresta amazônica, ao mesmo tempo em que reduz para 35% nas áreas de cerrado da Amazônia Legal. Para as demais regiões e biomas, a reserva legal é reduzida para 20%. • 2008: Decreto 6.514 regulamenta infrações da Lei de Crimes Ambientais, estipulando multas e penalidades para proprietários que não têm a reserva legal devidamente registrada em cartório. A vigência é adiada por um ano (fato que se repete outras duas vezes). • 2009: Instalada na Câmara dos Deputados Comissão Especial para dar parecer ao PL nº 1.876, de 1999, e a dez outros projetos correlatos, sob a presidência do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) e relatoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). • Julho de 2010: Texto substitutivo, de autoria do deputado Aldo Rebelo, é aprovado na Comissão Especial com 12 votos favoráveis e cinco contrários e encaminhado para votação no Plenário da Câmara dos Deputados. • Março de 2011: o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia (PT-RS), atendendo solicitação da Frente Parlamentar Ambientalista, institui a Câmara de Negociação das Mudanças no Código Florestal, de forma a buscar consenso para levar o texto do PL ao plenário. * 24 de maio de 2011: Sem acordo, o projeto é votado e aprovado no plenário da Câmara, para destravar pauta. A base de apoio do governo sai dividida desse processo. • Junho de 2011: Decreto 7.497 prorroga por mais 180 dias (até 11 de dezembro) prazo para averbação em cartório de reserva legal, adiando aplicação de multas e penalidades. * Setembro e outubro de 2011: período em que a mudança no Código Florestal já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados. O Senado aprovou um outro texto, também modificando a legislação florestal, em dezembro do mesmo ano. Depois disso, o novo Código Florestal voltou para a Câmara, onde um texto distinto do texto do Senado foi aprovado em abril de 2012, e, finalmente, seguiu para o veto parcial da presidente Dilma Rousseff. * O projeto teve 12 artigos vetados e 32 modificações, no dia 25 de maio de 2012. O novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) seguiu para o Congresso por meio de MP que foi publicada no dia 28 de maio de 2012 no Diário Oficial da União (DOU) (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2011).

sociedade nacional e internacional, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, editou a Medida Provisória (MP) 1.511, aumentando a reserva legal nas áreas de floresta amazônica para 80%, mas reduzindo a reserva legal nas áreas de cerrado dentro da Amazônia Legal²² para 35%.

Em 2009, o deputado federal Valdir Colatto, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de Santa Catarina, coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária (formada por grandes proprietários e produtores rurais), apresentou o novo Projeto de Lei (PL) 5.367/09 para criação de um Código Ambiental Brasileiro, de conteúdo considerado conflitante com as diretrizes da política nacional de meio ambiente. Nesse ano foi, então, criada uma comissão especial na Câmara dos Deputados – com expressiva participação da bancada ruralista (formada por deputados que representam os setores ligados ao agro-negócio) – para analisar 11 projetos de lei com vistas a mudanças no Código Florestal. A relatoria do projeto ficou a cargo do deputado federal Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de São Paulo.

Houve uma reação contínua a vários itens do texto por parte de muitos setores da sociedade, especialmente dos ambientalistas e cientistas, e da própria Presidência da República, amplamente noticiada pela imprensa. Os principais pontos polêmicos do novo Código Florestal são:

- *Anistia aos crimes ambientais*

“O que diz o projeto: fim da obrigação de se recuperar áreas desmatadas ilegalmente até 22 de julho de 2008, incluindo topos de morros, margens de rios, restingas, manguezais, nascentes, montanhas e terrenos íngremes” (SOS FLORESTAS, 2011, p.12). Segundo a proposta, foi criada “a figura da área rural consolidada – aquela ocupação existente até a data definida, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvopastoris em quaisquer espaços, inclusive áreas protegidas” (SOS FLORESTAS, 2011, p.12). Dessa forma, os

22 Trata-se de uma divisão de caráter administrativo. Os nove estados que formam a Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A Amazônia Legal detém 53% do território brasileiro, cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados e 25 milhões de habitantes distribuídos por 775 municípios.

estados “terão cinco anos, após a aprovação da lei, para criar programas de regularização ambiental. Até lá, todas as multas aplicadas antes de julho de 2008 ficam suspensas” (SOS FLORESTAS, 2011, p.12). A principal crítica feita a esse ponto é que ele pode estimular novas ilegalidades e reforçar a sensação de impunidade.

- *Redução e descaracterização das Áreas de Preservação Permanente (APPs)*

“O que diz o projeto: reduzir a extensão mínima das APPs dos atuais 30 metros para 15 metros de faixa marginal e demarcar as matas ciliares protegidas a partir do leito menor do rio e não do nível maior do curso da água” (SOS FLORESTAS, 2011, p.14). A principal crítica feita a esse ponto é que ele pode aumentar os riscos de inundações e desabamentos, bem como as ameaças à segurança e ao bem-estar da população e da preservação de fauna.

- *Isenção de reserva legal para imóveis com até quatro módulos fiscais em todo o país*

“O que diz o projeto: fim da necessidade de recuperar a reserva legal para propriedades com até quatro módulos fiscais. Dependendo da região, o tamanho do módulo fiscal varia entre cinco e 110 hectares. Nessa situação, propriedades com até 440 hectares ficam isentas de recuperar a reserva legal. Grandes propriedades também serão beneficiadas, sem obrigatoriedade de recuperar a reserva legal na área equivalente aos primeiros quatro módulos. A justificativa seria a de proteger a agricultura familiar e os pequenos produtores” (SOS FLORESTAS, 2011, p.14-15). A principal crítica feita a esse ponto é que, na prática, essa medida estimulará a “fragmentação de imóveis e deve incentivar a aquisição de terras dos pequenos proprietários por médios e grandes produtores, de forma a não terem área preservada em toda a extensão de seu empreendimento” (SOS FLORESTAS, 2011, p.15). Segundo “dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e cálculos preliminares, a isenção de reserva legal afeta cerca de 135 milhões de hectares de propriedades e posses rurais em todo Brasil” (SOS FLORESTAS, 2011, p.15). Dessa forma, “estima-se que mais de 30 milhões de hectares de florestas, sendo pelo menos 20 milhões na Amazônia, perderão a proteção da reserva legal e terão seu desmatamento estimulado pela falta de governança na região” (SOS FLORESTAS, 2011, p.15).

- *Redução da Reserva Legal (RL) na Amazônia e também em áreas com vegetação*

“O que diz o projeto: permitir a redução da RL de 80% para 50% em área de floresta e de 35% para 20% em área de Cerrado, na Amazônia Legal” (SOS FLORESTAS, 2011, p.15) até que o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) seja realizado. “A redução da RL também poderá se dar em áreas com vegetação para fins de regularização ambiental e não apenas para fins de recomposição florestal, como estava previsto anteriormente” (SOS FLORESTAS, 2011, p.15). A principal crítica feita a esse ponto é que o “Código Florestal já permite que, por meio do ZEE, sejam identificadas áreas alteradas e com grande aptidão agrícola nas quais a reserva legal pode ser reduzida, para fins de recomposição, para 50% da área do imóvel” (SOS FLORESTAS, 2011, p.15-16). Ou seja, atualmente, é a partir de uma avaliação prévia que se permite aumentar as áreas de uso alternativo do solo.

- *Compensação de áreas desmatadas em um Estado por áreas de floresta em outros estados ou bacias hidrográficas*

“O que diz o projeto: em vez de recuperar a reserva legal, comprar áreas em regiões remotas em outros estados e bacias hidrográficas para compensar o dano ambiental” (SOS FLORESTAS, 2011, p.16), isentando a compensação do impacto no local. “Além disso, o proprietário terá também a opção de fazer a compensação em dinheiro, com doação a um fundo para regularização de unidades de conservação” (SOS FLORESTAS, 2011, p.16). A principal crítica feita a esse ponto é que seria um incentivo direto a novos desmatamentos.

O Código Florestal de 1965 é criticado pela bancada ruralista do Congresso Nacional por não possuir base científica, no entanto, as duas principais instituições científicas do país, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) vieram a público defender o código daquele ano afirmando que a nova proposta baseia-se na “premissa errônea de que não há mais área disponível para expansão da agricultura brasileira” (SOS FLORESTAS, 2011, p. 9).

As duas organizações afirmam que a comunidade científica não foi consultada sobre a proposta de mudança e que a reformulação teria sido pautada por interesses unilaterais de determinados setores econômicos. Em duas cartas publicadas na revista *Science*, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquista Filho (UNESP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP) declararam ainda que “esta substituição levará, invariavelmente, a um decréscimo acentuado da biodiversidade, a um aumento das emissões de carbono para a atmosfera, no aumento das perdas de solo por erosão e no consequente assoreamento de corpos hídricos” (SOS FLORESTAS, 2011, p. 10). Conjuntamente, esses elementos levarão “a perdas irreparáveis em serviços ambientais das quais a própria agricultura depende, e também poderão contribuir para aumentar desastres naturais ligados a deslizamentos em encostas, inundações e enchentes nas cidades e áreas rurais” (SOS FLORESTAS, 2011, p. 10). Além disso, dados preliminares de um estudo realizado pelo Observatório do Clima estimam que, com as alterações no Código Florestal, há um risco potencial de serem lançadas na atmosfera cerca de sete bilhões de toneladas de carbono acumuladas em diversos tipos de vegetação nativa. Isso representaria 25,5 bilhões de toneladas de gases do efeito estufa, mais de 13 vezes as emissões do Brasil no ano de 2007 (SOS FLORESTAS, 2011).

A PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Aprovada no dia 24 de maio de 2011 pela Câmara dos Deputados, a reforma do Código Florestal Brasileiro foi tema de pesquisa do Instituto Datafolha entre os dias 3 e 7 de junho de 2011, com uma população adulta (maior de 16 anos), encomendada pelas organizações Amigos da Terra: Amazônia Brasileira, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto Socioambiental, SOS Mata Atlântica e World Wildlife Fund (WWF)-Brasil. Para obter o nível de conhecimento e a opinião da população sobre o assunto foram feitas 1.286 entrevistas por telefone fixo, em todas as regiões do país. A margem de erro da pesquisa foi de três pontos percentuais para mais ou para menos (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS, 2011).

Como resultado, 85% dos entrevistados consideraram que o novo Código Florestal deve priorizar florestas e rios, sendo que 62% sabiam sobre o tema, mas apenas 6% estavam bem informados sobre o assunto (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS, 2011). Desses, a maioria era de homens, maiores de 50 anos, moradores de área urbana e com nível superior. A fatia que defende, segundo a pesquisa, priorizar a produção agropecuária

soma 10%, mesmo que, em alguns casos, isso prejudique os rios e florestas. As medidas a serem tomadas contra os proprietários que praticaram o desmatamento ilegal de florestas e rios para utilizarem a terra para agricultura e pecuária dividiram os brasileiros. Para 45%, os agropecuaristas deveriam ser perdoados somente se concordarem em repor a vegetação desmatada. Uma fatia similar (48%) considerou que eles deveriam ser punidos de qualquer forma – mesmo repondo a vegetação –, para servirem de exemplo para as gerações futuras (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS, 2011).

Outra questão interessante abordada na pesquisa tinha como tema a convocação ou não da comunidade científica para opinar sobre as mudanças no Código Florestal. A opção por não convocar, nesse caso, seria justificada pela pressa em aprovar as mudanças em curso por causa da grande quantidade de multas pendentes. Para 77%, os cientistas deveriam ser ouvidos independentemente da pressa em aprovar as mudanças. Vinte por cento, no entanto, consideraram que as mudanças no Código Florestal deveriam ser aprovadas imediatamente, sem ouvir a comunidade científica, já que a questão das multas é urgente. Essa segunda opção teve mais apoio entre aqueles que estudaram até o ensino fundamental (28%) e moradores das regiões Norte e Centro-Oeste (29%). Em contrapartida, encontrou menos adesão entre os mais escolarizados (12%) e mais ricos (11%) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS, 2011).

Uma das propostas aprovadas pela Câmara dos Deputados para o Código Florestal prevê que autores de desmates ilegais cometidos até junho de 2008 sejam isentos tanto de recuperar a vegetação quanto das multas aplicadas. Ambas as anistias foram rechaçadas pela maior parte dos brasileiros, segundo o levantamento (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS, 2011).

A posição da presidente Dilma Rousseff de vetar as mudanças no Código Florestal que preveem anistia e perdão para quem desmatou ilegalmente é apoiada por 79%. Entre aqueles que estudaram até o ensino fundamental o apoio é menor (70%), mas cresce entre aqueles com ensino superior (87%), entre aqueles que têm renda familiar mensal entre dez e vinte salários mínimos (86%) e entre quem ganha mais do que isso (96%). Ainda sobre a anistia, o levantamento também mostra que 84% dos brasileiros não votariam em um deputado ou senador que votou a favor da isenção de punições e multas aos autores de desmatamento até junho de 2008 (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS, 2011).

A COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE O NOVO CÓDIGO FLORESTAL²³

Outra investigação, dessa vez realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e voltada aos veículos impressos brasileiros, analisou o noticiário sobre o projeto de lei do novo Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados em 24 de maio de 2011, publicado em 17 jornais brasileiros entre 1º de abril e 15 de junho de 2011. O levantamento levou em consideração apenas os textos (reportagens, editoriais, entrevistas, artigos e colunas) que especificamente mencionaram o PL do novo Código Florestal relatado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), tendo como fonte a busca por meio de palavras-chave previamente definidas, em um banco eletrônico de notícias. No período mencionado, a proposta de novo Código Florestal foi citada em 2.035 textos. Algumas conclusões merecem ser ressaltadas:

- fatores de ordem política e partidária apareceram como tema principal sobre o assunto em 60% dos textos analisados na pesquisa, sendo que 17,5% discutiram a questão desde uma perspectiva ambiental;
- 55,8% dos textos apresentaram posicionamento questionando o texto do Código apresentado pelo relator (31,1% parcialmente contrários, 24,7% totalmente contrários, e 18,7% apresentaram posicionamento favorável);
- as fontes científicas e as informações correspondentes foram preponderantes em temas técnicos. Apenas 8,2% dos textos mencionaram a realização de estudos científicos sobre as questões relacionadas ao Código. No entanto, a imprensa destacou argumentos contrários ao novo Código, sobretudo de cientistas;
- 52,4% dos textos consultaram mais de uma fonte e, dentre esses, 45% apresentaram opiniões divergentes, especialmente entre ruralistas (grandes proprietários e produtores rurais) e ambientalistas.

23 As informações completas estão disponíveis em Agência de Notícias dos Direitos da Infância (2011).

A REVISTA CARTA CAPITAL E A CRÍTICA AO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Uma análise de 12 matérias jornalísticas publicadas por Carta Capital no período de 2010 e 2011,²⁴ que fizeram menção em suas reportagens ou artigos ao Código Florestal e suas mudanças, indicou, da mesma maneira que a pesquisa mencionada da ANDI, que a cobertura do tema apresentou um viés predominantemente político (devido à votação da matéria) e ambiental, inclusive, porque a maioria de suas fontes era proveniente do campo²⁵ ambiental (ambientalistas e/ou “especialistas”, como a revista genericamente os nomeou em todas as matérias):

A leitura dos ambientalistas desse trecho do projeto é acida. [...] Na opinião de especialistas, ao passar a borracha na ilegalidade e no passivo ambiental, o novo Código Florestal está de acordo com os interesses dos grandes grupos ligados ao agronegócio, a começar pelos frigoríficos e *tradings* da soja [...] (CINTRA, 2010, p. 53, grifo nosso).

O quadro enunciativo midiático, “fechado” em virtude do próprio dispositivo técnico da escrita, foi composto pela seleção das informações coletadas pelos jornalistas por meio de suas fontes, por sua reelaboração no formato de uma narrativa jornalística e pela representação/imagem de um leitor imaginário (PÊCHEUX, 1988), percebida por alguns elementos existentes na enunciação. A encenação foi montada pela revista tendo como base o discurso indireto e o discurso direto (aspeado). O efeito, como se verá a seguir, foi predominantemente negativo para o discurso político (relativo ao poder Legislativo, com destaque para o deputado Aldo Rebelo), criticado pelos enunciadores (particularmente os “especialistas”) postos em cena pela revista. Algumas expressões encontradas nos textos jor-

24 As matérias jornalísticas, no formato de entrevistas, reportagens, notas e artigos assinados foram publicadas nas edições dos dias 30/06/10, 14/07/10, 08/12/10, 30/06/10, 26/01/11, 27/04/11, 11/05/11, 18/05/11, 25/05/11 e 08/06/11.

25 O conceito de campo de Bourdieu remete à ideia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionalmente, no jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar essas instituições ou que as combatem. Dessa forma, um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam (COSTA, 2006a).

nalísticos são ilustrativas desse aspecto: “Rebello nega que o texto”, “defende-se Rebello”, “Rebello não concorda...”, “queixou-se o parlamentar”, “voltou atrás”, “teve que recuar”.

O enfoque dos textos foi dado predominantemente ao caráter ambiental e polêmico (especialmente o aumento potencial de desmatamento na Amazônia) da proposta do novo Código Florestal e ao possível veto da presidente da República (que se confirmou posteriormente) à anistia das multas. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) foram fontes constantes de Carta Capital. O discurso jornalístico buscou na formação discursiva ambiental (FOUCAULT, 1995) a principal fonte de sentidos para construção de sua narrativa.

Ambientalistas ligados a ONGs brasileiras e estrangeiras, deputados da Frente Parlamentar Ambientalista, estudiosos da Amazônia e pesquisadores do meio ambiente (não apenas rural, mas também urbano) se dizem preocupados com os efeitos potencialmente nocivos do projeto (CINTRA, 2010, p. 52, grifo nosso).

“O relatório está cheio de pegadinhas que comprometem toda a legislação”, afirma Raul Telles, advogado do Instituto Socioambiental (ISA). Uma das “pegadinhas” do novo código é considerar de “interesse social” a produção de alimentos, o que abre margem para a exploração agrícola de áreas protegidas (FREITAS Jr., 2011, p. 24, grifo nosso).

A revista enfatizou, por meio de entrevistas realizadas com ambientalistas, como se observa na citação acima, o agravamento dos problemas ambientais que ocorrerão com o novo Código Florestal, como o desmatamento e a não recomposição de floresta desmatada, além da incorporação de terras pelo mercado imobiliário, enchentes em áreas urbanas e ampliação de monoculturas. O objetivo foi sensibilizar o leitor sobre os prejuízos ambientais que a nova proposta traria.

Na construção da narrativa jornalística foram utilizadas, inclusive, dicotomias cromáticas em algumas matérias, como vermelho *versus* verde (CINTRA, 2010), em uma referência interdiscursiva ao partido comunista do deputado federal Aldo Rebello, cuja logomarca é dominada pela cor vermelha, além de ser a cor de referência do partido; e o verde, que marca os ambientalistas.

“Os argumentos de Rebello, contudo, [...], não convenceram os ambientalistas. Não é exagero dizer que muitos deles andam vermelhos de raiva” (CINTRA, 2010, p. 52, grifo nosso).

Além dessa, outras dicotomias produzidas pelo discurso jornalístico puderam ser observadas, criando o tom de polêmica que caracterizou o discurso sobre o tema: poder do governo federal x poder de governos estaduais sobre a legislação ambiental; ambientalistas x produtores rurais; agricultura x meio ambiente; pequeno agricultor x agronegócio. A própria narrativa jornalística da revista foi construída nessa perspectiva: “Outro ponto considerado crítico [...]”, “Outro ponto polêmico é o que retira [...]”, “Sem falar no fuzuê”. Os adjetivos e advérbios escolhidos por Carta Capital reforçaram ainda mais a referida polêmica: “polêmico projeto”, “o coro dos descontentes”, “efeitos potencialmente nocivos”, “ponto polêmico”, “leitura ácida”; assim como o uso constante de operadores argumentativos, muitos dos quais de oposição: “não apenas”, “a despeito da”, “contudo”, “no entanto”, “mas”, “ao menos”, “outro ponto”, “ao lado de”, “outro ponto delicado”.

A representação ou, nos termos de Pêcheux (1988), a imagem construída pela revista dos principais enunciadores e deles entre si, explicitados pelo discurso jornalístico, indicou um viés positivo para as principais fontes da revista, os ambientalistas, e negativo para os opositores destas últimas, ou seja, os empresários e os políticos (considerados) ligados ao agronegócio, inclusive o deputado Aldo Rebelo, relator do novo projeto do Código Florestal:

- *Imagem da revista em relação ao deputado*: negativa. A revista, embora coloque, por exemplo, uma foto favorável do deputado na edição de 30/06/10 (bem disposto e sorridente) e o entreviste na maioria dos textos, constrói sua narrativa com as falas de atores predominantemente contrários às mudanças no novo código, dando a impressão ao leitor que a proposta do novo código possui mais elementos desfavoráveis que favoráveis ao país e que atenderá a interesses de grupos econômicos, em detrimento de interesses ambientais. É o caso da legenda da foto da edição de 14/07/10, “Autor. Rebelo foi o relator do pacote de benesses”, ou do título da matéria dessa mesma edição, “Aos camaradas ruralistas”. Trata-se de uma menção à expressão típica de cumprimento e referência aos comunistas: *camarada*. A palavra é utilizada de modo irônico pela revista para indicar o suposto apoio do deputado do PCdoB aos empresários ruralistas. Além disso, o deputado aparece na “defensiva” na maioria dos textos jornalísticos: “Rebelo nega que o texto”, “defende-se Rebelo”, “Rebelo não concorda”, “o parlamentar voltou atrás”, “mesmo assim contentou os ruralistas”, “Rebelo teve de recuar”.

- *Imagem dos ambientalistas em relação ao deputado Aldo Rebelo*: negativa. O deputado estaria atendendo à pressão de fortes grupos econômicos do agronegócio com representação no Congresso Nacional.

Um “homem nascido na roça”, como se define, tido por ambientalistas como pouco afeito aos temas “verdes” e à agricultura (CINTRA, 2010, p. 54, grifo nosso).

Coordenador de Políticas Públicas da ONG SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani critica: “Apesar do discurso em defesa do pequeno produtor, a proposta do Aldo servirá para defender os interesses de grupos econômicos de peso, inclusive dos incorporadores imobiliários nas áreas urbanas, onde se dá o avanço do desmatamento do que restou da Mata Atlântica” (CINTRA, 2010, p. 53, grifo nosso).

- *Imagem da revista em relação ao leitor*: imagem de um leitor ingênuo que desconhece os interesses econômicos envolvidos na elaboração e votação do novo Código Florestal.
- *Imagem dos ambientalistas em relação aos empresários do agronegócio*: negativa. Os ambientalistas estariam interessados em flexibilizar a legislação ambiental para aumentar as áreas exploradas e a incorporação imobiliária.
- *Imagem do deputado Aldo Rebelo em relação a ele próprio*: positiva. “Um ‘homem nascido na roça’, como se define” (CINTRA, 2010, p. 54).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da importância da temática para a sociedade nacional e para a Amazônia, o que pôde ser percebido foi um espaço reduzido nas páginas de Carta Capital sobre as mudanças no Código Florestal brasileiro, sem nenhuma matéria de capa entre as edições analisadas, de 2010 e 2011. O viés ideológico, contrário aos setores que representam o agronegócio no país e que apoiam as mudanças da lei, ficou bastante explícito a partir da escolha de suas fontes e dos operadores argumentativos utilizados pela revista para construir a própria narrativa, além do “jogo de imagens” posto em cena pela publicação em relação aos principais enunciadores presentes nos textos jornalísticos. Convém ressaltar ainda, observando-se as condições de produção do discurso jornalístico, que a linha edito-

rial de Carta Capital se afina politicamente com as propostas dos governos petistas (tanto o anterior, de Luís Inácio Lula da Silva, quanto o atual, de Dilma Rousseff), historicamente contrários às mudanças no Código Florestal.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **A reforma do Código Florestal na imprensa brasileira**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: < http://www.andi.org.br/sites/default/files/reforma_codigo_florestal_versao_internet.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

ARAÚJO, Inesita. **A reconversão do olhar**: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2014.

CARDOSO, Janine M. **Comunicação, saúde e discurso preventivo**: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids na TV (1987-1999). 2001. 318 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Mimeografado.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos, v. 13).

CINTRA, Luiz Antonio. Vermelho versus verde. **Carta Capital**, São Paulo, 30 jun. 2010.

COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação e meio ambiente**: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

_____. A formação do campo ambiental: um resgate histórico do contexto nacional e amazônico. **Tempo da Ciência**, Cascavel, v. 12, n. 23, p. 147-176, 2005. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/439>>. Acesso em: 9 maio 2014.

_____. **As mudanças climáticas na pauta da mídia impressa brasileira:** informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia. Belém: Relatório Técnico/CNPq, 2012. Mimeografado.

_____. **Palavras verdes:** análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (2002-2006). Belém: Relatório Técnico/CNPq, 2008. Mimeografado.

_____. Verde demais: o novo Código Florestal brasileiro nas páginas da revista Veja. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais eletrônicos....** São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0110-1.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2014.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Código Florestal:** junho/2011. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/Datafolha-CodigoFlorestal.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2014.

ERBOLATO, Mário. **Dicionário de propaganda e jornalismo.** São Paulo: Editora Papyrus, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREITAS Jr., Gerson. A falácia da anistia. **Carta Capital**, São Paulo, p. 24, 11 maio 2011.

HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida. **Políticas públicas locais de saúde:** desdobramentos na condição de vida da população de Curitiba, PR. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - Centro Universitário Franciscano do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www2.fae.edu/galeria/getImage/108/1231914058992936.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

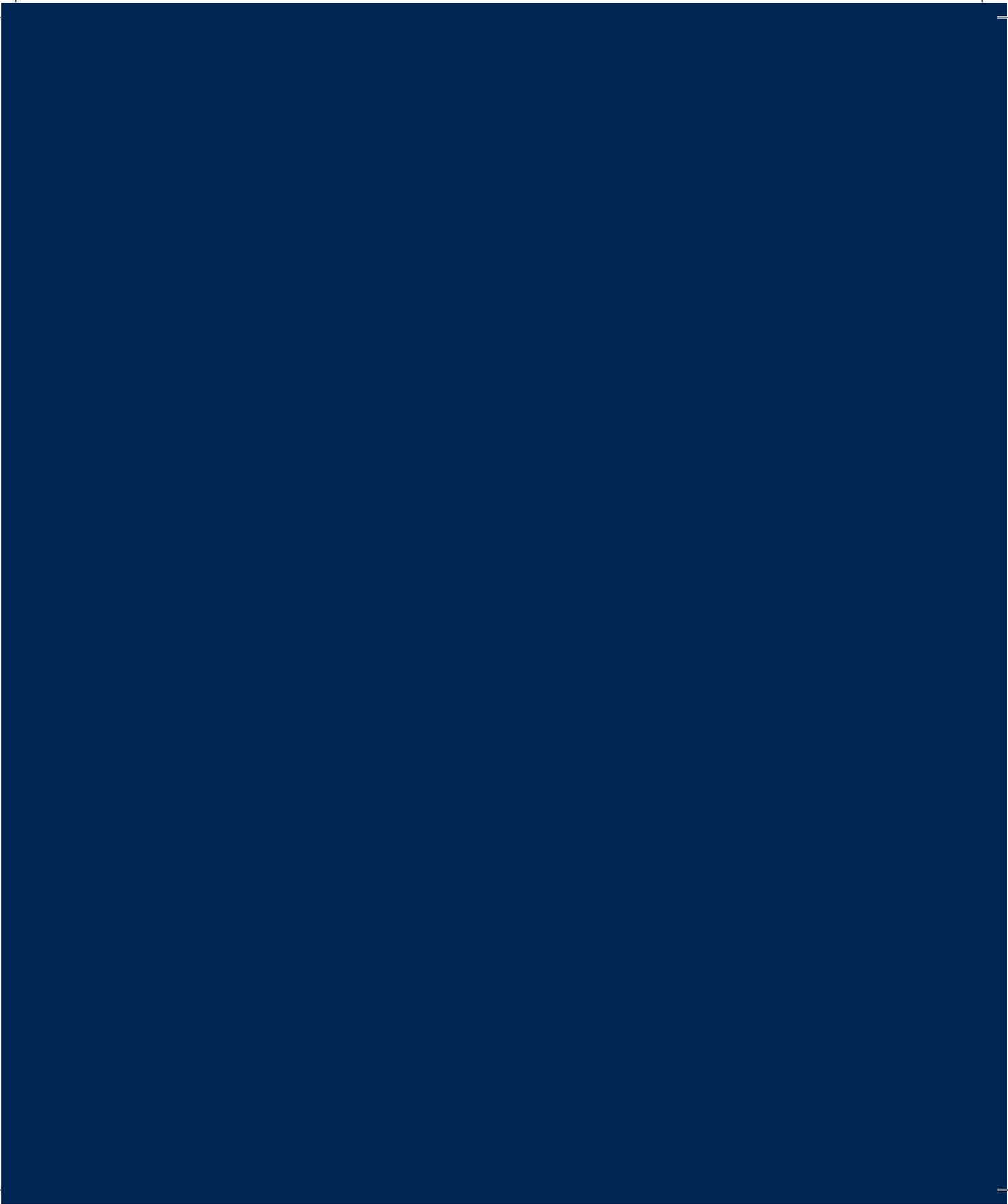
ORLANDI, Eni Pulcinelli. Protagonistas do/no discurso. In: **Foco e pressuposição.** Série Estudos 4. Uberaba: Instituto de Ensino das Faculdades Integradas de Santo Tomás de Aquino, 1978. p. 30-41.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *et al* (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação:** questão comunicacional e formas de sociabilidade. 2. ed. Lisboa: Presença, 1997.

SOS FLORESTAS. **Código florestal:** entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental. Brasília, DF: WWF, 2011. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/cartilha_codigoflorestal_20012011.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2012.



A atualização de uma relação colonial: desconstruindo valores na disputa jornalística pela Amazônia



Ada Cristina Machado SILVEIRA
Tabita STRASSBURGER

114



Ada Cristina Machado SILVEIRA
Tabita STRASSBURGER

A atualização de uma relação colonial: desconstruindo valores na disputa jornalística pela Amazônia

INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES DA ANÁLISE

O fluxo constante e ininterrupto de comunicações, serviços, tecnologias, entregas e suprimentos, argumenta Hobsbawm (2010), expõe a crescente dependência do mundo à globalização. Um contexto para o qual a Amazônia é tomada como um outro pela civilização ocidental, convertida em lugar de cobiça internacional e lugar de cuidado ambiental, conforme analisa Martins (2005), sem que isso, no entanto, amenize a condição reservada há séculos a sua população. Do ponto de vista simbólico, Martins (2005) aponta que, devido à irrelevância política de sua sociedade, sobre ela proliferam produções inadequadas:

Tomando como base apenas algumas campanhas do Governo Federal, podemos perceber como o indígena, o caboclo e a região Norte – como também parte da região centro/noroeste do Brasil que os representa – são silenciados e apagados, não bastassem, na mídia nacional, telenovelas, concursos e programas que fingem abarcar representantes do Brasil inteiro em seus quadros, telejornais que excluem outros rostos, outras notícias, enfim, toda sorte de produção cultural que constrói a unidade brasileira, impondo alguns elementos em detrimento da base racial, por assim dizer e por me faltar termo mais propício, sobre a qual se construiu essa nação (MARTINS, 2005, não paginado).

A análise aqui apresentada destaca o tratamento jornalístico concedido à Amazônia brasileira por parte de dois semanários nacionais.¹ Em trabalhos anteriores, refletiu-se sobre a cobertura jornalística realizada pela mídia no que concerne ao cotidiano das periferias nacionais (fronteiras internacionais do Brasil) e como suas representações as mantêm atre-

1 O artigo apresenta alguns aspectos do projeto de pesquisa intitulado “Pelos olhos de terceiros: poder, imaginário e cobertura jornalística sobre as periferias”, financiado pelo CNPq - Edital Universal 014/2011.

ladas a um imaginário de situações recorrentes articulados pela ausência do Estado, caos e violência que persiste mesmo com o fim da Ideologia de Segurança Nacional e da Guerra Fria (SILVEIRA, 2009). Na mídia nacional, observa-se prática semelhante quanto à cobertura de acontecimentos ocorridos nas periferias metropolitanas (favelas), o que, em certa medida, acaba por contaminar a cobertura que as mídias locais fronteiriças realizam de seu cotidiano (SILVEIRA, 2012). Postulou-se que a interpretação sócio-semiótica da discursividade midiática permite entender como as alegorias da nação continuam a se constituir em limites político, social e cultural no mundo globalizado. E sua discursivização, antes que representação de uma realidade insustentável e precária, faz-se expressiva das ambiguidades contidas neste início de sociedade global (SILVEIRA, 2008).

Nesses trabalhos, abordam-se também diversos exemplos em que a conversão em notícia de acontecimentos ocorridos em favelas metropolitanas e em fronteiras internacionais são construídas num enquadramento ambivalente que as toma genericamente como um outro marcado pela ânsia de expansão do projeto moderno, o qual tem no imaginário sobre as periferias um caso arquetípico (SILVEIRA, 2009).²

A reflexão sobre as condições que permitem aos fenômenos comunicacionais noticiosos realizar um diálogo entre mídia e imaginário da cultura nacional aponta para o controle do poder político sobre amplas camadas sociais pertencentes às periferias. Uma de suas principais características analisadas se manifesta pela armadilha da ambivalência significacional, a qual se considera caracterizada por um aspecto fundamental do enquadramento perseguido na cobertura de acontecimentos ocorridos em distintos espaços periféricos

2 A propósito, argumenta-se no artigo: “Uma análise sistemática de *Época* e *IstoÉ* em abril de 2008 expõe o tema. Três esquemas podem sintetizar a abordagem construída por ambas as revistas. Na primeira, a *Amazônia* é apresentada *como fronteira* e são evidenciados os problemas relativos à ausência do Estado naquela região. As matérias enfocam os temas de queimada, desmatamento, tráfico ilegal de madeira, narcotráfico, guerrilhas, indígenas e disputa por terras. A segunda consiste em focar a *diplomacia entre os países*. Trata-se de notas que apresentam as relações em aspectos de rivalidades, competições financeiras, desentendimentos políticos e disputa pela hegemonia nas fronteiras. Mesmo quando o conflito não é a principal informação, a temática é fomentada indiretamente. As matérias categorizadas expressamente como *fronteiras territoriais*, terceira possibilidade de abordagem, são quase inexistentes. Seus registros, quando ocorrem, seguem a mesma linha das demais: conflito, tensão, desordem, abandono” (SILVEIRA, 2009, p. 8, grifo do autor).

brasileiros. Seu noticiário conduz ao constrangimento de um imaginário policêntrico e que se encontra segregado. A ambivalência significacional incide discursivamente em processos tão distintos como o de segurança pública, de identificação e reconhecimento de si ou das relações internacionais (SILVEIRA, 2013).

Chegou-se a resultados que apontam para uma conversão das periferias nacionais em patrimônio territorial do Estado, consideradas por constituírem-se em garantias atinentes a um valor de depósito que é caucionado pela sociedade fronteiriça. A reiteração e a continuidade de enquadramento discursivo observadas na análise da cobertura jornalística das situações que envolvem acontecimentos sobre as fronteiras internacionais brasileiras estabelecem uma ampla implicação entre a crônica do cotidiano fronteiriço e as mazelas da nacionalidade (SILVEIRA, 2012).

Após o recorrido, com o presente capítulo discute-se a imputação dessas características especificamente quanto à região amazônica.

OS ARGUMENTOS DISCURSIVOS APLICADOS À AMAZÔNIA ENQUANTO PERIFERIA

A especificidade da cobertura dedicada à Amazônia brasileira desenvolveu-se reconhecendo a região enquanto espaço limítrofe, fronteira que enfrenta a ambivalência criada pela negação, variação, repetição e deslocamento da noticiabilidade midiática a respeito de seus acontecimentos.

A cobertura jornalística a respeito da Amazônia é ainda analisada como um problema de *atualização* normativa dos valores a ela vinculados, habitualmente tomados como valores-notícia.³ Busca-se problematizar uma atualização da reificação produzida pelo noticiário, dado que sua identificação permite apontar “uma diferença entre o atualizado

3 A compreensão do conceito segue as reflexões de Traquina (2005) e Wolf (1996). Basicamente, os valores-notícia seriam os critérios de seleção e construção informativa utilizados pelos profissionais e pelos veículos de comunicação que representam (as opções por determinados acontecimentos em detrimento de outros, a escolha do enfoque, a abordagem do fato, etc.).

(apreensão de um predicado do ponto de vista das condições de realização) e o realizado”, conforme ressalta Fiorin (2007, p. 10).

Nessa perspectiva, reconheceu-se que os acontecimentos envolvendo especialmente a Reserva Raposa Serra do Sol (RRSS), após ser caracterizada como terra indígena, passaram a ter ampla cobertura no noticiário. O ano de 2008 contou com destaques sobre sua condição, dada a amplitude de aspectos a ela articulados. Interesses de ambientalistas, indigenistas e da bancada ruralista tinham no noticiário uma vitrine que, acionada sistematicamente, atuava como um mecanismo de alerta para tantos pontos de vista divergentes.

Naquele ano tinha também um amplo destaque a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o que acabava repercutindo nas manifestações das Forças Armadas brasileiras.

Outro elemento que colaborava para a complexidade do quadro era o constante fluxo migratório, tanto de indígenas quanto de população envolvida com as características econômicas da região amazônica.

Cientes do cenário, foram recolhidas 43 matérias produzidas sobre as fronteiras brasileiras naquele ano por dois semanários de circulação nacional, *Época* e *IstoÉ*, conforme é apresentado na sequência.

Justifica-se a eleição dos dois semanários por sua condição de produtos jornalísticos de amplo alcance nacional. À diferença dos jornais diários da chamada grande imprensa que têm dificuldade de circulação pela continentalidade do Brasil, os semanários são os impressos que possuem um fluxo facilitado e pretendem cumprir o espaço de formadores da opinião pública em âmbito nacional. Por fim, sua diferença em relação a outros veículos, como o rádio e a televisão, consiste na sua permanência própria de mídia secundária (BAITELLO JR., 2001), o que remete à facilidade de captura, facilitando sua análise e recuperação por qualquer leitor. No entanto, o principal argumento consiste em sua efetiva circulação no cenário nacional, implícita nas características multimídia de um grupo controlador da empresa jornalística e que permite afiançar uma forte tendência de repetição do noticiário em outras mídias. É o caso do semanário *Época*, editado pela Editora Globo S.A. desde 1998, com tiragem de 420 mil exemplares naquele momento. A revista registra

sua parceria com o Portal G1 da Rede Globo, o que permite amplificar seu alcance. Já o semanário *IstoÉ*, editado pela Editora Três desde 1976, com tiragem média de 500 mil exemplares, não pertence a um agregado multimídia e, com esse argumento, define-se como independente, firmando-se no *slogan* de “revista mais combatente do país”. Ambos são classificados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) como informativos e editados em São Paulo, capital.

Inicialmente, pensou-se em traçar um paralelo entre as publicações, apontando possíveis consonâncias e/ou divergências. No entanto, o que se percebe é que as duas tratam a temática fronteira de modo similar, como será explanado no decorrer desse tópico.

Optou-se pela análise de conteúdo por ser uma metodologia que admite tanto a análise quantitativa dos dados quanto a qualitativa:

[...] detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros, e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para compreender o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

Definidos os motivos que levaram à escolha do método e explicitadas algumas de suas especificidades, esclarecem-se os elementos textuais da pesquisa e os apontamentos relevantes, obtidos por meio da análise minuciosa do que foi verificado.

A partir da seleção de textos, o *corpus* para este capítulo ficou constituído por um total de 43 matérias, sendo 19 da revista *Época* e 24 da revista *IstoÉ*. Depois de catalogados os exemplares, sentiu-se a necessidade de visualizar a distribuição do tema estudado nas editoriais das revistas analisadas para compreender a análise quantitativa.

Conforme é apresentado na sequência, a cobertura da revista *Época* privilegiou a editoria “Primeiro Plano/Fala, Brasil”, em detrimento de outras. Importa ainda referir que o Quadro 1 também inclui o conteúdo de um especial de 13 de outubro de 2008, Edição 543, sob o título “O futuro das Forças Armadas”.

Quadro 1 – Distribuição por editorias do conteúdo de *Época* referente às fronteiras internacionais do Brasil

Editoria	No. matérias
Brasil	1
Primeiro Plano / Fala, Brasil	7
Época Debate	3
Primeiro Plano / O Filtro	5
+ Lidas	1
Janela Indiscreta	1
Especial Turismo	1
Total	19

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir da leitura dos dados presentes no Quadro 1, percebe-se que as editorias mais valorizadas produzem notas referentes a assuntos variados. As matérias mais consistentes, com informações mais densas, raramente aparecem. Um raro exemplo é o da editoria “Época Debate”, na qual aparecem três reportagens em uma mesma edição enquanto que, nas edições seguintes, há pouca ou nenhuma reportagem.

Já no caso da revista *IstoÉ*, as matérias são divididas, contemplando mais homogeneamente as editorias (ver Quadro 2). A editoria “Brasil”, apresentando maior número de matérias, tem configuração de reportagem. Geralmente com duas páginas, pode variar de tamanho, de acordo com o julgamento de relevância do assunto. Nesse caso, a distribuição das editorias ocorre de modo mais uniforme do que em *Época*.

Quadro 2 – Distribuição por editorias do conteúdo de *IstoÉ* referente às fronteiras internacionais do Brasil

Editoria	No. matérias
Brasil	6
Editorial	2
A Semana	5
Ricardo Boechat	4
Entrevista	1
Brasil Confidencial	4
Reportagem	1
Editorial	1
Total	24

Fonte: Elaborado pelas autoras

A segunda editoria que mais traz a temática das fronteiras denomina-se “A Semana”. Suas informações são elaboradas por meio de notas e frases, observando-se praticamente o mesmo formato nas editorias “Ricardo Boechat” e “Brasil Confidencial” (simplificando, pode-se dizer que essas três equivalem a “Primeiro Plano” de *Época*).

É importante enfatizar que o fato de as editorias terem um número uniforme de matérias não significa que a abordagem de uma seja diferente, melhor ou inferior à da encontrada na outra publicação analisada. Pelo contrário, as duas revistas, apesar de distribuir as informações de forma diversa, abordam-nas num enquadramento similar, seja pelo viés do conflito, seja pelo da criminalização.

No que tange à preferência das duas publicações em apresentar as notícias referentes às fronteiras predominantemente na forma de notas, o que se percebe é um interesse em manter o leitor preso à atualidade. Verifica-se que as informações vão sendo distribuídas espaçadamente durante as semanas. Há diversos casos em que nada é acrescentado, apenas repetindo-se o que já foi publicado.

Tais posturas permitem antecipar a observação de que elas apontariam para a manutenção de um imaginário de alerta no leitor. Quando um assunto já não é mais considerado relevante por não contar com novos fatos, uma nota surge e assinala para o que aparentemente parece ainda estar em questão. Assim, constrói-se como que um sistema de alarme que impede o leitor de se desvincular da condição problema atribuída às periferias brasileiras.

Nessa direção e seguindo os passos sugeridos por Fonseca Júnior (2006) para a análise de conteúdo, tem-se o processo de categorização. Ele consiste em classificar e reagrupar unidades de registro em algumas categorias. Partindo dos critérios de categorização organizados por Bardin, e citados por Fonseca Júnior (2006), optou-se pelo critério semântico que se dá com a divisão em categorias temáticas.

Em um primeiro momento, observou-se quais os argumentos discursivos utilizados pelas revistas para fazer alusão às fronteiras. Na sequência, esses argumentos foram especificados entre si e agrupados entre os comuns. Também optou-se em separar as revistas para melhor visualizar o conteúdo apresentado em cada uma.

Para facilitar o entendimento do que são os argumentos discursivos e de como foram criadas as categorias semânticas, apresenta-se o Quadro 3. Nele pode-se observar que as duas publicações não apresentam muitas variáveis com relação às divisões estipuladas; elas serão, portanto, trabalhadas de forma conjunta.

Quadro 3 – Categorização do conteúdo de *Época* e *IstoÉ*

Argumento discursivo	No. matérias	No. matérias
	<i>Época</i>	<i>IstoÉ</i>
Fronteira – Ausência do Estado – Risco à soberania	5	9
Fronteira – Conflito entre índios e arroteiros	4	6
Fronteira – Ausência do Estado – Ilegalidades	4	3
Fronteira – Ausência do Estado – Migração de fronteiriços	2	1
Fronteira – Migração de fronteiriços – Ilegalidades – Risco à soberania	3	-
Fronteira – Ausência do Estado – Presença da Guerrilha	1	-
Fronteira – Países vizinhos – Dependências econômicas – Relações instáveis	-	3
Fronteira – Povos indígenas – Risco à soberania	-	2
Total	19	24

Fonte: Elaborado pelas autoras

O estudo detalhado do enquadramento produzido nas matérias apresentadas nos quadros – notas e reportagens – relacionadas diretamente com a Amazônia proporcionou o reconhecimento de cinco argumentos discursivos e categorias implicadas:

- a) “Ausência do Estado - Risco à soberania” é o argumento discursivo que mais se encontra, mesmo quando não é o foco da notícia. Ele diz respeito a todo tipo de matéria que trata de problemas indígenas, desmatamento, contravenções, atividades ligadas às Forças Armadas, dentre outros;
- b) “Ausência do Estado – Ilegalidades” engloba as referências a todo tipo de descaminho, tomado como crime contra a ordem tributária, bem como as atividades de contrabando, as quais respondem pela venda de produtos proibidos, como armas ou drogas, irregularidades que se crê facilitadas pela ausência populacional e de controle do Estado. Retomando o que já foi mencionado anteriormente, há aqui um processo de sucessão, em que um acontecimento (ocorrência de ilegalidades) aparece como causa de outro (no caso, a ausência do Estado);

- c) “Ausência do Estado – Migração de fronteiriços” aborda os processos de circulação dos povos de um Estado-Nação para outro em virtude das facilidades proporcionadas pela “natureza selvagem”;
- d) “Ausência do Estado – Presença da Guerrilha” trata da questão indígena e a presença das FARC como melindres para a soberania nacional;
- e) “Povos indígenas – Risco à soberania” traz à tona a questão indígena e sua complexidade, tratada de forma sumária, bem como de modo alarmante, como se diferentes tipos de conflitos fossem sempre iminentes.

A seguir, apresenta-se a análise dos argumentos discursivos e suas implicações.

233

O RISCO À SOBERANIA NACIONAL

A revista *IstoÉ* (Ed. 2012, 28 maio 2008, capa, p. 19, 28-34), trouxe a reportagem de capa “A Amazônia é nossa! Como e por que o Brasil deve reagir de imediato à nova pressão da comunidade internacional que quer tomar o controle do pulmão do planeta”. A editoria “Brasil” apresentou o título “AMAZÔNIA. A soberania está em xeque” e a chamada, aos moldes de uma conclamação: “Avançam na comunidade mundial as propostas para a internacionalização do maior tesouro verde do Brasil. UMA RESPOSTA URGENTE SE FAZ NECESSÁRIA!” (sic).

Nessa reportagem especial, a revista segue o mesmo argumento de outras matérias. A Amazônia é cobiçada por diversas potências mundiais que buscam a sua internacionalização: “Em algumas escolas americanas já circulam mapas que mostram o Brasil extirpado dessa região e do Pantanal”. O que se sugere é que “O melhor meio de enfrentar ameaças à soberania nacional é se fazer presente na região”. Diante dessa perspectiva, fica patente o pressuposto de um governo omissivo, ingênuo e imprudente. Enfatiza-se a ideia de que somente as Forças Armadas teriam consciência de um perigo externo, estando em constante mobilização e atentando, sobretudo, às fronteiras internacionais.

Em *Época* (Ed. 524, 2 jun. 2008, não paginado), a repórter Mariana Sanches teve veiculada uma reportagem com diversas fontes privilegiadas, dentre elas um relatório da Agência

Brasileira de Inteligência (ABIN), na qual se acusa um influente sueco de ter comprado áreas de floresta valendo-se de “lacunas do Direito brasileiro”. A repórter afirma:

A velha paranóia brasileira de que a soberania nacional na Amazônia está sob ameaça de potências estrangeiras e de ONGs ambientalistas acaba de ganhar um rosto. É o do milionário do Reino Unido, Gordon Brown. Em outubro de 2005, Eliasch comprou 160.000 hectares de terras de florestas na região norte do país, uma área maior que a da cidade de São Paulo (ÉPOCA, 2 jun. 2008, não paginado).

A matéria repercutia o então recente debate do presidente Lula com o *New York Times* sobre o questionamento de a preservação da Amazônia ser um assunto de interesse global. A matéria registra a negativa do empresário de ter pretendido ferir a soberania nacional.

Com o título “Os pés de barro de um gigante”, o repórter Roberto Lopes, de *Época* (Ed. 543, 13 out. 2008, p. 82-83), encarou a questão da projeção nacional de forma ostensiva. O subtítulo “Um exercício teórico para defender nossas jazidas revela a penúria bélica que o país vive desde 1910” reclama medidas consideradas tradicionais de projeção de poder, conclamando condições para a atividade das forças militares, ainda que se possa argumentar que o poder dissuasório da capacidade logística instalada possa ser mais eficiente.

A recepção do noticiário sobre tais acontecimentos no contexto local de sua origem demonstra a complexidade do tema. A disputa pela RRSS produziu a expulsão de não-indígenas (os desintrusados), concedendo aos indígenas o direito de posse e usufruto do território. Alecrim e Heller (2011), ao analisar doze artigos do periódico roraimense *Folha de Boa Vista* (30/01/2009), apontam o matiz local; apesar do editor e do autor das matérias apoiarem a demarcação da reserva em terras contínuas, o editor mesmo registra, conforme assinalam os autores, que boa parte da população do Estado foi contrária a essa opinião:

A partir da observação dos títulos que compõem o *corpus* deste trabalho, percebemos que o editor tratou o assunto por meio de diferentes formas. Ou seja, contestou, determinou ações e ainda opinou sobre determinados temas. Em linhas gerais percebeu-se que por trás das palavras que compuseram títulos e corpo dos artigos, existiu uma construção orquestrada de idéias, que muitas vezes passam despercebidas pelos leitores/consumidores diários de jornais (ALECRIM; HELLER, 2011, p. 120).

O alicerce do nível local traz para o noticiário uma perspectiva heterodoxa. Pouco contemplado na profusão de notícias de uma nação de expressiva continentalidade e grande população, o noticiário local vem se apresentando como de grande apelo para as novas gerações.

Percebe-se as coberturas acerca das regiões pesquisadas como uma ampla zona de mescla entre dois âmbitos, o nível internacional tratado por periódicos que atuam em nível nacional e cuja recepção, quando transposta para o local, requer a desambiguação dos múltiplos sentidos. A condição de periferia que o princípio de globalização tem explorado produziria “a paranoia territorial” (BHABHA, 1990, p. 291). Ele dá cabida ao deslizamento do sentido do contexto local para o interesse internacional, conforme se observa a partir da pesquisa, gerando imaginários de conflito que ultrapassam a proximidade geográfica dos fatos, ampliando seu interesse, transpondo o limite fronteiriço.

A ESTIGMATIZAÇÃO JORNALÍSTICA: A “ROTA DA COCAÍNA”

Época (Ed. 514, 24 mar. 2008, p. 19), na editoria “Primeiro Plano/Fala, Brasil”, trouxe como título de uma de suas notas a frase, entre aspas, “Quem não traficou um dia vai traficar”. A fala, atribuída ao, então, delegado e subchefe da Polícia Federal, Eduardo Primo da Silva, fez referência à população de Tabatinga (AM) e gerou revolta nos moradores locais, que pediram o afastamento do delegado.⁴

Como trechos de destaque, a nota apresentava frases como “Uma declaração infeliz causou indignação e protesto na fronteira do Amazonas com a Colômbia” e “No ano passado, 1,5 tonelada de cocaína foi apreendida na cidade, de 45 mil habitantes”. O último trecho aponta o interesse da revista na seleção de suas informações, contrastando os valores entre a cocaína apreendida e em seguida aponta-se o número de habitantes do município. Tais valores contribuem para destacar o problema do tráfico e podem ser tomados como justificativa da declaração do delegado.

Já *IstoÉ* (Ed. 2002, 19 mar. 2008, p. 22), apresentou na editoria “A Semana” uma impactante frase do mesmo delegado da Polícia Federal de Tabatinga (AM): “Aqui não há problema

4 Indica-se, a respeito, a análise de Silveira (2009).

de bala perdida. São crimes com mandante, quem mata sabe quem tem de matar. E só atira na cabeça”. A revista, ao se referir à cidade mencionada, a descreve como “rota de tráfico de cocaína colombiana”.

Talvez esse seja o melhor exemplo de qual representação o semanário promove do que entende como uma região de fronteira. Traz-se a fala de alguém, tido como autoridade, criando um efeito de realidade. Não se discutem os motivos que causam o problema, nem se debatem soluções. Uma informação jogada ao público para que ele interprete da maneira que julgar conveniente.

COLONOS, INDÍGENAS E MIGRAÇÃO DE FRONTEIRIÇOS

De certa forma, o uso do argumento anterior ocorre de forma similar ainda no terceiro dos argumentos discursivos identificados. A matéria intitulada “Conflito entre índios e arrozeiros” trata diretamente da discussão sobre a homologação da RRSS. Apontando para as possíveis consequências sobre tal resolução, as revistas usam de aspectos extremamente negativos para debater o fato.

Retomando uma questão que já vinha sendo discutida durante os meses anteriores, *Época* (Ed. 521, 12 maio 2008, p. 18) traz a problemática da RRSS, sob o título “A guerra do arroz na Serra do Sol”, na editoria “Primeiro Plano / Fala, Brasil”. O destaque na nota se dá no trecho que fala da visita do ministro Tarso Genro. Segundo a revista, o ministro “[...] visitou a região do conflito e anunciou que novos pelotões do Exército vão atuar com a Polícia Federal para desarmar índios e agricultores e evitar novos confrontos”.

A atenção para com o cenário de conflito e a tensão entre indígenas e agricultores produz uma cobertura que exige atenção continuada, apesar de não haver novidades significativas acerca da situação da Reserva. As informações se repetem e são escassas, produzidas no sentido de reacender as preocupações do público leitor e oportunizadas pelo acontecimento de um julgamento a ocorrer no Poder Judiciário.

Ambas as publicações produzem sua cobertura no propósito de elaborar previsões do que pode ocorrer caso determinada situação se estabeleça. A informação apresenta de-

terminado acontecimento (exigência dos indígenas pela homologação da RRSS de modo contínuo) e, em seguida, a consequência advinda por meio dele, caso se concretize (fragilidade do domínio do Estado nas fronteiras e perigo à autoridade nacional, como questão territorial).

A argumentação mencionada pode ser interpretada pelo uso do argumento discursivo “Ausência do Estado – Migração de fronteiriços”. A respeito, tem-se que considerar que apesar da relação histórica entre fronteiriços não se constituir em nenhuma novidade, as publicações apresentam suas relações como evocadoras de perigo iminente.

Época (Ed. 524, 2 jun. 2008, p. 17) traz o caso de duas aldeias que foram localizadas na fronteira entre o Peru e o Acre. Fazendo parte da editoria “Primeiro Plano/Fala, Brasil” e com o título “Os índios descobertos pelo Google Earth”, a nota aponta que, por meio de um programa que mostra mapas por satélite, foi possível encontrar indígenas que não mantêm contato com outros povos e sua presença ali, onde nunca antes haviam sido encontrados, se devia ao fato da região ser uma fronteira abandonada. De acordo com a nota: “A exploração de madeira no lado peruano pode ter estimulado a migração das etnias para o território brasileiro”. Assim, a amplitude do debate sobre as fronteiras é expandida para o lado de “lá”: o lado peruano também apresenta seus problemas (exploração de madeira), que podem ter sido a causa da migração dos índios para “cá”.

Como um desdobramento da edição anterior, “Migração de fronteiriços – Ilegalidades – Risco à soberania” são argumentos discursivos trabalhados apenas em *Época*. Eles tiveram destaque por apresentar a questão de modo mais tenso e especificamente a partir do enfoque conflitivo.

A relação entre a questão indígena e a presença das FARC representa uma triangulação complexa para a soberania nacional, conforme se pode analisar a seguir.

A SOBERANIA, OS INDÍGENAS E AS FARC

Em *IstoÉ* (Ed. 2021, 30 jul. 2008, p. 55), a editoria “Brasil Confidencial” trouxe a nota “Fronteira segura”. Nessa nota, a revista apresenta versões diferenciadas entre o Exército

e a Polícia Federal, pondo em xeque a ideia de que os dois órgãos de segurança apresentariam a mesma linha de atuação com relação às fronteiras: “Ao contrário do Exército, a PF não defende a demarcação de terras indígenas nas fronteiras em forma de ilhas. ‘O Estado tem que fazer a proteção de fronteira, não importa se é terra indígena. Se for, é maior a obrigação de a União estar presente’ [...]”, em transcrição do então diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Côrrea.

Em *IstoÉ* (Ed. 2002, 19 mar. 2008, p. 26), há um tom diferente, pelo menos no seu início. Com o título “Paz na fronteira”, a editoria “Brasil Confidencial” apresentou uma de suas notas falando sobre a entrada de militantes das FARC no território brasileiro. Inicialmente, é apresentada uma notícia tranquilizadora. A fala de uma autoridade permite trazer a afirmação de que as FARC não estão invadindo o território brasileiro. Porém, a matéria apresenta a autoridade como um “delegado com cargo de chefia” da Polícia Federal, sem revelar o seu nome. Segundo a revista, ele teria dito que “[...] militantes das Farc não estão invadindo o território brasileiro. Quando entram no País, é para fazer compras”. Nesse ponto, aparece a informação que altera um pouco o cenário de calma. Os guerrilheiros entram no Brasil para fazer compras, mas entram. Com isso, a revista demonstra que eles estão se movimentando entre os brasileiros. A segurança não é total, pois a guerrilha está por perto. No entanto, talvez para não causar pânico, a nota é finalizada com a explicação de porque os guerrilheiros não são tão presentes no lado de cá das fronteiras. A diferença do idioma os denuncia, por isso preferem atravessar a fronteira do Equador e da Venezuela.

O conteúdo especial de “Época Debate” (Ed. 543, 13 out. 2008, p. 75-90) apresentou “O futuro das Forças Armadas”. Das três reportagens sobre a região fronteira, uma trazia o título “Nossa fronteira mais vulnerável” e apontava, entre outros fatores, para a dificuldade de monitorar os 11.500 quilômetros de Floresta Amazônica, enquadrada como “[...] uma das fronteiras mais complexas do planeta”. São apresentados os perigos do local:

O mais novo e preocupante: o crime. Narcotráfico, contrabando, garimpo ilegal, extração de madeira, tráfico de animais silvestres, biopirataria, tudo isso se protege na imensidão da floresta. Há também reivindicações de etnias indígenas. Há até as Farc, que, mesmo enfraquecidas, requerem atenção (ÉPOCA, 13 out. 2008, p. 86).

A matéria do semanário enfatiza a fronteira amazônica como sendo a mais vulnerável entre todas as fronteiras internacionais brasileiras. A reportagem cita toda sorte de ilegalidades, afirmando que por esse espaço circula desde contrabando e narcotráfico até guerrilheiros das FARC, por meio da passagem livre de pessoas. Nem mesmo o incremento do contingente de militares na região garante total segurança e soberania ao Brasil. De acordo com a matéria, enfrenta-se o aumento do tráfico e de outros crimes, aliado à instabilidade das nações vizinhas. A partir do enfoque produzido, o semanário considera ser dever do governo brasileiro redobrar a atenção e o investimento em segurança e tecnologia militar.

A presença da guerrilha exemplificada pelas FARC e apontada por *Época* originou nosso argumento discursivo da categoria “Ausência do Estado – Presença da Guerrilha”. A revista utilizou sua versão impressa para divulgar ao leitor sua versão digital. Assim, a seção “+ Lidas” de *Época* (Ed. 530, 14 jul. 2008, p. 14) foi simples e direta; dentre os cinco itens listados, surgiu “Ingrid ouvia rádio brasileira”, referindo-se ao sequestro de Ingrid Betancourt, o conteúdo mais acessado na semana anterior (7 jul. 2008). A chamada “A ex-refém das Farc diz que a fronteira do Brasil pode ter servido como seu cativeiro” repercutiu sobre o interesse despertado e expôs a fragilidade das fronteiras, a partir da suposição de que as FARC podem ter mantido a refém aprisionada na região sem haver despertado suspeitas.

POVOS INDÍGENAS E VULNERABILIDADES

Finalizando a análise dos argumentos discursivos e suas categorizações, “Povos indígenas – Risco à soberania” apresenta uma particular leitura da questão indígena, mas articulada à soberania nacional.

IstoÉ (Ed. 2012, 28 maio 2008, p. 28-34) traz a questão indígena. Segundo o argumento da revista, a demarcação de terra atual é injusta, “muita terra para poucos índios”, conforme é ressaltado. Ou seja, a linha editorial entende que não é justo deixar grandes porções de terra que contêm valiosas riquezas e geram cobiça internacional nas mãos de grupos indígenas. Conforme a publicação, eles seriam suscetíveis à manipulação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e grupos estrangeiros. *IstoÉ* opina que

[...] é urgente modificar a atual política de demarcação de terras, uma vez que, se ela continuar como está, índios e ONGs ocuparão cada vez mais o território nacional. Assim, lamentavelmente, muito antes de enfrentar invasores externos, o Brasil terá de invadir uma porção do próprio Brasil para reaver a integridade de seu chão (ISTOÉ, 28 maio 2008, p. 34).

O tema igualmente pode ser enquadrado no argumento discursivo “Ausência do Estado – Risco à soberania”. No entanto, colocou-se dentro das questões indígenas para explorar um pouco a complexidade do tema no Brasil.

IstoÉ (Edição 2028, 17 set. 2008, p. 35) traz na editoria “Brasil Confidencial” uma breve entrevista com o general e então comandante militar da Amazônia, Augusto Heleno, sob o título “Toma-lá-dá-cá”. As perguntas e respostas atentam para o contingente militar nas fronteiras internacionais do país, bem como para um plano do governo Lula de instalar unidades do exército em áreas indígenas existentes na faixa de fronteira. De acordo com a edição da revista, quando perguntado se as unidades do Exército receberiam reforços e em que reservas, o general teria afirmado que a medida seria aplicada em “Todas as terras indígenas na faixa de fronteira. É o que está escrito no decreto. E já estamos trabalhando nesse sentido”. Ainda conforme a publicação, Heleno teria explicado que na faixa de fronteira existem “[...] 28 mil homens e a tropa atual cumpre perfeitamente sua missão. Não há um efetivo ideal”. O enfoque utilizado nas perguntas e respostas poderia ser configurado em uma resposta para a cobrança do semanário pelo destacamento de um maior efetivo.

Verifica-se que as discussões acerca da política indígena enquadram-se neste aspecto; já os acontecimentos sobre a RRSS são desvinculados e tratados como questões de fundo econômico, os quais estavam sendo cobertos pela perspectiva do argumento discursivo “Povos indígenas – Riscos à soberania” somente por *IstoÉ*.

SOB O JUGO DA NOTICIABILIDADE

Pode-se afirmar que, de modo geral, as matérias jornalísticas enfocam os conflitos existentes na região fronteira de modo a desprezar sua complexidade, privilegiando uma exposição acrítica. Constata-se como a abordagem das mídias analisadas se fez estanque e

disseminadora de uma perspectiva que elide soluções que a sociedade civil historicamente implementou com finalidades civis e fundamentais para a convivência social nas fronteiras internacionais sul-americanas.

É verificável como *Época* e *IstoÉ* tomam acontecimentos que em outros locais seriam considerados corriqueiros e banais e os apresentam como extraordinários, dignos de atenção e preocupação extremas. As publicações retratam as situações recorrendo ao imaginário de guerra, ausência do Estado e estigmas sociais a partir da construção de narrativas jornalísticas plenas de conflitos e tensões. As duas revistas exercem o jornalismo com pouca iniciativa no sentido de fomentar um debate diferenciado sobre as fronteiras internacionais do Brasil. Sua ação discursiva consiste em vituperar frente ao que pode ser tomado como uma certa sensação de impotência e empreende um combate discursivo para o qual tudo aquilo que está ligado à fronteira aparece como rígido, fixo e definido. Os acontecimentos relacionados a essas áreas ocorrem de maneira determinada e imutável, ao contrário de tudo que se apregoa sobre o estado de fluxo inerente à condição fronteiriça. A gravidade da ação midiática assim posta decorre da arguta observação de Martín-Barbero (2011) de que o político é o nível que ainda resiste à globalização, quando ela é concebida como uma ampla disseminação de vínculos econômicos organizados em escala planetária.

De modo quase absoluto, as edições apresentam as informações utilizando o formato de reportagens e também de notas que são veiculadas espaçadamente durante as semanas, não raro sem acrescentar dados novos, apenas repetindo o que já foi publicado. Tal característica acentua o viés depreciativo, construindo como um alerta, um alarme de perigo, empregado para reacender o imaginário do leitor com relação a determinados motes. Seria o caso de um emprego da mídia num propósito reificante, conforme apontado por Thompson (1995), no sentido de competências de naturalização, eternalização e passivização.

Nessa direção, pode-se constatar que as matérias analisadas, em geral, são factuais, não apresentam uma contextualização dos fatos e abordam superficialmente o tema, tendo em vista a importância que representa. Enfatizam e legitimam a fronteira como terra de ninguém, pelo viés do estigma e do enfoque de tensão, desordem e abandono. Uma visão maniqueísta que aponta para uma clara distinção entre o centro e a periferia. O primeiro, como “ordenado”, e a segunda, inequivocamente, como “problemática”.

Infelizmente, o poder hierarquizante da mídia de referência impõe-se com vigor também sobre as produções realizadas no âmbito amazônica. Vale recordar Costa (2011), que, analisando a produção em televisão aberta praticada em Belém (PA), chegou aos seguintes resultados:

Portanto, ao observar os quatro programas produzidos nas emissoras de Belém, constata-se características próprias de programas que recorrem à cultura do espetáculo e à violência como estratégia de atração do público, excluindo ou inviabilizando pontos importantes na discussão, como: omissão das características estruturais dos fenômenos relatados; personalização dos “culpados” e descontextualização das condições nas quais a violência se dá; violência simbólica e omissão dos sistemas de dominação e dos conflitos; predominância parcial da comunicação de massa, com recepção passiva da informação; nivelamento da informação sobre violência com outras informações de entretenimento, produzindo *fast-food* de informações no qual um evento é imediatamente sobrepujado por outro; mistura de jornalismo com publicidade e entretenimento; falta de aprofundamento no debate [...] (COSTA, 2011, p. 190-191).

Em uma realidade dividida entre o “fazer parte de uma nação” e o “não se sentir parte dela”, ou o “sentir-se parte da nação vizinha”, estudar as questões de fragmentações e desmantelamentos identitários permite entender como as populações de fronteira lidam com a questão de ter tão próximas culturas distintas e historicamente contrapostas pelos respectivos nacionalismos. Nesse sentido, descortinam-se visões emancipatórias do passado com vistas aos problemas colocados por perspectivas de futuro no incerto momento em que se vive, de princípio de globalização.

No caso das fronteiras internacionais brasileiras, tomadas como periferias nacionais, o que se percebe é que esse sistema de alarme imediatamente aponta para os aspectos negativos dessas localidades (SILVEIRA, 2012). Pelos dados aqui apresentados e analisados, é possível concluir que sua prática discursiva atua no sentido de incitar o Estado nacional a realizar projeção de poder sobre seus vizinhos fronteiriços. O extremismo de apontar para um risco iminente à soberania brasileira na Amazônia resulta da percepção ambígua, produtora de estranheza e simplificação a respeito de sua condição. Assim, a noticiabilidade impõe-se socialmente como um outro colonizador.

A desconstrução da cobertura jornalística permite verificar a forte presença do estigma fronteiriço, evidenciando-se o fascismo social na preocupação recorrente de tapar as fissuras da nacionalidade múltipla e fraturada desde sempre. É possível constatar como sua prática discursiva pode ser considerada como incitadora do Estado nacional a realizar projeção de poder na Amazônia.

Em meio a tal percurso está o noticiário do ano de 2008, evidenciando uma realidade que é preocupação permanente quanto à soberania nacional, à sorte da população e quanto às conjunturas que se delineiam em torno dela. Ao estudar como é realizada a cobertura, verifica-se a forte presença do estigma fronteiriço na prática discursiva da mídia hegemônica brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALECRIM, Wenyá; HELLER, Bárbara. O editor da FBV e a desintrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: enunciados, enunciações e contexto. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 10, n.19, p. 106-128, 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/3020/2479>>. Acesso em: 12 maio 2013.
- BAITELLO JR., Norval. O tempo lento e o espaço nulo: mídia primária, secundária e terciária. In: FAUSTO NETO, Antonio *et al.* (Org.). **Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 231-238.
- BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. New York: Routledge, 1990.
- COSTA, Alda Cristina. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, Maria Ataíde *et al.* (Org.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 179-204. (Série Comunicação, Cultura e Amazônia, v. 2).
- ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 514, 24 mar. 2008.
- ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 521, 12 maio 2008.
- ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 524, 2 jun. 2008.
- ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 530, 14 jul. 2008.
- ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 543, 13 out. 2008.

FIORIN, José Luiz. Semiótica das paixões: o ressentimento. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 9-22, 2007. Disponível em: <<http://www.gpesd.com.br/baixar.php?file=96>>. Acesso em: 12 maio 2013.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-315.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

HOBBSAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2002, 19 mar. 2008.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2012, 28 maio 2008.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2021, 30 jul. 2008.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2028, 17 set. 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Conferência proferida na Cátedra de Comunicação**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2011.

MARTINS, Luiz Carlos. O Norte apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia brasileira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/LuizCarlos-Martins.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Ambivalência de fronteiras e favelas. **Comunicação & Espaço Público**, Brasília, DF, v. 11, n. 1-2, p. 1-21, 2008.

_____. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados: narrativas securitárias e imunização contra a diferença. **INTERCOM**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 75-92, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n1/05.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

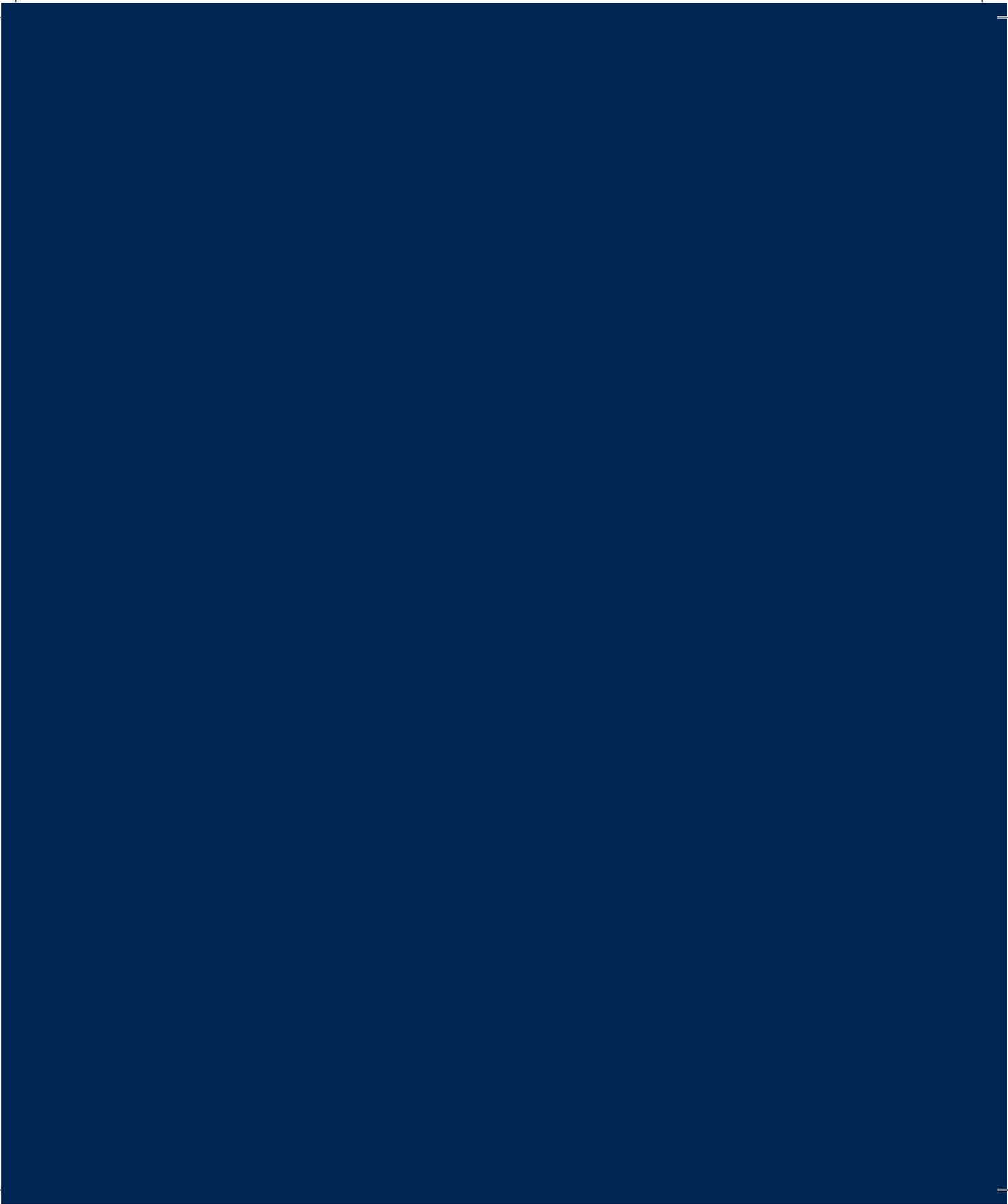
_____. Modos de ver e devorar o outro: a ambivalência na cobertura jornalística das periferias. **Ghrebh**, São Paulo, n. 14, p. 157-176, out./dez. 2009. Disponível em: <[http://www.cisc.org.br/revista/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=article&op=viewFile&path\[\]=351&path\[\]=355](http://www.cisc.org.br/revista/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=article&op=viewFile&path[]=351&path[]=355)>. Acesso em: 18 jun. 2013.

_____. Periferias e ambivalência comunicacional: imaginário e cobertura jornalística sob a mão forte do Estado. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 129-142, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/7715/5579>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1996.



Um estudo da Amazônia do Globo Repórter



Juliana de Oliveira VICENTINI
Antônio Ribeiro de ALMEIDA JÚNIOR

114



Juliana de Oliveira VICENTINI
Antônio Ribeiro de ALMEIDA JÚNIOR

Um estudo da Amazônia do Globo Repórter

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os meios de comunicação de massa e suas mensagens fazem parte da vida contemporânea, sendo enunciadores hegemônicos e legitimadores de discursos. Nesse sentido, Silverstone (2005, p. 12) alerta que “passamos a depender da mídia, tanto impressa quanto eletrônica para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança”. McCombs e Shaw (1972) apontam que as prioridades da mídia influenciam fortemente as prioridades do público, direcionando aquilo que deve compor a agenda de discussão. Os pesquisadores ainda completam que o amplo poder da mídia pode ser percebido na influência que ela exerce nas conversas cotidianas e na tomada de decisões na sociedade.

No Brasil, a televisão é a principal fonte de informações para que o cidadão comum se inteire sobre as questões ambientais (ANDRADE, 2003; BORTOLOZZI, 1999). Ramos (2003, p. 13) afirma que a TV é um meio de fácil acesso, que atinge diversas faixas etárias. Seu poder de representação da realidade deve-se à “força da linguagem audiovisual”.

A Rede Globo é a maior emissora de TV aberta do Brasil e é parte do principal conglomerado midiático nacional. Um dos programas que compõem a programação da emissora há mais de 40 anos é o Globo Repórter. Trata-se de uma exibição semanal (toda sexta-feira) com uma duração média de 45 minutos. A cada dia que é veiculado, mostra reportagens específicas sobre os mais variados temas, sejam eles relacionados à saúde, comportamento, trabalho, natureza, aventura, entre outros. Ao longo de sua trajetória, o programa foi contemplado com diversos prêmios, sendo alguns relacionados a temáticas ambientais. Por ser um programa com amplo alcance, aquilo que é veiculado pelo Globo Repórter atinge dezenas de milhões de pessoas a cada exibição.

Um dos temas mais explorados é a Amazônia. Conhecida internacionalmente por ser importante na estabilidade ambiental do planeta, ao longo dos anos a Amazônia tem sido tema de reportagens, notícias, novelas, minisséries, lendas, poemas, publicidades, campanhas ambientais e políticas, pesquisas, entre outros (VICENTINI, 2013). Assim, ela é um dos assuntos da contemporaneidade.

Nesse contexto, o Globo Repórter dedicou quatro exposições ao tema ao longo do ano de 2010: “Amazônia: vida ribeirinha”; “Os médicos na Amazônia: navio da esperança”; “Nos extremos da floresta”; e “No mundo das águas amazônicas”. Essas exposições foram analisadas tendo como aporte teórico-metodológico as diretrizes da análise de conteúdo e da análise crítica do discurso, com o intuito de compreender de que forma a Amazônia tem sido projetada por aquele enunciatador.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

O referencial empregado na presente pesquisa tem como eixo norteador as considerações apresentadas por Bardin (2010), que define a análise de conteúdo da seguinte forma:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 44).

Embora não exista um modelo exato de análise de conteúdo, Bardin (2010) propõe um procedimento organizado em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados.

1) Pré-análise: é a fase de organização das ideias, da escolha dos documentos a serem analisados. Nesse momento, o analista tem o seu primeiro contato com os documentos para obter impressões e orientações. Na sequência, é preciso elaborar os indicadores de análise. Por fim, preparar o material, ou seja, padronizá-lo e categorizá-lo por equivalência (BARDIN, 2010).

Nessa primeira fase, realizamos a seleção dos programas veiculados pelo Globo Repórter sobre a Amazônia durante o ano de 2010. Em seguida, todos eles foram assistidos e transcritos integralmente. A partir disso, selecionamos os indicadores de análise que, nesse caso

específico, é a frequência ou a ausência de determinadas palavras. Após esses primeiros passos, iniciamos a separação das exibições de acordo com as suas respectivas singularidades.

2) Exploração do material: é a análise em si, que engloba a contagem e classificação daquilo que foi selecionado. Tal procedimento deve se pautar em alguma unidade de registro, as quais correspondem ao segmento de conteúdo a considerar como base, visando o cálculo frequencial. Bardin (2010) afirma que as palavras ou expressões podem ser consideradas como unidade de registro. Ela também salienta “que todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração ou pode-se reter unicamente as palavras-chave ou as palavras-tema ou uma categoria de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, etc.” (BARDIN, 2010, p. 130).

Após os primeiros contatos com os programas, fizemos um levantamento para selecionar aquilo que seria contabilizado. Para nosso estudo, escolhemos a palavra como unidade de registro, fosse substantivo ou adjetivo. Apuramos quais as palavras que mais apareciam no *corpus* e, após a identificação, elas foram contabilizadas e organizadas por ordem de ocorrência.

3) Tratamento dos resultados: é o manuseio dos dados para torná-los significativos ao ponto de alcançarem a representação do conteúdo, elucidando as peculiaridades do texto. Com essas informações, o pesquisador realiza suas interpretações de acordo com a teoria e os objetivos propostos, ou, ainda, identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material (BARDIN, 2010).

Nessa última fase da análise de conteúdo, de posse das palavras de modo geral que mais apareceram nos programas selecionados sobre a Amazônia, realizamos a contagem frequencial mais de uma vez, para garantirmos o rigor da análise. Com os dados validados em mãos, elaboramos um gráfico para condensar as informações levantadas. Assim, pudemos testar as hipóteses iniciais e atingir o objetivo da investigação.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A análise crítica do discurso revela “[...] a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas. Particularmente, a linguagem da mídia de massa [...] como um espaço de poder, de lutas, e também como um espaço onde a linguagem é aparentemente transparente” (WODAK, 2004, p. 230).

De acordo com Fairclough (2001, p. 5), a análise dos textos midiáticos pode responder três questões: como o mundo é representado? Quais identidades são estabelecidas por aqueles envolvidos no programa? Quais relações são estabelecidas entre os envolvidos? Para realizar essas tarefas, Fairclough (2001) propõe o modelo tridimensional de análise crítica do discurso. Para ele, o discurso pode ser simultaneamente um texto (análise descritiva), uma prática discursiva e uma prática social (análises interpretativas).

A análise textual envolve o vocabulário (palavras individuais), a gramática (palavras combinadas em frase), a coesão (ligações entre frases) e a estrutura textual (propriedades organizacionais do texto). Baseado na concepção de Halliday (1978), geralmente, Fairclough (2001, p. 99) considera como “texto” as linguagens falada e escrita. “No caso da televisão, faz sentido incluir imagens visuais e efeitos sonoros como parte dos textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 17), o que traz implicações metodológicas consideráveis.

A prática discursiva abrange os processos de produção, distribuição e consumo textual, que são processos sociais relacionados a ambientes políticos, econômicos e a instituições específicas (FAIRCLOUGH, 2001). Além dessas dimensões, a força dos enunciados (tipos de fala), a coerência dos textos (conexões e inferências necessárias e seu apoio ideológico), a intertextualidade (relações dialógicas entre o texto e outros textos) e a interdiscursividade (relações entre discursos) também compõem esse momento (RESENDE; RAMALHO, 2004).

A prática social é um modo de ação no qual o discurso não apenas representa o mundo, mas também o significa, constituindo e construindo identidades sociais, posições de sujeito, relações sociais entre as pessoas e sistemas de conhecimentos e crença. Isso inclui aspectos ideológicos¹ e hegemônicos (FAIRCLOUGH, 2001).

De acordo com a concepção crítica, “a ideologia é por natureza hegemônica [...] ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 49).

1 As ideologias são “[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Na atualidade, a mídia se constitui em “um instrumento de lutas hegemônicas, o qual ampliou a possibilidade de grupos cada vez mais restritos disseminarem seus discursos, suas visões particulares de mundo como se fossem universais” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 52). Nesse contexto, Dijk (2008, p. 23) afirma que as instituições midiáticas podem ser caracterizadas como detentoras de “poder simbólico”, uma vez que elas têm acesso preferencial e também controlam discursos públicos. Bourdieu (1989, p. 7-8) define o “poder simbólico” como “uma espécie de ‘círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma’”, ou seja, trata-se de um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA

Ao longo de sua história, a Amazônia tem sido caracterizada de diversas maneiras, das quais destacamos: como uma “natureza portentosa e incompleta” (CUNHA, 1922, p. 7); como “sertão bravo” (SEVCENKO, 1996, p. 110); como “inferno verde” (RANGEL, 2001, p. 279); como “celeiro”, “terra da superabundância” e “pulmão do mundo” (LOUREIRO, 2002, p. 109); como “dádiva da natureza” (ARBEX JÚNIOR, 2005, p. 28).

Nesse sentido, notamos descrições otimistas e pessimistas sobre a região, ou seja, uma série de desencontros na tentativa de compreender como é a Amazônia. É um debate que nunca cessa. Little (2004, p. 324) reitera que, desde a expedição de Francisco de Orellana (1541-1542), a Amazônia tem sido tema de “aventureiros, exploradores, conquistadores, comerciantes, naturalistas, geógrafos, militares, missionários, políticos, agricultores [...]”. Diante da multiplicidade de olhares sobre a Amazônia ao longo dos séculos, Little (2004) destaca que o discurso produzido por aqueles enunciadores pode ser dividido em duas linhas opostas:

[...] como um lugar idílico, pouco perturbado pelo ser humano e, portanto, muito parecido com o paraíso [...]. Entre as imagens utilizadas para se referir a Amazônia nesses termos, podemos mencionar a das terras dos “bons selvagens”, do filósofo francês Rousseau, da “catedral verde”, de Hudson (1904), do “último capítulo do Gênese”, de Euclides da Cunha (1909). Outra linha importante do imaginário social considera a Amazônia um lugar inóspito, perigoso e de difícil convivência para o ser humano. Das imagens utilizadas nessa linha temos a do “inferno verde”, de Rivera

(1998 [1923]), e do “paraíso ilusório”, de Meggers (1971). Assim, numa análise histórica do imaginário sobre a Amazônia, Gondim (1994) chega a falar da “invenção da Amazônia” (LITTLE, 2004, p. 324-325).

De acordo com o que é apresentado pelo pesquisador, notamos que há uma duplicidade discursiva sobre a região. Por um lado, o autor aponta uma Amazônia associada à natureza, a um lugar paradisíaco e rico. Por outro lado, observamos um cunho depreciativo, em que aquele território passa a ser ameaçador.

Avançando um pouco mais na linha cronológica, temos Stefanello e Castro (2005), que analisaram o discurso da imprensa sobre a Amazônia durante a ditadura militar brasileira. Eles pontuam a existência de duas representações: uma enraizada nos discursos da “conquista da América” e outra fundada na “Idade do Ouro”. Dessa forma, propõem dois planos de significação:

Primeiro, o referente ao *Topos do Espaço Feliz*, relacionado, fundamentalmente, a um cenário idílico com uma natureza maravilhosa, uma visão idealizada do passado que se converte em verdadeiro tópico nas notícias e que se repete continuamente nas representações da Amazônia. O segundo plano da significação é o referente ao *Topos da Riqueza Fácil* e aos mitos relacionados com o ouro (STEFANELLO; CASTRO, 2005, p. 2).

A Amazônia como “*topos* do espaço feliz” é atrelada a um lugar paradisíaco, é sinônimo de perfeição e qualidade de vida. Acreditamos que a significação que diz respeito ao “*topos* da riqueza fácil” possui limitações, ao relacioná-la prioritariamente à intensa exploração de ouro nos tempos da ocupação desenfreada desse território, impulsionada pelo governo militar. Na ideia proposta pelos autores, há um silenciamento acerca de outras riquezas. Tendo em vista alguns discursos que circulam na contemporaneidade, a Amazônia tem sido atrelada a certa abundância de recursos naturais. Nesse sentido, a palavra “riqueza” poderia abranger uma série de outros elementos.

Os pesquisadores trazidos à cena até agora apresentaram uma dualidade de visões sobre a Amazônia, porém, Santos Filho (1992, p. 67) nos oferece uma “tríade matricial”, ou seja, três elementos que podem se mostrar de maneira “implícita ou explícita: rica, vazia e vulnerável”. Vejamos o que o autor nos propõe.

[...] convém deixar claro que a formulação aqui apresentada da tríade matricial consegue dar conta de um sem número de expressões diferenciadas. Em última análise, porque ela parece ser o registro cognitivo que dá forma e sedimenta o conjunto de imagens que expressam ideias através das quais a região é representada e identificada. Grosso modo, é rica em recursos como terras, minerais, vegetais. É vazia desde o ponto de vista demográfico, mas também de capital, de meios de transporte, de veículos de comunicação de massa, de cérebros, enfim, de cultura. É vulnerável já que, sem defesas, está sempre à mercê de inimigos internos e externos (SANTOS FILHO, 2006, p. 115).

A abordagem de Santos Filho (2006) apresenta fragilidades e potencialidades atuais da Amazônia. Ao compararmos com as significações apresentadas pelos outros pesquisadores, notamos que as deficiências do território ainda não tinham sido pontuadas.

As linhas de significação apresentadas mostram algumas semelhanças entre si. A “Amazônia idílica” (LITTLE, 2004) vai ao encontro da noção de “*topos* do espaço feliz” e de “*topos* da riqueza fácil” (STEFANELLO; CASTRO, 2005), caso consideremos um sentido de riqueza que extrapole aquele associado ao ouro, que seria o da abundância, proposto por Santos Filho (2006). Em todas essas classificações, a Amazônia é exaltada como sinônimo de fartura, como símbolo da natureza, como correspondente de beleza e de perfeição. No entanto, parte dos autores também apresenta indícios que revelam um viés negativo sobre a Amazônia. Little (2004) aponta uma faceta que a categoriza como desconhecida e ameaçadora, relacionada a um ambiente rústico em razão das particularidades naturais tropicais, a exemplo do clima e da floresta. Santos Filho (2006) pontua a questão da vulnerabilidade, devido a extensão territorial, fato que coloca a Amazônia à mercê de interesses e de ocupação desordenada, em que a região é alvo de cobiça e conquista. Tal visão também pode ser completada pela noção de espaço vazio, proposta por aquele mesmo autor. Mas o vácuo descrito por ele não se limita à questão demográfica, vai além, inclui as dimensões infraestruturais, financeiras, tecnológicas, culturais, entre outras.

Santos Filho (2006) foi feliz em suas colocações acerca das fragilidades amazônicas. A Amazônia também tem problemas, mas esses são frequentemente silenciados por novas práticas discursivas. Em muitos casos, não tão novas, tendo em vista a reiteração de antigas noções, mas com roupagens seminovas.

Em direção à questão de ocultação dos problemas amazônicos, na visão de Steinbrenner (2007, p. 7), isso se deve ao fato da Amazônia estar presa a uma “centralidade ambiental” dominante e hegemônica, sendo que a natureza passa a ser “elevada à condição de atributo máximo de classificação”. É importante esclarecermos que a Amazônia não esteve/está reclusa a sua condição puramente ambiental por si só. Vinculá-la prioritariamente aos temas ambientais faz parte de uma estratégia mercadológica que viu nesse nicho uma oportunidade de lucro. Obviamente há uma série de interesses midiáticos, governamentais e empresariais que desejam silenciar as demais questões que envolvem a Amazônia, a exemplo das precárias condições de vida de parte da população, do desmatamento, do garimpo, da posse de terras, de infraestrutura, entre outros. Nesse sentido, Aragón (2007, p. 3) exemplifica: “O centralismo ambiental que domina, hoje, os debates sobre a região, por exemplo, opaca as discussões sobre o acelerado processo de urbanização pelo que passa a região atualmente”.

A AMAZÔNIA SEGUNDO AS LENTES DO GLOBO REPÓRTER

Diante do exposto, propomos uma análise do programa Globo Repórter com base nos seguintes elementos: 1- A Amazônia como sinônimo de natureza; 2- A Amazônia espetacular e paradisíaca, 3- Um território vazio e vulnerável.

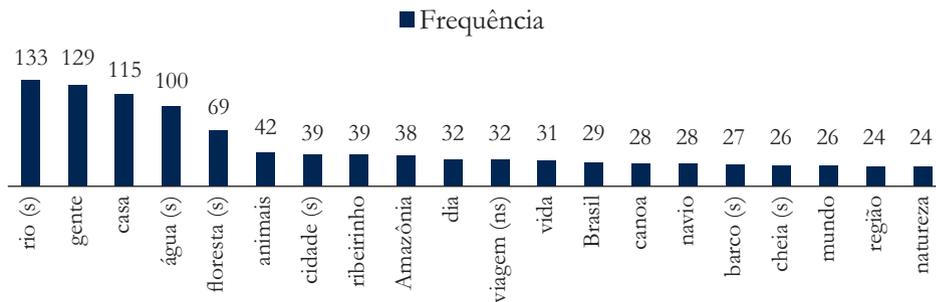
Nesta pesquisa, realizamos o levantamento das vinte palavras que mais aparecem de modo geral nos programas analisados sobre a Amazônia (Gráfico 1).

As cinco palavras no geral que mais aparecem nos programas analisados sobre a Amazônia são: “rio(s)”, “gente”, “casa”, “água(s)” e “floresta(s)”. Desse modo, podemos suspeitar que a primeira, a quarta e a quinta palavras mais presentes associam a Amazônia ao ambiente, as quais indicam uma possível preocupação em mantê-la como um símbolo da natureza.

Embora as palavras “gente” e “casa” tenham ocupado o segundo e terceiro lugar em número de ocorrências, o contexto em que foram empregadas não se constitui como uma alternativa aos enunciados que propagam uma Amazônia vinculada às águas e matas.

Gráfico 1- Palavras em geral que mais aparecem nos programas do Globo Repórter sobre a Amazônia

Palavras em geral que mais aparecem nos programas sobre a Amazônia



Fonte: Elaborado pelos autores

A palavra “gente” é utilizada como uma possibilidade ao uso do pronome plural nós:

Repórter: “Exatamente o que a **gente** tinha previsto. Vamos passar a noite aqui” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

A palavra “casa” é empregada para qualificar o sujeito filmado:

Repórter: “Dona Helenilce fisga o melhor, porque além de **dona de casa**, ela é pescadora” (NO MUNDO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS, 1 out. 2010).

Não podemos confundir a quantidade de aparições dos sujeitos locais, as quais resultaram em um número expressivo do uso da palavra “casa”, com a legitimidade do discurso proferido por eles. É importante esclarecermos que, embora a população local tenha aparecido de maneira acentuada, ela não se constitui como o principal enunciadador ou como tema das exibições sobre a Amazônia, sendo apresentada como um “ornamento natural daquele ambiente” (VICENTINI, 2013, p. 105). Para Little (2004, p. 321), “os povos tradicionais que vivem na Amazônia são vistos como mais um elemento da natureza, ignorando assim sua condição de serem grupos humanos com histórias próprias”. Então, existe uma maior valorização das imagens de rios e florestas, em detrimento aos relatos do cidadão comum. Assim, aquelas pessoas aparecem apenas para legitimar aquilo que o repórter da Rede

Globo entende como relevante, não os caracterizando como sujeitos de credibilidade discursiva (VICENTINI, 2013). A presença da palavra “casa” tampouco contrapõe a ideia de uma Amazônia pouco habitada, haja vista que a população local é marcadamente descrita como “isolada” e vivendo em número reduzido:

Repórter: “No lugar onde vivem **isolados menos de 100 brasileiros**” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

De nossa análise emerge a conclusão de que os quatro programas exibidos pelo Globo Repórter no ano de 2010 apresentam uma padronização discursiva quando o assunto é Amazônia. Há um forte viés otimista sobre ela, baseado na supervalorização do ambiente natural, o qual é espetacularizado em todos os programas.

Repórter: “O caminho das águas é o caminho do céu. E é para lá que nós vamos, seguindo o curso dos rios. A floresta amazônica de portas abertas. **Que mundo farto e fabuloso encontramos pela frente. A natureza aqui é um luxo** para ricos e para pobres. Esta é a casa do seu Manuel, na beira do rio. Chegamos quando ele preparava o almoço. Também encontramos o Aleixo num momento de imenso prazer” (NO MUNDO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS, 1 out. 2010).

Repórter: “Pela primeira vez uma equipe de televisão brasileira acompanha a vida de quem mora na **mais fascinante floresta da Terra**. O projeto Amazônia da Rede Globo mostra a rotina de homens e mulheres que convivem com onças, cobras, jacarés” (AMAZÔNIA: vida ribeirinha, 22 jan. 2010).

Repórter: “Nosso ponto de partida é o Arquipélago de Anavilhanas, um paraíso intocável protegido por lei federal. São ilhas de floresta **exuberante**, alagadas, é como se elas brotassem das águas escuras e límpidas do Rio Negro. Uma paisagem desenhada com **perfeição** pela natureza. Este é um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo. Só do alto é possível ter uma visão mais ampla do arquipélago das Anavilhanas, um **espetáculo** a perder de vista” (NO MUNDO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS, 1 out. 2010).

Repórter: “O que para muita gente pode ter sabor de aventura, para muitas crianças ribeirinhas é apenas parte da rotina. Esse grupo aqui, por exemplo, atravessa o rio Amazonas

todos os dias para ir a escola. Que **espetáculo** seria se todo mundo tivesse esse percurso até a sala de aula. Estamos no lago Janauacá, no Solimões. Para a nossa equipe de reportagem são duas horas de **deslumbramento**” (NO MUNDO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS, 1 out. 2010).

Repórter: “Ah, se tem! Estas graciosas criaturas vivem numa espécie de **paraíso** nas águas do rio Negro e foi aqui que encontramos a encantadora de botos. Há 13 anos a amazonense Marilda se apaixonou pelos botos cor de rosa. A paixão começou quando ela tinha um pequeno restaurante na beira do rio. Eles se aproximavam atraídos pelos restos de comida” (NO MUNDO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS, 1 out. 2010).

Repórter: “Nos confins da floresta, vimos **imagens impressionantes**: pássaros que pulam como este, que encontramos na Amazônia selvagem. Ele dá um salto curto para o ar e volta a empoleirar-se no mesmo galho. Pode fazer isso de 12 a 14 vezes por minuto” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Ainda reforçando esse viés naturalista da Amazônia, o Globo Repórter utilizou as imagens aéreas de rios e florestas de forma bastante acentuada. A espetacularização da Amazônia ocorre por meio do aparato técnico do programa, que sempre a exalta com “imagens impressionantes”.

Repórter: “Quantas gerações aprenderam com ele [Doutor Raiz] a usar as **riquezas naturais da mata virgem**” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Repórter: “A Floresta Amazônica é o **maior celeiro em biodiversidade** do planeta, mas também é um grande desafio para a ciência. O **tesouro** que existe aqui ainda é desconhecido, e só os caboclos e os índios que vivem na selva conseguiram partir na frente. De uma folha, de uma casca de árvore, de uma raiz, eles conseguem extrair remédios que curam doenças graves” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Viver nesse lugar, de acordo com o programa, é algo sensacional e repleto de aventura.

Repórter: “Quantos Brasis ainda vamos **descobrir** nessa nossa **aventura**?” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

Repórter: “E quem não consegue? **Aventura é rotina** neste caminho das águas. Tudo lembra uma casa sem paredes. Um lar num mar de tranquilidade. Vejam só, Yumi (enfermeira) já aprendeu a língua nativa da boa vizinhança” (NO MUNDO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS, 1 out. 2010).

Repórter: “No meio do caminho da nossa reportagem, tem um rio cheio de mistérios e um navio carregado de esperança. Vamos **a bordo** dessa **aventura**, que começa no Acre” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

Repórter: “Vamos **descobrir** os tesouros desta Amazônia que um dia teve uma floresta de pequenas árvores e animais gigantes. No meio do caminho o comboio tem que parar. E a gente encontra, aqui, uma pequena preguiça atravessando a estrada e virou uma atração para toda comitiva” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

Repórter: “O Globo Repórter de hoje vai ao extremo do Brasil. Vamos **viajar** pela Amazônia selvagem em busca dos segredos da mais cobiçada floresta do mundo” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Repórter: “No ponto mais distante do parque, fica a casa dos pais de dona Fátima, os últimos habitantes do Brasil. Ele vai nos levar, porque ele [Seu Jerônimo] é **um dos poucos que conhece** essa região para onde nós vamos” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Repórter: “O navio ficou conhecido como navio da esperança não foi à toa. Doutores, tripulantes, moradores da margem Juruá, a nossa equipe, [...] todos nós vivemos uma **experiência tão nova**” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

Em alguns momentos, a Amazônia deixa de ser o foco do programa e passa a ser apenas um cenário para as aventuras da equipe de reportagem, ou seja, ela fica em segundo plano. Temos a impressão de que o programa desbrava a região a todo o momento.

Em suas análises, Seixas (2010, p. 68) também concluiu que, em seus programas, a “Rede Globo” “enuncia de um lugar que se coloca como uma nova descobridora, como desvelando pela primeira vez aos próprios brasileiros não amazônidas um novo espaço ainda

inexplorado [...]. Apesar de já ‘descoberta’, a Amazônia brasileira é descoberta mais de uma vez pelas câmeras televisivas”.

Dessa forma, podemos inferir que as exibições possuem um forte apelo como entretenimento, ao tornar os programas sobre a Amazônia numa expedição para a audiência, uma vez que durante as reportagens a região é transformada num cenário aventureso e longínquo a ser desbravado pelo Globo Repórter. A “expedição” do programa conta com um discurso cujo vocabulário induz a novidade e a exploração: “primeira vez”; “imagens inéditas”; “vamos conhecer”; “isolados”; “diferente”; “descoberto(s)”; “desconhecido”.

O foco não reside na informação que é transmitida, mas na dificuldade que a equipe de reportagem superou para registrar determinadas cenas.

Repórter: “Um ano na Amazônia. **Pela primeira vez** uma equipe de televisão brasileira acompanha a vida de quem mora na mais fascinante floresta da Terra. O projeto Amazônia da Rede Globo mostra a rotina de homens e mulheres que convivem com onças, cobras, jacarés” (AMAZÔNIA: vida ribeirinha, 22 jan. 2010).

Repórter: “Para percorrer uma distância que seria de poucos quilômetros em linha reta, **a gente leva muito tempo**. E em busca do tempo perdido, aproveitamos todos os instantes desta missão heróica. É um trabalho que mistura aventura” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

Repórter: “Vamos acompanhar. É num lugar tão isolado. Passamos por muitas casas e trilhas de madeira. **Custamos a achar**” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

Repórter: “Um Brasil que **ainda está para ser descoberto**. As águas barrentas vão nos levar a um país de desamparados. No meio do caminho da nossa reportagem, tem um rio cheio de mistérios e um navio carregado de esperança” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

Repórter: “Você vai conhecer brasileiros que desafiam a natureza na beira dos rios. Viajamos por **trilhas desconhecidas. Caminhos que nem aparecem no mapa**. Acompanhamos a captura do maior peixe de água doce do planeta” (AMAZÔNIA: vida ribeirinha, 22 jan. 2010).

Repórter: “Vamos avançar por essa **mata desconhecida e cheia de mistérios**. Ao entardecer, temos que procurar uma praia para acampar. Parece que estamos chegando ao fim. As árvores caíram e está muito raso. Não vai dar para continuar” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Assim, o programa exhibe a Amazônia como uma natureza distante da audiência. É como se o ambiente fosse uma espécie de luxo, de relíquia, mas também algo selvagem, desconhecido, difícil de apreender, o qual só é popularizado graças ao esforço técnico do Globo Repórter.

Como vimos, a Amazônia do programa é rica em termos de recursos naturais, é paradisíaca, é sensacional, é espetacular. Além dessas características, ela também é exibida como vazia, mas apenas do ponto de vista demográfico. Vejamos como esse fato é exaltado pelo Globo Repórter.

Repórter: “E, assim, as crianças vão aprendendo a viver nessa beira de rio. São **raros habitantes desse paraíso** amazônico, um lugar onde as pessoas chegam a se esquecer da própria idade” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Repórter: “Nessa região, vivem mais de 400 espécies de aves, 300 espécies de plantas e quase 200 tipos de peixes, anfíbios, répteis e **apenas 98 pessoas, completamente isoladas**” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Repórter: “No lugar onde **vivem isolados menos de 100 brasileiros**. Gente que come apenas o que planta e caça e trata da saúde só com remédios extraídos da mata” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Repórter: “O navio é um pronto-socorro da Marinha. Plantão 24 horas, a serviço dos brasileiros que **vivem isolados** na floresta amazônica” (OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA, 23 abr. 2010).

O fato de a região ser ocupada apenas por “raros habitantes” não é investigado, nem relacionado à falta de infraestrutura ou a outras causas além da implícita dificuldade de domínio sobre a natureza. Seria esse espaço de fato vazio? Ou estaria ocupado de um modo não adequado do ponto de vista do grande capital? Dutra (2009, p. 67) afirma que a Amazônia não se constituiu como espaço vazio, mas que há um silenciamento sobre a dimensão hu-

mana: “coexistiriam a exuberância física da natureza e a insignificância humana”. De um modo geral, os problemas e vulnerabilidade da Amazônia não são sequer mencionados, mesmo quando as imagens os sugerem como temas. Nesse sentido, Dutra (2009, p. 33) esclarece que “o ambiente natural é retrabalhado, com o material gravado servindo para a montagem de outro produto, capaz de se adequar às exigências espetaculares da televisão. Contrastes e situações degradantes da realidade real são discursivamente apagados”.

A vulnerabilidade da região, relacionada às deficiências da soberania nacional, no sentido de ordenar e defender a Amazônia, não são tratadas pelo Globo Repórter. Assim, duas questões problematizadoras nos inquietam: 1) por que essa pauta tão importante não foi explorada por aquele programa? As carências que assolam a região também são uma espécie de vazio; 2) Por que não relatar o vácuo educacional, de saúde, de habitação e de transporte, por exemplo?

Outro dado que podemos associar à vulnerabilidade diz respeito à urbanização acelerada da região. A faceta urbana, que carrega consigo as mais variadas deficiências de infraestrutura, seria igualmente o resultado de um ambiente vulnerável às transformações impostas pela sociedade desenvolvimentista, pelas quais a Amazônia tem passado nas últimas décadas? Vejamos como a zona urbana se apresenta ou não nos programas analisados.

Embora a palavra “cidade” tenha aparecido 39 vezes, a cidade não se constitui como tema do Globo Repórter, sendo utilizada apenas como um referencial geográfico.

Repórter: “E assim, os dois seguem juntos na canoa, inseparáveis, vão enfrentar cinco dias de viagem para chegar até **a cidade** de Manoel Urbano. Boa viagem. Mas nós seguimos na direção contrária. Vamos avançar por essa mata desconhecida e cheia de mistérios” (NOS EXTREMOS DA FLORESTA, 9 jul. 2010).

Notamos que os enunciados do Globo Repórter se esforçam no sentido de projetar a Amazônia como um ambiente pouco antropizado, estanque no tempo, como um lugar símbolo da natureza, como refúgio. A associação da Amazônia com a natureza pode ser uma forma de mostrar que ela rompe com os padrões modernos presentes nos grandes núcleos urbanos, nos quais encontramos poucas áreas verdes, por exemplo. Entretanto, aqueles mesmos núcleos cimentados também já ocupam o seu espaço na Amazônia, mas não se configuram como parte de sua representação nos programas analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os veículos de comunicação são instrumentos de poder. Eles se constituem como um espaço constante de lutas: são morada da hegemonia; consolidadores de hábitos, costumes, preferências, necessidades; também são reguladores de mercado e de consumo, além de serem legitimadores de comportamentos e visões de mundo de acordo com a ética e a moral que disseminam (VICENTINI, 2013).

Os meios de comunicação de massa podem contribuir para a democratização da informação. No entanto, o que observamos ao longo desta investigação, no que diz respeito à Amazônia, foi que o Globo Repórter dissemina informações enviesadas sobre ela, resultando em uma desinformação a respeito da região.

Tendo em vista os dados apresentados, vimos que o discurso do Globo Repórter coincide com aquilo indicado por Little (2004), Stefanello e Castro (2005) e Santos Filho (1992, 2006) ao proporem uma noção de Amazônia associada fortemente a suas características naturais. Também observamos que o programa não se interessa pelos vazios e pelas vulnerabilidades apontados por Santos Filho (2006), não os integrando ao seu discurso.

O Globo Repórter reproduz discursos que distorcem a realidade amazônica. Ainda que a forma de recepção das mensagens seja muito diversa, é inegável que os veículos de comunicação exercem enorme influência sobre a opinião pública (HERMAN; CHOMSKY, 2003; McCHESNEY, 1997; BRYANT; ZILMMANN, 2002; TÜRCKE, 2010). Portanto, ainda que mensagens de boa qualidade possam não ser suficientes para garantir uma conscientização do público, mensagens incompletas, enviesadas, ou o puro e simples silêncio aumentam muito os problemas e se constituem em obstáculos para qualquer conscientização ou engajamento. Dessa maneira, a mídia como integrante da formação educacional informal dos indivíduos (GERBNER *et al.*, 2002; SCHILLER, 1976) poderia ser um agente de extrema importância rumo a uma mudança de paradigma, mas se coloca como obstáculo a ser superado. Os discursos midiáticos deveriam atender as reais demandas amazônicas, mais do que isso, deveriam priorizar os interesses daquela população e não somente aqueles provenientes das elites econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS

- AMAZÔNIA: vida ribeirinha, **Globo Repórter**, Rio de Janeiro: Rede Globo, 22 jan. 2010. Programa de TV.
- ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. **Ecológicas manhãs de sábado**: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. São Paulo: Annablume, 2003.
- ARAGÓN, Luis Eduardo (Org.). **População e meio ambiente na Pan-Amazônia**: próximo lançamento do Grupo MAPAZ/NAEA. Belém: NAEA, 2007. Disponível em: <www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=415>. Acesso em: 5 set. 2012.
- ARBEX JÚNIOR, José. Terra sem povo, crime sem castigo. In: TORRES, Mauricio (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 21- 65.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BORTOLOZZI, Arlêude. Comunicação, ensino e temática ambiental. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 14, p. 42-48, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36842/39564>>. Acesso em: 2 abr. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311 p.
- BRYANT, Jennings; ZILLMANN, Dolf (Ed.). **Media effects**: advances in theory and research. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.
- CUNHA, Euclides da. **Á marjem da historia**. Lisboa: Chardron, 1922. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub000011.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2013.
- DIJK, Teun Adrianus van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse**. London: Longman, 2001.
- GERBNER, George *et al.* Growing up with television: cultivation processes. In: BRYANT, Jennings; ZILLMANN, Dolf (Ed.). **Media effects**: advances in theory and research. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2002. p. 43-68.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.
- HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noan. **A manipulação do público**: política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo: Futura, 2003.

LITTLE, Paul Elliott. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean François; BURSZTYN, Marcel (Org.). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2004. p. 321-344.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 out. 2013.

McCHESNEY, Robert. **Corporate media and the threat to democracy**. Canada: The open media pamphlet series, 1997.

McCOMBS, Max; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: <<http://poq.oxfordjournals.org/content/36/2/176.abstract>>. Acesso em: 7 maio 2014.

NO MUNDO DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS, **Globo Repórter**, Rio de Janeiro: Rede Globo, 1 out. 2010. Programa de TV.

NOS EXTREMOS DA FLORESTA, **Globo Repórter**, Rio de Janeiro: Rede Globo, 9 jul. 2010. Programa de TV.

OS MÉDICOS NA AMAZÔNIA: navio da esperança, **Globo Repórter**, Rio de Janeiro: Rede Globo, 23 abr. 2010. Programa de TV.

RAMOS, Luiz Fernando. **O desafio da comunicação ambiental**: um estudo da propaganda de ONGs na TV. 2003. 290 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 5. ed. Manaus: Valer, 2001.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre as práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, 2004.

_____. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011. 194 p.

_____. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006. 157 p.

SANTOS FILHO, José dos Reis. Amazônia: processos de valoração e registros simbólicos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 15, p. 59-68, 1992. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1960/1598>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. A instituição imaginária da Amazônia brasileira: registros cognitivos e práticas sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 9, p. 113-146, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/09/SantosFilho.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

SCHILLER, Herbert. **Communication and cultural domination**. Texas: M.E. Sharope, 1976.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Produção de sentidos sobre a Amazônia: dos colonizadores aos tempos atuais. In: AMARAL FILHO, Otacílio; CASTRO, Fábio Fonseca de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos (Org.). **Pesquisa em comunicação na Amazônia**. Belém: FADESP, 2010. p. 62-71.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 110–119, 1996.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

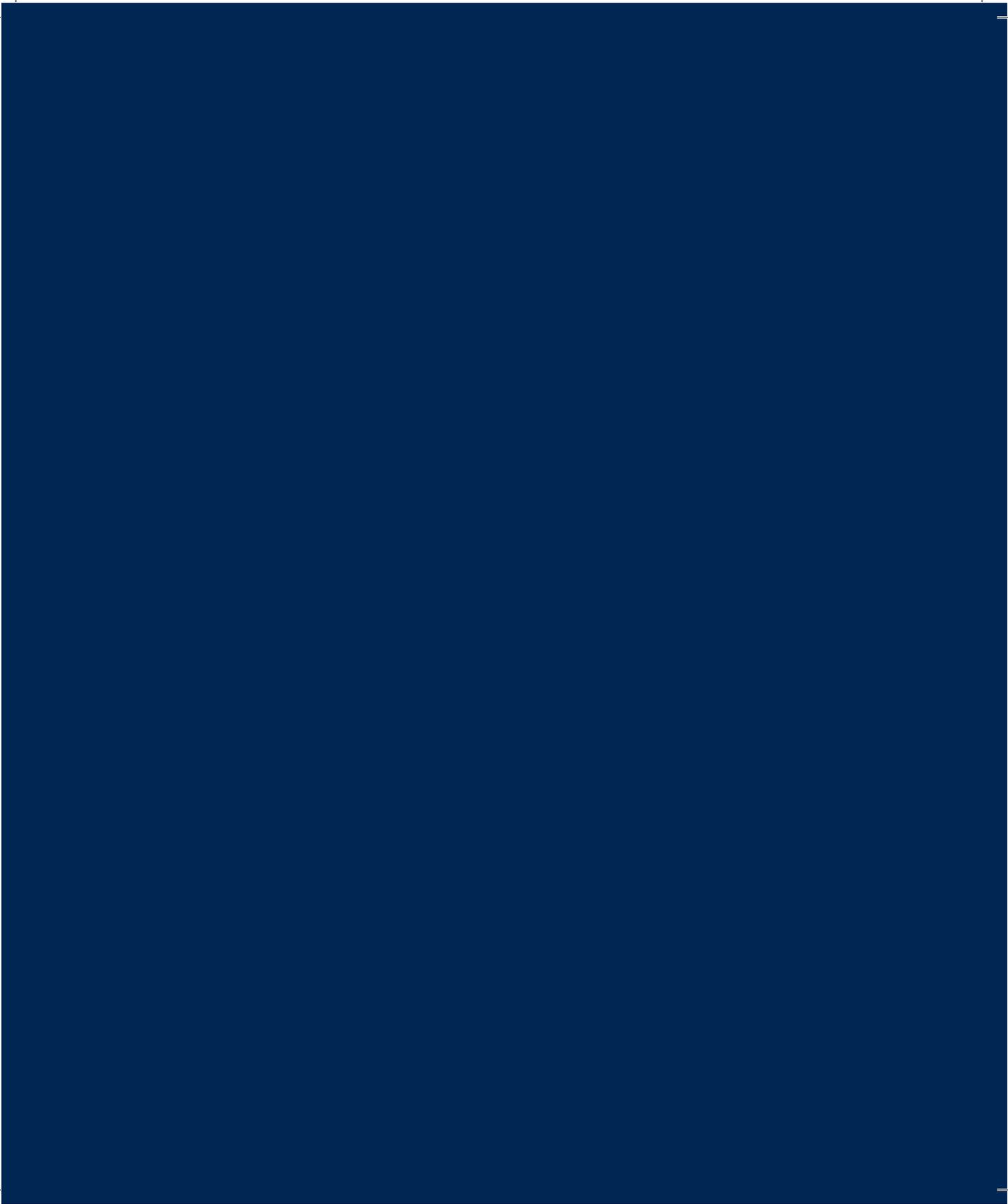
STEFANELLO, Grace Lauxen; CASTRO, Jorge Cardoso. A construção do discurso Amazônico na imprensa brasileira: representações, imaginários e arquétipos míticos. In: SOPCOM, 3.; LUSOCOM, 6.; IBÉRICO, 2., 2005. **Actas...** Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/stefanello-castro-construcao-discurso-amazonico-imprensa-brasileira-representacoes-imaginarios-arquetipos-miticos.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2014.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. Dimensão discursiva das mudanças sócio-ambientais na Amazônia: centralidade ambiental x invisibilidade urbana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 6., 2007, Belém. **Anais eletrônicos...** São Paulo: INTERCOM, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/R0323-1.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada: filosofia da sensação**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

VICENTINI, Juliana de Oliveira. **O discurso ambiental da TV: a Amazônia do Globo Repórter**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, p. 223-243, 2004. Número especial. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313>. Acesso em: 7 maio 2014.



Pesquisa em jornalismo na e sobre a Amazônia: promoção e qualificação do debate acerca da questão ambiental



Allan S. B. RODRIGUES

114



Pesquisa em jornalismo na e sobre a Amazônia: promoção e qualificação do debate acerca da questão ambiental

INTRODUÇÃO

Existem hoje muitas dúvidas entre governos e sociedade civil organizada sobre os problemas ambientais enfrentados em todo o planeta e suas consequências, mas uma constatação lhes é unânime: a necessidade imediata de tomada de decisões esclarecidas. A humanidade precisa decidir se dá continuidade ao atual modelo de desenvolvimento baseado nos princípios do capitalismo, vigente na maioria dos países, ou o substitui devido a indicações dele estar causando alterações ambientais capazes de extinguir a vida no planeta. Para tomar tal decisão sobre os rumos da raça humana, pessoas e governos necessitam de informação precisa e de qualidade. A Amazônia brasileira¹ assume posição central nessa discussão e o jornalismo possui papel fundamental nas sociedades democráticas, na medida em que pode contribuir no processo de promoção e ampliação do debate junto à opinião pública sobre um tema crucial para a nossa época.

O jornalismo praticado na Amazônia deve engajar-se na promoção do debate esclarecido junto à sociedade. No momento em que o modelo de desenvolvimento econômico está em xeque, a sociedade e os governos precisam estar atentos, pois a formação econômico-social da região pode ser vista como resultado da dinâmica da globalização do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital (SILVA, 1999). Silva (1999) nos lembra que, no passado, os impactos da globalização se confundem com os processos de domínio da natureza, ocupação econômica e de fronteiras físicas e políticas. Uma socie-

1 No Brasil, o bioma Amazônia cobre 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território nacional), e se distribui por nove Estados (Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e parte do Maranhão).

dade bem informada na Amazônia tem mais chances de buscar autonomia decisória nas questões alusivas ao desenvolvimento da região.

Este capítulo se propõe a abrir o debate acerca da necessidade da realização de pesquisas que contribuam com a qualificação das coberturas jornalísticas sobre a questão ambiental na Amazônia. O pano de fundo dessas considerações são o papel do jornalismo nos regimes democráticos, seu potencial de difusão de informações e agendamento dos públicos e a importância das notícias na vida das pessoas que vivem no vale amazônico e fora dele. Também sobre como os problemas ambientais da atualidade comprometem a continuidade da vida humana neste planeta e a necessidade de cada cidadão estar bem informado para agir diante deles. E, sobretudo, que o jornalismo pode e deve desempenhar um papel importante como mediador do conhecimento de que os povos precisam para tomar suas decisões.

JORNALISMO E CIÊNCIA

O jornalismo ainda faz parte do grupo de disciplinas em fase de reconhecimento institucional (MELO, 2009). Em razão disso, em todos os programas de pós-graduação do país, principalmente aqueles cujas áreas de concentração estão fora do campo específico da comunicação, os pesquisadores têm contemplado em suas teses e dissertações algum espaço para destacar a importância do jornalismo como área e objeto de estudos. Isso num esforço natural e legítimo de obter o reconhecimento científico como campo teórico e combater uma visão cada vez menos presente de que o “jornalismo está reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos, e os jornalistas reduzidos a meros empregados, trabalhadores numa fábrica de notícias” (TRAQUINA, 2005b, p.20). Este tópico abordará sucintamente essa questão com o objetivo já manifesto acima e o de estabelecer o conceito de jornalismo com o qual trabalhamos na pesquisa.

Weber (2005), em seu pronunciamento em 1910 no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia, disse que o primeiro tema que a associação considerou adequado para um estudo genuinamente científico foi o de uma sociologia da imprensa. Weber é surpreendentemente atual, pela temática que propõe para o estudo do jornalismo. Ele põe

questões a serem investigadas no âmbito da imprensa, tais como: os critérios de noticiabilidade e seus efeitos; a concentração do capital e o monopólio da mídia; a dependência das empresas em relação à audiência; as características do grupo profissional dos jornalistas e suas variações em diversas culturas; e as mudanças dos hábitos de leitura provocadas pelo jornal. Para o autor:

Um tema extraordinário, não podemos nos enganar, um tema que irá requerer não apenas meios materiais muito importantes para os trabalhos preliminares, como, de modo algum, caso os círculos dominantes da imprensa não acolham o nosso projeto com grande confiança e benevolência. Se há 150 anos o Parlamento Inglês obrigava os jornalistas a pedir perdão de joelhos diante dele pelo *breach of privilege*, quando informavam sobre as sessões, e se hoje em dia a imprensa, com mera ameaça de não imprimir os discursos dos deputados põe de joelhos o Parlamento; então, evidentemente algo mudou, tanto na concepção do parlamentarismo como na posição da imprensa (WEBER, 2005, p. 14-15).

Weber (2005, p. 15) destaca também a necessidade de investigar, sobretudo, “as relações de poder criadas pelo fato específico de que a imprensa torne públicos determinados temas e questões”. De acordo com o autor (2005, p. 15), os contatos dos jornais com os partidos, na Europa e em outros continentes, seus contatos com o mundo dos negócios, com todos os inumeráveis grupos e pessoas que influem na vida pública e são influenciados por ela, constituem-se num “campo impressionante para a investigação sociológica”. Diz Weber (2005):

Não podemos, portanto, nos contentar com a contemplação do produto como tal, mas sim temos que prestar atenção ao produtor e perguntar pela sorte e pela situação do estamento jornalístico. [...] Devemos orientar a investigação sobre a imprensa no seguinte sentido: perguntando primeiro: o que aporta a imprensa à conformação do homem moderno? Segundo: que influência exerce sobre os elementos culturais objetivos supra-individuais? Que deslocamentos produzem eles? O que se destrói ou é novamente criado no âmbito da fé e das esperanças coletivas, do “sentimento de viver” – como se diz hoje em dia, que possíveis atitudes são destruídas para sempre, que novas atitudes são criadas? Agora, perguntarão os senhores: onde está esse material para o início de tais trabalhos? Esse material é constituído pelos próprios jornais (WEBER, 2005, p.19-21).

Como objeto de estudo na sociedade brasileira, o jornalismo percorreu três fases distintas (MELO, 2009). A primeira ocorreu na década de 1930, quando a imprensa se tornou fonte para as ciências humanas e a universidade surgiu como instituição nacional (MELO, 1972). A segunda fase está relacionada com a criação de cursos de graduação destinados a habilitar profissionais para exercer a profissão de jornalista, nos anos 40, o que causou um natural interesse científico pela práxis das atividades jornalísticas. Em 1967, a pesquisa sobre o jornalismo encontrou campo fértil na Escola de Comunicações Culturais, hoje denominada Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). A instituição assumiu a vanguarda ao inaugurar seus programas de jornalismo, tanto na graduação (bacharelado) quanto na pós-graduação (doutorado). Os primeiros doutores em jornalismo diplomaram-se em 1973 e desde então o jornalismo é tratado cientificamente nas universidades brasileiras (LOPES, 2003).

A experiência da ECA/USP foi a primeira de várias que ocorreram desde então por todas as regiões do país. Como resultado de esforço científico, podemos hoje conceituar o jornalismo como um fenômeno universal com raízes europeias. Diz Melo (2009):

Processo social em que se articula essa atividade dá-se a partir da redação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/empresas) e coletividades (públicos receptores) por meio de canais de difusão (jornal/revista/televisão/cinema/internet) que cumprem o papel de transmitir as informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (MELO, 2009, p. 17).

Chaparro (2001) acrescenta:

Trata-se (o jornalismo) de um processo de alta complexidade, carregado de contradições e complicações, numa tal “imbricação de ações, interações, retroações, que nem o espírito humano nem um computador extremamente potente poderiam medir, ou mesmo discernir, os elementos e os processos desta teia emaranhada” – como diria Edgar Morin, mestre universal da complexidade (CHAPARRO, 2001, p. 1).

O autor também esclarece que o conceito de jornalismo está apartado do conceito de jornal. O segundo configura-se como negócio e, como tal, é pensado e gerido dentro da lógica capitalista que o considera um produto industrial cujos fins são controlados pela lógica dos lucros. O primeiro, pertence ao campo dos valores e integra o universo da cul-

tura, como espaço público dos discursos sociais conflitantes (CHAPARRO, 2001). Melo (2009) considera que a qualidade da imprensa e do jornalismo são indicadores do estágio civilizatório de qualquer sociedade e Veríssimo (1900), por sua vez, afirma que sem instruir a população é inviável democratizar a República. Essa tese foi idealizada e produzida com a convicção de que há muito mais no jornalismo, para além do domínio das técnicas jornalísticas, e que os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez uma das profissões mais difíceis.

FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

A imprensa deve atuar como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governamentais. Logo, o jornalismo adquire legitimidade na Teoria Democrática, cujos teóricos o concebem em uma postura clara de desconfiança em relação ao poder (TRAQUINA, 2005a). As raízes dessa concepção do jornalismo, a partir da Teoria Democrática, parecem estar no século XVIII, quando a elaboração de uma nova teorização de governo recebe contribuições de escritores como Charles-Louis de Secondet, o Barão de Montesquieu,² em seu livro “*The spirit of laws*”, publicado em 1748. A obra exprime, meio século antes das ideias da Revolução Francesa, as bases de alguns direitos consagrados apenas no século XX com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Montesquieu (2002) considerava a liberdade de expressão fundamental para a República, a qual lhe parecia a melhor forma de governo. O autor defendia que a criação de boas leis seria uma garantia para o triunfo da justiça e da liberdade. No entanto, a fim de evitar o surgimento de ditaduras, ele defendia a importância de dois fatores: a educação e a divisão do poder, ou melhor, o poder controlando o poder. Para entender esse controle proposto por Montesquieu sob o ponto de vista do papel da imprensa, é preciso levar em conta os

2 Charles-Louis de Secondet, barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755), conhecido como Montesquieu, foi um político, filósofo e escritor francês. Entre suas principais obras estão “O espírito das leis” e “Cartas persas”.

postulados de Jean-Jacques Rousseau,³ cujo livro, “O contrato social”, publicado em 1762, contribuiu para o avanço do conceito de interesse público. Rousseau (1996) considerava que a vontade geral tem sempre razão, mas o julgamento que a guia nem sempre está informado.

Outro escritor contemporâneo de Rousseau, François-Marie Arouet de Voltaire,⁴ contribuiu com a formulação de três conceitos básicos em sua obra de mais de 50 volumes: o conceito da tolerância; a autoridade da lei; e a importância da liberdade de opinião. Esses conceitos serviram de inspiração para as revoluções americana (1776) e francesa (1789), cenários onde a liberdade tornou-se um princípio sagrado. Reza o artigo 11 da Declaração do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789: “A livre circulação do pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do Homem. Todos os cidadãos podem tanto falar, escrever e publicar livremente, exceto quando foram responsáveis pelo abuso dessa liberdade em casos bem determinados por lei”.

Nesse contexto, emergiu pela primeira vez a designação de “quarto poder” para a imprensa, no século XIX, cujo autor foi um deputado do Parlamento inglês chamado McCaulay (BOORSTIN, 1971). O parlamentar, certo dia, apontou para a galeria onde se assentavam os jornalistas e os apelidou *Four Estate* (quarto poder). A afirmação do deputado tinha como referência os três poderes (*états*) estabelecidos após a Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o *troisième état* (que englobava a burguesia e o povo). Retomando o ideário de Montesquieu, com seu princípio de “poder controlar poder” (*Power checks powers*) e aplicando-o à forma moderna da democracia, a imprensa (os *Media*) seria o “quarto” poder em relação aos outros três: Executivo, Legislativo e Judiciário.

3 Jean-Jacques Rousseau foi um importante filósofo, teórico político e escritor suíço (1712–1778). É considerado um dos principais filósofos do iluminismo, suas ideias influenciaram a Revolução Francesa (1789). Entre suas principais obras estão “Discurso sobre as Ciências e as Artes”, “Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens”, “Do contrato social”, “Emílio, ou da educação” e “Os devaneios de um caminhante solitário”.

4 Voltaire era o pseudônimo de François-Marie Arouet. Foi um importante ensaísta, escritor e filósofo iluminista francês (1694–1778). Escreveu diversos ensaios, romances, poemas e peças de teatro. Entre suas principais obras estão “Édipo”, “Mariamne” e “Cartas filosóficas”.

Traquina (2005a) observa que o novo designado “quarto poder”, a imprensa, o jornalismo, necessitava de uma legitimidade para justificar o seu lugar na sociedade e dar cobertura a um negócio rentável. Essa legitimidade, segundo o autor (2005a), se deu por meio de intérpretes convincentes e influentes da teoria da opinião pública, fruto das filosofias liberais dos finais dos séculos XVII e XVIII. Observe-se que:

Segundo Bentham, a opinião pública era uma parte integrante da teoria democrática do Estado. A opinião pública era importante como instrumento de controle social. Numa opinião pública esclarecida, podíamos encontrar um tribunal que reunia “toda a sabedoria e toda a justiça da nação” (TRAQUINA, 2005a, p.47).

A função social do jornalismo e sua legitimidade nas democracias surgem da resposta aos seguintes questionamentos decorrentes do posicionamento de Bentham (1970):⁵ como é que essa opinião pública pode ser alimentada com os ingredientes necessários para que pudesse tomar suas decisões? Como podia essa opinião pública exprimir-se? Para o autor (1970), a resposta era simples: a imprensa. Essa afirmação nos leva a conclusão de que o jornalismo só é possível e, conseqüentemente, capaz de cumprir com sua missão de informar os cidadãos em um ambiente de liberdade. Como demonstrado, historicamente, a prática jornalística e a democracia desenvolveram uma relação simbiótica, a saber:

É difícil, olhando retrospectivamente, separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de uma comunidade e mais tarde da democracia. O jornalismo é tão fundamental para essa finalidade que as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimir a imprensa (KOVACK; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

A democracia necessita de pessoas bem informadas, assim como um jornal depende de confiança pública. Antes de ser tratado como uma atividade lucrativa, o jornalismo precisa ser visto como um serviço público e como tal deverá orientar suas atividades (NOBLAT, 2002). Visto dessa forma, os noticiários devem transmitir entendimento, pois é do conhecimento que deriva o poder e, na democracia, o poder é dos cidadãos. “A principal finali-

5 Jeremy Bentham, filósofo britânico, foi fundador da corrente filosófica, do final do século XVIII, conhecida como utilitarismo (1748-1832). Sua obra “*An introduction to the principles of morals and legislation*” (1970) propôs que o objetivo da atividade política deveria ser a busca de a maior felicidade para o maior número de pessoas.

dade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

O estado democrático consagra o direito de informar e de receber informações. Na verdade, pode se dizer que esse direito é o elemento primordial da vida democrática (MELO, 2009). Para Traquina (2005a), o jornalismo, inicialmente identificado apenas com a imprensa, deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações. De acordo com Melo (2009, p. 57), “figurando na história da humanidade como inovação que alterou profundamente a marcha civilizatória, a imprensa instaurou a cidadania e criou condições indispensáveis para a emergência das sociedades democráticas”.

A Teoria Democrática, inspirada pelas ideias de Montesquieu, reserva também ao jornalismo, “num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo” (TRAQUINA, 2005a, p. 23). Partindo desse princípio, o jornalismo contemporâneo é uma instituição da cidadania e as democracias procuram preservá-lo por se tratar de uma vitória da ética que busca o bem comum, a emancipação capaz de construir cidadania e a crença na verdade e nas leis justas (BUCCI, 2000). A liberdade de imprensa precisa ser um bem inegociável, pois existe para beneficiar a sociedade democrática, informando a todos sem privilegiar os poderosos ou mais abastados e dando voz às diversas correntes de opinião. Para Traquina (2005a, p.22), “a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura”.

Habermas⁶ (1984) identifica a crescente importância dos jornais, a partir do século XVII, na formação de uma nova modalidade de espaço público: a Esfera Pública burguesa. Uma

6 Jürgen Habermas (1929-), filósofo e sociólogo alemão considerado o principal herdeiro do pensamento e das discussões da Escola de Frankfurt, uma das principais correntes do Marxismo cultural. Nesse sentido, procurou não só superar o pessimismo dos fundadores da Escola, quanto às possibilidades de realização do projeto moderno, como desenvolveu pesquisas tendo como ponto de partida a ética comunicativa de Karl Otto Apel, além do conceito de “razão objetiva” de Adorno, também presente em Platão, Aristóteles e no Idealismo alemão. Autor de várias obras, sendo as mais conhecidas, no Brasil, “Mudança estrutural na esfera pública” (1984) e “Consciência moral e agir comunicativo” (1989).

esfera da vida social que não poderia ser considerada nem estatal nem privada. Espaços de sociabilidade burguesa em que indivíduos reunidos buscavam o esclarecimento sobre questões envolvendo negócios, religião e o Estado por meio do debate público. Espaços em que os interesses, pretensões e visões de mundo deveriam ser expressos discursivamente, valendo-se do uso público e livre de argumentos na busca do consenso. Logo, Habermas (1984) aponta uma redefinição dos espaços públicos e privados na sociedade moderna.

Traquina (1997, p. 123) estabelece a função do jornalismo dentro da Esfera Pública, afirmando que a teoria democrática dá aos meios de comunicação o papel de mercado de ideias: “Cabe à imprensa atuar como elo entre a opinião pública e as instituições governantes e a abrir a possibilidade para haver conflitos discursivos no âmbito das matérias jornalísticas”. O processo de desenvolvimento de novas tecnologias de informação e o advento da internet e das redes sociais digitais tornam ainda mais importante o papel do jornalismo nos regimes democráticos. A possibilidade de obter informações rapidamente e o processo acelerado de globalização fazem com que o homem se informe menos pelos relatos feitos por amigos, vizinhos, colegas de trabalho e outros e mais “pelo que os mediadores no novo espaço público (jornalistas) trazem até ele. Daí a nossa responsabilidade” (PENA, 2005, p. 31). Lippmann (1922), no início do século passado, já constatava que os meios de comunicação são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça acerca desses acontecimentos.

No momento em que a sociedade é confrontada pelos desafios decorrentes das questões ambientais, como as mudanças climáticas, cabe ao jornalismo a missão de proporcionar às pessoas informações para que tomem decisões esclarecidas sobre como enfrentar esses problemas. Isso porque, dentro dos regimes democráticos, a prática jornalística assumiu o conceito de serviço público, cabendo a ela, nesse regime político, fornecer aos cidadãos as informações necessárias ao exercício da cidadania (TRAQUINA, 2005a).

QUESTÃO AMBIENTAL E O PAPEL DO JORNALISMO

O modelo de desenvolvimento econômico baseado nos princípios do capitalismo, adotado pela maioria dos países, pôs em risco a sobrevivência humana no planeta ao promover a

exploração insustentável dos recursos naturais e ao poluir o ambiente (LEFF, 2008). Apesar de não ser consenso entre a comunidade científica, a grande maioria dos pesquisadores da área de clima e meio ambiente no mundo considera que a consequência mais catastrófica do atual modelo econômico são as mudanças climáticas⁷ globais. Estas já estariam se manifestando por meio de furacões, grandes estiagens, enchentes, aumento da temperatura, desertificação, extinção de espécies da fauna e da flora e outros fatores igualmente preocupantes. Tais consequências atingem diretamente a produção de alimentos, os mananciais de água potável, a geração de energia, a qualidade do ar e, conseqüentemente, a capacidade de sobrevivência da humanidade diante dessas condições extremas.

O risco de extinção da raça humana não está relacionado com eventos alheios ao conhecimento ou ao controle do homem, pelo contrário, ele decorre diretamente de suas atitudes em relação à exploração dos recursos naturais do planeta. Vejamos alguns dados publicados pela imprensa que apoiam essa premissa: o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne os principais especialistas sobre aquecimento global, vem divulgando relatórios de avaliação dando conta de que a emissão de gases causadores do efeito estufa e a adoção de práticas não-sustentáveis ameaçam seriamente a continuidade da vida no planeta. Em 2004, a União Mundial de Conservação (IUCN, na sigla em inglês) apontou que 12% de todas as espécies de aves, 23% dos mamíferos, 25% das coníferas e 32% dos anfíbios estão ameaçadas de extinção devido às alterações no clima, causadas pelas emissões de gases causadores do efeito estufa.

O IPCC⁸ também aponta que a ação humana é provavelmente a maior responsável pelo aquecimento global nos últimos 50 anos e que os efeitos dessa influência se estendem a outros aspectos do clima, como elevação da temperatura dos oceanos, variações extremas de temperatura e até padrões dos ventos. A estimativa dos especialistas é de que, até o fim deste século, a temperatura da Terra deverá subir entre 1,8°C e 4°C, o que aumentaria

7 Mudanças climáticas é outro nome dado para o aquecimento global. Acontecem quando são lançados mais gases de efeito estufa (GEEs) do que as florestas e os oceanos são capazes de absorver (FARIS, 2009).

8 Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III para o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC. Núcleo Escrita Team (PACHAURI; REISINGER, 2007).

a intensidade de tufões e secas. Nesse cenário, um terço das espécies do planeta estaria ameaçado e, conseqüentemente, as populações, principalmente as localizadas em países pobres, que estariam mais vulneráveis a doenças e desnutrição. O grupo calcula que o derretimento das camadas polares pode fazer com que os oceanos se elevem entre 18 cm e 58 cm até 2100, fazendo desaparecer pequenas ilhas e obrigando centenas de milhares de pessoas a engrossar o fluxo dos chamados “refugiados ambientais”, ou seja, pessoas que são obrigadas a deixar o local onde vivem em consequência da piora do meio ambiente.

A estimativa do IPCC é de que mais de um bilhão de pessoas correm o risco de ficar sem água potável por conta do derretimento do gelo no topo de cordilheiras importantes, como o Himalaia e os Andes. Para ele, os países poderiam diminuir os efeitos maléficos do aquecimento global estabilizando em um patamar razoável as emissões de carbono até 2030, o que custaria 3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Ainda segundo os especialistas do grupo, os problemas ambientais causados pelo aquecimento global causarão conflitos devido às severas limitações ao acesso à comida e à água potável, à instabilidade das condições de saúde e ao impacto sobre os ecossistemas, que ameaçam a segurança das povoações humanas, obrigando-as a protagonizar grandes movimentos migratórios (PACHAURI; REISINGER, 2007).

O aquecimento global no Brasil pode ter efeitos 20% maiores que a média global até o fim do século, com grandes impactos sobre os índices pluviométricos do país, de acordo com um recente estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), lançado durante a reunião da ONU sobre o clima, em Copenhague (ÓRGÃO..., 2010). Em parceria com o *Met Office Hadley Centre*, da Grã-Bretanha, cientistas fizeram projeções dos efeitos dos gases que provocam o efeito estufa no país usando diferentes modelos. As consequências econômicas para o país são potencialmente desastrosas, já que uma redução no regime de chuvas do Brasil teria efeitos diretos sobre a produção de energia elétrica – 70% da qual é gerada por hidrelétricas. Além disso, as pesquisas do INPE e do *Hadley Centre* alertam para os riscos do desmatamento, que também colaboram para deixar o clima mais quente e seco (ÓRGÃO..., 2010).

Se mais de 40% da extensão original da floresta amazônica for desmatada, isso pode significar a diminuição drástica da chuva na Amazônia Oriental (SOUSA, 2010). Segundo os

pesquisadores do INPE, 40% de desmatamento ou um aquecimento global entre 3°C e 4°C representariam o “*tipping point*”, ou seja, o ponto a partir do qual parte da floresta corre o risco de começar a desaparecer. Com apenas 2°C a mais no termômetro, a bacia amazônica perderia 12% do volume de chuvas e a bacia do São Francisco, 15%. Na bacia do Prata, por outro lado, os cientistas preveem um aumento nos índices pluviométricos de 2%.

Nas previsões mais extremas, com um acréscimo de temperatura de 6,6%, as chuvas na Amazônia e na região do São Francisco poderiam cair 40% e 47%, respectivamente, literalmente transformando essas regiões (ÓRGÃO..., 2010). Os pesquisadores ainda fizeram uma versão intermediária dos impactos do aquecimento, levando em conta um acréscimo de 5,3°C. Nesse caso, a bacia do São Francisco perderia 37% das suas precipitações, enquanto a região amazônica teria 31% a menos de chuvas. Mesmo a hipótese menos drástica, de um aquecimento de 2°C, ameaçaria o futuro do rio São Francisco, que já terá o seu volume d'água bastante afetado pelas obras de transposição. O modelo climático global do *Hadley Centre* faz projeções de alterações do clima em todo o mundo. Já o modelo climático regional do INPE se concentra no Brasil e avalia o impacto de níveis diferentes de aquecimento global. Desde a década de 1980, o INPE vem aplicando modelos climáticos globais como ferramenta para estudar os impactos do desmatamento na Amazônia sobre o clima.

Pesquisadores do INPE afirmam saber o tamanho do estrago que o aquecimento global fará na Amazônia neste século. Eles cruzaram dados de 15 modelos de computador usados pelo IPCC com outros de vegetação e clima feitos no Brasil (CAMARA, 2009). O veredicto: até 18% da área que hoje é mata deve virar uma vegetação rala, semelhante ao cerrado. Com o clima mais seco, o INPE estima que a savana tende a crescer. Segundo os pesquisadores, a floresta amazônica deve ganhar 30,4% de savana no período entre 2090 e 2099. O estudo do INPE foi publicado na revista “*Geophysical Research Letters*”. A aparente discrepância entre os dois números, segundo o INPE, se deve ao fato de as duas formações não terem o mesmo tamanho; a área de mata é muito maior. Para o INPE, o processo de “savanização” tende a ser maior na porção leste da Amazônia. O INPE e o IPCC preveem que o impacto das mudanças climáticas sobre as populações tradicionais da Amazônia ocorrerá com o aumento na frequência de secas severas, proliferação de doenças infecciosas, escassez de peixes e mudanças no modo de vida de grupos humanos cuja sobrevivência depende, em grande parte, dos recursos naturais da floresta.

É no contexto das mudanças climáticas que ocorrem no Estado do Amazonas duas das maiores vazantes registradas na região. Devido a esse fato, a imprensa mundial passou a dar grande espaço em seus noticiários para as mudanças climáticas e seus efeitos sobre a Amazônia. Os veículos de comunicação nacionais e internacionais transformaram as secas de 2005 e 2010 em indícios de que as mudanças climáticas, provocadas pelo aumento da temperatura do planeta, começaram a ter efeitos sobre a região. Jornais, televisões, sítios na internet e rádios transmitiram ao mundo os relatos de duas vazantes severas, cujas consequências ameaçavam o modo de vida das populações tradicionais e a sobrevivência de milhares de espécies da fauna e da flora amazônica. No entanto, dois anos após o fenômeno, tanto as causas quanto as consequências das secas de 2005 e 2010 foram, pouco a pouco, caindo por terra diante dos fatos científicos que vieram à tona, com menos destaque, nos mesmos veículos de comunicação.

Diante da importância já demonstrada aqui do jornalismo para o esclarecimento e promoção do debate sobre a questão ambiental, cabe investigar se a imprensa está cumprindo seu papel. Num cotidiano tão acostumado à percepção do imediatamente visível (MEDITSCH, 2005), o jornalismo precisa auxiliar a sociedade a compreender as causas e as consequências dos referidos fenômenos naturais e, conseqüentemente, a tomar decisões diante das questões de fundo do problema (mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, políticas públicas etc.).

Os alertas feitos por Leff (2008) e os dados apresentados nos itens anteriores nos levam a crer que a humanidade precisará optar por novo paradigma econômico ou adaptar o já existente às variáveis ambientais. Tal opção precisará ser global e isso envolverá a participação esclarecida da sociedade civil organizada e dos governos. Uma das principais fontes de informação que irá subsidiar esse debate será os *mass media* e, conseqüentemente, o jornalismo. A imprensa deverá ter papel central ao ajudar na mediação das informações científicas, ao contextualizar os fatos, ao dar oportunidade para que todos os discursos (contra e a favor das transformações) cheguem às pessoas e fiscalizar as ações governamentais. Afirma Flannery (2007):

Um dos maiores obstáculos para se começar a agir em relação às mudanças climáticas é que ela se tornou um clichê antes mesmo de ser entendida. O que precisamos agora é de boa informação e de um planejamento cuidadoso, porque nos próximos

anos essa questão vai eclipsar todas as outras. Vai se tornar a única questão. Precisamos reexaminá-la com um espírito verdadeiramente cético – para ver sua magnitude e com que rapidez está avançando (FLANNERY, 2007, p. 29).

Para Bueno (2007), diante da questão ambiental, o papel do jornalismo na democracia volta-se para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Flannery (2007) enfatiza que todos têm direito à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais. A mídia deve expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade. Bueno (2007), por um lado, destaca o reconhecimento do papel mobilizador dos meios de comunicação e da necessidade de qualificar a informação para que ela funcione como instrumento de pressão, e, por outro, defende a afirmação de um direito inalienável do homem, que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada.

Já Figueiredo *et al.* (2001) afirmam que a mídia expressa em veículos massivos (televisão, rádio, jornais, revista e internet) pode ser considerada uma aliada poderosa junto à educação, pois tem importante papel a cumprir na sociedade, uma vez que com o advento das novas tecnologias a sociedade moderna habituou-se a adquirir informações e conhecimentos por meio desses veículos. A interpretação de vários gêneros de matérias jornalísticas veiculadas pela mídia impressa e eletrônica proporciona ao público conhecer e transformar a qualidade de vida do cidadão na sociedade.

O papel da imprensa na questão ambiental também envolve implicações relacionadas à educação básica. Pesquisa realizada recentemente por Bortolozzi (1999) revela que boa parte das informações que os professores de escolas públicas recebem sobre meio ambiente vêm da mídia, especialmente da televisão. Não que a mídia não possa ser fonte, mas a questão é como esse material é trabalhado em sala de aula. A tendência mais comum é a de ser repassado como verdade absoluta. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) N° 9.394/96, a educação ambiental foi incluída nos chamados temas transversais e incorporada aos currículos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental e do ensino médio. Para a ONU, num documento preparatório para a Conferência sobre Meio Ambiente, citado por Dias (1993), a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos

elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1993).

O autor acrescenta ainda que, para fazê-lo, a educação ambiental deve capacitar os indivíduos para o pleno exercício da cidadania, fornecendo uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e ao acesso às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável constituem, assim, um dos pilares desse processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica local, regional e nacional. O desafio da educação, nesse particular, é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade. Logo, se a imprensa é a fonte principal de informação dos professores, o conteúdo absorvido por meio das matérias apresentadas deve ser discutido com criticidade acerca da perspectiva e dos interesses do veículo.

Para Freire (1980), o homem se relaciona a todo instante com os outros homens e a natureza, sobretudo com o contexto em que está inserido – como a história e a cultura. É essa relação que permite integrar o homem na sociedade e não somente estar em contato com ela. As relações sociais tem o poder de inserir o homem na sociedade, levando-o a integrar, dinamizar e possibilitar a transformação da realidade. O homem integrado adquire funções intelectuais, abandonando aos poucos as funções instintivas e emocionais, ou seja, a partir da educação, desenvolve seu senso crítico sobre o conjunto e o meio em que está inserido e o modo pelo qual são apresentados.

Ao passo em que considera a relação como forma de inserção do homem na sociedade, Freire (1980) pensa uma “pedagogia da comunicação”, que objetiva o diálogo para a compreensão do mundo pelo ser humano. Logo, o diálogo entre a educação e o homem é o que define a comunicação. Assim, o manejo de informações pode ser compreendido como um processo educacional, já que se constitui de conhecimento sistematizado e possui potencial de transmissão para a aprendizagem. Rivadeneira Prada (1990, p.268), também com base em Freire, afirma que “*la educación se funda em procesos comunicacionales y se desarrolla em sistemas de información*”. E continua: “*La comunicación humana, em todo clima, bajo cualquier circunstancia y modalidad, como base de interacciones e interrelacionaes sociales, contiene elementos de aprendizaje y de educación*” (RIVADENEIRA PRADA, 1990, p. 269). O autor intensifica a relação dialé-

tica explorada por Freire (1980), no que se refere ao caráter educador da mídia, para explicitar o ideal de conscientização na pedagogia da comunicação e democratização do ensino.

O que Freire (1980) defende não é mais do que é garantido por lei a todos os cidadãos. Tanto a informação quanto a educação e a comunicação são direitos garantidos pela Constituição (BITELLI, 2001). Esse direito, principalmente no que tange à comunicação, atribuindo a ela o seu sentido mediador de informação e educação, foi claramente exposto pelo Relatório MacBride,⁹ da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no qual, tendo como referencial a realidade, entra em pauta a possibilidade democrática da comunicação.

Morin, Baudrillard e Maffesoli (1993) explicam que a comunicação é uma das dimensões da cidadania e que uma leitura crítica não pode pretender, simplesmente, afastar-nos dos meios, mas procurar que a nossa participação seja mais atenta, democrática e crítica possível em cada momento. Para eles (1993), a finalidade principal da educação para uma leitura crítica dos meios é ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa, atenta, de acompanhamento consciente do que significa viver em comunhão com o mundo e conseguir formas de comunicação mais forte, autênticas, expressivas, significativas, ricas, que superem o reducionismo empobrecedor das formas convencionais de relacionamento.

Grande parte das razões que levam governos e negociadores internacionais a não fecharem um acordo claro para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social capaz de conciliar o progresso e o uso sustentável dos recursos naturais tem raízes na falta de apoio popular em seus respectivos países, à medida que ocasionarão mudanças nos processos produtivos e nas relações de consumo. Apenas como exemplo, podemos citar que a redução nas emissões de gases do efeito estufa afeta as empresas petrolíferas (produtoras e vendedoras de combustíveis fósseis), o controle e regulamentação dos desmatamentos exige adaptações nas indústrias madeireiras, a diminuição do lançamento de resíduos sólidos no ambiente (lixo doméstico e industrial) afeta os hábitos de consumo e

9 Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, intitulado em inglês “*Many voices. One world?*” (Um Mundo e Muitas Vozes), que estudou as possibilidades da comunicação internacional para contribuir na formação de uma “Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação”.

os arranjos produtivos. Logo, é possível correlacionar o aumento no nível de informação sobre a questão ambiental, a tomada de decisão esclarecida sobre a adoção ou não das medidas necessárias para diminuir o aquecimento global com a efetiva ação governamental.

É exatamente nesse ponto da necessária promoção do debate e no conseqüente aumento do nível de esclarecimento das pessoas sobre os problemas ambientais que os veículos de comunicação de massa podem dar uma valiosa contribuição, ao democratizarem o conhecimento científico/ambiental. Para Trigueiro (2005), na obra “Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação”, só a comunicação pode retirar as questões ambientais do gueto em que estão colocadas (fazendo de conta que são isoladas, apartadas) e levar a sociedade a entender que todas as ações humanas têm impacto sobre o concreto – a água, o solo, o ar, os seres vivos. Se for assim, tudo o que se relaciona com o meio ambiente precisa permear qualquer discussão na área econômica, política, social, cultural – enfim, todas as áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância tanto da questão ambiental para a Amazônia quanto do papel do jornalismo na promoção do debate esclarecido sobre o tema, faz-se necessário o adensamento da pesquisa sobre a atividade jornalística na região. A base para esta afirmação está na crença no papel fundamental da imprensa em iluminar e promover o debate acerca dos problemas da Amazônia e, com isso, contribuir com seu crescimento e a inclusão social sustentada de suas populações.

É preciso considerar também que muito da imagem que o mundo atual possui da Amazônia é fornecida pela imprensa. A internet permite aos internautas de todo o planeta acessar os portais noticiosos de todas as capitais do Norte e de todo o país, as agências de notícias repercutem na grande imprensa mundial “as últimas” da região amazônica e as redes sociais dão a cada pessoa com acesso a elas a condição de não só acessar esses conteúdos como também ressignificá-los e amplificar sua audiência. Logo, o trabalho jornalístico feito na e a partir da Amazônia tem ou teria grande impacto em como pessoas e governos percebem sua gente, seus problemas, suas necessidades e demais características específicas.

Coberturas focadas apenas nos dramas dos eventos climáticos extremos ou no exotismo da fauna e dos costumes das populações tradicionais fazem da mídia uma moderna versão dos europeus que por aqui aportaram no século XVI. Gondin (2007) assinala que a Amazônia não foi descoberta, mas inventada pelo imaginário dos colonizadores, influenciado pelas fantasias e estórias pouco verossímeis. Os relatos escritos dos peregrinos, missionários, viajantes e naturalistas ajudaram a inventar a região no imaginário coletivo da época, principalmente na Europa, ora como paraíso terreno, ora como inferno verde denso de feras até então desconhecidas. Os jornalistas, em sua “literatura apressada” do século XXI e também conhecidos como historiadores do tempo presente, precisam romper com essa visão caricata da Amazônia.

Esse rompimento torna-se mais importante nesse momento de discussão sobre a mudança ou não de modelo de desenvolvimento econômico para outro que leve em conta a finitude dos recursos naturais e a garantia das necessidades das gerações futuras. A Amazônia tem papel central nessa discussão e torna-se importante dar conhecimento à sociedade e lembrar os governos de que promover o desenvolvimento da região impõe vencer um grande desafio no campo do conhecimento científico, do crescimento econômico, da melhoria da qualidade de vida e de sua inserção no cenário nacional e mundial. A imprensa precisa fomentar debate sobre políticas públicas para vencer esse desafio e as consequências dos problemas ambientais dão a oportunidade, não aproveitada, muitas vezes, de incluir nas pautas algumas chaves para solucionar o “enigma da esfinge” de Batista (1976). Ou seja, deve promover a produção de conhecimento científico e tecnológico, apontar as práticas destrutivas do ecossistema amazônico e sugerir o desenvolvimento de uma agrotécnica capaz de favorecer a produção de alimentos e o aproveitamento racional do solo.

Não podemos cobrar do jornalismo a missão de consertar o que está errado na sociedade, mas, sim, o dever de denunciar tudo que a impede de progredir com justiça social. Precisamos de uma imprensa comprometida numa cruzada contra a ausência histórica de políticas públicas eficientes e que levem em conta as reais necessidades da Amazônia. Acreditamos que o jornalismo praticado na Amazônia tem um dever com ela, com seus povos, com o país, e, porque não dizer, com a humanidade, de estar comprometido com seu destino em resposta à função social da profissão. A contribuição da academia nesse

processo consiste em voltar seu olhar investigativo também sobre a prática jornalística e oferecer aos que estão em formação ou em plena atividade conhecimento científico capaz de ajudar na qualificação do jornalismo praticado na região.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: The Athlone Press, 1970.

BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna (Org.). **Constituição Federal. Coletânea de legislação de comunicação social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BOORSTIN, Daniel J. **The image, or, What happened to the American dream?** New York: Atheneum, 1971.

BORTOLOZZI, Arlêude. Comunicação, ensino e temática ambiental. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 14, p. 42-48, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36842/39564>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

CAMARA, Eric Brücher. Aquecimento global pode afetar Brasil até 20% mais que a média, diz Inpe. **BBC Brasil**, Brasília, DF, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091211_c15_etc_rc.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2010.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

FARIS, Stephan. **Mudança climática: as alterações do clima e as consequências diretas em questões morais, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa *et al.* Comunicação Comunitária. In: SEMINÁRIO ANUAL DE PESQUISA, 2., 2001, Tefé. **Anais**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001. p. 35-38.

FLANNERY, Tim F. **Os senhores do clima**: como o homem está alterando as condições climáticas e o que isso significa para o futuro do planeta. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: Free Press, 1922.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). **Diversidade e interdisciplinaridade**: teses e dissertações: Ciências da Comunicação, ECA/USP, 1979-2002. São Paulo: ECA/USP, 2003. v. 1.

MEDITSCH, Eduardo B. V. (Org.). **Jornalismo e conhecimento**. Florianópolis: PosjorUFSC/Insular, 2005.

MELO, José Marques de. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean; MAFFESOLI, Michel. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

ÓRGÃO da ONU admite erro em previsão sobre aquecimento global. **BBC Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100119_geleira_himalaia_ipcc_np.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2010.

PACHAURI, R. K.; REISINGER, R. (Ed.). **Climate change 2007: syntheses report**. Genebra: IPCC, 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html>. Acesso em: 17 fev. 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RIVADENEIRA PRADA, Raúl. **Periodismo: la teoria general de los sistemas y la ciencia de la comunicación**. 3. ed. México: Trillas, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contrat social**. Paris: Librairie General Française, 1996.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999.

SOUSA, Filipa Ambrósio de. ONU arrasa previsões dos cientistas sobre Amazônia. **Diário de Notícias**, Portugal, 1 fev. 2010. Disponível em: <<http://forum.netxplica.com/viewtopic.php?t=13232&sid=b0b674452efc3c4708b66d8b2ecee5e4>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 1.

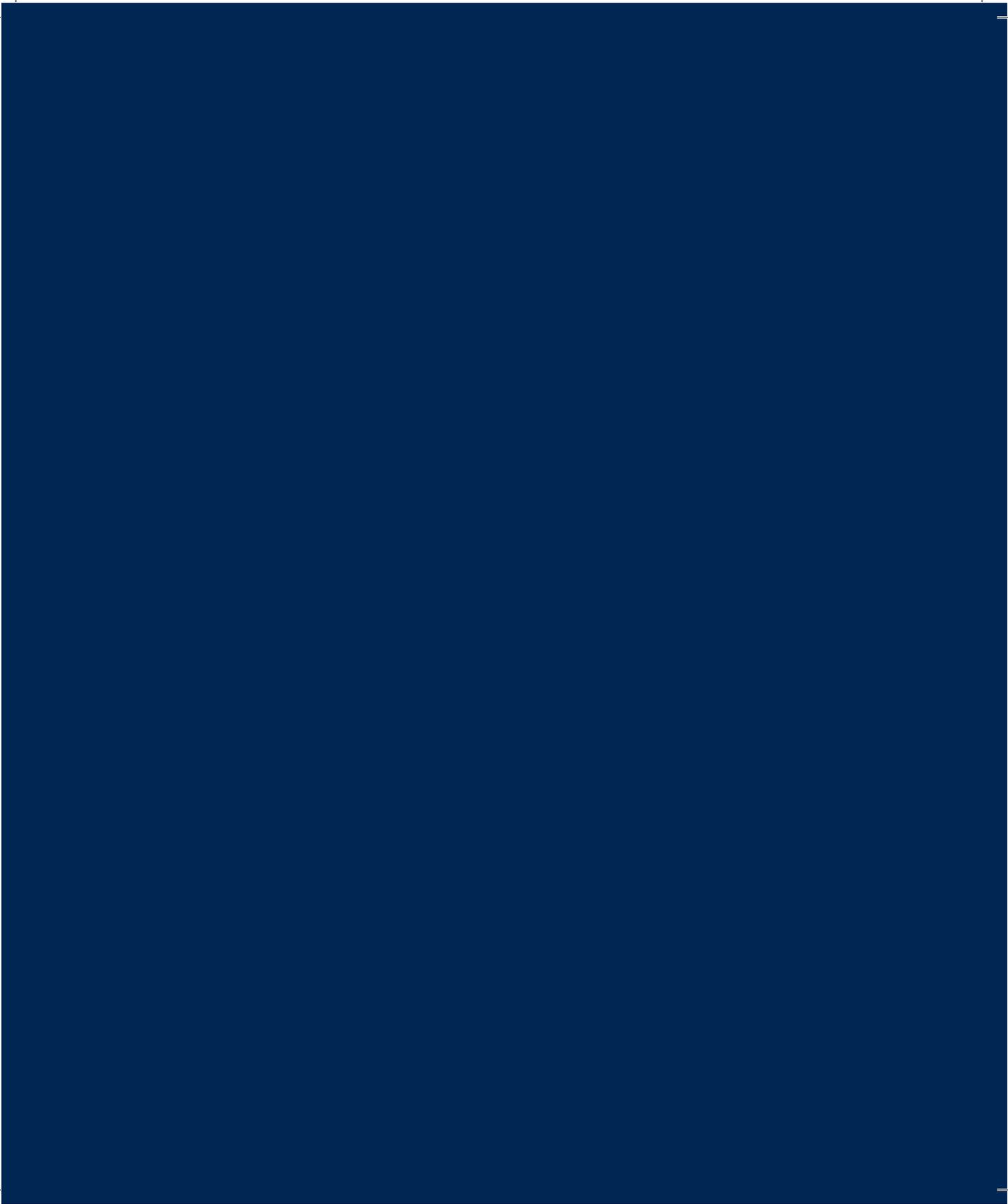
_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b. v. 2.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1997.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. São Paulo: Globo, 2005.

VERÍSSIMO, José. **A instrução e a imprensa: livro de Centenário**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2084/1825>>. Acesso em: 17 fev. 2010.



Marcas do discurso polêmico no artigo “O rei da quitanda”, de Lúcio Flávio Pinto



Daniella Rubbo RONDELLI
Maria do Socorro Furtado VELOSO

114



Marcas do discurso polêmico no artigo “O rei da quitanda”, de Lúcio Flávio Pinto¹

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2013, a imprensa do Pará registrou um feito notável, mesmo para a história do jornalismo brasileiro: o 26º ano de circulação do *Jornal Pessoal* (JP), um impresso mantido sem financiamento publicitário, editado por um único jornalista e produzido em condições praticamente artesanais. Com 16 páginas e sustentado pela venda em bancas, ao preço de R\$ 5,00, o quinzenário de Lúcio Flávio Pinto tem circulação média limitada a dois mil exemplares.

A despeito do impopular preço de capa, da baixa tiragem, da inexistência de um corpo de repórteres e editores, do pequeno formato – é impresso em tamanho A4 – e do conteúdo marcado por textos longos, sem concessões de estilo e quase nunca ilustrados, o JP é uma permanente fonte de incômodos para as elites que controlam a mídia, a política e a economia, no Pará.

Na obra “A síndrome da antena parabólica”, Kucinski (1998) constata que nos anos 1990 surgiram publicações inspiradas no mesmo imaginário da chamada imprensa alternativa na fase ditatorial (1964-1985). Fazendo referência à revista *Caros Amigos* e ao *Jornal Pessoal*, atribui essas iniciativas aos “mesmos criadores de antes, movidos por teimosia, por convicção ou falta de alternativa” (KUCINSKI, 1998, p. 197). Para Kucinski (2007, não paginado), o *Jornal Pessoal*, “apesar de ser um jornal de uma pessoa só, tem todas as características [de um alternativo] pela radicalidade, dissidência, por ser contra a corrente”.²

1 Versão inicial deste texto foi inicialmente apresentada no VI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, em Belém, Pará.

2 Entrevista de Bernardo Kucinski a Maria do Socorro F. Veloso em 18 set. 2007.

De fato, o caráter radical do JP está inscrito nos temas que Lúcio Flávio Pinto elege a cada edição, na qualidade argumentativa das análises que realiza, no modo como maneja o conhecimento que detém acerca da realidade regional. Ao trazer para a agenda de seus leitores os assuntos que considera mais importantes, Lúcio Flávio Pinto organiza uma história singular do Pará e da Amazônia, a partir de um ângulo que não está contemplado nos grandes jornais locais. Na condição de intelectual público (VELOSO, 2008), empenha-se em decifrar o jogo silencioso do poder, fazendo dessa tarefa um dos maiores contributos de seu Jornal Pessoal à sociedade. Como canal de comunicação contra-hegemônico, que opera à margem e à revelia do poder midiático dominante, há duas décadas e meia o JP permite a uma audiência, mesmo que mínima, a compreensão ampliada de problemas e desafios que se impõem ao Estado e à região.

Entre esses problemas e desafios está o *modus operandi* da indústria de mídia no Pará e as relações dessa indústria com as elites de poder político e econômico locais. Trata-se de um tema que recebeu atenção de Lúcio desde os primeiros anos de circulação do Jornal Pessoal. Entre setembro de 1987 e setembro de 2007, essa temática foi manchete em 36 das 401 edições do JP até então, de acordo com levantamento realizado por Veloso (2008). Dessas, a capa que certamente registrou os desdobramentos mais dramáticos foi a que trouxe o artigo intitulado “O rei da quitanda”, no qual o jornalista questiona o papel do maior grupo de comunicação do Norte do Brasil, as Organizações Romulo Maiorana, e de seu principal executivo, Romulo Maiorana Júnior. Após a publicação do texto em seu jornal, Lúcio sofreu agressão física e foi réu em ações judiciais, como se verá adiante.

Face ao exposto, e com base na metodologia proposta pela Análise do Discurso (AD), o objetivo deste capítulo é refletir não apenas sobre as polêmicas explícitas, mas também evidenciar outras questões implícitas no artigo “O rei da quitanda”, como a posição do jornalista diante do complexo cenário que descreve em seu veículo. O estudo inclui, ainda, pesquisa documental e entrevista.

TRAÇANDO UM CAMINHO NA MULTIPLICIDADE TEÓRICA

Toda proposta de trabalho científico parte de pressupostos básicos que norteiam o olhar do pesquisador sobre seu objeto. No caso da Análise Francesa do Discurso, um dos pres-

supostos fundamentais é o seu apoio na tríade história-sujeito-língua ou, nas palavras de Pêcheux (2002), na trilogia subversiva Marx-Freud-Saussure.

Aqui é importante salientar que essa interdisciplinaridade evocada pela Análise do Discurso Francesa não pode se limitar a uma “simples ‘troca cultural’” (PÊCHEUX, 2002, p. 49), no sentido de que, ao serem apropriados pela AD, os referenciais de cada um desses campos devem funcionar como esteio da análise, mas também devem ser passíveis de transformação ao serem aplicados ao novo campo. Em outras palavras, essa interdisciplinaridade deve produzir uma nova forma de abordar o objeto e não reproduzir paralelamente as formas de abordagem originais de cada campo.

Por outro lado, essa interdisciplinaridade, ainda segundo Pêcheux (2002), não pode seduzir-se pela ideia, eventualmente herdada do marxismo, de transformar-se em uma ciência régia, capaz de, analogamente à física nas ciências naturais, definir o que é o real para as ciências sociais. Caminho que aparentemente vem sendo trilhado com êxito, já que descrições recentes assumem que “a análise do discurso não procura identificar processos universais e, na verdade, os analistas do discurso criticam a noção de que tais generalizações sejam possíveis” (GILL, 2002, p. 264).

Desse modo, um dos desafios da AD reside em constituir-se como ciência sem perder seu caráter interdisciplinar e, para tanto, é preciso determinar como olhar para o objeto e que dispositivos teóricos devem ser mobilizados para guiar esse olhar. “A análise do discurso não pode ser usada para tratar os mesmos tipos de questões com os enfoques tradicionais. Ela sugere, ao invés, novas questões, ou maneiras, de reformular as antigas” (GILL, 2002, p. 264).

É na tríade história-sujeito-língua que esse olhar se constitui. A AD toma como objeto o discurso, considerando que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 17), donde se conclui que “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para sujeitos” (ORLANDI, 2005, p. 17). É importante apontar que, no âmbito teórico, filiamo-nos, com Pêcheux (2002), ao conceito marxista, segundo o qual a instância superestrutural da ideologia constitui uma materialidade específica, que é determinada pela instância econômica. Por essa via, ideologia não pode ser confundida com o campo das ideias e do discurso, mas deve ser tomada como resultado de interesses e luta de classes.

Como consequência do funcionamento da ideologia, que atua no inconsciente subjetivo, ocorre o assujeitamento do sujeito, que, interpelado como sujeito ideológico, percebe-se, ilusoriamente, no exercício de sua livre vontade, conduzido, sem saber, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das classes sociais antagonistas do modo de produção [...] (CORACINI, 2005, p. 33).

Dessa maneira, a língua aparece como constituinte de um complexo processo de relações que permitem a construção de significados, o que impossibilita tomá-la como mero instrumento, transparente e imparcial, de suporte de sentidos. Ao contrário, a língua, atravessando e atravessada pela ideologia, mantém a constante possibilidade de outros significados. A esse respeito, é importante lembrar que para a AD não existe sentido literal, anterior à interpretação ou independente do sujeito:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. [...] Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

Portanto, a linguagem não é transparente e, justamente por isso, é na materialidade do discurso que o analista encontrará os indícios para realizar seu trabalho. Assim, a AD “não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa [...]” (ORLANDI, 2005, p. 18). Sendo assim, a AD necessariamente trabalha com a exterioridade do discurso, com suas condições de produção; tanto as condições imediatas da enunciação, como com as condições sócio-históricas e ideológicas (ORLANDI, 1987).

Embora todo enunciado seja passível de interpretação, Pêcheux (2002) levanta a questão de que há espaços enunciativos estabilizados que – por meio dos “detentores de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens – repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre a proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas” (PÊCHEUX, 2002, p. 31).

Essa estabilização enunciativa – mais ou menos marcada – dá origem a formas de dizer características de determinados sujeitos e determinadas situações enunciativas, situações que podem ser caracterizadas como tipos específicos de discurso. O sujeito, ao assumir determinado papel, assujeita-se a certas formas – e fórmulas – de dizer.

Cabe salientar que, nessa perspectiva, a noção de tipo de discurso está diretamente relacionada com suas condições de produção e que o termo assujeitamento significa, ao mesmo tempo, sujeitar-se a determinadas condições e tornar-se o sujeito nessas mesmas condições. Em outras palavras, para desempenhar determinado papel social, o sujeito tem que, ao mesmo tempo, submeter-se e apropriar-se do espaço discursivo que esse papel exige.

Orlandi estabelece uma distinção entre o tipo e o funcionamento discursivos. Para ela, “os tipos (produtos) são a cristalização de funcionamentos (processos) definidos na própria relação de interlocução” (ORLANDI, 1987, p. 231).

Sendo os tipos de discurso definidos a partir da relação de interlocução, Orlandi (1987) utiliza as noções de interação e polissemia para definir três tipos de discurso: o polêmico, o lúdico e o autoritário, ressaltando-se que esse recorte não distingue os discursos nem de forma estanque, nem exata. A autora salienta a importância de se trabalhar com a noção de dominância. Assim, determinado discurso tende a ser autoritário por ser predominantemente parafrástico, enquanto outro tende a ser lúdico, por ser predominantemente polissêmico. O discurso polêmico se caracteriza pelo equilíbrio tenso entre esses dois polos (ORLANDI, 1987).

Porque a linguagem não é estanque, Orlandi (1987) afirma que essa classificação levou em consideração determinados critérios, mas outros critérios podem – e devem – ser utilizados, já que

aquilo que é tipo (produto) discursivo se constitui como um dos fatores que entram nas condições de produção de um funcionamento discursivo (processo) que, por sua vez, determina os traços pertinentes que podem vir constituir novos tipos ou confirmar (reproduzir) a forma estabelecida do tipo (ORLANDI, 1987, p. 231).

Desse modo, verifica-se que há uma certa flexibilidade na determinação de uma tipologia discursiva. Contudo, há que se ter certos cuidados com ela, do contrário, os tipos – ou

subtipos – podem ser tantos que invalidariam a própria noção de tipologia. Nesse sentido, Orlandi (1987) adverte que, para estabelecer uma tipologia, é fundamental considerar as condições de produção dos textos e sua relação com a formação ideológica.

Em Pêcheux (2002), o conceito de formação ideológica avizinha-se do conceito de formação discursiva, elaborado por Michel Foucault³ (*apud* CORACINI, 2005), na medida em que concebem que as possibilidades de discurso são sempre determinadas por condições sociais, políticas e ideológicas. Contudo, para Pêcheux (2002), por sua filiação ao marxismo, apontada anteriormente – o âmbito econômico e, portanto, a luta de classes, são fatores determinantes das formações ideológicas. Uma formação discursiva não será jamais estanque, porque marcada pela dinâmica das lutas – sociais ou econômicas – e carregará consigo as possibilidades discursivas de um determinado grupo, por exemplo, o campesinato. Já a formação ideológica, para Pêcheux (2002), seria o atravessamento de uma ou mais formações discursivas pela ideologia. Coracini (2005) evoca um exemplo hipotético, mas esclarecedor, elaborado por Pêcheux:

Considerando a formação ideológica religiosa, dominante num dado momento, é possível atribuir uma formação discursiva campesina que justificaria a pregação camponesa do Baixo Clero, e uma formação discursiva da classe dominante, que se manifestaria no sermão do Alto Clero para a nobreza, sobre as mesmas coisas (pobre, morte, submissão, pecado...) sob formas diferentes e também sobre coisas diferentes (CORACINI, 2005, p. 34).

Feitas as considerações relativas ao aporte teórico que norteia este trabalho, trataremos, a seguir, do objeto selecionado para análise – o artigo “O rei da quitanda”, de Lúcio Flávio Pinto, que investiga e tece críticas ao poder exercido pelas Organizações Romulo Maiorana, e por seu principal executivo, no Estado do Pará.

O CASO DO ARTIGO “O REI DA QUITANDA”

No início da tarde de 21 de janeiro de 2005, o jornalista Lúcio Flávio Pinto foi agredido dentro de um restaurante, em Belém, pelo empresário Ronaldo Maiorana. Herdeiro do

3 FOUCAULT, M. *L'Ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

maior grupo de comunicações do Norte do país, as Organizações Romulo Maiorana, Ronaldo é advogado e, naquele ano, presidia a Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa, da seção paraense da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com comunicado (PINTO, 2005a) divulgado por Lúcio Flávio no mesmo dia, Ronaldo Maiorana, que estava protegido por dois seguranças, agrediu-o pelas costas e o ameaçou de morte em represália ao artigo intitulado “O rei da quitanda”, veiculado na edição nº 337 do Jornal Pessoal.

A agressão física e a ameaça de morte foram amplamente noticiadas, ao longo de uma semana, pelo jornal Diário do Pará – pertencente ao grupo de comunicação do ex-governador Jader Barbalho e concorrente direto do jornal da família Maiorana. O portal IG e os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, mesmo que timidamente, também ofereceram cobertura, bem como o *blog* de Ricardo Noblat e os *sites* especializados Observatório da Imprensa, O Jornalista e Comunique-se (VELOSO, 2008).

Entidades representativas, entre elas a Federação Nacional de Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas do Pará, o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal – de onde partiu a reação mais enfática da categoria –, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o *Greenpeace* também repudiaram o ocorrido.

Um debate organizado pelo curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pará e pela SBPC, realizado na semana seguinte à agressão, reuniu dezenas de estudantes e profissionais de imprensa no auditório da Justiça Federal, em Belém.

O jornal O Liberal, que silenciou a respeito do episódio, ainda que nos meses seguintes Ronaldo Maiorana e seu irmão, Romulo, tivessem ajuizado várias ações na Justiça contra Lúcio, viu-se obrigado a reproduzir a seguinte informação, veiculada no dia 6 de fevereiro de 2005 na coluna de Elio Gaspari, que é assinada pelo jornal paraense:

[...] O nome de Lúcio Flávio Pinto acaba de ser encaminhado à comissão julgadora do prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade Columbia. Trata-se do mais conhecido prêmio do jornalismo interamericano. Mais: por sugestão do cientista político Biorn Maybury-Lewis (ex-professor da Universidade Federal do Pará), ele foi convidado para uma passagem pela Universidade Harvard. Lá, contaria suas experiências

profissionais. A visita será patrocinada pelo Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos (onde o signatário passa este semestre). Lúcio Flávio informou que só poderá viajar aos Estados Unidos em abril.

Para que as pessoas interessadas em azucrinar o jornalista saibam a intensidade da frente fria que têm pela frente, foi-lhe dito que poderá vir quando quiser, inclusive no dia em que achar que sua segurança está ameaçada (GASPARI, 2005, não paginado).

Ao contrário do que costuma fazer em episódios semelhantes, envolvendo agressão a jornalistas, no caso em questão, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), que representa o patronato da mídia impressa, não se manifestou. Assim também procedeu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que, juntamente com a ANJ, havia recentemente instalado no Brasil a “Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa”.

O relatório de 2005 da ANJ não relacionou a agressão cometida contra Lúcio, apesar de ter informado a ocorrência de um assassinato, sete casos de agressão, três atentados, uma ameaça de morte e três casos de censura (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2005). Só um ano após o ocorrido, em fevereiro de 2006, a ANJ decidiu se posicionar sobre o assunto (PINTO, 2006). Utilizando-se de parecer de sua consultoria jurídica, classificou o episódio envolvendo Lúcio Flávio e Ronaldo Maiorana como “rixa pessoal”, decidindo não tratá-lo como caso de desrespeito à liberdade de informação.

No âmbito internacional, a agressão foi formalmente condenada pelo Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ) e pelo Repórteres Sem Fronteiras. Em outubro de 2005, Lúcio foi laureado com o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa, do CPJ, ao lado de dois jornalistas, um da China e outro do Uzbequistão, e de uma advogada do Zimbábue, por terem enfrentado ameaças e punições em função do trabalho que desenvolvem. O falecido âncora norte-americano Peter Jennings também foi homenageado pela entidade, na ocasião.

A entrega dos prêmios aconteceu no dia 22 de novembro de 2005, em Nova York, mas Lúcio Flávio não pôde comparecer. Diante do volume de processos judiciais e temendo perder prazos fatais em função da viagem, preferiu ser representado na cerimônia pela filha, Juliana Pinto. Em editorial, o jornal norte-americano *Washington Post* (ENDANGERED

JOURNALISTS, 2005) comentou as razões da ausência de Lúcio Flávio e do jornalista chinês, Shi Tao,⁴ na cerimônia de entrega dos prêmios do CPJ.

No dia 3 de novembro de 2005, a coluna de economia da jornalista Míriam Leitão, publicada em O Globo e reproduzida por O Liberal, constatou uma série de ameaças à liberdade de imprensa no Brasil e no mundo. Foi a segunda vez, naquele ano, que o jornal teve de citar o nome daquele que é considerado um dos maiores desafetos da família Maiorana no Estado do Pará. Sob o título “Não-amestrados”, Míriam Leitão escreveu:

No Brasil, há muitas ameaças, além das diversas insinuações autoritárias do governo, à liberdade da imprensa regional, por parte dos grupos de interesse e econômicos locais. O repórter paraense Lúcio Flávio Pinto foi um dos escolhidos este ano para o prêmio International Press Freedom do Committee to Protect Journalists em Nova York, no próximo dia 22. Lúcio Flávio não pode viajar para receber porque está respondendo a 18 processos. A maioria movida pela família Maiorana – ele foi vítima até de agressão física por parte de Ronaldo Maiorana – e outro processo de Cecílio do Rego Almeida, que alega ser dono de uma extensa área na Terra do Meio. O Brasil vai fazer um papelão no Waldorf Astoria, diante da imprensa internacional, se Lúcio Flávio for impedido de ir (LEITÃO, 2005, não paginado).

Quinze ações judiciais foram movidas pelos irmãos Maiorana contra Lúcio Flávio Pinto após a publicação do artigo “O rei da quitanda” e a agressão cometida por Ronaldo contra o editor do JP. Disse Lúcio, em nota ao público: “Os dois autores alegaram que matéria publicada [...] ofendia sua honra e sua imagem, e causara ‘perda de capital’ à empresa” (PINTO, 2013, não paginado). Em janeiro de 2013, oito anos após o episódio, foi publicada decisão da desembargadora Eliana Abufaiad, do Tribunal de Justiça do Pará, condenando Lúcio a pagar indenização de 600 salários mínimos (R\$ 410 mil, em valores atuais) a Romulo Maiorana Júnior e a seu grupo empresarial, em função de prejuízos materiais e morais provocados pelo artigo em questão. Em nota ao público, Lúcio anunciou que recorreria da decisão às instâncias superiores da Justiça brasileira (PINTO, 2013).

4 Condenado a dez anos de prisão por divulgar um documento do Partido Comunista Chinês na internet, o jornalista Shi Tao foi preso em 2005 e libertado em setembro de 2013 – dois anos antes do prazo previsto.

Poucos meses antes da condenação, em outubro de 2012, Lúcio Flávio Pinto e Alberto Dines, editor do Observatório da Imprensa, foram agraciados com o Prêmio Especial Vladimir Herzog, concedido a jornalistas que se destacam na promoção dos direitos humanos e da cidadania.

AS MARCAS DA POLÊMICA NO DISCURSO

O artigo “O rei da quitanda” ocupa três páginas, a partir da capa, da edição n. 337 do *Jornal Pessoal*. Na metade superior da primeira página, uma charge assinada pelo jornalista Luiz Pinto, irmão de Lúcio Flávio e ilustrador do JP, antecede o texto. O personagem da imagem, que remete ao rei francês Luís XIV, tem os traços faciais do empresário Romulo Maiorana Júnior. A seu lado está o logotipo da Rede Globo e o clássico “plim-plim”.

No texto, Lúcio apresenta o empresário como um dos homens mais poderosos do Estado a partir de uma situação contrastante: de acordo com o editor do JP, o que dá força a Romulo Maiorana Júnior é o que “enfraquece o Pará”.

O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais do que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará.

[...]

Grande parte dos consumidores que acreditam no produto dos veículos Liberal acredita por falta de opção. O quase-monopólio dos Maiorana cria um estado de inércia difícil de romper: seus clientes não se sentem estimulados a buscar sucedâneos, ou

Figura 1 - Capa da edição 337, do JP (1ª quinzena de 2005)



Fonte: Pinto (2005b)

simplesmente essa alternativa não existe para eles. No caso da TV, em função do domínio arrasador da Globo. Em relação à mídia impressa, porque nenhum competidor enfrentou-os com o investimento requerido para derrubar uma situação de décadas, nem o Diário do Pará, do deputado federal Jader Barbalho, claudicante na profissionalização e tímido no capital de risco.

[...]

Quando o negócio da informação se reduz a uma quitanda, o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais, e a informação, uma banana. É o que, em boa medida, explica o estado de prostração no qual o Pará se encontra, incapaz de entender seu drama, por falta de informações, e submisso à vontade do soba, que o manipula conforme seus caprichos.

O poder enorme de Romulo Maiorana Júnior, solitário e caprichoso, é a contrafação da impotência do Estado no qual esse poder se nutre (PINTO, 2005b, p. 1-3).

Aplicando os conceitos da Análise do Discurso ao artigo “O rei da quitanda”, é possível classificar a argumentação de Lúcio Flávio Pinto como essencialmente polêmica – tanto na forma como na intenção –, e baseada no espaço cristalizado do discurso jornalístico. Contudo, a relação de assujeitamento do jornalista a essa forma discursiva é bastante particular já que, ao mesmo tempo em que se apropria legitimamente desse espaço, ele o subverte, numa demonstração empírica da afirmação de Pêcheux (2002):

Só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes de trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Assim, ao mesmo tempo em que Lúcio Flávio Pinto ocupa legitimamente, e institucionalmente, sua posição-sujeito de jornalista – é um profissional experiente, domina com maestria as técnicas e a linguagem jornalística, tem reconhecimento público – ele subverte esse espaço, a ponto de que existam tentativas de tirá-lo dessa posição, até mesmo pelo uso da coerção física.

Uma observação importante é a de que o texto, a materialidade do discurso, nesse caso, é particularmente relevante para a análise, não apenas porque é onde o pesquisador encontrará os indícios que o guiam até as características ideológicas fundamentais para resposta de suas perguntas, mas também porque o texto é a matéria-prima do jornalista - o sujeito do discurso analisado.

Sendo assim, ao analisar o discurso de Lúcio Flávio Pinto é importante considerar, como uma condição de produção, o fato de que são argumentações construídas por sujeito que conhece e trabalha com a importância e a especificidade das palavras.

A escolha lexical primorosa fica evidente quando Lúcio Flávio Pinto identifica Romulo Júnior como “soba”,⁵ expressão que ao mesmo tempo evidencia e menospreza todo o poder do empresário, tanto porque faz referências à dominação, como porque evoca um tipo de liderança primitivo. Um soba não é o líder eleito de um estado moderno, não é alguém que exerça liderança por méritos. Aliás, pela definição, não é sequer um líder, mas um chefe. Chefe de um povo ou, no máximo, de um Estado pequeno.

É interessante constatar que, nessas circunstâncias, a expressão “soba” poderia ser substituída pela expressão “cacique”, popularmente utilizada para designar chefes informais de pequenos grupos ou organizações, em outras palavras, para identificar “quem é que manda”. Entretanto, a expressão “cacique” remete a pontos nevrálgicos do trabalho de Lúcio, que denuncia enfaticamente a ação predadora de grandes empresas na Amazônia. Utilizar a expressão “cacique” de maneira pejorativa seria menosprezar indiretamente povos indígenas e seus líderes. É em virtude desses cuidados, conscientes ou não, que ressaltamos a destreza de Lúcio Flávio Pinto na escolha lexical.

Essa relação especial do jornalista com as palavras fica ainda mais evidente quando nos debruçamos sobre o discurso de Lúcio e verificamos como suas escolhas lexicais aplicadas a conceitos consagrados – ou lugares-comuns – são capazes de subvertê-los e ressignificá-los.

5 De acordo com Houaiss (2012, não paginado): “chefe de povo ou de pequeno Estado africano, esp. na costa ocidental, ao sul de Angola; soma, sova?”. Derivação: por extensão de sentido: “Indivíduo que, em condição de superioridade econômica ou política, exerce domínio sobre a população”.

Da mesma forma, a utilização da expressão “quitanda”, para referir-se a poderosos grupos de mídia normalmente descritos como impérios, não é nada ingênua. Com essa escolha lexical, Lúcio Flávio Pinto gera uma oposição com a terminologia normalmente utilizada, de forma a contestar não só a validade do uso da expressão “império”, mas também colocando em xeque o próprio valor do produto gerado por essas organizações.

Essa vertente se confirma pelo uso da expressão “banana” para referir-se à informação, identificando-a com uma fruta barata, pouco valorizada. Vale lembrar que na língua portuguesa existe a expressão “vendido a preço de banana”, que significa vendido por muito pouco, ou por menos do que valia. Assim, o uso da expressão abre a possibilidade para uma outra interpretação, a de que a informação seja subestimada por aqueles que a comercializam. Essa dubiedade reflete a relação que o editor do JP parece ter com o próprio exercício do jornalismo.

Um cidadão que publica um jornal alternativo às suas próprias expensas por 26 anos e que ao longo desse período tem que lidar com toda sorte de pressões, que vão de processos na Justiça a agressões físicas, não poderia ser descrito como alguém que não acredita na importância da informação nem na importância de seu próprio trabalho.

É esse sujeito, no entanto, que declara que “o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais” (PINTO, 2005b, p. 3). Aqui, é interessante salientar o uso do adjunto “todos”, que impede qualquer exceção à afirmação e, portanto, necessariamente inclui Lúcio Flávio Pinto nesse vazio, na impotência contra o poder vigente.

Declarações de desencanto não são exclusividade dessa edição do Jornal Pessoal. Em outras edições e em entrevistas, o jornalista dá declarações até mais diretas a esse respeito, por exemplo:

O JP sempre foi uma anomalia, um desafio às regras da natureza [...]. Que sucesso se poderia esperar de um jornal em formato pequeno, que não usa fotos, nem cores, às vezes é maçuado, dá destaque a assuntos áridos, não distingue nem seleciona adversários, não tem senso de oportunidade, não faz concessões ao gosto fácil e se recusa a ter publicidade, limitando-se a faturar o que lhe paga o leitor – e ainda sujeitando-o a ir buscar seu exemplar em bancas de revista e em umas poucas livrarias? (PINTO, 2002, p. 3).

Essas contradições demonstram a importância do tripé de sustentação da AD. Se nessa análise buscamos no texto as marcas que guiam o trabalho e na história fatores que constituem as condições de produção desse discurso – a concentração de poder do grupo Maiorana, a própria trajetória de Lúcio Flávio – é a contribuição da psicanálise que permite trabalhar com essas dubiedades. É sob sua contribuição que se pode compreender o sujeito em suas contradições e, nesse caso, revelar um pouco mais do que o texto diz.

Tomadas ao pé da letra, as palavras de Lúcio Flávio soam como uma declaração de rendição. Só analisadas à luz da história e abrindo-se uma fresta que permita a contradição desse sujeito é que tais palavras se enchem de outros sentidos. Sentidos tão opostos à rendição que levaram a um revide violento por parte de seus antagonistas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (Brasil). Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa. **Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/programas-e-acoas/relatorios/relatorios-de-liberdade-de-imprensa/Relatorio%20Liberdade%20de%20Imprensa%202005.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2006.

CORACINI, Maria José R. F. Ler Pêcheux hoje: no limiar das dúvidas e (in)certezas. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 31-40, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/seer/index.php/estudosdalinguagem/article/view/7/11>>. Acesso em: 26 out. 2013.

ENDANGERED JOURNALISTS [editorial]. **Washington Post**, Washington D.C., 22 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/11/21/AR2005112101307.html>>. Acesso em: 25 nov. 2005.

GASPARI, Elio. O Jornal Pessoal vai a Harvard. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0602200507.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2005.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=soba>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. [Bernardo Kucinski: depoimento]. 18 set. 2007. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Maria do Socorro F. Veloso.

_____. **A síndrome da antena parabólica:** ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEITÃO, Miriam. Não-amestrados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 nov. 2005. Disponível em: <<http://arquivoetc.blogspot.com.br/2005/11/miriam-leito-no-amestrados.html>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

PINTO, Lúcio Flávio. Comunicado ao público. **Observatório da Imprensa**, Belém, n. 313, 25 jan. 2005a. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/comunicado_ao_publico>. Acesso em: 11 jan. 2014.

_____. O jornal acabou. Viva o jornalismo. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 289, p. 3, jul. 2002.

_____. Nota ao público. **Cartas da Amazônia**, Belém, 25 jan. 2013. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/blogs/cartas-amazonia/nota-ao-p%C3%ABablico-203731815.html>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

_____. Parecer da ANJ sobre o caso Lúcio Flávio Pinto. **Observatório da Imprensa**, Belém, n. 372, 13 mar. 2006. Disponível em: <http://observatoriodaimpresa.com.br/news/view/parecer_da_anj_sobre_o_caso_lucio_flavio_pinto>. Acesso em: 11 jan. 2014.

_____. O rei da quitanda. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 337, p. 1-3, jan. 2005b.

VELOSO, Maria do Socorro F. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia:** 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). 2008. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

114

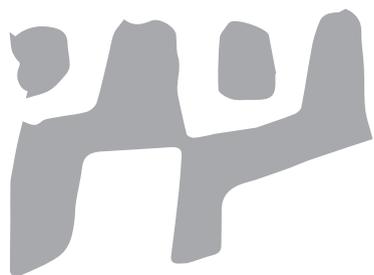
Sobre os autores

Ada Cristina Machado Silveira: Professora do Departamento de Ciências da Comunicação, Programas de Pós-graduação em Comunicação e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutora em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha) com pós-doutorado na Universidade Nacional de Quilmes (Argentina). E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br

Adriano Duarte Rodrigues: Professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e pesquisador do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica de Lovaina (Bélgica), Licenciado em Sociologia e em Teologia pela Universidade de Estrasburgo (França). E-mail: adrodriques42@gmail.com

Allan S. B. Rodrigues: Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Jornalista, escritor, mestre e doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM. E-mail: Allan_soljenitsin@yahoo.com.br

Ana Shirley Penaforte Cardoso: Professora das Faculdades Integradas Ipiranga, pesquisadora da Universidade aberta do Brasil, na categoria Professor Pesquisador II. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: spenaforte@gmail.com



Antonio Almeida: Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Pesquisador visitante da *Faculty of Management* da *McGill University*, em Montreal (Canadá), e do *Communication Department* da *University of Massachusetts-Amherst*. E-mail: almeidaj@usp.br

Antonio Fausto Neto: Professor titular do Programa de Pós-graduação em Ciência da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e presidente do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO). Doutor em *Sciences de La Communication et de L'Information* pela *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales* (França) e estudos de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: afaustoneto@gmail.com

Daniella Rubbo Rondelli: Professora da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC), de Campinas (SP). Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e doutoranda em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas (UNICAMP). E-mail: rubbo@uol.com.br

Fábio Fonseca de Castro: Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-doutor em Comunicação pela Universidade de Montreal (Canadá). Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V, Sorbonne-Descartes (França). E-mail: fabio.fonsecaecastro@gmail.com.

Giselle Xavier Lucena: Professora da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). E-mail: gisellelucena@gmail.com

José Márcio Barros: Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e da Universidade Estadual de Minas Gerais. Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: josemarciobarros@gmail.com

Juliana Vicentini: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências pela USP. E-mail: ju_vicentini@yahoo.com.br

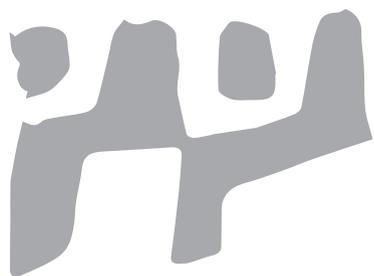
Ítala Clay de Oliveira Freitas: Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: iclayfreitas@hotmail.com

Ivânia dos Santos Neves: Professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Linguística, na área de Análise do Discurso, pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e mestre em Antropologia pela UFPA. E-mail: ivanian@uol.com.br

Luciana Miranda Costa: Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-doutora em Comunicação, pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, com estágio de doutoramento na Universidade de Indiana (*Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change*) e no *Woods Hole Research Center*, ambos nos Estados Unidos. E-mails: lmirandaeua@gmail.com; lmiranda@ufpa.br

Luisa Massarani: Professora no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz (COC), no Curso de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde no Instituto Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). É *honorary researcher* no *Studies of Science and Technology Department* na *University College London*. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Divulgação Científica do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Doutora na Área de Gestão, Educação e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: luisa.massarani4@gmail.com

Maria do Socorro Furtado Veloso: Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN). Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Integrante das bases de pesquisa Pragma (UFRN) e Alterjor (USP). E-mail: socorroveloso@uol.com.br.



Marina Ramos Neves de Castro: Mestre em Estudo das Sociedades Latino-Americanas, opção Comunicação, e Mestre em Artes pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Arte, da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mmdecastro@gmail.com

Mirna Feitoza Pereira: Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: mirnafeitoza@gmail.com

Nair Santos Lima: Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nslima1405@gmail.com

Netília Silva dos Anjos Seixas: Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora e mestre em Letras, área de Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: netiliaseixas@gmail.com

Susy Elaine da Costa Freitas: Professora da Faculdade Martha Falcão, em Manaus (AM). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: freitas.sec@gmail.com



Tabita Strassburger: Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAM-PA), campus de São Borja (RS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: tabita.strassburger@gmail.com.

Vanessa Brasil de Carvalho: Doutoranda do Programa de Educação, Difusão e Gestão em Biociências, Química Biológica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: vanessabrasilcarvalho@gmail.com

Handwritten text in a stylized, cursive script, possibly representing the word "Handwritten".



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Carlos Edilson de Almeida Maneschky
Reitor

Horacio Schneider
Vice-Reitor

Edson Ortiz de Matos
Pró-Reitor de Administração

Raquel Trindade Borges
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Maria Lúcia Harada
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Fernando Arthur de Freitas Neves
Pró-Reitor de Extensão

Emmanuel Zagury Tourinho
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

João Cauby de Almeida Júnior
Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

Flávio Augusto Sidrim Nassar
Pró-Reitor de Relações Internacionais

Aleamar Dias Rodrigues Junior
Prefeito da Cidade Universitária

Sinfronio Brito Moraes
Diretor Executivo da Fundação de Amparo
e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP)

Instituto de Letras e Comunicação da
Universidade Federal do Pará
Otacílio Amaral Filho
Diretor

Fátima Cristina da Costa Pessoa
Diretora Adjunta

Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura
e Amazônia da Universidade Federal do Pará

Maria Ataíde Malcher
Coordenadora

Netília Silva dos Anjos Seixas
Vice-coordenadora

Instituto de Ciências Humanas e Letras da
Universidade Federal do Amazonas

Simone Baçal
Diretora

Nelcioneý Araújo
Vice-Diretor

Programa de Pós-Graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade Federal do Amazonas

Mirna Feitoza Pereira
Coordenadora

Maria Emília de Oliveira Pereira Abbud
Vice-coordenadora

Série Comunicação, Cultura e Amazônia

Regina Lúcia Alves de Lima

Maria Ataíde Malcher

Itala Clay de Oliveira Freitas

Maria Emília de Oliveira Pereira Abbud

Editoras

v. 6 Comunicação: visualidades e diversidades na Amazônia

Netília Silva dos Anjos Seixas

Alda Cristina Silva da Costa

Luciana Miranda Costa

Organizadoras

CONSELHO EDITORIAL DA SÉRIE

Adriano Duarte Rodrigues (Universidade Nova de Lisboa-Portugal)
Alda Cristina Costa (Universidade Federal do Pará)
Anamaria Fadul (Universidade Metodista de São Paulo)
César Ricardo Siqueira Bolaño (Universidade Federal de Sergipe)
Dênis Roberto Villas Boas de Moraes (Universidade Federal Fluminense)
Denize Piccolotto Carvalho Levy (Universidade Federal do Amazonas)
Edson Leite (Universidade de São Paulo)
Fábio Fonseca de Castro (Universidade Federal do Pará)
Gilson Vieira Monteiro (Universidade Federal do Amazonas)
Inesita Soares de Araújo (Fundação Oswaldo Cruz)
Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Universidade Federal de Pernambuco)
Itala Clay de Oliveira Freitas (Universidade Federal do Amazonas)
Ivânia dos Santos Neves (Universidade Federal do Pará)
Jane Aparecida Marques (Universidade de São Paulo)
Jeder Janotti Junior (Universidade Federal de Pernambuco)
João de Jesus Paes Loureiro (Universidade Federal do Pará)
Joel Cardoso da Silva (Universidade Federal do Pará)
José Marques de Melo (Universidade Metodista de São Paulo)
Juliano Maurício de Carvalho (Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho)
Livia Lopes Barbosa (Universidade Federal do Pará)
Luciana Miranda Costa (Universidade Federal do Pará)
Luisa Medeiros Massarani (Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal do Pará)
Luiza Elayne Correa Azevedo (Universidade Federal do Amazonas)
Maria Ataíde Malcher (Universidade Federal do Pará)
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho)
Maria Emília de Oliveira Pereira Abbud (Universidade Federal do Amazonas)
Marly Camargo Vidal (Universidade de São Paulo)
Mírna Feitoza Pereira (Universidade Federal do Amazonas)
Netília Silva dos Anjos Seixas (Universidade Federal do Pará)
Osvando J. de Moraes (Universidade de Sorocaba)
Otacílio Amaral Filho (Universidade Federal do Pará)
Paulo B. C. Schettino (Universidade de Sorocaba)
Regina Lucia Alves de Lima (Universidade Federal do Pará)
Walmir de Albuquerque Barbosa (Universidade Federal do Amazonas)

Revisão

Sandro Colferai
Netília Silva dos Anjos Seixas

Normalização

Cleide Furtado Nascimento Dantas

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
ACQUERELLO

34

Miolo em papel AP 75g e capa em papel Duo
Desing 250g. Textos em Garamond 11/15, títulos
em Myriad Pro.

